



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS:
CULTURAS E PODERES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

ANA BEATRIZ FERREIRA DE OLIVEIRA

“OCUPAR A UNIVERSIDADE PÚBLICA”: memórias da atuação política do movimento
estudantil na Universidade Federal do Maranhão (2000 -2007)

São Luís – MA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS:
CULTURAS E PODERES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

ANA BEATRIZ FERREIRA DE OLIVEIRA

“OCUPAR A UNIVERSIDADE PÚBLICA”: memórias da atuação política do movimento
estudantil da Universidade Federal do Maranhão (2000 -2007)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Cultura e Poderes – PPGHIS da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera.

São Luís – MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira de Oliveira, Ana Beatriz.

OCUPAR A UNIVERSIDADE PÚBLICA: : memórias da atuação política do movimento estudantil na Universidade Federal do Maranhão 2000 -2007 / Ana Beatriz Ferreira de Oliveira. - 2024.

245 p.

Orientador(a): Isabel Ibarra Cabrera.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Histórias Conectadas. 2. Memória. 3. Ufma. 4. Políticas educacionais. 5. Reuni. 6. Movimento Estudantil. 7. DCE 17 de setembro. 8. CAHIS Lagoa Amarela. I.Ibarra Cabrera, Isabel. II. Título.

ANA BEATRIZ FERREIRA DE OLIVEIRA

“OCUPAR A UNIVERSIDADE PÚBLICA”: memórias da atuação política do movimento
estudantil da Universidade Federal do Maranhão (2000 -2007)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História e Conexões Atlânticas:
Cultura e Poderes – PPGHIS da Universidade
Federal do Maranhão – UFMA, como requisito
para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera (Orientadora)

PPGHIS/UFMA

Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho

PPGHIS/UFMA

Prof. Dr. Nildo Silva Viana

Universidade Federal de Goiás – UFG

*Em memória ao movimento estudantil
universitário e sua (re) existência no
Maranhão. Viva a UFMA!*

AGRADECIMENTOS

Grata à Deus pela oportunidade e realização.

Utilizo esse espaço para colocar minha voz sem academicismos. Faço daqui uma carta aberta sobre minha longa trajetória enquanto mestranda no PPGHIS em conexão com resistências (pausas, quase e muitas quase desistências) e avanços, pois esse é uma espécie de *making off*. Sob a metáfora dos trilhos do trem que faz parte desse processo, externo a vivência dos últimos anos enquanto pesquisadora. Agradeço aos meus dois lugares: São Luís - MA e Marabá - PA.

Foram muitos dias repelindo esse processo, um sonho tão perto e que muitas vezes eu não via fim. Fui aprovada ao tempo que assumi o concurso, e não tive escolha. Todos os planos mudaram! Eu tinha planejado ser estudante, mas fui professora-estudante e tentei manter minha rotina em sala de aula e pesquisadora participando de eventos nas vilas que trabalhei. Nos intervalos que conseguia, pegava o trem e ia à São Luís realizar as entrevistas. Por vezes, a rotina de trabalho e estudo me consumiram nos últimos anos, um processo solitário e de resistência: a mudança de Estado, as condições de trabalho, renunciar ao fomento de pesquisa da Capes por ter vínculo efetivo, os perigos e alívios, a ausência de tempo, a vontade de viver, a saudade, as inúmeras tarefas. Hoje, entrego o que pude com todas essas implicações. Grata.

À minha família que sempre me incentivaram nos estudos. Em especial à minha avó Maria Pessoa, meu avô Antônio Ferreira, minha mãe Márcia Pessoa, meu pai Sanatiel Silva irmão Neemias Ferreira e minha prima Kelen Freitas. Meus avós não tiveram tanta oportunidade de estudo, porém sempre me impulsionaram a aproveitar as oportunidades, ou lutar pela garantia delas. Dedico esse esforço de pesquisa e esse título a vocês que são minhas referências de vida.

Às minhas amigas e amigos que a vida me apresentou: Grata! Primeiramente à Thaisa Viegas, uma amiga-irmã que sempre esteve presente. Esteve em cada etapa desde o projeto, até o processo seletivo e a escrita. Ouviu e presenciou os momentos de alegria e lamentação. À minha amiga Gabriela Amorim que me auxiliou na produção do mapa nesta pesquisa. Grata, vocês são pesquisadoras que inspiram! Aos amigos que desde a graduação me acompanham: Ruanita, que sempre auxilia nas traduções, Jéssica, Júlio, Clemilton e Isadora. Ana Idelfonso e aos casais Gracilene e James Doudement, Denise e Vitor Alencar, Milena e Leandro Medeiros por terem

sido casa quando me mudei para o sudeste paraense. Todos os conselhos, incentivo e cuidado que sempre tiveram comigo.

Aos companheiros de profissão que viraram amigos e somaram ao longo da vida de professora-pesquisadora desde as aventuras no campo: Thiago Aristides, Juliana, Eleonay, Leide Laura, Márcia Lorena e Renato que promoveram companhia e escutas. Em especial, Sérgio Correa, um amigo e excelente professor que acompanhou o processo de escrita, fez as revisões e sempre dizia “Libera essa filha ao mundo” e ao Leandro Carlos que acompanhou o processo de finalização dessa pesquisa e escrita. Liberei, amigos! Grata.

Às aulas no campo de Marabá sob a tensão de cair a conexão da internet, perto de cercas, utilizando o *wifi* da escola ou do bar da vila, aos meus alunos que entendiam quando eu tinha que assistir aula dando aula, às vilas que passei e que por meio de suas problemáticas, manteve inquieto o projeto de historiadora que reside em mim, aos servidores que entenderam quando eu precisava me ausentar ou dividir atenções. Grata!

Às companheiras e companheiros da Secretaria Municipal de Educação na Diretoria de Ensino do Campo, profissionais excelentes em suas áreas e que somam em conhecimento: Claudimir Espindola, Maria Antonia, Jaél Sanches, Maria Lopes, Jayanne Oliveira, Alcy Junior, Magno Barros e Natanael Noronha que escutaram e acompanharam todo esse processo. Ao som de suas vozes, escrevi boa parte desta pesquisa entre demandas e demandas, tornou o processo menos solitário. Em especial à minha dupla de *HuManas*, Laís Alves, uma marabaense professora e pesquisadora de excelência, que inspira com seu engajamento e responsabilidade científica. Grata pela escuta, por me auxiliar em muitas demandas para que tivesse tempo e me acolher nessa cidade junto com sua família Roseli, João Batista e também o Michel, que sempre incentivou a concluir essa fase da vida acadêmica.

À Universidade Federal do Maranhão que sempre foi um sonho, realizado na graduação, agora no mestrado. Eu lembro a primeira vez que adentrei aquele portal, encantada, e tantos outros que se abriram a partir disso, muitas dessas possibilidades que vivencio atualmente. A UFMA é casa desde 2013, tudo que tenho e alcancei até aqui foi pela oportunidade de ocupar esse espaço. Mesmo com um mestrado pelas plataformas virtuais, sempre que pude, fui à UFMA, pesquisar, almoçar no RU, lanchar no *cabanhas*, pois sinto que reconecta as memórias e contribui enquanto pesquisadora. À Profa. Dra. Marize de Campos, que me incentivou a estudar

esse objeto de pesquisa, seus ensinamentos continuam bem presente! O movimento estudantil, em específico, o CAHIS *Lagoa Amarela* que materializou o anseio de lutar pelas causas sociais que sempre senti. As relações e discussões que fiz parte foram essenciais para a profissional que estou me tornando.

Ao Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS) por ter sido espaço de diálogo e aprendizado durante o desenvolvimento desta pesquisa. Aos meus professores que somaram a essa pesquisa nas aulas e diálogos sobre leituras essenciais. Compreenderam minha realidade como estudante, professora do campo e tornaram as disciplinas acessíveis. À minha orientadora, Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera que me acompanhou pacientemente nesse processo de pesquisa e escrita. Grata pelas suas contribuições! À banca examinadora Prof. Dr. Victor Oliveira que me acompanha com essa pesquisa desse o processo seletivo, disciplina, qualificação e nessa etapa de defesa. Ao Prof. Dr. Nildo Viana que me inspirou com suas produções relacionadas ao movimento estudantil e que tive o prazer de conhecer e ter suas contribuições nesta pesquisa. À gestão Alcione Nazareth do CAHIS *Lagoa Amarela* no seu representante Liedson e ao DCE *17 de setembro* que viabilizaram acesso às fontes do acervo e alguns entrevistados.

À minha turma querida: PPGHIS 2021, com diversidade regional. Foi incrível fazer parte dessa turma, nem a distância impediu que houvesse tanta conexão entre a gente. Fazendo jus ao programa, minha turma teve muitas conexões atlânticas em meio à pandemia. Grata por todo apoio, viagens acadêmicas, militância, corres e porres que vivenciamos. Em específico, Beatriz Medeiros, Karla Larissa, Elisandra, Darlene Rodrigues, Samara Regina, Tatiana Olegário, Ravenna Cardoso, Laura Botelho, Welleson Barros, Jonatan Firmino e Haroldo Matos. Ao grupo de apoio “Defesa” que tem como integrantes Allisonney Diniz e Janaína Carla: concluímos!

Grata às memórias das entrevistadas e entrevistados, naquela época estudantes da UFMA, que compartilharam sobre suas atuações e permitiram materialização de muitas histórias conectadas nessa pesquisa. Pela disponibilidade, cuidado e confiança sob suas falas. Foi uma linha tênue manter o distanciamento com narrativas sobre a força de ocupação da universidade, e políticas educacionais da nossa querida UFMA. Vibrei! Vozes enquanto estudantes e profissionais que vieram dessas vivências. A cada “ocupar, e consegui” de Leide Ana Caldas, “fiz parte de um movimento atuante” de Nila Michele, “vivi a universidade” de Amanda Dutra, “falas emotivas”

de Frederico Mercenas, “fui eu que criei” de Marlon Bruno, revivi esta pesquisa ao tempo que senti todos esses saudosismos como estudante que está distante, porém conectada por meio desse trabalho. Que responsabilidade! Mas foi isso, espero que se sintam contempladas e contemplados. Vocês marcaram nas atuações de seu tempo. Grata em específico à Nila Michele na gestão “Botapramuê” que organizou boa parte do acervo que tive contato. Esse ato inspirou essa pesquisa desde a graduação, agora no mestrado, e quem sabe outros espaços acadêmicos.

Dedico essa pesquisa à minha saudosa Universidade Federal do Maranhão. Essa pesquisa é fruto do meu ato de resistência como estudante/profissional maranhense inserida no sistema neoliberal, mas que resiste! Lembro a primeira vez que passei naquele portal, um divisor de águas para aquela encantada estudante, mas também de tantas e tantas possibilidades de vida como conhecimento, vivências, oportunidades, amizades que vieram junto. Esse disperso histórico do movimento estudantil é uma devolutiva à UFMA que tem diariamente os estudantes que a movem e para que os próximos tenham a mesma realização de adentrar em uma universidade mais diversa, equitativa, inclusiva e de qualidade. Assim como os estudantes, sou saudosa à minha amada UFMA por ser espaço de movimento que reverbera para sempre na vida dos ufmistas, nenhuma outra.

Como diz a cantora Anitta, na qual me identifico com o nome: “Agradeço a mim, por não ter desistido”. Agora é real, a primeira com essa titulação na família, e a primeira é uma mestra. Finalizei! Que esse estudo contribua para a memória da UFMA, do movimento estudantil, em específico do CAHIS *Lagoa Amarela*, onde atuei e trouxe inspiração para essa pesquisa.

Que venham os próximos desafios!

Grata.

RESUMO

Esta pesquisa discorre sobre a atuação do movimento estudantil da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) por meio do DCE *17 de setembro*, mas com foco principal na atuação do Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* no período de 2000 a 2007 um contexto marcado pelas políticas e programas educacionais na transição do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula. Como metodologia, utiliza-se análise de fontes documentais e orais. Para o desenvolvimento, aborda as conexões historiográficas do movimento estudantil bem como relação com partidos políticos e a influência da Constituição Federal de 1988, o histórico de resistência da UFMA e as políticas e programas educacionais, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as *Saudações Estudantis* ao amplificar as vozes sobre memórias de atuação dos ex-militantes. Trata -se da atuação do movimento estudantil em perspectiva conectada pela existência, expansão da universidade pública, mas principalmente acesso e permanência a fim de fortalecer a memória e importância da articulação do movimento estudantil na UFMA. Uma atuação que reporta ao histórico de resistência pela garantia de direitos e a mobilização do movimento estudantil no Brasil, no Maranhão.

Palavras-chave: Histórias conectadas; Memória; UFMA; Políticas educacionais; REUNI; Movimento Estudantil; DCE 17 de setembro; CAHIS *Lagoa Amarela*.

ABSTRACT

This research delves into the actions of the student movement at the Federal University of Maranhão (UFMA) through the DCE *17 de setembro*, with a particular focus on the activities of the *Lagoa Amarela* History Center during the period of 2000 to 2007. This timeframe is marked by the educational policies and programs implemented during the transition from the governments of Fernando Henrique Cardoso (FHC) to Lula. The methodology employed involves the analysis of both documentary and oral sources. The study explores the historiographical connections of the student movement, its relationship with political parties, and the influence of the 1988 Federal Constitution. It also examines the historical resistance of UFMA and the educational policies and programs, such as the Program to Support Plans for Restructuring and Expansion of Federal Universities (REUNI), and the *Saudações Estudantis*, which amplify the voices of former students regarding their experiences. This research positions the actions of the student movement within a broader context linked to the existence and expansion of public universities, but primarily to access and permanence, aiming to strengthen the memory and importance of the articulation of the student movement at UFMA. It also connects to the historical resistance for the guarantee of rights and the mobilization of the student movement in Brazil and Maranhão."

Keywords: Connected History; Memory; UFMA; Educational Politics; REUNI; Student Movement; DCE 17 de setembro; CAHIS *Lagoa Amarela*

RESUMEN

Esta investigación aborda la actuación del movimiento estudiantil en la Universidad Federal de Maranhão (UFMA) a través del DCE 17 de septiembre, pero con un enfoque principal en la actuación del Centro Académico de História Lagoa Amarela durante el período de 2000 a 2007, un contexto marcado por las políticas y programas educativos en la transición del Gobierno de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a Lula. Como metodología, se utiliza el análisis de fuentes documentales y orales. Para su desarrollo, se abordan las conexiones historiográficas del movimiento estudiantil, así como su relación con los partidos políticos y la influencia de la Constitución Federal de 1988, la historia de resistencia de la UFMA y las políticas y programas educativos, como el Programa de Apoyo a Planes de Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales (REUNI), las *Saludos Estudiantiles* para amplificarlas voces sobre las memorias de actuación de los ex-militantes. Se trata de la actuación del movimiento estudiantil desde una perspectiva conectada por la existencia y Expansión de la universidad pública, pero principalmente el acceso y permanencia, con el fin de fortalecer la memoria y la importancia de la articulación del movimiento estudiantil en la UFMA. Una actuación que remite a la historia de resistencia por la garantía de derechos y la movilización del movimiento estudiantil en Brasil, en Maranhão.

Palabras clave: Historias conectadas; Memoria; UFMA; Políticas educativas; REUNI. Movimiento Estudiantil; DCE 17 de septiembre; CAHIS Lagoa Amarela.

LISTA DE ACERVO

Acervo 1	Flogão, <i>Xô Rosengana</i>	54
Acervo 2	<i>Projeto UNE</i> e o Governo Lula	86
Acervo 3	Comunicado de Aula Inaugural com Prof. Mário Martins Meireles	89
Acervo 4	Revista <i>Movimento</i> . UNE nº3	94
Acervo 5	Revista <i>Movimento</i> , A universidade pública abandonada	95
Acervo 6	Resolução Nº 176/2000 – CONSEPE, 2000	99
Acervo 7	Manifesto em defesa da democracia, UNE.....	100
Acervo 8	Jornal da FEMEH. <i>Provão, eu não faço!</i>	111
Acervo 9	Plenária conjunta DCE/ APRUMA.....	127
Acervo 10	CONSUN REUNI, 2007.....	136
Acervo 11	<i>InformativANDES</i> , nº8.....	145
Acervo 12	<i>CAHIS Lagoa Amarela</i> e DCE 17 de setembro.....	151
Acervo 13	<i>Chá Histórico</i> , HistoriAção.....	154
Acervo 14	Divulgação da chapa <i>Bota pra Moer</i>	158
Acervo 15	Peça Teatral, gestão <i>Bota pra Moer</i>	158
Acervo 16	Ponche Histórico, gestão <i>Bota pra Moer</i>	159
Acervo 17	O ponche, estudantes.....	160
Acervo 18	Ponche Histórico no CCH.....	162
Acervo 19	Impressos: <i>Sobre História e Papyrus</i>	163
Acervo 20	<i>Risoleta News</i>	166
Acervo 21	Regulamentação do Profissional de História, FEMEH.....	171
Acervo 22	Capoeira na ágora do CCH.....	172
Acervo 23	50 anos Curso de História UFMA.....	177
Acervo 24	Marcha no XX Encontro Nacional de Estudantes.....	181
Acervo 25	Marcha no XX Encontro Nacional de Estudantes e o MST.....	182
Acervo 26	Ônibus “Pássaro Grande” em viagem com estudantes.....	183
Acervo 27	I Feijoada Histórica.....	184
Acervo 28	ENEH GAY, ENEH SAPA.....	184
Acervo 29	Conexão estudantis.....	185
Acervo 30	I Jornada de História do Maranhão. <i>Maranhão, Terra da Mentira?</i>	187

Acervo 31 Casa de Estudantes.....	188
Acervo 32 XXVII ENEH, <i>Terra de Ninguém</i>	189
Acervo 33 Globalização, Revista UNE.....	192
Acervo 34 GT Movimento Estudantil.....	197
Acervo 35 <i>Xô Rosengana</i> no Maranhão.....	206
Acervo 36 Manifestação <i>Xô Rosengana</i>	209
Acervo 37 Manifestação de estudantes Marcha no XX ENEH.....	224

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução das instituições de educação superior (2003-2010).....	117
Gráfico 2	Taxa de escolaridade líquida na educação superior (%), por cor/raça	125
Gráfico 3	Acesso ao ensino superior no Maranhão (2000).....	142

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Foto 1 Visita aos acervos do CAHIS e DCE	45
--	----

LISTA DE SIGLAS

ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
APS	- Ação Popular Socialista
APRUMA	- Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão
ANDES	- Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANPG	- Associação Nacional de Pós-Graduandos
CA	- Centro Acadêmico
CCH	- Centro de Ciências Humanas
CCBS	- Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET	- Centro de Ciências Exatas e Tecnológica
CCSO	- Centro de Ciências Sociais
CEFET	- Centros Federais de Educação Tecnológica
CLT	- Consolidação das Lei do Trabalho
CONEPE	- Congresso Nacional de Pesquisadores Negros e Negras
CONSEPE	- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN	- Conselho Universitário
COLUN	- Colégio Universitário
CSOL	- Coletivo Socialismo e Liberdade
Capex	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CTS	- Corrente Socialista dos Trabalhadores
DEM	- Democratas
DA	- Diretório Acadêmico
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
DEHIS	- Departamento de História
EAD	- Educação à Distância
EMEH	- VIII Encontro Maranhense dos Estudantes de História
ENADE	- Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil
ENC	- Exame Nacional de Curso
ENEH	- Encontro Nacional dos Estudantes de História

ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEMA	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão
FEMEH	- Federação do Movimento Estudantil de História
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FUM	- Fundação Universidade do Maranhão
FUNAI	- Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNDEB	- Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FIES	- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	- Instituições Federais de Ensino Superior
IETS	- Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IES	- Institutos de Ensino Superior
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQAP N+	- Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais
LSR	- Liberdade, Socialismo e Revolução
MEC	- Ministério da Educação
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MÊS	- Movimento Esquerda Socialista
ME	- Movimento Estudantil
NEAB	- Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal do Maranhão
NEAD	- Núcleo de Educação a Distância
NTI	- Núcleo de Tecnologias da Informação
NTREAD	- Núcleo de Tecnologias de Informação, Redes e Educação à Distância
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	- Plano de Crescimento Acelerado
PCB	- Partido Comunista Brasil
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
Pcdob	- Partido Comunista do Brasil

PCO	- Partido da Causa Operária
PIBIC	- Programa de Iniciação Científica
PIR	- Partido da Esquerda Revolucionária
PFL	- Partido da Frente Liberal
PMN	- Partido da Mobilização Nacional
PMB	- Partido da Mulher Brasileira
PMN	- Partido da Reconstrução Nacional
PR	- Partido da República
PSDB	- Partido da Social-Democracia Brasileira
PRS	- Partido das Reformas Sociais
PRONA	- Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PDC	- Partido Democrata Cristão
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSG	- Processo de Seleção Gradual
PT	- Partido dos Trabalhadores
PL	- Partido Liberal
PPS	- Partido Popular Socialista
PP	- Partido Progressista
PPB	- Partido Progressista Brasileiro
PRB	- Partido Republicano Brasileiro
PRP	- Partido Republicano Progressista
PSC	- Partido Social Cristão
PSD	- Partido Social Democrático
PSL	- Partido Social Liberal
PSL	- Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PSI	- Partido Socialista Italiano
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PV	- Partido Verde

PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	- Plano Nacional da Educação
PIB	- Produto Interno Bruto
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PROEXT	- Programa de Apoio à Extensão Universitária
PROUNI	- Programa Universidade para todos
PL	- Projeto de Lei
REUNI	- Reestruturação e Expansão das Universidades
SOMACS	- Sociedade Maranhense de Cultura Superior
SISU	- Sistema de Informações Unificado
SINAES	- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
UAB	- Universidade Aberta do Brasil
UDN	- União Democrática Nacional
UBES	- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UJS	- União da Juventude Socialistas
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UNES	- União Nacional dos Estudantes Secundarista
UEE	- Uniões Estaduais dos Estudantes
UnB	- Universidade de Brasília
UERJ	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Unicamp	- Universidade Estadual de Campinas
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFABC	- Universidade Federal do ABC
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Fases da atuação estudantil no Brasil.....	30
Tabela 2 Partidos Políticos existentes de 2000 a 2007.....	76
Tabela 3 Evolução das matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino.... superior brasileiro, por períodos de crescimento (1990-2008)	112
Tabela 4 Administração da UFMA.....	132
Tabela 5 Vagas anuais da graduação UFMA (2003 - 2007)	135
Tabela 6 Gestão do CAHIS <i>Lagoa Amarela</i> 2000 a 2007.....	152
Tabela 7 Bandeiras do movimento estudantil.....	203
Tabela 8 Formação acadêmica e profissional dos estudantes entrevistados.....	216

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1	Logos do CAHIS <i>Lagoa Amarela</i>	34
Imagem 2	REUNI.....	128
Imagem 3	REUNI na UFMA.....	147
Imagem 4	Estudante “Rosengana”	206
Imagem 5	Percurso da manifestação <i>Xô Rosengana</i>	208
Imagem 6	Roseana Sarney no Maranhão	210

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
“A pública, a universidade, o nome já diz, é o universo”	30
“Pra quê tu perde tempo arrumando isso? E eu dizia, não, é a memória”	44
“[...] tive as melhores memórias, e eu entendo que a gente realmente precisa ocupar os espaços, né?”	47
“E eu sempre dizia, quando eu olhava o ônibus do Campus, eu vou pegar esse ônibus”	48
1 MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS CONEXÕES	51
1.1 Conceitos historiográficos do movimento estudantil.....	55
1.2 Partidos políticos e o movimento estudantil: “Tinha essa tensão. Então... Esse discurso do apartidarismo”	72
1.3 Atuações do movimento estudantil no Brasil após a Constituição Federal de 1988: “Repensando o que o movimento estudantil deveria estar fazendo nesse momento”	81
2 UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: (RE) EXISTÊNCIAS	87
2.1 Fundação Universidade do Maranhão: “Eu queria UFMA. Queria Federal, sabe?” .	88
2.2 FHC e Lula: “Era fora FHC... Essa galera viu o que tinha, aí entra o governo Lula.” .	92
2.3 As políticas e programas educacionais em FHC e Lula (2000 - 2007): “Aquela coisa do imediatismo, né? Vai entrar e vai mudar”	106
2.4 REUNI na UFMA: “a gente tinha que lutar por tudo... começa a fazer umas estruturas	129
3 SAUDAÇÕES ESTUDANTIS: VOZES DE ATUAÇÕES HISTÓRICAS	148
3.1 CAHIS Lagoa Amarela e DCE 17 de setembro: presente na UFMA!	148
3.2 “Como é que era essa UFMA, o curso de História, como é que ele funcionava?”	168
3.3 “A gente pode dizer de política externa foi participar dos eventos”	180
3.4 “E aí você vê o governo Lula chegando, houve uma mudança drástica, mas não desejáveis”	190
3.4.1 “O movimento estudantil, nessa época, deve muito à internet. No Maranhão, fui eu que criei a comunidade ‘Xô Rosengana’ no Orkut”	204
3.5 “O movimento estudantil me enriqueceu muito intelectualmente”	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS: “E é isso, então... circulava entre a academia, a boemia e o movimento... e o profissional”	218
REFERÊNCIAS	228

INTRODUÇÃO

Ao tempo que se investiga sobre o movimento estudantil no início dos anos 2000, existem questões que alarmam no presente. Segundo Angélica Müller e Francine Legelski (2022), as inquietações do presente despertam o olhar historiográfico do historiador em seu tempo. Nos últimos anos, as universidades públicas vivenciaram uma série de cortes no orçamento que impactaram os seus pilares de sustentação: ensino, pesquisa e extensão. O congelamento de gastos por um período de vinte anos, e as sucessivas reduções de repasses para funcionamento básico das universidades brasileiras, refletem as políticas educacionais vigentes no país. Ocorreram mobilizações estudantis, de acordo com as possibilidades da época, com pronunciamentos as dificuldades que geram os cortes e congelamentos na educação como, cortes de bolsas de estudo e a falta de incentivo para continuar no caminho da pesquisa científica. Em tais pontos, residem as inquietações que impulsionam esta temática sobre o movimento estudantil universitário e suas conexões globais, inclusive no estado do Maranhão.

O movimento estudantil possui um histórico de lutas, cuja bandeira principal é a defesa da educação. Inicialmente, o interesse nesta área de pesquisa surgiu a partir do envolvimento com o movimento estudantil universitário, por meio da atuação no Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* (CAHIS), gestão *Apologeticus: Unidos pela História*, enquanto estudante no curso de História na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde ocupei a Secretaria de Memória em 2015 e 2016. A experiência trouxe a compreensão da importância das articulações estudantis para funcionamento do curso, e aproveitamento dos acadêmicos, assim como a responsabilidade do posicionamento estudantil, frente às demandas políticas da época. Durante o exercício do cargo, foi possível ter contato com fontes produzidas e arquivadas pelas gestões que ali passaram, o que provocou o interesse enquanto pesquisadora, em acessar estes arquivos de forma mais aprofundada, feito isto, estas fontes foram tema da pesquisa monográfica intitulada *DES/ ESQUECIMENTO ACADÊMICO: um histórico sobre o Centro Acadêmico de História “Lagoa Amarela” da Universidade Federal do Maranhão (1992-1999)*.

Ao pesquisar sobre o histórico do movimento *estudantil*, observou-se que se tratava de uma temática cuja historiografia traz, principalmente, o protagonismo estudantil durante a Ditadura Militar (1984-1985). Mas que também alarma sobre suas articulações em outros cenários políticos. Por intermédio da ideia em analisar o movimento estudantil no período de redemocratização do Brasil, constatou-se que ele se reinventava de acordo com as demandas de sua época. Segundo Mesquita (2001), ele se cria e recria nos diferentes momentos, mas também na sua composição e ações, com o contexto histórico e social, bem como sua dinâmica interna. Há uma reinvenção do movimento estudantil que corresponde ao seu próprio tempo. Para

Chartier (2009), a história é uma tomada de consciência que constitui uma estrutura de narrativas. Reconhecer as estruturas que compõe a escrita da História, garante a conclusão do conhecimento histórico. Para discorrer sobre a militância estudantil, é necessário que haja uma construção do discurso histórico ao se destacar os sujeitos e analisar as fontes. Nesta pesquisa, a análise será feita a partir da memória de estudantes, com fontes escritas e orais.

A pesquisa apresenta como proposta, dar continuidade aos estudos sobre a temática do movimento estudantil universitário, avançando para os anos 2000, em específico o recorte temporal de 2000 a 2007, a fim de continuar a investigação sobre o CAHIS *Lagoa Amarela*, as movimentações políticas que geravam suas “*Saudações Históricas*” e “*Saudações Estudantis*”. Trata-se de um período recente, de virada do milênio e do século XX para o século XXI, onde o Brasil trilhava pela redemocratização, pautada na Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, momento em que as entidades estudantis foram legalizadas, após terem sido deslegitimadas no período ditatorial por causa de sua resistência à Ditadura Militar (1964-1985). Tem-se como base a discussão sobre a História do Tempo Presente de Robert Frank (1999), Angélica Müller e Franciane Legelski (2022) para tecer sobre os desafios de uma história com mutações e cheias de impasses do presente que implicam o olhar de *Angelus Novus* ao passado que causa tantas inquietações e dúvidas.

Nesse contexto, ressalta-se os anos finais do mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que durante seu primeiro mandato consolidou o enxugamento de verbas, inclusive para a educação, incentivando o país a desenvolver uma agenda política neoliberal. Consolidou a Lei de Bases e Diretrizes (LDB) em 1996, em seu primeiro mandato, ocasionando uma série de modificações no ensino básico e superior do país. Tal lei viabilizou a iniciativa privada na educação, houve um intenso incentivo à mercantilização do ensino dentro de uma lógica capitalista que se fortalecia de forma global. Como consequência, as universidades públicas foram afetadas, com ameaças de privatização por meio de intenso processo de sucateamento.

A universidade, enquanto espaço de discussão política, social e construção do conhecimento, também assumiu uma lógica de funcionamento baseada na produção, uma máquina de formação de mão de obra para o mercado. Essa modificação de interesses influenciou no perfil de acadêmicos que ingressavam e permaneciam na universidade. As pesquisas precisavam de um nível de produtividade e qualidade para que elas continuassem sendo financiadas. Concomitantemente, ocorreu a eleição presidencial, no ano de 2002, momento em que Luís Inácio Lula da Silva, considerado o primeiro candidato dos interesses de camadas populares, foi eleito por meio do voto direto. Os anos que sucederam seu governo há significativas ocorrências de políticas e programas educacionais voltados para o

ensino superior que influenciaram no funcionamento das universidades públicas, mas também de iniciativas privadas. Observa-se que a bandeira de expansão, acesso e permanência foram reafirmadas nas ações estudantis em suas especificidades.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em História que tem como área de concentração o campo da História e Conexões Atlânticas: Cultura e Poderes, abriu-se a possibilidade de repensar o movimento estudantil como um objeto que está inserido em um diálogo com escala ampla de análise na historiografia, para além dos limites territoriais, sobre a qual a observação pode variar para a perspectiva global e conectada, tanto na formação do movimento, quanto nas dinâmicas que ele se materializa ao longo do tempo, segundo Crossley (2015) e Barros (2019). É possível perceber que os estudantes atuam em seus contextos, variando do local ao global. Esses espaços se relacionam, e cabe analisar pelo jogo de escalas descrito por Jaques Revel (1998) para uma melhor compreensão. O jogo de escalas permite analisar, por intermédio o movimento estudantil universitário, as estruturas que o sustentam. As questões dos estudantes variavam entre as pautas nacionais e locais, a percepção do olhar, como disse a estudante Nila Michele “O movimento estudantil, e pelo esse olhar, como a gente foi bem mais academicista, bem micro, acho que por hoje até que eu estudo micro história, havia uma preocupação mais com o micro do que com o macro”¹. Para compreender essa atuação política, optou-se em realizar esse leque de escalas que ora reduz, ora amplia o diálogo do cenário político para pensar o movimento estudantil.

Um movimento que se renova a cada semestre, que se reproduz em uma linha tênue entre cumprimento de cronograma acadêmico e político, em uma acelerada produção exigida pela academia, ao passo que insere estudantes em envolvimento em pautas políticas como relembrou a estudante como citou a estudante Leide Ana Caldas “E é isso, então... circulava entre a academia, a boemia e o movimento... e o profissional”². Destaca-se memórias estudantis tanto escrita quanto oral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* da UFMA, em alguns momentos, documentos escritos da Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA), do site da Federação do Movimento Estudantil de História (FEMEH), *blogs*, redes sociais como *Flogão*, *Orkut* e *Instagram*, bem como arquivo pessoal dos entrevistados que foram autorizados ao uso.

A pesquisa segue a intencionalidades do programa ao seguir a linha de pesquisa *Poderes, Políticas e Sociabilidades*, pois tanto a temática quanto o sujeito histórico em análise

¹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

² Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

se encontram nas renovações da história política que visa superar o sentido de poder centralizado, em que se inclui outros poderes em termos e abordagens indicadas por René Remond (2013). O movimento estudantil se alinha com a proposta, pois traz participação política e manifestações sociais com foco principal nas pautas voltadas para a educação, bem como bandeiras individuais que representam a sociedade, a pluralidade de ritmos em diversos espaços como um fenômeno social conectado. Possibilita repensar a cultura política e as práticas dos movimentos sociais, suas sociabilidades com instituições, partidos políticos que o compõe e formas de resistências.

A área de concentração do programa com a linha de pesquisa, possibilita investigar o movimento estudantil universitário como um espaço de poder que ressalta a voz estudantil nas causas sociais, por meio do envolvimento político que possuem na organização do país, e principalmente na educação, manifestada também nas disputas eleitorais estudantis e no ato de lutar pelos direitos enquanto cidadãos. Segundo a estudante Amanda Dutra “Então, ele me influenciou em contatos, em conseguir aprofundar essa parte de comunicação também, assessorando, ou secretarias, ou grandes áreas, e assessoria geralmente coordenadas por políticos”³. Ao ter em vista as discussões teóricas realizadas na disciplina de Seminário da Pesquisa, houve modificação do conceito de “mentalidade estudantil” quando se referia às “memórias estudantis”, a fim de repensar as manifestações estudantis. Para isso, ampliou-se também a quantidade de entrevistas, antes eram três, agora seis ex-militantes que atuaram no movimento estudantil para ouvir mais relatos de experiências e ampliar as possibilidades de análises das narrativas.

Com novas perspectivas, houve ampliação do recorte temporal de análise. A princípio 2000 a 2005, no percurso da pesquisa foi ampliado para 2000 a 2007, na intencionalidade de abarcar maior temporalidade das ocorrências que envolviam no movimento estudantil da época como as políticas e programas educacionais brasileiros que foram criados no governo Lula, voltados para o ensino superior, como exemplo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade para todos (PROUNI), , Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) bem como continuado como Financiamento Estudantil (FIES). Tais políticas e educacionais ocasionaram modificações na estrutura de funcionamento das universidades. Ao pesquisar as fontes documentais e orais surgiu a necessidade compreender em maior escala de tempo. As inquietações que trouxeram as temáticas dos encontros estudantis e narrativas dos entrevistados

³ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

ao citar esses anos de atuação. Buscou-se analisar o reflexo neoliberal nas universidades durante a transição do governo FHC para Lula, as rupturas e continuidades em um espaço temporal mais amplo, mas também como tais ocorrências desaguarão no funcionamento da UFMA e nas articulações do movimento estudantil. Nesse sentido, a bibliográfica, as fontes sinalizaram a viabilidade em ampliar e fixar este recorte temporal. Assim, esta pesquisa trata do movimento estudantil universitário nos anos de 2000 a 2007 cuja historiografia tanto brasileira, quanto na maranhense, traz um significativo envolvimento na luta pela educação, onde reside sua principal bandeira.

À medida que se vivenciou o campo de pesquisa aos documentos e entrevistas como também as considerações da qualificação, surgiram alguns pontos sensíveis e que trouxeram visualização de significados à pesquisa, resultando na modificação do título com uma chamativa que representa a memória dos estudantes entrevistados explanado na pesquisa como também a atuação política que ocorre nas universidades públicas, em específico do Maranhão, no Campus Bacanga. Memórias que traz perspectiva dos estudantes entrevistados sobre o movimento estudantil, o ingresso na UFMA, a luta pela permanência e conclusão, a contribuição que trouxe a atuação para formação acadêmica, política e profissional, mas também o funcionamento da UFMA, curso de História, os encontros estudantis paralelo à expectativa que nutriam na transição do governo FHC para Lula. Assim, esta investigação segue batizada de *“OCUPAR A UNIVERSIDADE PÚBLICA”*: memórias da atuação política do movimento estudantil da Universidade Federal do Maranhão (2000-2007).

Por conseguinte, diante desse cenário que trouxe diversas inquietações e partindo da compreensão de que o movimento estudantil se posiciona de acordo com as demandas e possibilidades da época, as memórias preservadas tanto no acervo das entidades, sindicatos, arquivos pessoais e orais dos estudantes que refletem sobre os seguintes aspectos da UFMA no período de 2000 a 2007: Transição do governo de FHC para Lula e suas implicações na universidade; políticas e programas educacionais para expansão, acesso e permanência dos estudantes com destaque para iniciativa como REUNI na UFMA; demandas do movimento estudantil da UFMA; atuação política do movimento estudantil da UFMA, por meio do DCE *17 de setembro*, e principalmente o CAHIS *Lagoa Amarela* nessa época. Afinal, quais foram os impactos dessas ações na UFMA?

Esses questionamentos buscam compreender como esses registros e memórias coletivas refletem as ocorrências institucionais e as políticas públicas, assim como as estratégias de luta e as reivindicações estudantis diante desse contexto de transição no ensino superior no Brasil. Segundo Deribaldo Santos e Laura Santos (2005), os estudantes esperavam a expansão do

ensino público de qualidade no governo Lula, pois contava com ativas participações em eventos tanto da classe operária, onde vigorou sua militância, como estudantis. Inclusive, possui em anos anteriores, no acervo analisado nesta pesquisa, vestígios de sua presença em programação do Encontro Nacional de História (ENEH) em 1995, sediado na UFMA.

Assim, a problemática reside em investigar e compreender nas ações críticas do movimento estudantil universitário na UFMA, as suas (re)existências e conexões globais relacionadas à defesa da educação superior (garantia de acesso, expansão e permanência dos estudantes) no contexto neoliberal diante do sucateamento e parcerias do público-privado na educação superior. Ademais, discorrer sobre o histórico da UFMA pela voz do movimento estudantil. Como hipótese de pesquisa é que as memórias sobre a transição do governo de FHC para Lula na UFMA, preservadas em acervos documentais de entidades que atuavam na UFMA e orais dos estudantes que estavam no movimento estudantil refletem as possíveis mudanças nas políticas educacionais e possuem uma significativa importância para o histórico da UFMA, do ensino superior no Maranhão.

Durante essa transição, iniciativas como o REUNI e as demais políticas de assistência estudantil ampliaram o acesso ao ensino superior, correspondendo a base das demandas do movimento estudantil nos anos de 2000 a 2007. Na UFMA, o DCE *17 de setembro*, e principalmente o CAHIS *Lagoa Amarela* desempenharam relevante atuação nas lutas e mobilizações tanto no local quanto no nacional para garantir as melhorias. Assim, os registros e memórias revelam não apenas as conquistas e desafios da expansão universitária, mas também as tensões e perspectivas críticas quanto à implementação das políticas.

Diante da possível mudança ideológica representada pela transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para Luís Inácio Lula da Silva, o movimento estudantil, que já vinha em resistência às ameaças de privatização, e também na convivência com o sucateamento da universidade pública, nutriu expectativas de avanços no ensino superior em um novo representante. Para desenvolvimento, analisa-se os conceitos historiográficos do movimento estudantil e suas relações com partidos políticos após a Constituição Federal de 1988, o histórico de resistência da UFMA a partir da atuação do movimento estudantil na transição de FHC para Lula bem como análise de entrevista com os estudantes para compreender quais demandas de atuação são evidenciadas sem suas memórias, e as implicações que geraram as políticas educacionais adotadas pelo governo que nutriam expectativas.

“A pública, a universidade, o nome já diz, é o universo”⁴

Historicamente, houve envolvimento político estudantil no Brasil desde o processo de criação das universidades. Segundo Márcia Cordeiro Costa (2014), mesmo que de forma dispersa, os estudantes estavam envolvidos nas causas. Naquele momento não se considerava um movimento organizado, mas já os sinalizavam como sujeitos envolvidos na implantação do ensino superior. A militância do movimento estudantil traz à memória lutas pela garantia de direitos ao ensino. Assim, há possibilidade de analisar a política educacional universitária brasileira ao utilizar a memória de tais sujeitos históricos: os estudantes.

Com base em autores que analisam o movimento estudantil brasileiro, segue as fases por características. Para Antônio Mendes Júnior existem 4 (quatro) fases. A quinta e sexta remetem ao período considerado por autores como Marcos Mesquita (2001), Gisele Lacerda (2011) e Lívia Alcântara (2015) em movimentos sociais mais recentes que consideram o *ciberativismo*.

Tabela 1 – Fases da atuação estudantil no Brasil.

FASE	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
1ª	Fim do Brasil Colonial e início do Império (1822)	Atuação individual Sem entidade representativa Sem característica de <i>movimento</i>
2ª	Segundo Império e a Primeira República até o Estado Novo (1937)	Atuação coletiva Organização das Sociedades Acadêmicas de cunho cultural e intelectual, mas que aturam na Campanha Abolicionista e o Movimento Republicano.
3ª	Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937	Atuação coletiva e organizada Fundação da UNE 1937 Articulação nacional Objetivos políticos
4ª	Ditadura Militar do Brasil (1964-1984)	Atuação clandestina Repressão Movimentos armados de guerrilha urbana e rural Muitas mortes ⁵ políticas de estudantes Reforma universitária
5ª	Redemocratização do Brasil (transição política) a partir de 1988	Atuação legalização em Constituição Federal de 1988 Bandeiras individuais Criação de coletivos Impeachment de Collor (Caras Pintadas, <i>Fora Collor!</i>)
6ª	Era FHC (1995-2002)	Luta contra privatização das universidades públicas Governo FHC

⁴ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

⁵ A política de repressão foi intensa. Vale ressaltar nesses embates do tempo ditatorial, a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, no restaurante universitário Calabouço do Rio de Janeiro (Poerner, 1979, p. 293), fato que representou um marco do nível de luta que o ME enfrentou naquele tempo junto com outras áreas da oposição.

		<i>Chega FHC!</i>
7 ^a	Governo Lula com políticas e programas de expansão do ensino superior (2003 - 2010) *Movimento em Redes Sociais (2004 -)	Eleição 2002 UNE alinhada ao Governo Lula Criação de políticas e programas educacionais/ expansão do ensino superior REUNI/PROUNI/SINAES Ativismo digital Atuação em redes sociais (Flogão, <i>Orkut</i> , MSN, <i>Facebook</i> , Instagram, <i>Twitter</i> , <i>Tiktok</i>) <i>Xô Rosengana</i> em São Luís do Maranhão <i>Posts e hashtags</i> que causam maior alcance e engajamento Mobilização contra o Golpe que gerou impeachment de Dilma Rouseff (#NãovaiterGolpe) e Mobilização contra o Jair Bolsonaro (#EleNãO) Resistência ao governo de Jair Bolsonaro na pandemia da Covid-19

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O movimento estudantil faz parte do universo de movimentos que englobam os movimentos sociais. Reconhecido por sua efervescência em defesa da educação, traz o aspecto de combatividade e vigor nos posicionamentos frente às questões que vão além do espaço universitário. Segundo o conceito teórico de Nildo Viana (2020), o movimento estudantil é um dos principais movimentos sociais atuantes, que possui características definidas a partir do grupo social que pertencem. Enquanto movimento social, é constituído por estudantes que se articularam de acordo com a demanda da época e surgem a partir da insatisfação coletiva frente a reivindicação de direitos. No caso do movimento estudantil, trata-se de um movimento social da área educacional, que tem como direcionamento o grupo que o compõe e as pautas que são articuladas em suas movimentações, mas também dialogam com outras demandas sociais. O movimento estudantil consiste em um espaço que reflete a política, em um diálogo com o cenário internacional, nacional, regional e, conseqüentemente, local, em suas amplas conexões. Nesse ponto, o autor Poerner (1979) diz que,

Primeiro, reponta a crescente importância do movimento estudantil dentro de nossa história global, pois que, de início, ele é apenas espasmódico, fazendo-se sentir sobretudo nos momentos cruciais de nossa sobrevivência coletiva em pontos esparsos do território que viria a ser o nacional, para os poucos, procura ser mais presente constante, em atuações muito mais formais que essenciais, para, por fim, já agora, tentar tomar consciência de si mesmo, de sua significação e função dentro do todo, de suas possibilidades e de suas limitações reais (Poerner, 1979, p. 20).

Dentre as entidades de representação estudantil institucionalizadas no Brasil, encontra-se a União Nacional de Estudantes (UNE), que foi fundada em 1937, e atualmente reconhecida

legalmente como entidade máxima de representação dos estudantes pela Constituição Federal de 1988; o Diretório Central Acadêmico (DCE); Diretório Acadêmico (DA); Centro Acadêmico (CA) e outra mais específica do Movimento Estudantil de História (MEH), como a Federação dos Estudantes de História (FEMEH). O Diretório Central dos Estudantes *17 de setembro*, e o Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* (CAHIS), entidade representativa dos estudantes do curso de História da UFMA, são exemplos de organizações estudantis da UFMA.

A Universidade Federal do Maranhão foi a primeira escola superior no Maranhão. Em sua fundação foi mantida por fins lucrativos particulares da Fundação Paulo Ramos⁶ e se chamava *Universidade do Maranhão*. Primeiramente funcionou na cidade de São Luís, e o primeiro curso que se tem conhecimento foi o de Direito, localizada na Biblioteca Pública do Estado. Iniciou com cursos isolados, prédios distantes que funcionavam no centro histórico da cidade. Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, houve a junção dos cursos, em 1953 foi fundada a Faculdade de Filosofia que deu origem aos cursos das ciências humanas, conseqüentemente, o curso de História. Atualmente, enquanto uma instituição de ensino superior mantida pelo poder da União, possui 57 anos de existência, e funciona em nove Campus pelo Estado do Maranhão, tendo como sede o Campus Bacanga, localizado em São Luís. Tem como princípios norteadores a base para funcionamento da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Enquanto instituição tem a função de promover o desenvolvimento científico e contribuir para melhoria da sociedade. Trata-se também de uma instituição de resistência, área de concentração dos movimentos sociais locais tanto de professores quanto de estudantes. Dentre as entidades estudantis que atuam na UFMA, tem-se o DCE *17 de setembro*, com a função de representar os estudantes da universidade que possui vínculo com os D.A's/C.A's com a militância nacional e regional. O Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* atua em demandas internas e regionais em conexão com as nacionais.

O Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela*, fundou-se como entidade representativa dos estudantes de História da Universidade Federal do Maranhão em São Luís. O nome *Lagoa Amarela* foi um quilombo do Maranhão, no Brejo, fundado por Cosme Bento das Chagas, mais conhecido como Negro Cosme⁷. Lagoa Amarela representava o lugar de

⁶ Instituição mantedora do ensino superior maranhense antes do processo de federalização.

⁷Ver Elizabeth Abranches (2013) em *História Regional* sobre Dom Cosme Bento das Chagas, ou Negro Cosme, era natural do Ceará, e foi o grande líder da insurreição de escravos na época da Balaiada, comandando mais de três mil escravos. Em sua luta pela liberdade, proclamou-se Tutor e Imperador das Liberdades, ocupou fazendas e concedeu cartas de alforria para vários escravos. No quilombo Lagoa Amarelo, no Brejo, estabeleceu uma escola de ler e escrever. Foi capturado em 1841, julgado e condenado à pena de morte por enforcamento em 1842 (Abranches, 2013, p. 50).

Ver Telma Bonifácio e Rafael de Jesus (2020) sobre *A Balaiada no Maranhão: uma revisão historiográfica* O negro Cosme foi sentenciado pela rebeldia e enforcado em praça pública, como malfeitor, na vila de Itapecuru;

resistência ao sistema escravocrata, onde eram desenvolvidas atividades educativas para os negros escravizados que ali chegavam. De tal inspiração veio o nome atribuído à entidade de representação estudantil. O estudante Werlys de Jesus Cunha Santos ao recordar sobre o processo de fundação do CAHIS *Lagoa Amarela*, e principalmente a escolha do nome, inclusive as ideias que resultaram no nome batismo, disse que evidenciou a recorrente temática e representatividade de pessoas negras em resistência. Citou que estava em evidência a discussão sobre a Balaiada⁸, enquanto a estudante Nila Michele lembrou que estava conectado ao CAHIS da UEMA que tem por nome Negro Cosme, outra vez alinhado à memória da Balaiada, mas que havia um esquecimento sobre a data de fundação.

E foi nessa época que eu li o livro da Maria Januária, *A Balaiada e a Insurreição dos Escravos*. Aí os elementos que eu obtive do Lago Amarela, foi exatamente no alto processo do Cosme, que é citado por ela, e a análise que ela faz também desse... desse processo. Documento esse até que desapareceu do arquivo. Mas não é necessariamente ligado ao movimento negro. Foi porque a universidade naquela época sempre era baseada em uma coisa que até a gente [...]. Tinha-se uma onda naquele momento de modismo, de ligar as coisas ao negro⁹.

O Centro Acadêmico de História da UFMA foi fundado depois do Centro Acadêmico da UEMA. E o nome do Centro Acadêmico da UEMA é Negro Cosmo. Aí o povo, Washington na hora da organização e tal, parece que foi Manoel que chegou a dizer assim. Bom, se o lá é Negro Cosme, a gente vai Lagoa Amarela. Lagoa Amarela por quê? Porque Lagoa Amarela era o nome do quilombo que o Negro Cosme conduzia. Então pronto, vai ser Lagoa Amarela. Mas não tem nada escrito disso. Então a nossa ideia ainda era escrever, mas o tempo não permitiu.¹⁰

O CAHIS *Lagoa Amarela* também é conhecido como D.A, o estudante Marlon Bruno por vezes se referiu à entidade como diretório, ao ser questionado se o “diretório” era o *Lagoa Amarela* ou o DCE *17 de setembro*, reiterou. “O Centro Acadêmico é o de História, sim. O Centro Acadêmico”¹¹ Configura-se a imagem de Negro Cosme contra o sistema escravagista que oprimia camponeses, mulheres, brancos pobres, entre outros. A entidade simboliza uma parte deste histórico da entidade estudantil dentro e fora da UFMA, em suas movimentações de comunicação, a entidade costumava encerrar com *Saudações Históricas*, o que caracteriza o

enquanto Raimundo Gomes foi executado em viagem, sob tutela policial, entre o Maranhão e São Paulo. Assim, “a Balaiada deixou um saldo de aproximadamente 20.000 mil mortos na província, predominantemente negros, brancos pobres, mestiços, escravos, camponeses, artesãos e vaqueiros” (Botelho, 2019, p.167).

⁸ Ver Gerlândia da Luz (2016) sobre A Revolta da Balaiada. A Balaiada foi um movimento ocorrido no Maranhão contra a política aristocrática e oligárquica das classes mais ricas de latifundiários, senhores de engenho e fazendeiros que dominavam aquela região, em seguida, tornou-se uma rebelião da massa maranhense desprotegida, composta por escravos, camponeses e vaqueiros, que não tinham a menor perspectiva de melhorar sua condição de vida. Representa a luta popular contra as desigualdades e injustiças da sociedade escravista.

⁹ Entrevista realizada com Werlys Santos, concedida em 15 de fevereiro de 2024.

¹⁰ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹¹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

período. A primeira versão de 2016, existe em boa parte dos documentos do CAHIS *Lagoa Amarela* da época enquanto a segunda de 2021, uma atualização mais recente. Cabe destacar que a primeira reside em diversos espaços físicos do CAHIS.

Os slogans do CAHIS *Lagoa Amarela* evidenciam a representatividade. O símbolo dessa resistência no Maranhão, uma representatividade que se conecta para além do tempo com o movimento estudantil de História.

Imagem 1 – Logos do CAHIS *Lagoa Amarela*



Fonte: CAHIS *Lagoa Amarela*
 Gestão *Apologeticus: Unidos pela História* 2015/2016.
 Gestão *Maria Firmina* 2021.

Uma outra instância que representa o movimento estudantil de História nacionalmente, a Federação do Movimento Estudantil de História (FEMEH), com representantes em diversas universidades brasileiras. Criada em 1987 no VIII Encontro Nacional de História (ENEH) em Brasília, seu estatuto foi aprovado em 1995 no XV ENEH ocorrido na UFMA (Jornal da FEMEH CAHIS-UFMA, 2000). Segundo a revista da FEMEH intitulada *Quitinete*¹², atuou defendendo a universidade pública, gratuita, de qualidade alinhada aos interesses da classe trabalhadora. Lutaram pela obrigatoriedade do ensino de história da África, participaram dos movimentos sobre a reforma universitária e se destacou na luta pela regulamentação da profissão de historiador até sua aprovação em 2020. Atuaram nos Centros e Diretórios acadêmicos de História, mas também nos cursos de pós-graduação. Na época, a FEMEH

¹² Ver Revista *Quitinete* da FEMEH. Edição n.5/2022. Disponível em: <https://www.femeh.net/revista>.

também se comunicava no site “www.femeh.hpg.com.br” composta pelos ENEH’s, pelo Conselho Nacional de Entidades de História (CONEHI), Secretaria Geral, Departamentos (Provão, Vagas, Ensino Fundamental e Médio, Mulheres, Currículo e Memória), além dos grupos de trabalho desenvolvidos no ENEH (Jornal FEMEH CAHIS-UFMA, 2001).

O Diretório Central dos Estudantes *17 de setembro* faz referência à Greve de 1979 pela meia passagem em São Luís no mandato do governador João Castelo. Um movimento que marcou a geração, rememorado em produções e em espaços de luta da juventude ludovicense, na memória coletiva do movimento estudantil, inclusive a estudante Leide Ana Caldas conta que fez monografia com a temática relacionada ao cinema, sua área de pesquisa.

Tanto que em... Assim, minha monografia foi sobre a greve de 79, né? [...] E quando eu era adolescente, meus tios, por parte de pai, que eu tenho uma grande ligação com a minha família Caldas, né, do meu pai, falava, “Olha, tem um vídeo, tem um filme sobre a violência de 79”. E isso ficou na minha cabeça. Em 2000, eu, secretaria de comunicação do Centro Acadêmico, eu disse, gente, vamos, a gente vai com uma camisa com alguma imagem da Greve de 79, só que eu não consegui. Então, o filme, eu lembro muito desse episódio que eu fui atrás do professor Murilo Santos.¹³

Sobre a participação estudantil, Durval Filho (2005),

Encorajados pelo apoio popular, os líderes dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em julho de 1979 apresentaram minuta de um projeto de lei que institua a meia-passagem nos ônibus coletivos de São Luís (Santos Filho, 2005, p. 28).

O movimento político do Estado e o engajamento do ME resultou em entidades de base para a concentração dos estudantes na resistência estudantil, inclusive na UFMA. Esse histórico de institucionalização representativa do movimento estudantil no Maranhão se fez paralelo a criação da UFMA como retratado anteriormente. A criação da UME, que depois se tornou o DCE, foi a primeira institucionalização estudantil ainda como cursos isolados, referenciou a ação de diversos centros ou diretórios acadêmicos desde a criação dos primeiros cursos.

A intensa atividade política estudantil, motivada por esse cenário, move a recém-construída União Maranhense dos Estudantes (UME), órgão máximo de representação do corpo discente das Faculdade de Direito, Farmácia e Odontologia, na década de 1950 [...]. Os Diretórios Acadêmicos já funcionavam praticamente desde a fundação das Faculdades. No seu primeiro ano de atividades, a estrutura da UME era formada por presidentes dos diretórios acadêmicos, nos cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesouraria (Costa, 2014, p. 104).

¹³ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

A UME tratava-se de uma representatividade geral dos estudantes. Organizou-se no modelo presidencialista e os cargos eram básicos e fundamentais para gerar um apoio à entidade UNE que estava recém-criada. A entidade era ligada aos partidos políticos da época, cabe ressaltar que a composição da universidade se referia a uma classe favorecida da sociedade maranhense. A luta dos acadêmicos era viabilizar e consolidar os C.A's/D.A's para legitimar e regularizar as entidades, os cursos eram em prédios isolados. A princípio, cuidavam das pautas comuns a todos os cursos e convocavam os C.A's/D.A's para somar nas reivindicações, como infraestrutura, acesso ao ensino superior e melhorias para educação. Em tal contexto, houve a criação da Faculdade de Filosofia de São Luís e Serviço Social por volta de 1953. Abre-se a possibilidade de aumentar a atuação do ME por meio desses cursos. A UME também tinha a preocupação de manter a representatividade, então trabalhava o maior envolvimento do corpo discente uma vez que é uma categoria em constante manutenção, ou seja, entravam e saíam estudantes em pequeno intervalo de tempo. “[...] as entidades estudantis, a UME e os Das, convocam os novos colegas a participarem do ME, a fim de fortalecerem as entidades representativas, buscando fortalecer e discutir os problemas das Escolas Superiores e da Comunidade Acadêmica” (Costa, 2014, p. 113).

Nessa agenda, também existiam outras atividades que abarcavam o corpo discente e a sociedade ludovicense: as mobilizações da UME e DA's sobre trotes e os bailes. Percebe-se desta forma o cunho político manifestado com outros moldes, pois o trote tinha a função de apresentar o ME para os novos discentes e conseqüentemente os convidar para o engajamento no movimento, recebendo-os de forma criativa no ensino superior, enquanto os bailes causavam por meio do lazer, e corroborava com o teor político contido no ajuntamento de discentes. Desse modo também faziam circular a tesouraria da UME e DA's, com arrecadação de fundos para manutenção das entidades. Segundo Márcia Costa (2015), informando e denunciando junto com a sociedade maranhense, questões de ordem social, econômica, política e educacional de forma descontraída. Como parte dos eventos, realizavam as *Festas Acadêmicas*, “[...] pelos estudantes, visando angariar recursos para a promoção de embaixadas estudantis, ou destinadas à caixa da entidade que também promoviam concursos para eleger a rainha universitária” (Costa, 2014, p.130).

O estatuto era como documento de identificação que informava a composição da diretoria, assim como a função de cada cargo e duração de mandato, ou seja, disposições sobre a entidade. Com aprovação dos acadêmicos, entravam em vigor de forma institucionalizada. Essa iniciativa contou com a atuação do D.A da Faculdade de Filosofia de São Luís, que tinha

como composição o curso de História. Posicionavam-se, diante dos acontecimentos. Assim, ganhavam visibilidade enquanto uma categoria politizada. A sociedade criou confiança nos acadêmicos pelo conhecimento que tinham a nível superior, pois ainda era pouco acessível, mas também pela atuação.

O ME acadêmico no Maranhão vinha trilhando um caminho de expressivas mobilizações por parte de seus Diretórios Acadêmicos (DAs) e a UME, reconhecidos por todos como entidades que promoviam ações de interesse dos estudantes, presente nas lutas estudantis em que revela sua força motivadora pela defesa de suas reivindicações [...] (Costa, 2014, p. 110).

Assim, paralela à instalação do ensino superior no Maranhão ocorreu com o engajamento dos acadêmicos em busca de melhorias e reconhecimento do ensino. Esse movimento sucedeu na criação de entidades representativas como a UME e os respectivos CA's/DA's com ligação à UNE que consolidou o projeto de entidade máxima em 1937. A atuação desse movimento estudantil contribuiu para formação política dos acadêmicos e resultou em um campo fértil para o desenvolvimento de figuras políticas, pois muitos continuaram a carreira política em nível estadual e nacional. Relevante contribuição do movimento estudantil e seu retorno para a sociedade. Durante a Ditadura Militar no Maranhão o DCE esteve em mobilizações. Os movimentos sociais e educacionais, como os estudantes e os professores, alinharam-se aos partidos políticos, ao movimento sindical e estudantil com os centros acadêmicos. A produção literária¹⁴ para circular as ideias contra a repressão foi recorrente.

Tanto a organização do DCE *17 de setembro* quanto do CAHIS *Lagoa Amarela*, é regulamentada pelo *Estatuto* onde viabiliza atuação de gestão composta com estudantes devidamente matriculados. O modelo de representação é o presidencial, onde é formado pelos seguintes cargos e seus respectivos suplentes: Presidente; Secretaria Geral; Secretaria de finanças; Secretaria de Ensino, Extensão e Pesquisa; Secretaria de Assuntos Estudantis; Secretaria de Imprensa; Secretaria de Cultura; Secretaria de Esporte; Secretaria de Memória. Cada cargo tem suas atribuições específicas como prevê o Estatuto. O DCE e CAHIS contam também com uma sala sendo do DCE na área de vivência da UFMA e o CAHIS no Centro de Ciências Humanas (CCH), o prédio de Ciências Humanas.

¹⁴ Ver Raimunda Marinho (2019) em *O SILENCIAMENTO DA UNIVERSIDADE NO REGIME DA DITADURA MILITAR*. A exemplo “A incrível Face da Lira cativa” que foi apreendido nos porões ao redor da Fonte do Ribeirão na cidade de São Luís onde residiam professores e intelectuais ligados à UFMA.

O acervo do CAHIS *Lagoa Amarela* abrange uma extensa variedade de documentos das gestões que ali atuaram. Juntamente com acervos como da APRUMA, digital no *site* da FEMEH, ou outros digitais como *site* da UFMA, *blogs* e redes sociais, viabilizam investigar a política brasileira da época sobre a ótica do movimento estudantil. Uma contribuição para a memória da universidade, enquanto sujeitos que atuaram como cientistas, e que futuramente, atuarão profissionalmente na sociedade. Cabe ressaltar que boa parte do acervo disponível do CAHIS *Lagoa Amarela* foi organizado pela estudante Nila Michele que em entrevista ressaltou, “Então, a gente tentou arrumar para que as próximas gestões, criar essa ideia da memória. Essa ideia de memória”¹⁵. A estudante Leide Ana Caldas também lembrou que a gestão onde atuaram tinha essa preocupação em arquivar o material que recebiam ou produziam das mobilizações.

Eu acho que a nossa gestão, História e Ação, por exemplo, como sempre foi muito cuidadosa e organizada, ela fez um grande favor de organizar. Pegou o armário, eeeita... Isso foi uma coisa foda que eu acho que começou a ter. Eu acho que se hoje tu teve acesso, foi graças a essa habilidade e essa preocupação de Nila (Leide Ana Caldas).¹⁶

É relevante discutir a luta dos estudantes nos diretórios e centros acadêmicos, pois faz parte do espaço universitário e da memória da universidade. Enquanto entidade representativa dos estudantes da UFMA se posicionaram diante das demandas que surgiram, conhecer esse histórico é de extrema importância. Dino (1996) afirmou que “A história dos Centros Acadêmicos precisa algum dia ser escrita [...]. De que data é a certidão de seus nascimentos?” (Dino, 1996, p. 63). Um movimento de formação humana, política e social, que precisa ser escrita por meio da pesquisa científica, a fim de que não seja silenciada a participação estudantil no ensino superior. Esta pesquisa pretende seguir na ideia do “des/esquecimento acadêmico” do movimento estudantil, inclusive de História, campo que nasceu essa inquietação científica.

Ao optar pelo estudo de memória, essa pesquisa encontra base em Paul Ricoeur (1913) que prepara o pesquisador à prévia aquisição da memória que irá conduzir a narrativa. Observar o movimento estudantil consiste em pesquisar o perfil de estudantes no recorte temporal que se propõe. Vale ressaltar que, o perfil estudantil passa por influência da política educacional aplicada e as experiências que passavam tais estudantes. Com esse leque de possibilidades, foi mapeada a militância acadêmica para tecer essa escrita. A memória é o reconhecimento do passado existencial de um povo, enquanto a história sua representação, um saber científico. A

¹⁵ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁶ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

narrativa que resulta de entre essas fases da operação consiste no conhecimento produzido pela ciência história. Ao observar as fontes escritas e orais, cabe explicar as memórias que se relacionam, de tal forma àquelas que se opõem ou somam às novas perspectivas.

A renovação da história política abre possibilidade de relacionar estruturas de poder vinculadas a diversos atores políticos em espaços que trazem reflexão e construção da cidadania, que rememora a militância de sujeitos individuais e coletivos que lutaram pela garantia de direitos. O objeto de estudo em questão alinha-se à essa perspectiva pois são sujeitos com participação política e manifestações sociais com foco principal nas pautas da educação, da mesma maneira que as bandeiras individuais que representam a sociedade. Assim, há possibilidade de segundo René Rémond (2003, p. 07), “ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central”. Analisar o movimento estudantil significa conhecer também a história da educação brasileira.

Trata-se de um movimento social que faz parte da agenda historiográfica sobre o tempo presente, principalmente o latino-americano, que leva em consideração o protagonismo dos estudantes universitários diante dos embates em resistência ao avanço do neoliberalismo¹⁷, que “não é somente uma ideologia, mas uma política econômica, um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7), e governos autoritários nos últimos anos.

O ponto de partida dos governos recentes em análise está interligado ao movimento da reforma de Estado em uma lógica neoliberal visualizada em Collor, inserida e incentivada por FHC onde docentes, discentes e outros sujeitos envolvidos criticam o governo Lula por prolongar, o que foi alvo de muitas críticas dos movimentos de resistência, tornou-se a principal bandeira de embate do movimento estudantil brasileiro nas últimas décadas. Um neoliberalismo que vai além da intervenção mínima do Estado, mas que está nas estruturas das relações, na busca pelo controle e conduta da população que se baseia na generalização do mercado e concorrência, características normalizadas no cotidiano brasileiro. Para Dardot e Level (2016), o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governabilidade eminente. O desenvolvimento da lógica de mercado como fio catalizador para os demais setores da vida, uma lógica normativa global que antes de ser uma ideologia ou política econômica, é um modo de governar e ser governado que se expandiu de muitas formas na virada e primeiros anos do século XXI.

¹⁷ Ver Pierre Dardot e Christian Laval. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016). Analisa o neoliberalismo além da baixa intervenção do Estado, mas uma forma de gerir o mundo socialmente.

A análise pela ótica da história do tempo presente contribui para percepção de temporalidades que se articula tensões recentes com outras de longa duração e mais afastadas. Segundo Angélica Müller e Francine Iesgelski (2022), a função da História do Tempo Presente consiste em responder às significativas turbulências que não podem ficar mergulhadas nas águas turbas do presente em que se aguarda as calmarias para serem tocadas, pois há acontecimentos que afetam significativamente a vida social. Nesse processo “o historiador se torna testemunha e intérprete da história” (Müller; Iesgelski, 2022, p. 12). Trata-se de um desafio para historiadores que ousam investigar o Tempo Presente, pois rompe com métodos consolidados do fazer historiográfico como cronologias e periodização. Pede flexibilização temporal ao tempo que a cautela epistemológica ao analisar acontecimentos que estão palpantes no historiador que observa seu tempo, necessário equilibrar aproximação e distanciamento do objeto de estudo.

Fazer uma história sobre eventos que estão se desenrolando requer do historiador colocar o presente em perspectiva temporal, apresentando, assim, o presente na densidade de sua historicidade. Ou seja, acreditamos que uma história do tempo presente se realiza pela relação dialética entre temporalidades: o historiador articula o estudo de diferentes acontecimentos de durações mais curtas e recentes àqueles de durações mais longas e afastadas temporalmente (Müller; Iesgelski, 2022, p. 13).

O movimento estudantil em questão evidencia uma parte da história da educação brasileira pela perspectiva das políticas educacionais diante dos governos que estavam em vigor nos anos iniciais do século XXI, um tempo recente das influências na conjuntura educacional atual. Problematizar tais ocorridos, significa rememorar, mas também sinalizar a luta estudantil que precisa continuar ao ter em vista o histórico que possui o país sobre o acesso e permanência no ensino superior. Um movimento universitário que assume diversas formas e espaços e que nos anos em análise se remodelou.

[...] a descrença da política institucional é outro elemento característico de boa parte dos estudantes. A grande parcela já não participa das entidades estudantis ou mobilizações organizadas por estas. Isso não quer dizer, porém, que a idéia do político esteja morta, mas que talvez se mostre sob outra forma (Mesquita, 2001, p. 58).

Nesse sentido, há um jogo de temporalidades que auxiliam no equilíbrio necessário para investigação histórica de um evento do presente. Boa parte das pesquisas em História do Tempo Presente cumpre questões de repressão política, principalmente na América Latina (Müller; Iesgelski, 2022, p. 15). Entende-se que isso se deve ao histórico de repressão vivenciado por diversos países latinos e a resistência dos sujeitos que o compõe, dentre eles, os estudantes.

Conforme Albecio Ribeiro (2020, p. 55), o movimento estudantil é uma força política presente nas lutas sociais por liberdades e direitos da história recente. Uma experiência rica e passageira por sujeitos que vivenciam demandas de seu tempo e espaço, mas que estiveram embrenhados em uma teia conectada de movimentos que antecederam ou aconteceram de forma paralela, mas com suas devidas particularidades e contribuições para a história da educação conectada.

O pensar historiográfico por meio dos ocorridos da educação superior latino-americana, oferece uma perspectiva desconstruída e emancipadora dos sujeitos que o compõe ao tempo que o conecta, pois não acontece de forma isolada, parte-se de suas particularidades, rompe com as raízes eurocêntricas. Segundo Pamela Crossley (2015), a história global rompe com a ideia da história centralizada como feita antes na historiografia eurocêntrica, mas também procura veemente recuperar os pontos de vistas que distanciam dos ocidentais e coloniais. As ações do movimento estudantil geram processos de transformações e possibilitam pensar o mundo por meio das conexões, pois não existe nenhum objeto isolado do mundo, assim é necessário pensar o entrelaçamento de espaços e tempos diferentes.

O jogo de escalas e tempo é uma discussão no campo da história global como uma história conectada pela tentativa de explicar as mudanças em perspectiva global no decorrer do tempo (Crossley, 2015, p. 140). Entende-se que as ideias, pessoas e processos ultrapassam territórios e tempos por isso não se analisa algo de forma isolada, a exemplo, no movimento estudantil, as ondas de protestos discorrem de um espaço baseado em determinado tempo e se prolifera, ultrapassam fronteiras, cada um com sua estratégia de luta, tornando um movimento global, “Em uma palavra, trata-se de construir uma história sem um centro único” (Barros, 2019, p. 05). Para interconectar, é necessário desprender das amarras de fronteiras, deixar de desconsiderar que há uma conexão além de tempo e território, liberar o olhar historiográfico.

Ao pensar o estudante brasileiro que saía do país para cursar um ensino superior para outros continentes, também se observa a circularidade de ideias que ocorre e que influencia na formação do sujeito que retorna. Esse processo abrange as conexões atlânticas que despertam modos de resistência e as práticas revolucionárias baseado em outros espaços. Assim, tanto a história global na perspectiva conectada quanto do Tempo Presente permite observar o aprofundamento de diferenças e rupturas bem como permanências concretas, sem retirar a originalidade de cada processo sobre o objeto de estudo (Müller; Iesgelski, 2022, p. 17). Outro ponto que conecta o movimento estudantil são as bandeiras de luta, ações de cunho global como meio ambiente, questões de gênero, étnico-raciais, abrangem uma perspectiva global, com ações que se desdobram conforme cada realidade.

Más allá de estos factores inmediatos y circunstanciales, encontramos que el presente histórico que nos há correspondido vivir dispone además de poderosos movimientos subterráneos que le han dado um mayor realce a la condición presente. Estas situaciones y dinâmicas han dado lugar a que hoy se assista a lo que podríamos denominar *uma experimentación nueva y global de la historicidade*. Global, debido a que la mayor interdependência há producido um incremento de dissimiles temporalidade sociales que chocan, se solapan, sobreponen o generam nujevas sínteses y nueva, porque la condición presente interviene como puente que enlaza o sincroniza de manera barroca esta amplia gama de temporalidades. Em la toma de consciência de esta nueva realidade um papel no menor le há correspondido advenimiento de uma contemporaneidade que podemos considerar como instrísecamente global [...] (Vengoa, 2022, p. 31)¹⁸.

Temporalidade e espaço no movimento estudantil são recursos que embora estejam delimitados nesta pesquisa, são flexíveis a fim de abranger uma análise conectada e global do objeto de pesquisa. É fundamental pensar o papel da história no presente, pois são dilemas atuais que fazem parte do campo de investigações históricas e contribuem para compreensão de significativas perturbações com relação ao tempo e que possuem desdobramentos múltiplos. O historiador do tempo presente, ao comunicar as conjunturas, não oferece uma compreensão rasa, mas registra as percepções sobre o presente que pode servir para ser consultado no futuro em que virar um passado distante.

Geralmente o diálogo sobre movimento estudantil compreende a área das ciências sociais e educação. Observa-se que a abordagem historiográfica o traz em caráter descritivo sobre algum movimento específico. Boa parte retrata o protagonismo estudantil durante a Ditadura Militar¹⁹ (1964-1985), todavia nota-se necessário repensar pelo olhar historiográfico, conceitos e características do movimento estudantil, tendo como base que são sujeitos que sinalizam sua existência em diversos tempos e espaços com suas devidas particularidades. Trata-se de uma História do Tempo Presente que segundo Angélica Müller e Francine Iegelski (2022, p.11) “é necessário que haja diálogo com outras ciências, pois ao invés de individualizar e fragmentar o olhar, ocorre construção de análise a partir de diversos pontos sobre um determinado assunto”. Diante das possibilidades, essa pesquisa se funda na historiografia

¹⁸ Tradução da citação para português - Para além destes factores imediatos e circunstanciais, descobrimos que o presente histórico que vivemos também tem poderosos movimentos clandestinos que têm dado maior ênfase à condição actual. Estas situações e dinâmicas deram origem ao que poderíamos chamar de *uma nova e global experimentação da historicidade*. Global, porque a maior interdependência produziu um aumento de temporalidades sociales díspares que colidem, se sobrepõem, ou geram novas sínteses, porque a condição actual intervém como uma ponte que liga ou sincroniza esta ampla gama de temporalidades de forma barroca. Na tomada de consciência desta nova realidade, um papel não menor foi desempenhado pelo advento desta nova realidade contemporânea que podemos considerar como intrinsecamente global [...] (Vengoa, 2022, p. 31).

¹⁹ Para Bobbio (1998), no *Dicionário de Política*, o Verbete-Ditadura, escrito por Stoppino, conceitua como uma resposta dos governos conservadores à crise no Estado para salvar a pátria. No Brasil, através dos Atos Institucionais esses discursos foram firmados. Um momento com sucessivos governos de militares em que direitos fundamentais foram retirados com autoritarismo que durou vinte e um anos.

acessível, mas também em bibliográficas na área da educação, políticas públicas, economia, serviço social, ciências políticas e sociais, a fim de tecer um registro historiográfico de um tempo recente que alarma ser lembrado.

Segundo Marcus Conceição (2020), a partir da década de 1960, estudos sobre o movimento estudantil eclodiram devido às intervenções que os estudantes se destacaram como protagonistas. Essas ocorrências provocaram a necessidade de compreender seus conceitos, formas de organização, objetivos e o impacto que possui a atuação estudantil para a história da educação com esses sujeitos.

O diálogo historiográfico destaca os estudantes como sujeitos que compõe a luta pela educação que reafirma a necessidade de registrar essa participação na produção científica defendendo uma perspectiva latino-americana da narrativa. Sobre o movimento estudantil na América Latina, Ruy Marini (1970), José Albuquerque (1977), Jean Meyer (2008), Jordana Santos (2008), Gabriel Samacá e Álvaro Tarazona (2011), Renate Marsiske (2017), Randall Zamora (2023), sinalizam a influência do Maio de 68²⁰ como um fenômeno que influenciou na juventude latino-americana inclusive o movimento estudantil. Nas bibliografias brasileiras encontram-se Arthur Poerner (1979), Antônio Mendes Júnior (1981), Janice Sousa (1999), Marcos Mesquita (2001), Bringel Breno (2009), Ana Karina Brenner (2011), Gabriel Paiva (2011), Gisele Lacerda (2011), Marília Pohndorf (2013), Angélica Müller (2016), Nildo Viana (2020), Victor de Oliveira (2020), Tânia Sucupira (2021), Fernanda Martins (2022). Em sua maioria, remetem à militância dos anos 60 e período de transição política do país.

Dentro as referências bibliográficas maranhenses, retratando São Luís, Durval Santos Filho (2005) sobre a luta pela meia passagem em São Luís feita por estudantes secundaristas e universitários, Márcia Cordeiro Costa (2014) analisa os impressos estudantis produzidos por discentes da época que faziam parte do ensino superior no Maranhão, em São Luís, Anderson Vieira (2015) sobre as expressões políticas da juventude entre 2010 e 2013, Ana Beatriz de Oliveira (2019) a luta contra a privatização das universidades por intermédio do Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* da Universidade Federal do Maranhão. Diante dos períodos que analisam, escuta-se um eco no recorte temporal que pretende abordar esta pesquisa.

O movimento estudantil é uma experiência coletiva, mas também individual. Segundo Michael Pollak (1989), a respeito da memória coletiva e individual, há diversas relações que

²⁰ Ver Leonardo Proto em *Juventude e o maio de 1968* - Uma das representações da revolta do Maio de 68, sobretudo relacionado à juventude, diz respeito apenas à sua caracterização fenomenológica, de uma manifestação de jovens contra o autoritarismo e a moral social contrária às liberdades individuais (Proto, 2012, p. 33).

interferem no seu exercício e tende a abranger um sentimento de pertencimento. A micro-história enriquece o debate ao analisar as variáveis sociais no movimento de estudantes para reter a ideia do coletivo, as motivações que levam às articulações. Para Gagnebin (2006), há uma responsabilidade ao estudar o passado, pois a memória revela formas de resistência diante do relativismo da pós-modernidade, trata-se de um mecanismo de luta política. A memória viabiliza pesquisas pela ótica de conjunturas e problemáticas. Por isso, o historiador deve manusear a memória de forma a problematizar os fatos. A escrita da história representa também uma luta contra o esquecimento e a denegação, no caso do movimento estudantil o posicionamento diante das políticas públicas de educação, lembrar seria como escavar memórias acalentadas pelo tempo, que oferece um lugar de prestígio na história e na memória.

Portanto, estudar o histórico do movimento estudantil por intermédio do CAHIS *Lagoa Amarela* da UFMA, é promover a memória dessa representação estudantil do curso de História e sua contribuição para uma universidade mais democrática, com sujeitos que a faz existir, funcionar, mas também resistir. Como também, a memória da Universidade Federal do Maranhão, pois como forma de resistência, conhecer o caminho que faz a universidade existir e resistir ao longo do tempo, é uma defesa contra os possíveis desmontes do ensino superior. Nessa direção, os ataques ao ensino público residem nas instabilidades da política educacional, firmados em um discurso onde o ensino, pesquisa e extensão, são vistos como desperdício, torna-se importante pesquisar o histórico da militância estudantil veiculada na universidade com as suas lutas, para entendimento de suas movimentações políticas, responsabilidades sociais, e uma chamada ao tempo presente.

“Pra quê tu perde tempo arrumando isso? E eu dizia, não, é a memória”²¹

As entidades representativas carregam em seu histórico um símbolo de resistência. Tanto o DCE *17 de setembro* quanto o CAHIS *Lagoa Amarela*, carregam nomes que lembram lutas estudantis por direitos e resistência ao sistema escravocrata, respectivamente. Como metodologia para desenvolvimento da pesquisa, houve um levantamento bibliográfico em torno da temática na historiografia internacional, nacional, regional e local em livros, artigos, monografias, dissertações, teses e outros, para investigação do objeto de pesquisa.

Segundo Antônio Carlos Gil (2002), ressalta que o estudo bibliográfico é relevante para o desenvolvimento de qualquer outra espécie de investigação. Com o suporte bibliográfico, prosseguirá com uma pesquisa de campo analisando fontes documentais oficiais da instituição

²¹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

disponíveis no site da UFMA, redes sociais e *blogs*, fontes do DCE *17 de setembro*, tendo como acervo norteador do CAHIS *Lagoa Amarela* e alguns vestígios estudantis encontrados no arquivo da APRUMA, e fontes orais, utilizando da História Oral como proposta metodológica em entrevistas com ex- militantes que atuaram tanto no DCE quanto no CAHIS. Essa teia de relações que esta pesquisa está alicerçada.

Foto 1 – Visita aos acervos do CAHIS e DCE.



Fonte: Autora (2022) e (2024).

Inicialmente as análises iriam ocorrer somente com o acervo do CAHIS *Lagoa Amarela*, todavia o material trouxe conexão com documentos de outras instâncias estudantis como o DCE *17 de setembro*. Durante as pesquisas de campo, houve contato com uma fotografia disponibilizada pela APRUMA, mas também *sites* e redes sociais citadas pelos estudantes entrevistados. Diante da possibilidade de acesso, optou-se em acatar os acervos para desenvolvimento desta pesquisa. Assim, mediante um documento de solicitação²² para acesso às fontes documentais, encaminhadas e assinadas pelas entidades representativas, foram feitas três visitas à sala do CAHIS *Lagoa Amarela* e uma visita à sala do DCE *17 de setembro*. Para viabilizar a pesquisa, optou-se em digitalizar as fontes documentais e salvar em documento *pdf*.

A partir das possíveis técnicas de pesquisa em acervo com disponibilidade de material para o manuseio e digitalização. As condições eram escassas, pois muitos estavam rasurados, resultado das péssimas condições de organização e preservação. Compreende-se que o acervo possui um potencial histórico das entidades, da UFMA, todavia carecem de tratamento especializado. Do CAHIS continuavam dentro das pastas, organizados por ano e do DCE

²² Verificar em APÊNDICE II.

estavam em caixas, alguns organizados por anos, outros avulsos. O foco da pesquisa consistiu em documentos de 2000 a 2007, e cada visita foram feitos relatórios com anotações prévias sobre sua variedade, dentre eles, ofícios, cartas circulares, panfletos de encontros estudantis, prestação de contas dos gastos, ficha de inscrição das chapas ao cargo da diretoria, fotografias, entre outros.

Um documento preexiste ao que nele está escrito, ou seja, as causas de sua existência e a forma como foi registrado podem falar muito do seu conteúdo, baseado nessas ideias seguiu-se a análise. Cabe ao historiador entender que tudo que há ali pode e deve ser questionado. Assim, há uma abordagem quantitativa do movimento estudantil, que investiga as variáveis que permeiam a política educacional com base no prévio conhecimento adquirido com o estudo bibliográfico, mas também qualitativa sobre a lógica de funcionamento, ao observar o investimento estatal na educação, expansão de matrículas e conclusão dos cursos, e o militância estudantil. A análise possui um caráter descritivo, na observação dos detalhes dos documentos, com atenção voltada para a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados. Segundo Saliba (2012), são fontes disponíveis que tem a contribuir, em suas particularidades, com a investigação. Observar o que esses documentos soam é a função. Analisam-se as entrelinhas, intenção de quem o fez e o arquivou, pois não se trata de provar sua veracidade, mas usá-lo para um possível fim: a memória do movimento estudantil universitário, memória da UFMA.

Outrossim, ao se levar em consideração que o objeto deste trabalho se trata de uma História do Tempo Presente foi utilizado como metodologia, a História Oral, pois “A fonte oral é privilégio do historiador do presente”, como diz Robert Frank (1999). Há realização de entrevistas com pessoas que participaram de determinado momento em que se deseja captar informações. A utilização de tal método requer conhecimento da área de estudo e material e visualização de espaços para gravação das entrevistas, além do cuidado ao absorver a mensagem. Trabalhar com memória consiste em relacionar o passado e o presente por intermédio dos diversos pontos de encontro ao decorrer da entrevista, é trabalhar o individual e o coletivo. Os métodos que serão utilizados visam, portanto, desenvolver a pesquisa com base ética científica. Desta forma, com tentativas de um olhar apurado, serão coletadas informações relacionadas com o texto e contexto, que identificam as rupturas e permanências. Assim, a pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica, para desenvolver uma pesquisa de campo documental e oral.

O objetivo desta pesquisa é analisar as memórias sobre o período de transição do governo de FHC para Lula (2000 - 2007), destacando as políticas educacionais para expansão, acesso e permanência por meio da atuação do movimento estudantil na UFMA: DCE 17 de

setembro, mas principalmente o CAHIS *Lagoa Amarela*. Pretende-se investigar o impacto das políticas públicas na universidade e nas dinâmicas de organização estudantil por meio de fontes documentais e orais com ex-militantes que atuaram no movimento estudantil da UFMA. Para isso, compreender os conceitos historiográficos que permeiam o movimento estudantil, evidenciar o histórico de (re)existências da UFMA e os impactos do REUNI, e por fim perpetuar a voz do movimento estudantil da UFMA por meio dessa pesquisa.

“[...] tive as melhores memórias, e eu entendo que a gente realmente precisa ocupar os espaços, né?”²³

As memórias documentais e escritas permeiam todo o processo de desenvolvimento, inclusive nos títulos como forma de evidenciar as narrativas. Este estudo dissertativo está estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado *Movimento Estudantil e suas conexões*, introduz a discussão que relaciona o objeto de pesquisa com diversas outras ciências humanas e sociais como a educação, ciência política e econômica, ciências sociais, entre outras, para conceituar o movimento estudantil e suas conexões globais. Em sua estrutura foi dividido em três subcapítulos: *Conceitos historiográficos do movimento estudantil*, Partidos políticos e o movimento estudantil: *“Tinha essa tensão. Esse discurso do apartidarismo”* e Atuações do movimento estudantil no Brasil após a Constituição Federal de 1988: *“Repensando o que o movimento estudantil deveria estar fazendo nesse momento”*. O primeiro subcapítulo um diálogo historiográfico com conceitos do movimento estudantil sobre suas características, formas de organização, entidades representativas brasileiras relacionando o movimento estudantil universitário à universidade, aos estudantes, aos ideais de luta assim como sua relação histórica enquanto um movimento social e a presença do Estado bem como a lógica de funcionamento, influência na formação política e acadêmica. O segundo subcapítulo a relação do movimento estudantil com os estudantes, os ideais de luta, envolvimento em partidos políticos, assim como, seus embates e dilemas, tendo como principal abordagem, a militância estudantil dos anos 2000 a 2007. O terceiro subcapítulo segue rememorando a trajetória do século XX a partir da legalização com a Constituição de 1988 e os anos 2000.

O segundo capítulo intitulado *Universidade Federal do Maranhão: (re)existências* trata do histórico da UFMA paralelo à atuação do movimento estudantil com uma breve exposição sobre fundação e federalização no primeiro subcapítulo *Fundação Universidade do Maranhão:*

²³ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

“*Eu queria UFMA. Queria Federal, sabe?*”, segundo subcapítulo contexto político da transição de FHC e Lula e os impactos na universidade em *FHC e Lula: “Era fora FHC... Essa galera viu o que tinha, aí entra o governo Lula”* das políticas e programas educacionais, a expectativa como suas conciliações e divergências de posicionamentos diante das propostas e ações na política educacional, e o modo atuação do movimento estudantil no terceiro subcapítulo “*As políticas e programas educacionais em FHC e Lula (2000 - 2007): “Aquele coisa do imediatismo, né? Vai entrar e vai mudar”*”. Por fim, o quarto subcapítulo com foco no REUNI na UFMA “*REUNI na UFMA: “a gente tinha que lutar por tudo”*” com o posicionamento do movimento estudantil.

O terceiro capítulo cujo título *Saudações estudantis: vozes de atuações históricas* baseia-se na História Oral a fim de ouvir e analisar as memórias, esquecimentos e silêncios das narrativas de ex-militantes da UFMA e atuantes tanto do DCE 17 setembro, e em sua maioria no CAHIS *Lagoa Amarela* sobre o contexto em análise para perpetuar essas vozes estudantis. Dessa forma, divide-se em “*CAHIS Lagoa Amarela e DCE 17 de setembro: presente na UFMA!*” para discorrer sobre as entidades e suas relações em atuação com eventos estudantis, ponches históricos e bandeiras; “*Como é que era essa UFMA, o curso de História, como é que ele funcionava?*” sobre a UFMA, funcionamento do curso de História e a luta pelo acesso e permanência; “*A gente pode dizer de política externa foi participar dos eventos*” sobre a participação em encontros estudantis que geram intercâmbio e mobilização de ideias; “*E aí você vê o governo Lula chegando, houve uma mudança drástica, mas não desejáveis*” sobre os impactos da transição de FHC e Lula, as memórias de divergências no próprio movimento estudantil diante da parceria público-privado que se estabeleceu no governo Lula; “*O movimento estudantil, nessa época, deve muito à internet. No Maranhão, fui eu que criei a comunidade ‘Xô Rosengana’ no Orkut*” sobre atuação por meio das redes sociais, uma atuação no meio político local. Por fim, “*O movimento estudantil me enriqueceu muito intelectualmente*” sobre as contribuições do movimento estudantil na formação acadêmica e profissional.

“E eu sempre dizia, quando eu olhava o ônibus do Campus, eu vou pegar esse ônibus”²⁴

No estudo sobre o movimento estudantil, ouvir sobre a trajetória de vida dos estudantes, contribui para compreensão de suas motivações ao se deparar e engajar com o movimento na universidade. Significa observar suas origens, concepção de vida, o tipo de escola e formação

²⁴ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

que tiveram acesso bem como oportunidades que até ingressarem na universidade, que para a época em análise continuava bem restrita a poucos. Assim, essa pesquisa ouviu Amanda Ramos, Frederico Mecnas, Leide Ana Caldas, Marlon Bruno Cardozo, Nila Michele Santos como sujeitos que são ex-discentes²⁵ e atuantes no movimento estudantil da UFMA, na cidade de São Luís. Algumas entrevistas foram feitas presenciais, outras pela plataforma *Conferência Web* pela questão de distância interestadual. Em seus tempos e espaços foram protagonistas em pautas que julgam ter sido essencial para formar suas personalidades como estudantes na época, e atuais profissionais em suas áreas. Criados em bairros periféricos de São Luís, a maioria veio de família classe média ou baixa. Uma pauta em comum era o sonho de ingressar na UFMA, alguns tinham vivência no meio político pelo movimento estudantil secundário, outros juntaram a vontade de se envolver em questões sociais ao movimento na UFMA. De tal modo que vivenciaram e atuaram, entre as tensões do movimento, resistiram e são parte desse histórico.

Para o desenvolvimento dessa etapa da pesquisa, houve um o *Roteiro de Entrevista* seguindo o prévio estudo bibliográfico já abordado nos capítulos anteriores. Segundo Verena Alberti (2008), o conhecimento amplo dos possíveis temas levantados na entrevista otimiza a análise da entrevista. Para utilizar tais entrevistas, foram feitas *Cartas de Cessão*²⁶. Segundo Meihy e Holanda (2003) e Verena Alberti (2008) há tipos de entrevistas que se compreendem em temáticas e de história de vida. Optou-se pela temática, com partes sobre a trajetória estudantil dos entrevistados naquele tempo, como também com foco temático na atuação do movimento estudantil da UFMA, sabendo que a trajetória acadêmica depende das condições de vida. Os relatos se entrelaçam suas memórias como discentes, mas também como docentes. Refletiu uma época que estavam inseridos na política como acadêmicos e visão do presente, como docentes que são envolvidos com a política. Além desses teóricos citados, encontra-se Pollack (1989) sobre memória coletiva e Lacerda (2009).

Rememorar esse passado, significa redefinir as lutas que foram travadas no período em análise nesta pesquisa. Uma fonte que tem capacidade de ressoar as vozes estudantis, um passado de luta. Segundo Santos (2010), cabe ao ofício do historiador realocar o anjo da história, para cumprir o ofício de eclodir o inconformismo dos vivos e resistir aos perigos do presente. Portanto, esta pesquisa discorre sobre história política, contexto educacional, universidade pública, UFMA, movimento estudantil, DCE, movimento estudantil de História,

²⁵ Ver no APÊNDICE I quadro sobre informação dos entrevistados.

²⁶ Um documento que serve para atestar a legalidade da entrevista. A assinatura do termo permite o uso das falas que constam nas entrevistas. Em tal documento constarão informações pessoais dos entrevistados, bem como, os dados básicos da entrevista, na direção de que podem ser submetidos para composição dos arquivos em História Oral.

curso de História, partidos políticos, eventos acadêmicos e culturais internos à universidade, relação com a FEMEH e a UNE. Segundo Walter Benjamin (1940), consiste em articular o presente com o passado despertando memórias. O passado com ecos de vozes silenciadas, mas que vence no presente ao utilizar o discurso histórico. A apropriação desse passado reflete em capturar a memória dentro da agitação da problemática, na ideia de que são relatos do presente. A agitação que se pretende analisar, são demandas do movimento estudantil na mudança de governos que se configuravam opostos, bem como se deu sua atuação diante do governo de Lula, com viés da esquerda eleito diretamente no Brasil. Nessa linha entre aproximação e distanciamento, trabalha-se o conceito de memória, que se pretende articular essa pesquisa.

Tecer esse histórico, é pensar uma teoria da história que permita voltar a pensar esses sujeitos sociais, que contribui para evitar o apagamento das perdas e conquistas realizadas, mas também instigar um presente de militância. “[...] a ameaça que as investidas atuais do esquecimento e da denegação fazem pesar sobre a escrita da história” (Gagnebin, 2006, p. 45). Um diálogo entre memória e oralidade, que se utiliza das fontes orais que são a base para compreender as motivações que levaram àquelas informações contidas nas fontes escritas e dão oportunidade de escutar as vozes da memória, no caso desta pesquisa, as “Saudações estudantis” que residem na Universidade Federal do Maranhão em um tempo bem presente.

1 MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS CONEXÕES

Lutar já não é uma opção, movimentar-se é uma condição de existência humana (Bezerra, 2020, p. 18)

O movimento estudantil possui um histórico de luta pelos interesses sociais. Juntamente com outros movimentos sociais, protagonizou diversos momentos históricos com repercussões globais nos cenários sociopolíticos. No Brasil, a sua principal bandeira de luta consiste no direito à educação de qualidade. “E, assim como ocorreu no mundo, o ME na história brasileira sempre se prostrou na linha de frente da resistência, seja em períodos ditatoriais, ou mesmo em momentos ‘democráticos’” (Souza, 2020, p. 71). Mesmo de forma dispersa, verifica-se atuação de estudantes antes mesmo das universidades serem criadas no país, sinalizando sujeitos políticos ativos na história da educação. Encontra-se os estudantes mobilizados, desde secundaristas e universitários. Juntos, engajam lutas presentes pelo futuro do país e formam uma juventude politizada que reivindica direitos que vão desde melhorias no ensino e condições de permanências dos estudantes até reivindicações de cunho global de críticas ao sistema vigente.

Na América Latina, a participação política dos estudantes não é recente. Pensava-se o ME voltado para o sindicalismo, diferenciando dos europeus e norte-americanos, ou mesmo como um movimento que nasce da necessidade característica de países categorizados como “subdesenvolvidos”, na lógica do capitalismo. Conforme Juliana Franco (2013) a Reforma Universitária inaugurada na Universidade de Córdoba em 1918 pelos estudantes foi catalizadora no projeto de universidade que ampliasse o acesso das classes subalternas e vínculos das universidades. Observa-se o movimento estudantil como um fenômeno global que existe em diversos países cuja Revolução de Maio de 1968²⁷ consagrou a militância política como um dos aspectos mais importantes dos movimentos estudantis atuais.

Segundo Ruy Marini (1970, p. 178), há elementos que caracterizam a militância dos estudantes. Esse protagonismo estudantil ganhou força pela crise de autoridade e poder na França, os estudantes já buscavam organizações políticas como sindicatos e partidos políticos. Conforme Marcus Conceição (2020), a ação dos estudantes e trabalhadores foram cruciais para

²⁷ Em Maio e Junho de 1968 teve lugar em França a maior greve da história do país [...] O detonador foi o protesto estudantil cujo ápice é a noite das barricadas, quando os estudantes se barricaram nas ruas do Quartier Latin, na zona da Universidade Sorbonne, atirando pedras à polícia, que reprime brutalmente a manifestação, espoletando a reação do movimento operário em solidariedade (Varela; Santa, 2018, p. 970).

formar a frente e influenciar o mundo. Um movimento estudantil que não apenas reage à opressão social, mas também tem consciência de suas reivindicações em seu contexto.

[...] em seus aspectos gerais, estes movimentos obedecem a determinações que transcendem a conjuntura do momento e se explicam naturalmente pelos fatores estruturais comuns a estes países, de modo que as condições nacionais desenham apenas a forma particular de cada movimento (Marini, 1970, p. 718-719).

Como forma de funcionamento nos países da América Latina, as manifestações estudantis se definem pela mobilização nas relações de forças que estão inseridas, ou seja, caracterizam-se pela estrutura própria destes países. As condições nacionais definem a agenda de cada movimento. Por outro lado, apesar da singularidade de cada país e as formas de organização dos movimentos, há semelhanças por meio da mobilização massiva e do posicionamento prevalecente na relação de forças que existe onde estão atuando, “América Latina no fue ajena a los grandes cambios de una época reconocida por movimientos sociales culturales y por protestas universitarias” (Tarazona; Alonso, 2011, p. 45)²⁸. Um acontecimento reconhecido como a primeira revolução global e cultural e que além de repercussão, gerou um posicionamento social inclusive estudantil diante das problemáticas.

O Maio de 1968 causou um impacto no contexto transnacional no movimento estudantil latino-americano, reafirmando a identidade de sujeitos que já se movimentavam em décadas anteriores, mas que em 60 se torna renovado e influenciado pelas reivindicações da juventude francesa e que vaporiza, tendo em vista, a onda de regimes autoritários que se expandem pelo continente que caracterizam o período. Ocorre a união do movimento estudantil com outros setores em campus universitários ou mesmo em grêmios estudantis. Conforme Randall Zamora (2023), há uma ausência de estudos sobre o movimento estudantil na América Central, tendo o Brasil, Chile, Uruguai e Argentina como os mais estudados.

No Brasil, a participação estudantil tem uma divisão historiográfica em fases, interessante observar que as pesquisas na temática apontam os estudantes como sujeitos ativos nos movimentos sociais do país antes mesmo da criação do ensino superior e enfatizam ou remontam com intensidade sobre o protagonismo estudantil na resistência à Ditadura Militar (1964 – 1985). Segundo Eliani Covem (2020, p. 41), “No Brasil, o movimento estudantil também foi protagonista em diversas frentes de lutas, sendo as mais marcantes as manifestações de protesto contra a ditadura e o regime militar na década de 1960 e 1970”. Em destaque de produção sobre a temática, a obra de Arthur José Poerner intitulada *O Poder Jovem* (1979),

²⁸ Tradução da citação em português - A América Latina não está imune a grandes mudanças em uma era conhecido por movimentos culturais e sociais, protestos estudantis (Tarazona; Alonso, 2011, p. 45).

contextualiza politicamente a atuação estudantil inclusive a institucionalização a partir da criação da União Nacional dos Estudantes em 1937 e a resistência estudantil à ditadura. O autor aponta o movimento estudantil como um fenômeno de importância primária para a sociedade.

Primeiro, reponta a crescente importância do movimento estudantil dentro de nossa história global, pois que, de início, ele é apenas espasmódico, fazendo-se sentir sobretudo nos momentos cruciais de nossa sobrevivência coletiva em pontos esparsos do território que viria a ser o nacional, para os poucos, procura ser mais presente constante, em atuações muito mais formais que essenciais, para, por fim, já agora, tentar tomar consciência de si mesmo, de sua significação e função dentro do todo, de suas possibilidades e de suas limitações reais (Poerner, 1979, p. 20).

Conforme Antônio Mendes Júnior (1981), o movimento estudantil brasileiro se “converteram em verdadeiros ‘pontas de lança’” em uma sociedade amordaçada, reprimida e oprimida, atuando no sentido de desencadear movimentos de caráter mais amplo e que desembocaram em sérias transformações políticas no País” (Mendes Júnior, 1981, p. 08). Sinaliza também que não se dá de forma contínua, mas em fluxo e refluxos e que essa característica existe em outros movimentos sociais. Agem em momentos alarmantes onde a conjuntura impulsiona a necessidade de mobilidade, em tempos “privilegiados” em que, por fatores conjunturais, eles crescem, abandonam sua aparente letargia e se transformam nas grandes molas propulsoras do desenvolvimento histórico (Mendes Júnior, 1981, p. 09). Ademais, o movimento estudantil no Brasil dos anos 1960 e 2000 atuam conectados em contestar a política eminente que retira direitos civis, políticos e econômicos. Uma nova perspectiva de fundamentação da recente democracia brasileira que conta com a excessiva visão de lucro e mercado que sobressaem nas universidades públicas.

Os movimentos sociais surgiram no calor das contradições sociais provocadas principalmente com o advento do capitalismo e o acirramento das condições de trabalho da sociedade no início do século XX. No embate injusto e desigual, as pessoas se uniram em grupos na luta pela defesa de seus direitos. Dentre os grupos, um deles se destaca pela rebeldia nas contestações, o movimento estudantil, que protagonizou vários embates no transcorrer da história em diversos países do mundo (Convem, 2020, p. 41).

Para Gabriel Teles (2022) em análise sobre *Movimento estudantil, luta de classes e hegemonia*, existem três variantes do movimento estudantil tendo em vista sua composição: o movimento estudantil conservador, o reformista e o revolucionário. O conservador expressa a manutenção da sociedade burguesa, associadas a doutrinas e objetivos reacionários enquanto a reformista tende a posicionamentos contra o Estado lutando por reformas pontuais. O movimento revolucionário se radicaliza, e ruas são tomadas, universidades ocupadas por uma

geral reorganização da educação no país. Tal pesquisa conecta-se ao movimento estudantil que varia entre reformista e revolucionário tendo em vista o contexto educacional em análise.

Para além da conexão ideológica, existe a tecnológica que foi incentivado nos anos 2000. Como exemplo, o Fórum das Américas²⁹ que discutiu sobre o direito à internet e à informática. Por meio das redes sociais, que influencia o movimento estudantil desde a primeira década dos anos 2000, como relembra o estudante Marlon Bruno e a estudante Amanda Dutra, o *Orkut* teve uma importância crucial na organização do movimento “Xô Rosengana” em São Luís no ano de 2006 “O movimento estudantil naquela época se difundiram muito pela questão das comunidades do *Orkut*”³⁰. Os estudantes organizaram o evento nas comunidades, comum dessa rede social, materializando as manifestações pelo centro histórico de São Luís.

Arquivo 1 – Flogão³¹, *Xô Rosengana*.



Fonte: Arquivo disponibilizado pela estudante Amanda Dutra e Marlon Bruno, 2006.

²⁹ Sob justificativa de inserir o Brasil, que até então estava isolado nas discussões internacionais, surgiu em 1978, oficializado através de estatuto com objetivo de estimular o debate e o intercâmbio de ideias em nível interamericano. Compreendiam que os países da América eram autossuficientes em tudo, por isso queriam alinhar o diálogo. A “carta de São Paulo” foi aprovada como o embasamento político e filosófico que o norteia.

³⁰ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

³¹ Postagem disponível em: <https://blogdoricardosantos.com.br/2017/08/xo-rosengana/>. Disponibilizado pelos estudantes Amanda Dutra e Marlon Bruno sobre manifestação do movimento estudantil em São Luís.

Cabe notificar que nem todo movimento estudantil é de esquerda assim como nem toda luta possui o caráter de transformação e sensibilidade às minorias e anseios do povo. Como ressalta Breno Bringel (2009), muitas vezes esse perfil tende à esquerda quando há o apoio ideológico em espaço de poder ou quando há desafios como ditaduras e perdas de políticas públicas para educação. Existe movimento estudantil da direita, inclusive dentro das universidades brasileiras, todavia esta pesquisa pretende cientificar um movimento estudantil universitário que luta por um ensino superior do povo e para o povo, que possui uma teia conectada de estudantes engajados pelos interesses da minoria, onde ainda é a maioria sem acesso à universidade, uma vez que se trata de um espaço em disputa com função fundamental para desenvolvimento de uma sociedade equitativa.

A historiografia sinaliza que os estudantes possuem um histórico nos movimentos que envolvem decisões políticas, econômicas e sociais no mundo. Juntos, lutaram por causas que ressignificaram seus cenários e formaram uma juventude politizada, engajada nas causas nacionais e por vezes, internacionais. Semelhantes às outras frentes de luta como dos camponeses, mulheres, questões étnico-raciais, é um movimento social. Essa compreensão do contexto é necessária para entender o funcionamento do movimento estudantil.

A universidade funciona de acordo com o cenário político, e se movimenta a partir do posicionamento dos diversos sujeitos que a compõe. Surgiu no Brasil como privilégio das classes mais abastadas, então ao longo do tempo, a principal bandeira de luta foi ocupar e expandir esse espaço, tornando-o mais democrático. Nesses empasses, observa-se a universidade como um espaço de resistência, formação social e política. Diante disso, este capítulo propõe diálogos sobre o movimento estudantil universitário, partidos políticos, atuação no contexto político e educacional do Brasil, do Maranhão bem como suas conexões globais.

1.1 Conceitos historiográficos do movimento estudantil

A base do movimento estudantil são os estudantes. Trata-se de um movimento social que busca principalmente os interesses da educação. Segundo o que preconiza Nildo Viana (2020), movimentos sociais se manifestam de acordo com alguma insatisfação que gera uma ideia de coletividade. No caso do movimento estudantil em análise, reside na relação entre a representação individual e a coletiva e uma luta anticapitalista. Essa relação, que junto ao vigor da juventude ao se manter alinhados ao seu tempo, instiga a mobilização do movimento estudantil. Para diálogo sobre esse movimento, é necessário que haja explanação de alguns conceitos que englobam a luta estudantil, principalmente no Brasil.

Para o autor Breno Bringel (2009), existem considerações relacionadas à movimentos estudantis: ação coletivas versus movimento social/estudantil; movimento estudantil versus organização estudantil; movimento estudantil (em singular) e movimento (plural). Atribui-se ação coletiva quando se trata se uma ação isolada, como exemplo, um protesto no restaurante universitário realizado por um grupo para aquela situação. Defende que somente é movimento estudantil se não for institucionalizada, ao contrário, é uma organização estudantil como exemplo dos Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs), e que são “movimentos estudantis” no plural, pois assim como outros movimentos sociais, há diferentes frente de movimentações dos estudantes, “No caso dos movimentos estudantis, quando se fala de “movimento” em singular não se deve ocultar a existência de diferentes movimentos estudantis, em plural, e as tensões que há entre eles” (Bringel, 2009, p. 5 - 6). Esta pesquisa trata de uma frente do movimento estudantil, o universitário institucionalizado, portanto será referenciado como movimento estudantil no singular entendendo um Centro Acadêmico como uma forma de organização estudantil que faz parte do movimento estudantil.

Enquanto um movimento social, o movimento estudantil surge da insatisfação de um grupo a partir da noção sobre suas condições na busca sobre seus direitos e deveres na sociedade. Sobre isso, o estudante Marlon Bruno lembrou que ao ingressar na UFMA, a discussão envolvia as problemáticas sociais, e essa imersão juntamente com o contexto de vida marcado pelas questões como racial e econômica leva ao entendimento da realidade. No seu caso, o racismo que vivenciou diversas vezes ao longo da vida. Essa compreensão engajou sua atuação no movimento estudantil.

Quando é criança, a gente não percebe, a gente vivencia aqueles preconceitos, a gente vivencia aqueles racismos, mas no momento que você passa a discutir isso em uma sala de aula, como no curso de História, você começa a perceber e vai puxando na memória aquela série de situações que você viveu enquanto era mais novo, e começa a perceber que você era alvo de uma série de questões. E isso faz com que você... No meu caso, fez com que eu, naquele momento ali... É um momento da juventude muito importante. Na juventude, você está ali, ávido por mudança, por querer mudar o mundo.³²

A divisão de classes e o avanço do neoliberalismo trouxe individualismo e competição por espaço, onde direitos são reprimidos pela falta de oportunidades. Tal entendimento gera a necessidade de organizações coletivas para reivindicação de direitos enquanto cidadãos. Segundo Maria da Glória Gohn (2012), o descompasso das oportunidades cria agentes de mobilização e pressão social, que são os movimentos sociais. O cidadão coletivo que reivindica

³² Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

e aspira visibilidade de suas necessidades, como forma de alcançar os direitos que cabem à cidadania pautado em interesses coletivos.

O vigor da juventude impulsiona a efervescência do movimento. O estudante Marlon Bruno referenciou esse sentimento em sua fala como característica, “A gente fala, geralmente, que essa fase da vida é aquela fase que você quer tentar resolver todos os problemas do mundo, E a gente depois vai percebendo que não é tão fácil assim, mas é uma coisa da juventude”.³³

Tais mobilizações dos movimentos sociais ocorrem conforme as possibilidades da época para sensibilizar sobre a causa. Elas se manifestam nas ruas, protestos em locais públicos que simbolizam os interesses do coletivo, em grupos como partidos políticos, coletivos ou mesmo em ideologias e tendências. Espaços de discussão como encontros e seminários fomentam o diálogo e mobilização com a sensibilização de problemáticas sociais. Essas são formas de ramificações dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais se organizam a partir do contexto que estão inseridos, vivem uma constante redefinição das práticas, a fim de suprir as necessidades infinitas das demandas existentes. Segundo Lindomar Boneti (2007, 56), os movimentos sociais se dividem em tradicionais, mais recentes e novos. Sendo o primeiro movimento como operários, estudantis, movimentos feministas, étnico-raciais, ecológicos como os coletivos e último como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), indígenas, de bairro. Conforme Mesquita (2001), enquanto um movimento que faz parte da sociedade, o movimento estudantil constitui um movimento social que se articula de acordo com a demanda da época. As motivações ocorrem da necessidade iminente de enfrentamento ao descompasso social causado pelo capitalismo e que cria um cenário de mobilização a partir da conscientização.

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (Gohn, 2012, p. 20).

Resultado das problemáticas da sociedade, os movimentos sociais são manifestação de determinados grupos sociais que são oprimidos ou que possuem diferentes formas do padrão. Para ocorrer um movimento social, é necessário ter consciência da opressão e projetos políticos

³³ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

de transformação social “Os movimentos sociais existem porque existem grupos sociais que lhe dão vida e sustentação e estes grupos sociais só existem em relação com outros grupos e classes no interior da totalidade das relações sociais” (Peixoto, 2016, p. 168). O movimento estudantil é, portanto, um movimento social em busca de melhorias e acesso à educação.

O movimento estudantil é um movimento social. Este movimento social tem uma base social, concreta, que é um determinado grupo social, composto pelos estudantes. A juventude, como já foi dito, possui um conjunto de divisões, entre esta a de classe social, cultura, sexo, raça, nível e tipo de escolaridade (Peixoto, 2016, p. 169).

Historicamente, a relação entre movimento social e educação estava inteiramente ligada a uma noção de direitos cidadãos, todavia o conceito de cidadania não estava relacionado à classe trabalhadora, pois não eram considerados cidadãos. Somente a partir do século XVIII, há uma reformulação para possibilitar que tais sujeitos históricos agissem pela transformação de suas condições na apropriação da educação. “O sonho de transformação, através de uma razão ilustrada, ampliava o leque dos cidadãos, dos não proprietários, passava pela constituição das classes populares como cidadãos, sujeitos de direitos” (Gohn, 2012, p. 17). Tais modificações correspondem ao interesse de uma educação voltada para aperfeiçoamento da classe trabalhadora para produção. Por isso, a luta dos movimentos sociais voltados para educação visa desconstruir essa ideia para que se construa uma educação conscientizadora.

O envolvimento nos movimentos sociais traz um aprendizado político, cultural e espacial com informações sobre o funcionamento administrativo público e traz experiências. Quando se trata do movimento estudantil, tem-se a educação como principal campo de atuação, que parta da finalidade do grupo que o compõem e as pautas que são articuladas em suas movimentações de acordo com as necessidades de sua época. São definidos a partir de suas características, como a efervescência em defesa da educação e o vigor nos posicionamentos que protagonizaram historicamente. O movimento estudantil traz resistências coletivas que tem seus interesses individuais.

Segundo Nildo Viana (2020), o que difere dos demais grupos de movimentos sociais é a sua condição situacional, quando a situação enquanto estudantes são acompanhadas de conscientização da realidade e união, resulta em um movimento estudantil, como exemplo, as carências que existem na área da educação ou mesmo nas instituições. Embora esteja alinhado aos interesses da educação, é um grupo social que não está distante de outras bandeiras de luta dos movimentos sociais como questões operárias, raciais, feministas, ambientalistas, entre outros. Elas coexistem aos interesses estudantis.

E, principalmente, sua bandeira de luta não se restringe em apenas lutar por condições internas dos estudantes, ligadas a universidade, mas também inclui pautas dos trabalhadores e do contexto abrangente da sociedade capitalista. Suas ações sociais não rejeitam as análises marxistas, tampouco as relações modernas das classes sociais, podemos notar em suas mobilizações uma visão ampliada nas ações na perspectiva de atacar as estruturas mais macros desse sistema [...] (Souza; Kato, 2020, p.71).

A estudante Amanda Dutra relatou que embora tivesse convívio com o movimento estudantil na educação básica, na universidade encontrou oportunidade de aproximação durante uma greve que ocorreu na UFMA em 2006. Essa vivência a incentivou ao movimento.

[...] eu passei em 2005.2 para a UFMA, e peguei, tive algumas poucas disciplinas, e logo depois veio a greve de 2006. Então, aquela greve muito longa. E aí, eu aproveitei esse tempo, digamos, um tempo um pouco mais livre de disciplinas, para entrar de cabeça no movimento estudantil³⁴.

Em comparação a outros movimentos sociais, há uma questão geracional, a trajetória passageira do estudante na universidade. Nesse sentido, Lewis Feuer (1969), define o movimento estudantil como uma junção de estudantes que se inspiram em propósitos direcionados às ideologias políticas ao tempo que há uma rebelião eminente que estão latentes a renovar e transformar a atualidade tendo a geração anterior como “velha” com valores ultrapassados. Há um caráter particular desse movimento se comparado aos outros. Embora haja esse caráter situacional e transitório, a maioria das lutas tem objetivos pontuais, pois são impulsionados pela conexão que possui com outras frentes dos movimentos e não deixam de acontecer, fica a depender da conjuntura social. Sobre isso, o estudante Frederico Mecenas destacou a importância de idealizar e avançar na atuação do movimento estudantil em seu tempo de atuação, ao citar um projeto que soube a concretização anos depois ao voltar à São Luís.

Como, apesar de não ter sido da maneira ideal, entra nessa fala final do palácio. A gente joga a semente para cima para ver o que vai dar. Algumas vão surgir efeitos. E aí esse negócio, querendo ou não, é um pouco disso. Era uma ideia tão boa que tem alguém fazendo³⁵.

Outro ponto relevante sobre esse caráter particular, é que o movimento estudantil universitário acontece no ritmo do calendário acadêmico o que facilita a desmobilização, o rompimento das ações iniciadas em período de férias, por exemplo. A cada semestre ocorre ingresso de discentes na universidade influenciando no perfil do movimento paralelo às constantes mudanças nas políticas educacionais que podem gerar insatisfação nos estudantes e instigar à mobilização. Vale destacar também a necessidade de observar as permanências e

³⁴ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

³⁵ Entrevista realizada com Frederico Mecenas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

continuidades que Gabriel Paiva (2009) destaca como “capital militante”, pois a ausência de conhecimento sobre as lutas anteriores, gera descontinuidade no movimento, dependendo da conjuntura e dos sujeitos que sucedem a geração, do direcionamento que há uma transitoriedade de estudantes que saem da universidade ou mesmo se afastam da militância. Por isso, a necessidade de organizar arquivos que constem a memória do movimento estudantil a fim de gerar conhecimento das articulações, lutas, identidade e organização. Dessa forma, diminui a desarticulação e impulsiona às lutas das gerações do presente.

As lutas, reivindicações e ações coletivas que fazem parte dos movimentos sociais, estão presentes no movimento estudantil. Conforme Breno Bringel (2009) essa agenda deve articular os outros aspectos que estão presentes nos movimentos sociais para essa definição como, “[...] definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo [...]” (Bringel, 2009, p. 07). Essas características formalizam um movimento estudantil, todavia para que se materialize, é necessário que se construa uma frente que dialogue com demandas da juventude que estão além do espaço de formação acadêmica, conforme declara o documento no arquivo do CAHIS *Lagoa Amarela*,

Ademais o lugar comum que se tornou a expressão "o movimento estudantil é um movimento social", é necessário discutir de fato no M.E as questões que afligem a sociedade. É fundamental que exercitemos na prática essa expressão como unidade real nas lutas com outros movimentos pela transformação da sociedade. E papel do ME se empenhar em construir uma ampla frente social de luta que integre a juventude por meio de uma atuação para além das escolas e universidades, por reforma agrária e urbana, pelo passe-livre para estudantes e desempregados, contra os aumentos das passagens e as contra-reformas do governo Lula (CAHIS-UFMA, 2005).

A estrutura é variável, mas sua base de funcionamento geralmente recorre às assembleias, as demandas podem ter um caráter interno como de funcionamento da universidade ou externo como discussões de maior escalar como a qualidade do ensino público ou ademais políticas educacionais em torno da universidade, pautas contemporâneas que estabelecem conexões com o movimento estudantil de outros tempos e espaços. Apesar de ocorrer essa divisão característica de funcionamento, elas estão interligadas a um objetivo global da militância estudantil: defesa da educação pública, gratuita, equitativa e de qualidade. Ao articular tanto reivindicações externas quanto internas, as lutas se engajam em uma teia conectada de ações estudantis em espaços que compreendem o local, nacional e o global,

[...] essas lutas adquirem maior grau de protagonismo em nível societário. Um bom exemplo recente é o dos estudantes secundaristas no Chile que, ao questionarem o caráter neoliberal das políticas educativas de Bachelet, puseram em xeque o próprio governo do país (Bringel, 2009, p. 8-9).

A militância estudantil é interseccional. O estudante também possui bandeiras específicas e coletivas como questões de gênero, étnico-racial, entre outros. Esse perfil ganhou força nos anos 90 como destaca Marcos Mesquita (2001, p. 59), “[...] um movimento único continua enquanto organização, mas as frentes se ampliam enquanto possibilidades de atuação. A fragmentação e dispersão acentuadas, características dos anos 90, se expressam na identidade do movimento estudantil, e suas ações se pulverizam”. Além disso, ocorre envolvimento em outra força política como partidos políticos. Observa-se que tanto um espaço quanto esses outros somam no perfil do estudante de movimento, na formação, mas também nas articulações dentro da universidade sendo essencial para que haja alianças, um grau de protagonismo e ações exitosas. Cabe ressaltar que essa expansão também é resultado de lutas dos movimentos que antecederam.

Predominaram, ainda, novos paradigmas analíticos na análise social, fazendo recorte da sociedade não somente em classes sociais, mas em categorias étnicas, sexuais, ou por faixas etárias; o destaque ao multiculturalismo e às diferenças culturais foi o marco analítico mais geral. Contribuíram para o crescimento da educação não formal, entre outros processos, a ênfase nas políticas públicas e nas análises sociais na questão da desigualdade social, levando ao desenvolvimento de programas e projetos sociais visando promover a inclusão social (Gohn, 2012, p.08).

Observa-se que se trata de um movimento amplo com interesses de múltiplas faces. No caso de movimentos com tendência da esquerda, subversivo à ordem capitalista que tende a excluir diversas camadas da sociedade. Espaços de construção e conscientização da realidade. Também carregam uma função educativa como a consciência adquirida sobre os direitos e deveres dos indivíduos de uma sociedade e as formas de organização para que sejam cumpridos. “A educação ocupa um lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo” (Gohn, 2012, p. 21). São indivíduos que se reconhecem por condições semelhantes, e este é um caminho para desconstrução de uma realidade que os excluem.

A tomada de consciência sobre suas realidades é fundamental para promover um movimento, e o movimento estudantil é um lugar propício a essa organização em busca de melhorias voltadas para a educação. Assume um caráter educativo para todos os envolvidos, os participantes da luta, para aqueles que se opõem ou mesmo para os adversários dos movimentos. A sociedade que participa em posição de observação aprende ao questionar a motivação de tais

atos e a representatividade. O engajamento em grupos de lutas sociais, traz em sua prática, conhecimentos sobre pautas políticas, pois altera a visão de mundo e cultura política. Muitas vezes demarcam o sentido sociopolítico de um determinado tempo. Como exemplo, Maria da Glória Gohn (2012), cita a resistência durante a Ditadura Militar (1964-1985) e o período de redemocratização³⁶ no país em que houve uma aprendizagem na prática, que gerou organização e consciência social, principalmente nas classes populares por meio dos movimentos organizados.

Trata-se de um grupo plural e diversificado, interseccional que também soma à luta suas individuais insatisfações, um movimento social formado por estudantes. “Quando essa insatisfação é acompanhada por um senso de pertencimento e determinados objetivos, que geram união, organização e consciência, temos o movimento estudantil” (Viana, 2020, p. 13). É necessário que os estudantes possuam insatisfação para que haja ação coletiva a partir dos objetivos. O estudante Marlon Bruno atestou sobre sua tomada de consciência e insatisfação ao relatar que suas condições sociais, impulsionaram a luta.

[...] Além do fato de uma série de outras questões sociais, por exemplo, a questão da cor da pele, a questão de vários momentos de preconceito e racismo que sofri durante muito tempo e ainda sofro, porque infelizmente no nosso país a gente não pode deixar de negar essa questão do racismo e do preconceito que existem. Morei num bairro de periferia durante muito tempo, então eu sempre estive ligado a essas questões sociais, essas questões das minorias, sentindo realmente na pele várias dessas questões. Então eu acredito que todo esse conjunto de fatores acabou me enveredando para esse lado mais social, para esse lado mais de estar buscando combater a questão, aquela velha luta do oprimido e do opressor, e eu ali no lado do oprimido, sempre buscando, às vezes até, acho que de maneira nem tão pensada às vezes, mas sempre pensando na luta pelos meus direitos, pelo lutar contra as injustiças³⁷.

Ao pensar o jovem que se torna militante, Janice Sousa (1999) observa que o espaço de militância promove identificação com o grupo que se engaja e acaba se tornando parte de suas vidas como um programa social que amplia horizontes e possibilidades de socialização e reconhecimento de sua existência. Assim, esse comprometimento fortalece gerações de militantes, que encontram nesse caminho, o rompimento para as opressões históricas, sociais e estruturais que convive. O movimento estudantil se torna o lugar de expor seus anseios, vulnerabilidades, potencialidades ou mesmo transformar e ocupar espaços de direito tendo em vista que, em muitos casos, a educação é o principal meio para ascensão. Atualmente, a atuação

³⁶ Ver Seino, Algarve e Gobbo (2013) em *ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: entre o moderno-conservador e uma nova sociedade civil*. Termo utilizado para denominar período de transição política com o término da Ditadura Militar no Brasil para construção de pilares democráticos, como base a Constituição Federal de 1988, símbolo de progresso democrático.

³⁷ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 22 de abril de 2024.

da juventude na vida política percorre a militância estudantil universitária, mas também engajamento em outros grupos com frentes mais específicas de luta.

Mas o que pensa hoje o jovem militante que não tem em seu horizonte utópico uma radicalização do processo político? A resposta segue a diversidade dos movimentos, mas a militância sempre é resultado de uma opção diante de uma encruzilhada não negada. Por não ser mais uma “fatalidade” para o jovem, a militância política aparece setorizada nas lutas contra o racismo e o consumismo. O que antes era um pacote fechado da atitude jovem, um embrulho utópico que raras ocasiões foi rasgado, adquire agora um novo estatuto político” (Sousa, 1999, p. 198).

Diante do capitalismo eminente que reforça estruturas de exclusão social, o movimento estudantil traz o viés da luta anticapitalista como saída. Essas lutas vigoram pelo viés interseccional, compreendendo que esses “sujeitos estudantes” possuem particularidades em seus anseios que vem da questão de gênero e classe, ou seja, o movimento é diverso e plural. Conforme Matheus Cruz (2020, p. 33), essa pluralidade permite engajar para construção de estratégias que rompam o sistema que oprime. Ao partirmos de uma ideia anticapitalista, as lutas perpassam diversas esferas de organização do macro ao micro em um jogo de escalas que viabiliza compreender as estratégias, os avanços e recuos do movimento. A bandeira de luta não se restringe a condições internas estudantis, mas também a pautas dos trabalhadores tendo em vista o contexto da sociedade capitalista, uma perspectiva de luta contra o sistema em vigor.

Para Marialice Foracchi (1982), o movimento estudantil representa uma das forças vivas que está entre as classes da sociedade. Encontra-se em um cenário que há uma latente luta de classes que ordena o desmonte da educação pública, o ataque às pesquisas científicas, naturalização da miséria e a criminalização da pobreza ao tempo que se exalta a ignorância, à ditadura como forma de organizar o país. A luta estudantil não está isolada ao espaço que se constitui, mas ela é o ramo que representa a luta da classe trabalhadora com acesso às propostas que podem quebrar a estrutura da árvore do sistema. Temáticas que individualizam direitos humanos, sociais e políticos são transversais à discussão sobre o movimento estudantil.

Ora, mesmo que de um centro ou diretório acadêmico apresente como única bandeira de luta educação, ainda assim fica inviável qualquer luta isolada. A educação não é uma ilha separada da sociedade. Lutar pela educação exige a luta contra o sistema que historicamente tem sabotado a humanização e o pensamento crítico entre mães, pais e filhos da classe trabalhadora (Bezerra, 2020, p. 21).

Para que ocorra uma luta efetiva, é necessário considerar a formação política “reflexão”, e a base material nos espaços ocupados pelo movimento estudantil “ação”, para a materialização de suas frentes de luta. Assim como outras frentes de luta, há problemas, contradições, embates

internos, por isso é necessário que haja a prática para validar sua luta. Observa-se que no movimento estudantil universitário há reivindicações específicas e gerais, dentre as específicas vai desde as pedagógicas na coordenação como quadro de professores ou oferta de disciplinas, restaurantes universitários, casa dos estudantes, bibliotecas e transporte público para deslocamento do campus e viagens acadêmicas. No geral, as políticas educacionais que regem a universidade e são pautas mais conectadas aos movimentos no âmbito nacional como defesa da universidade pública, bolsas de iniciação científica e perdas de direitos.

A formação dos estudantes no movimento estudantil, está relacionada a alguns conceitos relacionados ao engajamento dos estudantes. Segundo Maria Angélica Peixoto (2016), o movimento estudantil possui um papel importante no processo de formação dos estudantes sob os conceitos de educação formal, socialização e ressocialização. A educação formal segue os trâmites da frequência cotidiana ao espaço escolar, enquanto a socialização influencia na identidade do estudante por meio da família, amizades, meios de comunicação, comunidade a que pertencem, como também os movimentos sociais que são envolvidos. Dentre esses movimentos, o que se destaca é o movimento estudantil, pois é um espaço de ressocialização cuja educação é inovadora e diferenciada da educação formal ao tempo que a reforça. Esse processo não ocorre da mesma forma para todos, pois as classes dominantes possuem esse acesso mais acelerado, varia de classe social. Essas diferenças variam também de acordo com o grupo social que pertence esse jovem, as ações apontam um determinado estilo de vida, posição política, preferências, bandeiras de luta e interesses. A juventude tem suas particularidades, esse processo possibilita diferentes experiências de ressocialização, os comportamentos e ações acontecem de acordo com a vivência social.

Nessa perspectiva, o movimento estudantil é fundamental para formação política dos estudantes, pois articula conhecimento cultural e linguístico, ao tempo que possibilita ocupação de espaços que trazem representatividade, visibilidade e oportunidades dentro e fora da universidade. Além disso, amplia o interesse pelo social diante das questões que ocorrem e instiga a reflexão pelo viés político. Esse engajamento fomenta um estudante que tem consciência do seu papel social, traz sensibilidade como pesquisador e futuro profissional, estimula a criação cultural. Tais práticas dialogam com os objetivos do ensino superior na vida do acadêmico que consiste no desenvolvimento científico para o retorno social.

Para esse diálogo, torna-se importante observar o espaço que se movimenta os estudantes em questão: a universidade pública. Enquanto instituição, percebe-se a função social de formar cientificamente a sociedade, surge como um leque de possibilidades na vida do estudante que ultrapassam a sala de aula e que é sinônimo de poder. Dentre eles, envolvimento

em grupos de pesquisa, eventos estudantis e viagens que ampliam a formação de forma mais prática. Maria de Lourdes Fávero (1999, p. 16) enfatiza que para analisar as implicações que cabem no espaço universitário é necessário compreender que constitui as dificuldades, “além de implicar um desafio que se torna ainda maior quando dispomos de espaço limitado para examinar sua história sem perder de vista que seu modo de funcionar é localizado e datado”. O engajamento dos estudantes nesse espaço também revela o senso de pertencimento.

Ao estudar sobre a influência do movimento estudantil na universidade para a trajetória individual dos estudantes, nas entrevistas com ex-militantes, Maria Angélica Peixoto (2016) observou que a militância contribuiu para formação acadêmica, principalmente de sujeitos que advêm de classes desprivilegiadas, pois foram inseridos em práticas que somaram conhecimento e crescimento no meio acadêmico e profissional, modificando suas realidades e ampliando a visão.

[...] ao confirmar no processo de pesquisa que o movimento estudantil é uma instância de socialização que atinge os indivíduos provenientes das classes exploradas e colabora com o processo de formação e, assim, conseguem relativo sucesso acadêmico, apesar das condições adversas da situação de classe e do baixo capital derivado dela (Peixoto, 2016, p. 91-92).

Ocorre uma ampliação de horizontes que contribuem para ampliação cultural quando condensa teoria com a prática, pois faz referência a conceitos, e teoria estudadas na academia. Além do movimento estudantil proporcionar essa formação acadêmica, promove formação para a luta quando os levam à participação em disputas eleitorais, debates que articulam habilidades como argumentação e produção de textos, tal exercício viabiliza o rompimento de inibições e dificuldades de socialização de forma contínua e gradual. “Isto demonstra que a militância estudantil provoca leituras, tanto sobre educação e universidade, quanto sobre política” (Peixoto, 2016, p. 89). Como retratou o estudante Marlon Bruno com relação às leituras para além do currículo, “Porque a gente entra na universidade e a gente tem um currículo a seguir. E a partir do momento que você participa de um movimento como esse, você vivencia, o que está dentro do currículo, mas, além disso, você é levado a discussões que talvez você não teria dentro da própria universidade”³⁸. A universidade pública viabiliza essa teia de conexões, também por meio do movimento estudantil.

[...] muitos conseguem relativo sucesso escolar (cujo grau depende de diversas determinações e varia de acordo com os indivíduos) e aqueles que passaram pelo movimento estudantil conseguem uma ampliação do seu capital cultural de forma que

³⁸ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 22 de abril de 2024.

amplia a possibilidades para competir com aqueles que são provenientes das classes privilegiadas (Peixoto, 2016, p. 171).

Essas práticas fazem diferença na vida do estudante que vem de classes desfavorecidas, pois insere o estudante na política estudantil, bem como o sensibiliza aos problemas da universidade, os ideais dos partidos políticos que estão presentes nas articulações. Promove uma bagagem de saberes, habilidades essenciais para o progresso acadêmico e profissional. O engajamento no movimento estudantil desperta relações afetivas. Laços, inclusive políticos, por meio da identificação de suas lutas em comum, o sentimento de coletividade.

[...] é possível destacar que a percepção própria enquanto sujeitos de participação, sujeitos que podem mudar a realidade, foi uma contribuição advinda da participação no ME, assim como a aquisição de uma consciência de coletividade [...] (Oliveira; Ferreira, 2020, p. 93).

A troca de conhecimento entre os estudantes envolvidos que gera expansão de horizontes no campo científico e político permeado pela rotina das demandas. Como exemplo, as problemáticas que surgem na universidade que compõem as demandas internas do movimento estudantil universitário. O estudante se reitera sobre a administração, políticas educacionais, questões étnico-raciais, de gênero e meio ambiente. Nesse sentido, o movimento estudantil é um auxílio de aquisição cultural, com o uso dessa rotina, estudantes conseguem ter êxitos em suas formações. O envolvimento no movimento estudantil fomenta o debate entre diversas tendências e posições políticas ou culturais que existem ou estão relacionadas à universidade, isso influencia na formação de identidade dos estudantes.

Essa formação acadêmica e política ficou evidente no relato da estudante Amanda Dutra sobre influência da atuação no movimento estudantil da UFMA, e as possíveis articulações em sua vida profissional que ficou alinhada à política pelo histórico de envolvimento, assim como no relato do estudante Marlon Bruno que pontuou sobre a consciência crítica que trouxe o movimento enquanto Leide Ana Caldas a ampliação das práticas de militante que já possuía.

E aí, como o movimento estudantil me influenciou? Então, ele me influenciou em contatos, em conseguir aprofundar essa parte de comunicação também, assessorando, ou secretarias, ou grandes áreas, e assessoria geralmente coordenadas por políticos, que a gente sabe como é que funciona, nem sempre são técnicos, mas eram ótimos políticos [...]. Então, o movimento estudantil me ajudou a olhar ainda mais para o outro, ter essa parte social ainda mais forte dentro de mim, a fazer amizades que eu levei por muitos anos e que me ajudaram a construir coisas boas também.³⁹

Não, participação teve totalmente. Eu não tenho como desvincular o que eu sou hoje do que aconteceu comigo lá naquele momento em que eu participei desses

³⁹Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

movimentos. Aquilo ali, eu não vou dizer que me moldou, mas aquilo ali trouxe várias afirmações, trouxe vários questionamentos na época.⁴⁰

Bom... Eu, até hoje, eu sou militante, né? Eu sou militante do cinema na educação, eu sou militante da educação pública. Então, eu acho que a gente tem que se envolver em movimento social⁴¹

Para além, proporciona vivência do espaço universitário, conhecimento sobre as políticas de funcionamento, nisso consiste uma experiência que amplia a sala de aula para outros espaços da universidade. Conforme Victor Oliveira e Marcelo Ferreira (2020), em suas pesquisas que envolvem entrevistas com ex-militantes de movimento estudantil sobre a contribuição para formação acadêmica e profissional, muitos destacaram a importância que o engajamento no movimento estudantil proporcionou para sua formação política, sensibilizou a visão para um pensamento crítico com relação ao sucateamento das universidades. Ressaltaram que no movimento estudantil perceberam que possuem voz ativa no processo educacional e que deve ocorrer movimentação o trabalho em equipe na busca por melhorias não só para seus cursos, mas também no campus universitário, no sistema de educação como sujeitos participativos que podem mudar realidades em suas práticas sociais.

O movimento estudantil universitário traz uma característica de transitoriedade em sua constituição, pois as pautas mudam de acordo com o contexto político, e há uma movimentação dos participantes em um curto tempo causando a modificação na forma de se articular. Essas mudanças criam pautas e demandas voltadas para questões internas e/ou revolucionárias a depender dos membros que estão em atuação. Com relação às demandas há as articulações internas e externas, segundo Marcus Conceição (2020), as internas se atém de ordem mais prática como a melhoria nos cursos bem como auxílio estudantil e as externas conectadas às lutas mais globais como embates com o sistema político vigente. Cabe entender que essa transitoriedade reflete um movimento fortalecido ou enfraquecido dependendo do perfil dos envolvidos quer sejam mais revolucionários ou conservadores em suas colocações, todavia é necessário compreender que o movimento estudantil se organiza de acordo com suas realidades, eles respondem às necessidades e possibilidades no tempo e espaço de sua atuação.

Desta forma, o movimento estudantil pode ser caracterizado como um movimento social constituído pelo grupo social estudantil, que articulando-se através de demandas referentes a partir da área educacional, além de ser marcado pela questão da transitoriedade, uma vez que a condição de estudante não é permanente (Conceição, 2020, p. 66).

⁴⁰Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 22 de abril de 2024.

⁴¹Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

Analisa-se que o movimento estudantil tem um caráter transitório, pois a condição de estudante ocorre enquanto se ocupa o banco acadêmico que acompanha a sua evolução para o ingresso na vida profissional. Outro ponto, é o conflito geracional, pois rapidamente ingressam pessoas mais jovens. Segundo Antônio Mendes Júnior (1981), esses argumentos de composição e temporalidade do movimento estudantil o coloca como um movimento social secundário bibliograficamente ao destacar que o “ardor juvenil” que chegam à universidade tende a desaparecer quando vão atingindo a vida adulta, mas o autor enfatiza que foram determinantes em diversos momentos políticos “o que permitiu os estudantes desempenhar este papel foi justamente aquilo que é por muitos apontado como “falha” do movimento estudantil” (Mendes Júnior, 1981, p. 8). O sentimento de transitoriedade que impulsiona a luta e faz o estudante um ator político com mobilidade por entender a brevidade de sua passagem.

Sobre essa efervescência e transitoriedade a estudante Amanda Dutra ressaltou que “Então, assim, a universidade, ela te proporciona muitos saberes. Então, a minha dica para quem é aluno é: passa rápido. Vivencia, fica um pouco mais, não vai só, entra, assiste a aula e vai embora, entendeu? Então, assim, surge um pouco mais o que ela te oferece”⁴².

Trata-se de um movimento em que os estudantes possuem uma classe, esse perfil de classe depende das políticas de acesso e permanência que permeiam. Assim, o perfil da juventude também pode ser observado a partir da classe, cor, gênero. Isso norteia a bagagem cultural. Consoante Maria Angélica Peixoto (2016), os estudantes dos anos 2000 eram de classe média, pois as políticas educacionais eram mais restritas. A teia de relacionamento, portanto, era com jovens que já tinham acesso a diversas outras culturas, teorias e direcionamentos.

O movimento estudantil universitário é composto por jovens universitários (e da mesma forma não possui homogeneidade, já que existem as subdivisões). Em comum, além de serem jovens e estarem submetidos ao processo de ressocialização, há a condição estudantil específica no ensino superior. Os estudantes universitários são, portanto, o grupo social que é a base concreta do movimento estudantil (Peixoto, 2016, p. 170).

A transitoriedade dos participantes do movimento estudantil é essencial para que haja sua manutenção, uma vez que o conecta às demandas da geração ao tempo que libera estudantes que foram forçados com a experiência na luta para ocupar outras frentes. Entende-se assim que o movimento estudantil tem uma participação pedagógica nos estudantes universitários, tem um papel formador no processo que vivenciam dentro da universidade.

⁴² Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

Mas a gente, a ideia era sempre que, por exemplo, uma das coisas que a gente colocou no Centro Acadêmico é que toda e qualquer chapa dessa corrente deveria ter sempre alunos do primeiro semestre. Um aluno, pelo menos um aluno deveria estar. Para que ele se tornasse esse cara que se quisesse continuar tendo movimento, ele seria o ... a transição.⁴³

Mesmo que de forma dispersa, há indícios de estudantes envolvidos nas causas desde antes das próprias universidades serem criadas (Costa, 2014, p.55). Houve também envolvimento estudantil na criação da Universidade no Brasil, por meio daqueles que haviam adquirido influência no modelo universitário na Europa. Sobre tal assunto, Artur José Poerner (1979) apontou um histórico da militância estudantil, abordando a educação por meio de tais sujeitos iniciados pela influência europeia,

Ademais, ainda que nem sempre seja registrada no plano físico, é notória a participação estudantil no plano ideológico dos movimentos revolucionários brasileiros anteriores à independência. Os estudantes é que trouxeram da Europa as idéias revolucionárias de Voltaire, Rousseau e Montesquie, e a eles coube propagá-las, através de suas sociedades e clubes secretos. Foram eles que serviram de veículo quase exclusivo para a introdução, no Brasil, daqueles ideais, até que se concretizasse, em 1827, o sonho inconfidente da fundação de uma Universidade no País (Poerner, 1979, p. 56).

Ao analisar o movimento estudantil na história do ensino superior no Brasil, Victor Oliveira e Marcelo Ferreira (2020), aponta que a criação do ensino superior no Brasil favoreceu os debates e politização dos estudantes ainda que das classes abastadas, após a chegada da Coroa em 1808 gerando a criação das Sociedades Acadêmicas⁴⁴ ou Clubes Acadêmicos⁴⁵ nas instituições. A princípio, essas organizações de estudantes tinham mais caráter cultural e intelectual do que político. Outra passagem com marco estudantil foi a atuação dessas entidades na luta abolicionista no Brasil, conforme Antônio Mendes Júnior (1982), “[...] as Sociedades Acadêmicas engajaram-se de corpo e alma na luta pela libertação dos escravos, e por conseguinte, na oposição ao próprio Império, enquanto, sistema político econômico” (Mendes Júnior, 1982, p. 24). O autor cita a cobranças de altas tarifas na década de 1870, ainda quando o transporte era a tração animal, conhecido como a Revolta do Vintém⁴⁶ em 1879. São atuações

⁴³ Entrevista realizada com Frederico Mecenaz, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

⁴⁴ Ver Movimento Estudantil do Brasil. “É justamente em torno dessas duas ordens palavras de ordem, a Abolição e a República, que surgem os primeiros sintomas de uma atuação coletiva dos estudantes na cena política. A expressão mais comum dessa atuação coletiva forma as chamadas Sociedades Acadêmicas, ou Clubes Acadêmicos. Embora essas Sociedades não fossem propriamente uma novidade no Brasil, até a segunda metade do século XIX elas tinham muito mais uma atividade cultural, intelectual, do que política” (Mendes Júnior, 1982, p.23).

⁴⁵ Ver Movimento Estudantil do Brasil (Mendes Júnior, 1982, p.24)

⁴⁶ Revolta popular ocorrida no Rio de Janeiro, capital do Império, contra o aumento da tarifa do transporte público. “– é oportuno destacar que nessa mesma década os estudantes saíram às ruas indignados com o aumento da tarifa do transporte urbano – na época eram bondes de tração animal – e esse momento que ficou registrado como a

que sinalizam o movimento de estudantes, mas cabe ressaltar que se concretiza com a criação da União Nacional dos Estudantes em 1937 e da União Nacional dos Estudantes Secundarista (UNES) em 1948 trocando o nome para União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em 1949.

– Cabe destacar que essas ações não contavam com uma organização nacional de estudantes, e apesar das tentativas de organizar nacionalmente os estudantes por meio do 1º Congresso Nacional dos Estudantes (UNE) que o movimento começa a se fortalecer nacionalmente (Mendes Júnior, 1982, p.35).

A criação da UNE⁴⁷ foi um marco divisor da militância estudantil brasileira, pois a consciência quanto à necessidade de organização trouxe um caráter militante, que toma partido diante das demandas e estabelecendo-se como frente de luta estudantil. Apesar de ter sido ligada ao Ministério da Educação e reconhecida pelo governo de Getúlio Vargas, Márcia Cordeiro Costa (2014) sinaliza que a entidade permaneceu engajada nos problemas que iam surgindo quando se tratava de educação ou contexto nacional. Com aumento e organização do ensino superior brasileiro, em campus universitário a partir de 1930, o movimento estudantil foi regulamentado em via de um decreto. Ocorreu a institucionalização do movimento estudantil na universidade na intenção de unificar. A UNE assumiu a organização do movimento estudantil por federações, grêmios, centros ou diretórios acadêmicos.

No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, almejado anteriormente algumas vezes, de criar a **entidade máxima dos estudantes**. Reunidos durante o encontro, os jovens batizaram a entidade como União Nacional dos Estudantes. Desde então, a UNE passou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade (UNE memória).

Revolta do Vintém, ocorrida entre 28 de dezembro de 1879 e 4 de janeiro de 1880 no Rio de Janeiro” (Mendes Júnior, 1982, p. 25).

⁴⁷ Esse alinhamento refletia a iniciativa do governo em ter o controle das entidades representativas. A eleição de um estudante da União Democrática Nacional (UDN), partido contrário ao governo de Getúlio Vargas, enfraqueceu o alinhamento com o governo. Após a morte do estudante Demócrito de Sousa Filho no comício de Eduardo Gomes, ocorre rompimento com o governo em 1945. Durante o período de Ditadura Militar tem seu prédio incendiado pela resistência que assumiram e retornam à ilegalidade. Após a criação da UNE iniciou-se uma série de ações do movimento estudantil relacionados à entidade, dentre algumas, posicionamento contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial (1939- 1945), a campanha *O petróleo é nosso!* e o protesto contra o aumento de tarifa nos transportes urbanos Rio de Janeiro quando tem a sede invadida pela polícia. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), os estudantes são considerados protagonistas na resistência como uma das principais ameaças com presos e assassinato como do estudante Edson Luís⁴⁷. “Sua ação reivindicatória e seu posicionamento político perante o Estado durante a ditadura militar neste país foram cristalizados no imaginário social como o seu grande momento, sendo eleito em 1968, o ano que retrata mais expressivamente sua importância” (Mesquita, 2003, p. 117). Após o período ditatorial, as entidades de representação estudantil retornam à legalidade em 1985 com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Enquanto um movimento social, o movimento estudantil tem especificidades que são previstas nos regimes institucionais tendo em vista seu espaço de concentração, que é a universidade. Conforme Nildo Viana (2020) existe uma burocratização nas chamadas entidades estudantis que as intitula como “oficiais” no direcionamento dos regimentos que os submetem a regras nos espaços de atuação, sendo eles: Diretório Central Acadêmico (DCE), órgão máximo de representação estudantil dentro da universidade que une representantes de cursos diversos enquanto o Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA) trata das demandas do corpo discente restrito aos respectivos cursos. A institucionalização dessas entidades sinaliza o movimento estudantil como uma entidade que faz parte do funcionamento da universidade. A princípio, o movimento estudantil assumiu um caráter recreativo, mas diante das necessidades compreenderam sua função política na educação.

Na fase embrionária, os Centros, mais tarde Diretórios Acadêmicos, possuíam uma função eminentemente social-recreativa-cultural. [...]. Mas com o tempo, os Centros passaram a se conscientizar do papel relevante que poderiam desempenhar na vida da Academia (Dino, 1996, p. 63).

As entidades estudantis exercem função de representantes dos estudantes. Quando institucionalizadas na universidade, possuem acesso a reuniões administrativas, decisões das diretorias de centro e coordenação de cursos, observando a função de cada uma. “Em uma universidade, por exemplo, existe uma cota de participação estudantil nos conselhos representativos dos estudantes” (Viana, 2020, p. 14). Os regimentos, ou também estatutos são exigências de organização que regem a quantidade e quais os cargos ou funções, processo eleitoral de gestão e duração do mandato, prestação de contas, eventos acadêmicos conforme funciona as instituições públicas. Assim, há uma institucionalização que busca maior seriedade no perfil do movimento (Poerner, 1979, p. 156). Esses documentos que os regulamentam são projetados e votados pelos estudantes de acordo com a necessidade da entidade.

Há também uma outra realidade na organização das entidades que independe de documentos oficiais, emergem a partir de determinados interesses. Existe as “extraoficiais”, como coletivos ou outros grupos que são de estudantes, mas em outras formas de estrutura. Neles, a política educacional pode ser o objetivo, todavia há um posicionamento crítico e articulações com outros movimentos com pautas específicas como a questão racial, de gênero, ambiental, entre outros. O interesse que os unificam são voltados para a transformação social. Nesse sentido, o movimento estudantil vem como posicionamento às questões sociais que refletem na condição de estudante, por vezes jovens com suas diferentes bandeiras de luta.

1.2 Partidos políticos e o movimento estudantil: *“Tinha essa tensão. Então... Esse discurso do apartidarismo”*⁴⁸

O contato com partidos políticos e ideologias manifestam uma multiplicidade que constitui o movimento estudantil universitário. Esse envolvimento partidário ocorre como herança de um país que foi impedido de manifestar suas posições políticas durante a Ditadura Militar, e que com a redemocratização, conquistou abertura partidária. Então, há uma remodelação na história política partidária, possibilidades de liberdade representativa nos diversos partidos políticos formados cujo Rogério Schtmitt (2005), nomeia de “Quinta República” o período inaugurado em 1985 com retorno dos civis à presidência. Nesse processo, a Constituição de 1988 consagrou o modelo de democracia que vigorou na década de 90 e 2000.

Emenda Constitucional nº25 (de 15.5.1985) que restabeleceu as eleições presidenciais diretas e retirou da Constituição o dispositivo referente à fidelidade partidária. O assim denominado “entulho autoritário” começava a ser removido (Schtmitt, 2005, p. 61).

Historicamente, os partidos políticos surgiram com intenção de promover a organização das tendências políticas, um espaço de atuação dos atores políticos em momentos decisórios. São determinados conforme a relação de força do contexto que estão inseridos, ou seja, estão relacionados a elementos que compõem os sistemas políticos. São produtos da sociedade e nasceram como enfrentamento e organização de luta diante do avanço de representatividade burguesa nos processos democráticos. Segundo Gabriel Paiva (2011), uma das formas mais utilizadas para unificar projetos em comum para homens e mulheres.

A palavra “partido” (dividir) vem do latim, substituiu a expressão “facção” (fazer) que ficou conectada a uma ideia de ser algo que causa danos. Possui relação com “seita” (separar). Tais expressões transmitiam a ideia de algo que era contra aquela ordem vigente. No decorrer do século XVII o termo “partido” substituiu “seita”, pois esta ficou muito ligada a questões religiosas (Sartori, 1982, p. 24). Até o ano de 1850, existiam no Brasil, clubes populares e associações vindo a se manifestar pelo mundo somente a partir da segunda metade do século XVIII, depois da Revolução Francesa e Independência dos Estados Unidos, conforme Gilmar Conceição (2008). Existem dois tipos de partidos, “partido de quadros” que pretendem filiar um alto número de militantes notáveis que representam a classe social enquanto “partidos de massas” desperta a necessidade de organização para intervir no Estado. Tais formas de divisão

⁴⁸ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

são analisadas por Roger-Gerar Schwartzberg (1979) como divisões simplistas, todavia serve para observar as características dos partidos políticos.

A filiação em partidos políticos surgiu como forma de fortalecer os partidos socialistas do final do século XIX e início do XX, conforme Ana Karina Brenner (2011), também eram identificados como “partidos de massa”, pois até então a organização partidária se sustentava em partidos da elite. O envolvimento de filiados no partido acontecia a todo instante a fim de fortalecer a participação política de cada membro no individual e coletivo. Os partidos da massa surgiram a partir da organização de operários que buscavam, ampliação de direitos civis e sociais na Europa pós-Revolução Industrial⁴⁹ e foram compostos por sujeitos fora do sistema político da época. O partido político moderno tem a função de organizar a vida política do país e homogeneizar os anseios da classe que o diz representar. Assim, a atuação partidária busca o consenso “[...] difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e agir homogêneo” (Gramsci, 2000p. 205). Cada um se organiza a partir da concepção e proposta ideológica que originou, inclusive essa atuação que delibera sobre ser de esquerda, direita ou centro.

No movimento estudantil, a luta entre membros que possuem partidos ocasiona luta entre partidos para tomada de poder, o que pode afastar os demais estudantes do movimento, por outro lado, entende-se que pode fomentar a luta já que não está solta da realidade política. Para Angelo Panebianco (1982, p. 16), “[...] invariavelmente todas ellas – organizações partidárias – sirven también para garantir, perpetuar o acrecentar el poder de aquellos que las controlan”. Os estudantes lutam para defender suas propostas para universidade e colocar em vigor, colocando conseqüentemente a proposta do partido. Isso gera uma conexão do movimento estudantil com as ideologias que permeiam o espaço que se constituem.

No Brasil, existe fragilidade com relação a interferência de partidos no voto, todavia os eleitores se identificam com pautas específicas que orientam à escolha do candidato. Quando se trata dos jovens na militância, a universidade é um lugar de importante recrutamento para participação nos partidos políticos, a maioria dos estudantes universitários vem da militância secundarista e consolidam suas práticas no meio político, ou também pela possibilidade que abre a universidade para esse tipo de diálogo. Conforme Ana Karina Brenner (2017, p. 17),

⁴⁹ Ver Morgana Cardoso (2019) em *Revolução Industrial: o debate histórico e a teoria clássica da acumulação*. Consistiu nas profundas transformações no processo de produção em substituição da energia humana pela energia motriz não humana modificando toda rotina de vida da humanidade. “A Revolução Industrial, ao final do século XIX, marca um ponto de inflexão radical na história da humanidade Este processo que se iniciou na Inglaterra, se estendeu para o mundo, difundindo essa nova organização produtiva, de modo a integrar o espaço global ainda na primeira metade do século XIX, gerando um padrão de forte urbanização, crescimento da produtividade rural com diminuição da população em empregadas em atividades agrícolas e crescimento das atividades de indústria e serviços, com ganhos de produtividade principalmente na primeira” (Cardoso, 2019, p. 11).

outro fator que influencia o impulsionamento que o meio acadêmico traz é a autonomia do jovem com relação à família por terem atingido a maior idade e está construindo seus caminhos.

Dentre os partidos políticos com fortalecimento de filiação da juventude, tem-se o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Historicamente o PT fundado a partir do sindicalismo dos anos 70, uma legenda vinda de fora da política tradicional com proposta de representar os direitos, principalmente da classe operária, enquanto o Pcdob fundado em 1922, foi reorganizado em 1962 sendo legalizada junto com o Partido Comunista Brasil (PCB) em 1985 (Schmitt, 2005, 22-31). O Senado Federal possui um documento o *Partidos políticos brasileiros: Programa e Diretrizes doutrinárias* em que há caracterização e suas bases legais. Nele, o PT declara-se um partido de massas,

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, veem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados (Senado Federal, 2014, p. 70).

Vale ressaltar que houve ampliação dos partidos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, inaugurando um outro ciclo na história política brasileira. Com isso, outros partidos surgiram ou estavam coligados como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). São partidos que se declaram como de esquerda, que defendem interesses sociais vindos de baixo para cima, que contraria os primeiros ciclos dos quadros partidários.

No bloco de esquerda é possível classificar o PT e o PDT, além de pequenos e micropartidos como o PSB, O PC do B, o PPS e o PV. Como partidos de centro, há o PSDB e o PMDB. No bloco de direita predominam o PTB, o PFL e o PPB, e também as demais pequenas e microlegendas (PL, PRN, PP, PDC, PSC, PSD, PMN, PRS, PSI, PIR, PRONA, PSL, PRP e PMB) (Schmitt, 2009, p. 84).

O Pcdob possui a União da Juventude Socialistas (UJS) como forma de conectar as propostas do partido à juventude. Em seu programa defende que haja a transição do capitalismo para o socialismo e depois a passagem para o comunismo. A estudante Amanda Dutra destacou em sua fala sobre o CONUNE 2007 em Brasília que a UJS seguia como um dos movimentos partidários fortes “Acaba que são as mesmas de sempre. E a gente sabe que o UJS, os movimentos partidários são muito fortes. Esse e-mail que eu estava lendo antes de a gente começar aqui, eu lembro que eu fiz um relato de como foi a eleição”.⁵⁰ Enquanto o PT também

⁵⁰ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

estabelece relação com a juventude por meio de secretarias setoriais nas tendências que atuam em entidades estudantis, também levanta a bandeira pela defesa de um governo da classe trabalhadora. Conforme Gabriel Paiva (2011, p. 94), “As tendências de maior expressão do PT nos movimentos estudantis são: Articulação, que organiza o movimento *Mudança*; a Democracia Socialista, que organiza o movimento *Kizomba*; e a Articulação de Esquerda [...]”. Espaços que ganham visibilidade após vitória de Lula nas eleições de 2002. O Senado Federal possui um documento o *Partidos políticos brasileiros: Programa e Diretrizes doutrinárias* em que há caracterização e suas bases legais. Já o Pcdob declara que,

O Partido Comunista do Brasil luta contra a exploração e opressão capitalista e imperialista. Visa a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo. Afirmado a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, almeja retomar um novo ciclo de luta pelos ideais socialistas, renovados com os ensinamentos da experiência socialista do século XX, e desenvolvidos para atender à realidade do nosso tempo e às exigências de nosso país e nossa gente. Ao mesmo tempo, no espírito do internacionalismo proletário, apoia a luta anti-imperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial (Senado Federal, 2014, p. 95).

O PSOL vem do rompimento ao Governo Lula do PT iniciado em 2002, e se organiza em tendências reivindicando a independência de classe e união da classe trabalhadora. No meio estudantil encontra-se Movimento Esquerda Socialista (MES), Ação Popular Socialista (APS), Enlace, Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR) e em seu texto relata, “a luta da juventude é decisiva. Há demandas claras do novo partido. Emprego para a juventude. Por uma escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Abaixo a repressão a juventude. Pelo direito a cultura e ao lazer” (PSOL, 2005b, p. 9). Um partido jovem que propaga a luta pela emancipação do capitalismo e tem a juventude como seu catalisador e que esteve presente no rompimento com o PT, conforme *Partidos políticos brasileiros: Programa e Diretrizes doutrinárias*,

Nessa perspectiva de caminhos novos para a discussão de um projeto socialista, a necessidade da construção de um partido de novo tipo se afirmar de forma cada vez mais clara. É uma necessidade objetiva para aqueles que, nos últimos vinte anos, construíram uma concepção combativa de PT, e lhe deram a extraordinária possibilidade de abrir as portas para um Brasil sem miséria e sem exploração, mas que viram suas lutas, seus sonhos e expectativas traídas (Senado Federal, 2014, p. 95).

A estudante Nila Michele pontuou que em sua atuação no CAHIS *Lagoa Amarela*, observou que nos primeiros meses de governo não houve tanta iniciativa de greve, pois a

maioria dos docentes apoiavam o Governo Lula, mas houve incidência de diferentes frentes como que reverberou “Teve lá aquele racha, aquela briga, surge o PSOL, porque antes não tinha o PSOL, então a galera era PT, era PDT, era União Socialista, era União Jovem Socialista.⁵¹ Em comparativo com os partidos políticos antes e depois da Constituição Federal de 1988, observa-se um considerável crescimento inclusive com tendência aos ideais da esquerda de forma que amplia o leque de possibilidades a votos. No recorte desta pesquisa, observa-se partidos como o Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido da República (PR) sendo fundados. Atualmente, conta-se 29 partidos registrados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵². Nos anos que moldam essa pesquisa,

Tabela 2 – Partidos Políticos existentes de 2000 a 2007.

PARTIDO POLÍTICO	ANO DE FUNDAÇÃO
Partido dos Trabalhadores (PT)	1980
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	1988
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	1965
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	1979
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1947
Partido Progressista (PP)	1995
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	1962
Partido Popular Socialista (PPS)	1992
Partido Liberal (PL)	1985
Partido Social Cristão (PSC)	1985
Partido da Frente Liberal (PFL) - que mais tarde se transformou no Democratas (DEM)	1984/2007
Partido Social Liberal (PSL)	1994
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	1994
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	1922
Partido Republicano Brasileiro (PRB)	2005

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

⁵¹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

⁵² Informação se refere ao número de *Partidos Políticos registrado no TSE* no site <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse> . Acesso: 10/12/2023.

O movimento estudantil, inclusive universitário é porta de entrada para os partidos políticos experimentando a dinâmica da militância até decidir qual partido realizar a filiação ou permanecer sem filiar.

Então, como eu te falei, sempre é assim, no auge dos meus 18 anos, no auge da paixão pelo PT, eu não me filiei. Nunca me filiei em nenhum partido. Sabe aquela história, assim, da paixão? Ah, não me filiei, então não vou me filiar em nenhum. Eu frequentava o PT. Eu sempre gostei de estar dentro das discussões, dos debates. E é interessante, porque a minha turma, engraçado, tiveram umas figuras que chamavam muita atenção. Eu fui uma.⁵³

Nos Centro Acadêmico (CA) e os Diretório Central de Estudantes (DCE) muitas vezes são disputados por forças estudantis onde se nota a tendência partidária de acordo com os posicionamentos e defesas no discurso. Observa-se nos encontros estudantis bandeiras de partidos, de coletivos e outras frentes de lutas que engajam a juventude, como exemplo os congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) onde marcam presenças estudantes das diversas regiões e estados do país. “Muitos chegaram via movimento estudantil, mas associase a isso afinidades com amigos, afinidades programáticas ou ideológicas com partidos “disponíveis”” (Schmitt, 2009, p. 145). Nesse sentido, compreende-se que o ingresso em movimentos políticos ocasiona o engajamento em partidos que se identificam, em muitos casos.

O estudante Frederico Mecnas destacou que boa parte dos estudantes que se envolviam com partidos políticos, utilizavam como “trampolim” eleitoral.

Eles tinham essa ideia de usar os centros acadêmicos, o DCE, o movimento estudantil, como trampolim eleitoral. Eles faziam muito isso. Chocolate⁵⁴, que hoje é, se não me engano, não sei se ele ainda é deputado ou se ele foi deputado ou foi vereador, que é do PT. Márcio Jardim, essa galera toda desse período, entendeu? Ou um pouco antes, ou um pouco depois. É exatamente nesse período, mas é a galera que fez parte disso.⁵⁵

A relação entre militância no movimento estudantil e partidos políticos possuem suas particularidades. Pela organização e representação, os envolvidos se situam reconhecendo que são espaços distintos de engajamento. Nem sempre o militante estudantil se envolve em partidos, muitos possuem aversão pelos embates que ocasionam dentro do movimento estudantil com as bandeiras, isso varia de acordo com as particularidades do estudante. Ainda que seja um espaço que complementa, ou que seja o destino de muitos estudantes, compreende-se que são experiências e espaços diferentes.

⁵³ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

⁵⁴ Prof. Nonato Chocolate, atua no PT pela cidade de São Luís.

⁵⁵ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

Os diferentes espaços de engajamento se misturam e complementam; o movimento estudantil foi apresentado como um lugar de concretização do engajamento e outros grupos e movimentos sociais representam espaços de continuidade da militância partidária, espaços que retroalimentam o engajamento político, dão base ao partido ao mesmo tempo em que apoiam pautas e temáticas dos referidos grupos e movimentos (Brenner, 2011, p. 201 - 202).

A estudante Amanda Dutra destacou que tinha o interesse no movimento estudantil, todavia sem filiação partidária, o que justificava por ser jornalista em formação e ter como princípio a imparcialidade. Argumenta que mantinha contato com diferentes frentes, como era caloura preferia conhecer e se movimentar, priorizar o envolvimento.

Eu era caloura, então assim, eu tenho uma visão não do movimento estudantil anterior, de análise, eu tenho uma visão de recém-chegada, né? Eu tinha acabado de chegar, então não tinha vivenciado muito a faculdade, mas eu sabia que eu queria ajudar, queria transformar, e continuei indo e conhecendo as pessoas que já faziam o movimento, né? Porque eu realmente queria movimentar e somar. Nunca fui filiada partidária, continuo não sendo, né? E muito porque também do jornalismo, a gente tem aquele ideal de imparcialidade que a gente sabe que não existe, que nós temos nossas opiniões, né? Mas como eu fazia jornalismo e aí eu não queria ser parcial, ou seja, um partido A conhecido como partido B, eu sempre fui muito, muito conciliadora, né? Então eu sempre passei pelos de direita, tenho amigos de todas as esferas, né? Estive em chapas de todos os lados, né? Esse do pessoal era da esquerda, precisa chegar lá. Esse era do pessoal, a maior parte dos seus integrantes. E aí eu sempre fui a partir daí, isso é importante dizer, né? Demarcar. E eu vim também com essa ideia de caloura, também não conhecia muito⁵⁶.

O movimento estudantil serve como base de formação política inicial para concretização de ações nos partidos, bem como, apoiam movimentos de mobilização diante das ocorrências sociais. Há uma relação entres os dois espaços de militância e os sujeitos envolvidos de modo que a presença dos partidos no movimento estudantil também fortalece as pautas da categoria nas reuniões do partido como temas ou demandas de cursos específicos. Os jovens buscam partidos políticos por motivos individuais, de afinidades. A livre possibilidade de criação dos partidos proporciona que cada vez mais os interesses individuais e conseqüentemente os coletivos sejam representados. Todavia, reitera a estudante Amanda Dutra que o extremismo partidário no movimento estudantil impossibilita a prática certas vezes.

Eu entendo o movimento estudantil como muito mais frutífero, sem extremismos. O extremismo não te permite dialogar, não te permite construir muito das vezes, entendeu? Precisamos demarcar nossa opinião? Claro. Precisamos sim, nos impor. Mas a gente pode impor e construir ao mesmo tempo e não ficar só no campo dos discursos, né? E avançar, eu entendo isso, avançar⁵⁷.

⁵⁶ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

⁵⁷ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

A passagem do movimento estudantil para partidos políticos é gradativa e varia de acordo com a experiência e o que almejam. As relações afetivas que realizam no meio também os levam ao engajamento político, laços que são firmados em propósitos. Consoante Ana Karina Brenner (2011, p. 47), o envolvimento no partido acontece quase que simultâneo a uma atuação no movimento estudantil. “Os jovens militantes trilham caminhos diversos até chegar aos partidos em que militam. A maioria chegou aos partidos através do movimento estudantil” (Brenner, 2011, p. 178). A autora traz essa associação colocando o movimento estudantil como “estágio” para a militância, inclusive partidária e destaca a importância da formação no movimento estudantil nesse processo de filiação atuação na política partidária.

Segundo o estudante Marlon Bruno, a relação com partidos políticos no movimento estudantil, para muitos, costuma ser inicial. Durante o processo que compreendem as motivações dos partidos ao aproximar dos atos estudantis, por exemplo. Para o estudante, a presença dos partidos políticos, foi uma experiência que o afastou da política ao perceber que suas ações no movimento estudantil estavam servindo de escada para que outros ocupassem cargos políticos. Ao tratar das manifestações “*Xô Rosengana*”, em São Luís em 2006, lembrou da insatisfação.

E aí, quando tem a segunda manifestação, que foram duas manifestações, quando tem a segunda manifestação, aí eles já entraram de maneira mais pesada, já tinha trio elétrico, que foram “doados”, entre aspas, foram fornecidos por eles, que, lógico, ajudaram a aumentar mais o movimento. Mas, para ser bem sincero contigo, naquele momento exato, naqueles momentos, a gente não conseguia, talvez por ser muito jovens, eu acredito que a maioria estava na faixa dos 17, 18, 19 anos de idade, não compreendia que existiam interesses desses partidos políticos. Eu lembro que isso me marcou muito, principalmente lá no discurso de posse do Jackson Lago, depois que ele ganhou a eleição. Aquele discurso de posse foi crucial para mim. Eu lembro que basicamente abandonei os movimentos estudantis depois do discurso por uma série de questões que comecei a analisar naquele momento⁵⁸.

Além de filiação em partidos, existem múltiplas formas de militância da juventude com atividades distintas, inclusive de grupos internos da universidade por conta da divisão de ideias. Há jovens que continuam envolvidos no movimento estudantil universitário, em ocupação de cargos nos espaços institucionalizados como CAs, DCEs ou na UNE, mas também há jovens aqueles que não militam mais nesse espaço. Existem jovens que associam o investimento no movimento estudantil com outros espaços como coletivos de mulheres e LGBTQAPN+⁵⁹, por questões étnico-raciais, em setoriais de juventude partidárias, em setores sindicais, espaços

⁵⁸ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 22 de abril de 2024.

⁵⁹ É uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.

virtuais, entre outros. Assim, entende-se que ingressam, buscam ou são levados por suas experiências a outros espaços de militância.

No Maranhão, os estudantes entrevistados pontuaram que a tendência era ser de partidos políticos da esquerda, mas também cabe ressaltar que o envolvimento dos entrevistados era com espaços de atuação da esquerda. “Com certeza. Hoje, a análise que eu faço é isso. Naquela época, era meio que normal vários estudantes estarem ligados a alguns partidos políticos, partidos de esquerda.”⁶⁰ Pontuam também que ao ser envolvido no movimento estudantil, tinham contato com essas tensões de partidos.

Observa-se na fala dos estudantes que os partidos políticos nem sempre estavam envolvidos diretamente na articulação dos movimentos, mas que suas bandeiras estavam presentes. Assim, ao serem questionados sobre as memórias com relação aos partidos,

Sempre de esquerda, né? Então, mesmo não sendo partidária, ia em todas as reuniões do PT. Participava dos grupos de estudo, não era só partidária, né? Do PT, aí depois do PSOL. Então, assim, sempre de esquerda. PCdoB, nossa! Cantava as músicas lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá. Então, sempre fui muito de esquerda. E sempre respeitei muito, entendeu? Estudei, ah, quais são as dissidências, quais são, né? Os campos de força, isso a gente vê muito forte na UNE, então acaba que como você já vivencia, você acompanha esses partidos de forma natural, e além disso eu também fazia parte das reuniões deles, quando tinha curso de formação, ou quando tinha reuniões mesmo⁶¹

Eu lembro que esses partidos políticos não participaram das discussões iniciais. Houve dois momentos marcantes nesse movimento. Houve a primeira manifestação, onde a gente conseguiu um carrinho de som pequeno, um microfone, uma caixa de som, a gente marcou lá na Praça da Bíblia, e a ideia era justamente fazer um percurso. [...]. Quando a gente espantou, a Praça da Bíblia estava lotada, né? Estudantes de várias escolas, né? E algumas bandeiras, né? Bandeira do PSTU, bandeira do PT do B, do PC do B, aquelas bandeirinhas vermelhas que a gente já conhece, né? Então, que... que se destacava o novo movimento, mas que não tinham participado, de fato, naquela discussão inicial.⁶²

Era muito forte a presença do PC do B, do PT e do PDT. Havia uma tensão. Inclusive no DCE, as eleições, meu Deus, eram até duas horas da madrugada. Sabe eleição? Eu nunca fiquei até duas horas, mas eu cheguei a ficar até onze. Eu e Fred.⁶³

A formação política consiste a partir da consciência de coletividade construída no movimento estudantil. Segundo Fernanda Monteiro (2020), o engajamento do jovem viabiliza o protagonismo nas problemáticas sofridas pela sociedade, pois não se abstém na educação tradicional, mas soma elementos essenciais para intervenção dos estudantes em suas realidades. Conforme Paulo Freire (1989) é necessário que a educação seja emancipadora ao propiciar que os sujeitos façam parte de sua própria história, e nela consigam intervir por melhorias. Muitas

⁶⁰ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 22 de abril de 2024.

⁶¹ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

⁶² Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 22 de abril de 2024.

⁶³ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

das inquietações são vividas pelo sujeito, na universidade, por exemplo, a falta de professor, bolsa de estudo, precarização da educação. Desta forma, entende-se que o movimento estudantil cabe na tarefa de se educar contra as bases velhas da exploração sendo estes essenciais na ação de conscientização (Monteiro, 2020, p. 101). O envolvimento no movimento estudantil traz consciência de classe que se mobiliza quando há intervenção em lutas cotidianas.

A formação teórico-prática é fator fundamental na formação de consciência de classes, caracterizamos que o movimento e a consciência social/política são fatores que se interligam, já que através do alcance da consciência dar-se-á o movimento da classe trabalhadora, expresso nas diversas organizações de luta- sindicatos, partidos, movimento estudantil (Monteiro, 2020, p. 101).

Assim, a relação entre partidos políticos e movimento estudantil é uma linha tênue.

Ah, cara, como eu te falei, assim. Aí tinha briga. Aí tinha briga. Então, é sempre tensional. E essa história, por exemplo... Interessante. O DCE, por exemplo, na minha época... eu lembro que era bem distante. Não tinha, sabe? Até porque, como eu te falei, eu era muito resistente. PDT, nossa, PDT. PC do B, PDT aaah... pra mim, eram tudo... Hoje, a gente usa o termo fake. Então, eu não... Eu não gostava nem de... De, assim... Eu nem fazia amizade. Engraçado que, anos depois, tem uma galera que a gente se encontrou dando aula e aí... Virou amizade⁶⁴.

Com a abertura política para partidos após Ditadura Militar, ocorre criação de diversas legendas, cada uma seguindo bandeiras de identificação. Isso influencia no funcionamento do movimento estudantil, que muitas vezes assumiam frentes da tendência que seguiam. Cabe ressaltar que essa vivência de partidos políticos contribui em aprendizagem acadêmica, mas também sobre o funcionamento do mundo político. A partir da Constituição Federal de 1988, o movimento estudantil retorna à legalização e se reinventa de acordo com as bandeiras.

1.3 Atuações do movimento estudantil no Brasil após a Constituição Federal de 1988: “Repensando o que o movimento estudantil deveria estar fazendo nesse momento”⁶⁵

O movimento estudantil participou da transição política, social e econômica com a redemocratização. Os estudantes reestruturaram a UNE e seguiram atuando em campanhas considerada um momento crucial do povo às ruas reafirmando a transição política. Vindos da efervescente luta contra a Ditadura Militar, na qual foram protagonistas, atuaram no caso das *Diretas já!*⁶⁶, nas eleições de 1985. Segundo Marcos Mesquita (2001), foi um misto de

⁶⁴ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

⁶⁵ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

⁶⁶ Foi um movimento histórico, social e político que pediu o retorno do voto direto em apoio à emenda do deputado Dante Oliveira. Essa manifestação foi um momento histórico para ampliação da democracia brasileira (Bazaga, 2013, p. 1). Contou com participação das camadas populares que saíram às ruas para finalmente declarar a vontade do povo.

novidades, afirmação de modelos, desesperanças por parte de setores da militância, bem como a reestruturação, ou um novo pensar acerca desta mesma prática militante. Vindo desse histórico de atuação, em 1988 ocorreu o reconhecimento do movimento institucionalizado. Simbolizou um avanço para o movimento estudantil, inclusive universitário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art . 1º - A União Nacional dos Estudantes - UNE, criada em 1937, é entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País.

Art . 2º - As Uniões Estaduais dos Estudantes UEEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma instituição de ensino superior.

Art . 3º - Os Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada instituição de ensino superior.

Art . 4º - Fica assegurado aos Estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de Centros Acadêmicos - CAs ou Diretórios Acadêmicos - DAs como suas entidades representativas.

Art . 5º - A organização, o funcionamento e as atividades das entidades a que se refere esta Lei serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembléia-geral no caso de CAs ou DAs e através de congressos nas demais entidades.

Art . 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (Brasil, 1985).

A Constituição Federal de 1988 demarcou a acessibilidade para essas novas formas de associações nos anos que sucederam. Com abertura à novos diálogos com a elaboração de leis e criação de espaços participativos, houveram aberturas para pautas mais definidas, e organização dos grupos a partir da sua afinidade de luta. O movimento se tornou mais feminista, cultural, negro, ambientalista (Mesquita, 2001, p. 59). A partir da década de 90, houve uma atualização dos movimentos sociais, a exemplo do movimento estudantil, antes voltado para pautas mais gerais, assume um caráter de múltiplas identidades. As ações coletivas que estavam focadas em protesto e demandas relacionadas à cidadania, a partir do processo de transição política voltou-se para propostas de inclusão social. Assim, surgem outras articulações mais próximas de programas sociais visando inclusão e visibilidade. O pedido de *impeachment* de Collor⁶⁷ o *Fora Collor!*, os *Caras pintadas*⁶⁸ somaram nas manifestações convocados pela UNE e UBES, “Organizou-se uma campanha, em que os mais diferentes setores sociais foram

⁶⁷ Ver Martuscelli (2005), em *Governo Collor e regime político*. Prever impedimento ou afastamento de um cargo governativo com direitos políticos cassados por oito anos. Collor diante de denúncias práticas de corrupção foi o primeiro presidente a ter seu mandato destituído na história política do Brasil.

⁶⁸ Ver Alberto Rodrigues (1992) em *Estudantes na política em Tempos de Mobilização e Crise*. Os estudantes foram às ruas nos meses de agosto e setembro de 1992 pedir o Impeachment de Collor, o primeiro presidente diretamente eleito pelo povo após a Ditadura Militar, trajando roupas pretas e com as caras pintadas de branco representando o luto. “As principais manifestações do movimento, contudo fizeram das “caras pintadas” dos estudantes sua marca mais característica, seja pelos substanciais presenças e irreverência estudantis, seja pelo destaque especial a elas dado pela grande imprensa” (Rodrigues, 1992, p. 139).

mobilizados, mas os estudantes estiveram na proa” (Rodrigues, 1992, p. 139). Para o imaginário social, tal movimento marcou um retorno do movimento estudantil às ruas como participantes da luta com outras categorias.

É impossível não se surpreender. O que se verifica, desde logo, é a sem cerimônia com que personagens, já há algum tempo ausentes, de repente constituem-se a si próprios como sujeitos políticos decisivos para o desfecho de uma das mais difíceis crises da história recente. Aliás, uma história rica em crises e carente de sujeitos coletivos relevantes (Rodrigues, 1992, p. 138).

Para José María Sánchez (2000) a principal forma de organização do movimento estudantil são as assembleias, pois é um espaço de debate e participação que traz materialidade a um movimento democrático. Nisso, a autora Maria Angélica Peixoto reitera que o movimento são as ações que ocorrem em todas as esferas envolvendo estudantes como Centro Acadêmico, Diretórios Centrais dos Estudantes, Casa de estudantes, e outras formas, como ações coletivas (Peixoto, 2016, p. 83-84). Essa constituição do movimento varia de acordo com a época, e mesmo que institucionalizada, outras formas de manifestação paralelas acontecem visto o sistema precário de ensino e a constante necessidade de reivindicação em muitos setores.

O movimento estudantil dos anos 1900 continuou o movimento com engajamento mais diversificado, ramificação da luta com bandeiras dimensionadas em coletivos, mas também em com a principal frente em defesa do ensino público. Nota-se que obteve espaço no contexto da redemocratização e a fervorosa luta pelo *Impeachment* do Presidente Collor em 1992, impulsionando esse processo, o vigor em prol da educação mais inclusiva, principalmente diante das ameaças de privatização das universidades públicas. A militância foi se moldando às necessidades dos discentes naquele contexto. “Na diversificação de redes juvenis nos anos 90, a variedade de conteúdos e possibilidades de fazer coletivo se expressaram no campo da realidade estudantil” (Mesquita, 2001, p. 64). O movimento estudantil englobou diversas formas de manifestação, isso ocorreu com a necessidade de ampliar espaços que discutissem direitos humanos fundamentais diante do contexto que redemocratização do país.

A mescla de uma política que se expressa num discurso mais global, de ataque ao governo federal e de oposição à política neoliberal, com uma política mais setorializada, caracterizada pela conquista dos grupos temáticos (negros, mulheres, homossexuais etc.) no interior do movimento (Mesquita, 2001, p. 113).

A UNE enquanto representante legal dos estudantes reformulou a estrutura criando secretarias das questões raciais, mulheres universitárias, questões agrárias, entre outros, para

pressionar a organização, puxar o movimento para evitar dispersão, mas também que perdesse a posição de importância que tinha enquanto entidade representativa diante de tais transformações no perfil da luta estudantil. O movimento negro trouxe visibilidade à luta nos espaços políticos universitários com abertura para eventos, formação de coletivos. As mulheres reivindicaram posição política nas entidades (Mesquita, 2001, p. 102). Paralelo a isso, o sucateamento das universidades com privatização dos serviços básicos e cortes nas verbas ocasionavam baixa infraestrutura nos Campus. Temas como a reforma universitária, defesa da educação pública brasileira, em específico as universidades, foi legítima. “As principais pautas relativas à educação foram, novamente, o combate ao “Provão” e à privatização das universidades” (Mesquita 2001, p. 114). O voto contra a reforma educacional da Lei nº 9.394/1996 na constituição da Lei de Diretrizes e Base (LDB) e o *Provão*⁶⁹ implementados no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

De maneira sintética as questões convergem para 3 pontos principais: a) reestruturação da entidade; b) ampliação das temáticas no interior do movimento expressa através de lutas amplas, porém setorizadas; e c) lutas pela educação (mais fortemente a defesa das universidades) e contra o neoliberalismo, que resgatam aspectos mais clássicos e históricos do movimento estudantil. Esse tripé que sustenta o ideário do movimento é, de certa maneira, uma construção ideal, um modelo (Mesquita, 2003, p. 129).

Houve reinvenção do movimento estudantil na intenção de criar uma linguagem que mais se aproximasse do contexto. Conceitos como luta de minorias, cultura, meio ambiente, mulher, negros, redefiniram o movimento diante da luta contra o neoliberalismo e tudo que se referisse a ele, conforme Marcos Mesquita (2003). Retomou a cultura e festividades nos espaços de ajuntamento dos estudantes a fim de construir política, o lúdico à militância. O movimento, à medida que se expandiu, abarcou outras temáticas, todavia ainda o C.A/ D.A continuou um ponto de apoio, partida para crescimento em diversas linhas de frente. A partir dessas construções, as novas relações e a construção de um perfil se abriu no fim do século XX.

Nesse sentido, os anos 2000 trouxe diversidade na organização do movimento estudantil ao tempo que presenciou o final do mandato de FHC para início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, candidato que esteve nas últimas décadas presente e obteve apoio das

⁶⁹ Ver Victor Oliveira (2020). Exame Nacional dos Cursos (ENC) também chamado de *Provão*, similar ao atual Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Modelo de avaliação do ensino universitário que o Ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, do Governo Fernando Henrique Cardoso criou para avaliar o conhecimento nas universidades. Essa avaliação que gera dados para investimento público no ensino superior, mas as entidades do movimento estudantil acreditavam que isso serviria como forma de limitar os repasses para as universidades, uma vez que as provas não coincidiam com a qualidade de ensino universitário vigente.

entidades estudantis. O Plano Nacional da Educação (PNE) criado em 2001 por FHC consolidou a política educacional neoliberal designando os rumos da educação superior na década. As bibliografias que sinalizam esse processo destacam que as iniciativas de Lula deram continuidade às propostas neoliberais no país, inclusive nas políticas educacionais do ensino superior ao implementar recurso público no privado.

E com a chegada de Lula à presidência, em 2003, a política educacional neoliberal que foi consolidada por FHC continuou. Nesse interím, mesmo fazendo um discurso contra a mercantilização da educação, a UNE que o havia apoiado a candidatura de Lula, começou adotar uma atitude de convivência com o governo (Franco, 2008, p. 13).

Conforme Renan Furtado (2020), houve ruptura da bandeira em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade com a aproximação da UNE às medidas do governo federal. As divergências entre a entidade representativa dos estudantes com outras instâncias do movimento estudantil foram marcantes nos programas educacionais que foram sendo implementados. Nesse sentido, cabe discussão sobre o “enfraquecimento” dos movimentos de resistência ao se tornar legalizado e próximo ao governo em exercício. Conforme Matheus Cruz (2020, p. 28) “A instrumentalização dessas entidades fez com que os movimentos sociais entrassem em uma ressaca por consequência do distanciamento das entidades de base, mas também por desarticularem ações de resistência contra empresas e projetos do governo” (Cruz, 2020, p. 28). Na história política brasileira dos movimentos de resistência, essa foi a primeira vez que um candidato que caminhava lado a lado nos embates, se tornou governo oficial. Diante dessas tensões de esperança e/ou frustrações, como proceder? De que forma procedeu o movimento estudantil brasileiro oficial, como a UNE, e as ramificações do movimento?

A estudante Nila Michele ao ser questionada sobre a duração das greves nesse período de transição nos anos 2000 e 2002, ressaltou que nessa transição, ocorriam meses de greve, mas com a chegada de Lula ao governo, por obter o apoio de boa parte dos professores, ocorreu uma ruptura. Em sua fala, juntamente com Leide Ana Caldas, destacam sobre essas permanências e continuidades. Dentre as memórias dos estudantes,

Então, a mudança, até porque boa parte dos professores apoiavam realmente o governo. [...] E aí você vê o governo Lula chegando, ou houve uma mudança drástica, mas não houve as mudanças desejáveis.⁷⁰

Pois é, cara. Assim, eu lembro, por exemplo, eu lembro muito de Fred. Eu lembro que quando o Lula ganhou, embora na época eu não concordei com a aliança dele com o

⁷⁰ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

Sarney, juventude, né? Você acha um absurdo, mas quando ganhou, eu liguei pra Fred e disse, nós conseguimos.⁷¹

No Governo FHC, a UNE pressionada pela sua base política, passou a organizar a campanha *Fora FHC*, porém distante das ruas e próxima aos gabinetes manteve posição polêmica em diversos momentos, como foi durante a greve das federais do ano 1998.

Acervo 2 – Projeto UNE e o Governo Lula



Fonte: DCE – UFMA, 2002.

Com a vitória de Lula, nas eleições de 2002, a UNE deixou o campo de oposição, para uma relação de colaboração e negociação com o governo Lula pretendendo transmitir para os estudantes a imagem de continuidade das lutas históricas. A bandeira do movimento estudantil universitário desde os primórdios entorna criação, defesa, acesso e ampliação da universidade no Brasil. Diante disto, contém sobre este contexto político e educacional da Universidade Federal do Maranhão, por meio do movimento estudantil, no Maranhão.

⁷¹ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

2 UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: (RE) EXISTÊNCIAS

A Universidade não vai mudar sem a efetiva participação popular, não podendo ser transformada de dentro para fora; pelo contrário, seus muros irão cair de fora pra dentro, como consequência da chegada do povo ao poder (Araújo, 2012, p. 44).

Universidade Federal do Maranhão, “A caminho da excelência”. Esse foi o lema oficial na virada do século mapeado no arquivo do CAHIS *Lagoa Amarela*, onde debates políticos internos e externos agitaram a educação superior no Maranhão, no início dos anos 2000. O lema traz sobre o contexto de aprimoramento das políticas educacionais para o rumo que pretendia alcançar. A UFMA possui um histórico de (re) existências, desde a idealização de sua fundação até o tempo em questão, juntamente com o movimento estudantil universitário. Nesse sentido, será explanado um breve histórico de resistências desde a fundação e federalização, em seguida transição dos governos de FHC e Lula, as políticas educacionais de acesso e permanência para melhor visualização do movimento estudantil nos anos 2000 a 2007.

A Universidade Federal do Maranhão foi criada pela Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966, em meio à Ditadura Militar, o que embasa e sinaliza suas raízes de resistência. Em 2006, por meio do acervo do CAHIS *Lagoa Amarela*, observou-se um trecho que o Prof. Me. Manoel de Jesus Barros Martins⁷² relata sobre a criação da UFMA.

O ano de 1952 entrou para a história do Curso de História da UFMA como marco basilar. No final desse ano foi criado, em São Luís, o Curso de História e Geografia, cujo funcionamento somente pode ser efetivado no primeiro semestre letivo de 1953. Essa é, aliás, uma marca com ressonância para além do Curso de História, pois que envolve vários dos cursos que configuram o atual ensino superior da UFMA. Tal acontecimento pode ser considerado como tributário da expansão de um movimento que ganhou amplitude nacional cuja meta era a implantação de cursos universitários orientados para a formação de docentes habilitados para o ensino na educação básica, especialmente no nível médio. Esse movimento se estruturou e ganhou corpo sob o influxo da criação de instituições de nível superior voltadas para essa finalidade: a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, na Universidade de São Paulo, e sua congênere na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Em pouco tempo, essa cruzada por novas perspectivas para formação e para o trabalho docente ampliou o número de adeptos e atingiu várias unidades da federação (CAHIS UFMA, 2006).

O acesso à educação é um privilégio de poucos, e romper com essa realidade é a principal bandeira de luta dos movimentos sociais, em destaque o movimento estudantil. A

⁷² Prof. Dr. Manoel de Jesus Barros Martins, professor do Departamento de História da UFMA. Atuou como pró-reitor de Pró-reitor de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Maranhão em 2018 e 2019. Conhecido por professor Manuelzinho.

universidade compreende as expectativas de um determinado tempo, é um produto das relações de força que a rege (Fávero, 2006, p. 17-18). Assim, há eminência de fases com características temporais e espaciais, para analisar é necessário considerar que o modo de funcionar é um produto dessas relações de força. Primeiramente, criadas para um saber que não interferisse necessariamente no Estado e na sociedade. A partir do avanço tecnológico e sua repercussão, a universidade assumiu a responsabilidade de devolver essa ciência para o mundo. Assim, surge um outro perfil de universidade nas questões sociais de acesso, luta pela publicidade e gratuidade desses saberes, tendo em vista que são sinônimos de poder.

2.1 Fundação Universidade do Maranhão: “*Eu queria UFMA. Queria Federal, sabe?*”⁷³

No Maranhão, a educação superior foi tardia comparada ao resto do país, devido a um conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos que permeavam na época. Assim como em todo o país, foi fundada e mantida por fins lucrativos particulares da Fundação Paulo Ramos⁷⁴. O ensino superior se consolidou no Maranhão em forma de escolas isoladas, porém interligadas na gestão até o processo de federalização⁷⁵. Quando Getúlio Vargas assume a Presidência da República em 1930, ocorre uma reforma no modelo de funcionamento do ensino. A educação passou pelo processo de federalização, seria mantida pela União e assumiria um caráter agregado. Nesse contexto, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como seu primeiro titular Francisco Campos.

Na inauguração dos trabalhos, o ministro declara que a Universidade do Brasil, mantida pela União, “precisa ser perfeita”. Afirma ser intenção do governo simplesmente “fazer uma universidade que deixe de ser o que tem sido até hoje no Brasil: um postulado regulamentar, uma aspiração da lei. Que ela se converta em uma realidade viva, em uma comunidade escolar verdadeira. Para isso, torna-se necessária a criação daquilo que hoje se tem chamado uma cidade universitária” (Fávero, 1999, p. 23).

No Maranhão, primeiramente como Fundação Universidade do Maranhão (FUM), foi instituída a Faculdade de Direito de São Luís, Faculdades de Farmácia, Odontologia e pela Universidade Católica do Maranhão criada e mantida pela Arquidiocese de São Luís por meio da Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS) que compunha a de Filosofia, Letras, Medicina, Serviço Social e de Enfermagem. O processo de federalização deu-se após tentativas de criação a partir de Antônio Dino, enquanto deputado federal, diante do Ministério

⁷³ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

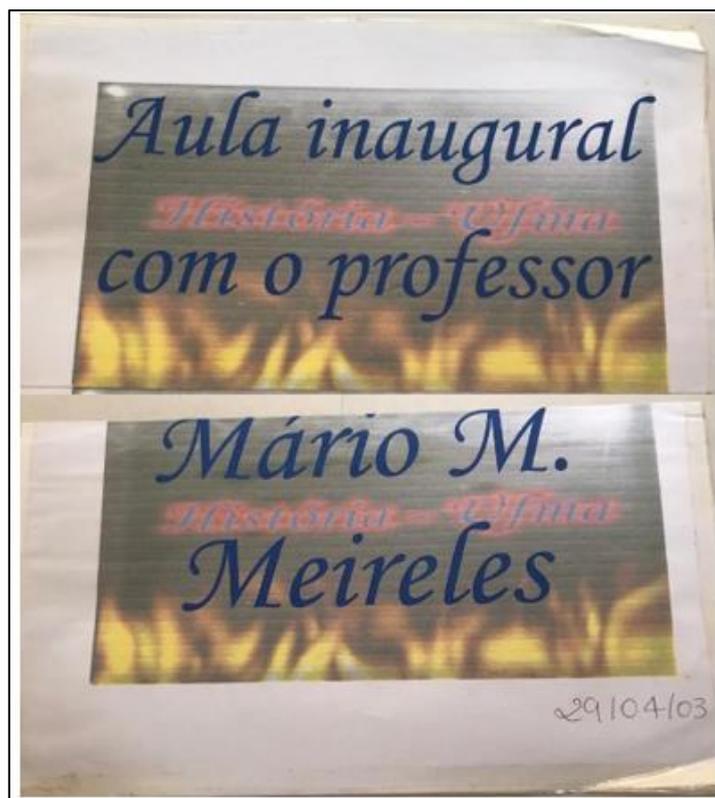
⁷⁴ Instituição mantedora do ensino superior maranhense antes do processo de federalização.

⁷⁵ Ver livro de Regina Faria, *Memória de Professores: histórias da UFMA e outras histórias* (2014). Entrevista realizada com Mário Martins Meireles.

da Educação em articulação com Mário Meireles, José Ribamar Carvalho, Clodoaldo Cardoso, entre outros. Naquela época a SOMACS apresentou dificuldades em se manter por falta de recursos, e a solução foi entregar ao Governo Federal que reuniu todos os cursos.

Sancionada pelo então Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no Palácio do Governo, teve Pedro Neiva como reitor. O Decreto nº 59.941, de 06/01/1967 aprovou o Estatuto de sua fundação. Como primeiros dirigentes o “Prof. Pedro Neiva de Santana como Reitor; o Prof. Mário Martins Meireles⁷⁶, Vice-Reitor Administrativo e o Cônego José de Ribamar Carvalho, Vice-Reitor Pedagógico, isso de conformidade com o projeto do Estatuto da Universidade” (Histórico da UFMA). A relevância do professor Mário Meireles nesse processo se destaca em sua presença em uma aula inaugural anos depois, em 2003. Como também lembrado na fala do estudante Frederico Mecnas “A gente voltou a trazer os professores que eram referência para a formação, [...]. Mário Meireles”⁷⁷.

Acervo 3 – Comunicado de Aula Inaugural com Prof. Mário Martins Meireles



Fonte: CAHIS – UFMA, 2003.

⁷⁶ Um dos idealizadores do ensino superior que contribuiu para fundação da Faculdade de Filosofia no Maranhão.

⁷⁷ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

Conforme Márcia Costa (2014), o nascimento do ensino superior no Maranhão ficou localizado em São Luís, e o primeiro curso que se tem conhecimento foi o de Direito, “[...] inicialmente no Beco da Sé, hoje travessa D. Francisco; depois da Rua do Sol, a esquina da Travessa do Sineiro (Godofredo Viana), defronte ao Teatro Arthur Azevedo, em prédio próprio, segundo Mário Meireles” (Costa, 2014, p. 66). Nesse contexto, houve criação de cursos isolados, com prédios distantes, que cresceram ocupando prédios entres os casarões coloniais de São Luís. Como diz Sálvio Dino (1996, p. 21), “Nasceu a Faculdade Livre de Direito no Maranhão por iniciativa de espíritos arrojados, não contando, de início, com o beneplácito do poder público”. Mesmo com a federalização, enfrentou problemas financeiros tendo em vista que sua criação no segundo semestre do ano, não estava prevista no orçamento do Governo Federal. Conforme Regina Faria (2005), Mário Meireles, diretor no Banco do Maranhão, que solicitou empréstimo de “dez contos de réis” para que ocorresse o funcionamento juntamente com Pedro Neiva, secretário de Estado da Fazenda.

A representação estudantil esteve presente com a criação do Centro Acadêmico (CA) Viveiros Castro. A União dos Estudantes Maranhenses (UME), logo depois conhecida como Diretório Central do Estudantes (DCE), foi ativada. Segundo Márcia Costa (2014), dentre as propostas das chapas candidatas ao mandato da UME estava a criação da Universidade do Maranhão, “Tudo fazer pela criação da Universidade do Maranhão” (Costa, 2014, p. 120). Houve engajamento acadêmico na concretização do ensino superior no Maranhão em busca de melhorias e reconhecimento do ensino. Esse movimento sucedeu na criação de entidades representativas como a UME e os respectivos CA’s/DA’s com ligação à UNE. A atuação desse movimento estudantil contribuiu para formação política dos acadêmicos e resultou em um campo fértil para o desenvolvimento de figuras políticas, pois muitos continuaram a carreira política em nível estadual e nacional. O movimento estudantil foi relevante nesse processo de criação da universidade unificada e federalização.

Do mesmo modo, discussões específicas da categoria estudantil estavam pautadas no congresso, viabilizando a consciência do alunado em relação aos seus direitos enquanto categoria: restaurante universitário, biblioteca, sede da UME, casa do estudante, teatro universitário, laboratórios e os aparelhos das faculdades. É marcante, também, a defesa das teses que concorrem ao Congresso Nacional dos Estudantes promovido pela União Nacional de Estudantes (UNE) (Costa, 2014, p. 129).

Cabe destacar o Palácio Cristo Rei⁷⁸, localizado no centro histórico de São Luís, Praça Gonçalves Dias. Para Aldyr Araújo (2011), o lugar de memória que entrecruza o passado e o

⁷⁸ Ver livro de Aldy Mello de Araújo, *A Universidade Esquecida* (2011). O Palácio Cristo Rei tem um inigualável valor arquitetônico com suas características do séc. XIX. Todo o prédio é em estilo colonial, composto por dois

presente da UFMA pautados na trajetória, principalmente administrativa. Foi idealizado como Memorial no dia que ocorreu o incêndio no palácio com necessidade de reconstrução de fontes históricas que compõe a história da UFMA⁷⁹, e que continuam em exposição no casarão colonial que primeiro compôs a Faculdade de Filosofia.

Os estudantes, inclusive da UFMA⁸⁰, assumiram posição contra a Ditadura Militar (1964-1985) e nisso veio a perseguição. As universidades foram direcionadas ao perfil da política nacional desenvolvimentista com base na industrialização, e os anos 1960 contou com a participação estudantil em defesa de um projeto educacional para o país. “Discutiu-se a LDB que surgiu em 61 e 62, ocorreu a greve do 1/3” (Araújo, 2011, p. 93). As universidades tornaram-se um alvo de medidas autoritárias, o que dificultou o desenvolvimento acadêmico para docentes e discentes. Foram ameaçadas de fechamento, pois era um campo fértil de resistência.

O Estatuto da UFMA foi aprovado pela Fundação em 1967 sob as propostas da reforma universitária de 68 que trouxe normas para garantia da organização do ensino superior do que a qualidade deste ensino. O movimento estudantil, por outro lado, expressava a necessidade de reformas que influenciassem em uma nova universidade comprometida com autonomia, e sob responsabilidade do Estado. Dentre as reivindicações, a garantia de financiamento, regime jurídico próprio além da autonomia didático-científica. A Lei 5.540 foi sancionada com a proposta de reforma universitária pretendida pelos militares, que introduzia a tendência tecnicista com os princípios de produtividade, rendimento e eficiência como caminho para o milagre econômico no país.

Na UFMA, houve organização dos centros. Segundo Carla Ribeiro (2011), organiza-se os departamentos, matrícula por disciplinas, os créditos para cumprimento e ocorre a divisão de professores e alunos. Nesse período ocorre a inauguração da primeira unidade do Campus

pavimentos e um mirante de terminação em beiral, sendo sua fachada principal assimétrica, apresentando uma escada com piso formado por pedras de cantaria. Para aqueles que acreditam em mitos além da cultura grega quando se sabe de contos em que os deuses libidinosos lutavam para possuir as belíssimas deusas vestais, o mês de outubro é um mito na história do Palácio Cristo Rei. É no mês de outubro que ocorre a mudança dos reitores; foi no mês de outubro que o palácio foi tombado; foi no dia 23 também de outubro que ocorreu o incêndio que destruiu todo o acervo do prédio, embora tudo tenha voltado a ser como antes. Como ensinam os doutos mitólogos, o mito existe para criar uma história de êxito na mente humana. Somos movidos também pelos mitos e o conduzimos às nossas grandes narrativas do que nos parece mais tradicionais. Quem sabe? A história do Palácio Cristo Rei tem muito a ver com os mitos (Araújo, 2011, p. 53.).

⁷⁹ Ver site da UFMA <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf>. Acesso: 23/07/2024.

⁸⁰ Ver o documentário *Sem Censura* sobre atuação do movimento estudantil da UFMA na década de 1980, <https://agendamaranhao.com.br/2020/12/20/filme-mostra-movimento-estudantil-da-ufma-na-decada-de-1980/>. Acesso: 26/12/2024.

Bacanga, o prédio “Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco”⁸¹ em 1972 onde passou a funcionar de forma gradual os órgãos acadêmicos e administrativos que funcionavam em outros prédios pelo centro de São Luís. Uma das primeiras medidas foi a ampliação do campus universitário e a implantação dos projetos Colégio Universitário (COLUN). Assim, ocorre expansão e consolidação da Universidade Federal do Maranhão.

2.2 FHC e Lula: “Era fora FHC... ⁸²Essa galera viu o que tinha, aí entra o governo Lula”⁸³

Em 1985, houve participação dos estudantes em uma greve de professores das universidades federais, com pauta local firmada em reivindicações como realização de eleições para todos os níveis de administração, elaboração de um novo estatuto, autonomia dos departamentos e colegiados dos cursos sobre a política de ensino, pesquisa e extensão bem como aplicação de recursos financeiros. Segundo Carla Ribeiro (2011), a greve ampliou o debate sobre a função da UFMA e o rompimento do histórico de acesso elitizado que carregava desde sua criação. Esse movimento fez parte do processo de transição política à redemocratização no contexto nacional.

O sistema brasileiro de ensino até a Constituição Federal de 1988 estava baseado nas reformas universitárias das décadas de 1960 e 1970 realizadas durante a Ditadura Militar na qual definia o modelo de universidade e a educação básica, passando para ensino “fundamental” os antigos ginásios e colégios. Houve a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁸⁴, uma renda do Salário Educação, que ocasionou interferência do Governo Federal nos municípios. A promulgação da Constituição Federal de 1988 que rompeu com as estruturas do sistema educacional militar com quatro medidas: autonomia universitária, inclusão e aumento percentual nos orçamentos públicos destinados aos estados e municípios, LDB de 1996, estrutura interna das universidades com livre escolha do currículo dos cursos. As universidades reafirmaram o zelo por conceitos da Constituição Federal de 1988. Dentre os debates, estava a LDB com foco na universalização da educação e erradicação do analfabetismo no país. Em sintonia com a defesa da educação de base, esteve os estudantes universitários, que partindo da *Campanha em Defesa da Escola Pública*, atuavam nas campanhas de expansão das universidades já que a ocupação de vagas revelava uma contradição social.

⁸¹ Cabe ressaltar que o nome traz referência ao político militar articulador da Ditadura Militar que primeiro que assumiu a cadeira presidencial 1964 – 1967.

⁸² Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

⁸³ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

⁸⁴ Ver Eunice Durham (2010, p. 156). Constituído por recursos extraorçamentários fornecidos pelo Salário Educação, que permitiu à União interferir diretamente no ensino fundamental.

Na década de 1990, a agenda neoliberal e a lógica de enxugamento dos gastos com serviços públicos inseridas pelo presidente Fernando Collor de Mello, ocasionou ausência de diálogo aberto entre as Universidades Públicas e o Ministério da Educação. Conforme Aldy Araújo (2011, p. 40), “Foi um retrocesso na História Universitária brasileira quando se assistia a essa desvalorização, fazendo crer que a privatização era um passo iminente e que constava perspectivas do governo em 1994”. Tal política foi fortalecida por FHC sob justificativa de caminho para a transição política. Assim, houve uma série de reformas e privatizações, inclusive na área educacional durante os dois mandatos de FHC.

Em 1992, FHC assume o Ministério da Fazenda onde ficou à frente do Plano Real⁸⁵ que veio como proposta de uma agenda emergencial tendo em vista que o país encarava um profundo nível de pobreza e desemprego. A medida foi considerada um sucesso na política antinflacionária assegurando a vitória eleitoral em 1994 a FHC. Priorizou-se uma agenda governamental neoliberal que priorizou a diminuição do quadro de empresas estatais na promessa de pagar a dívida externa, trazer mais empregos para gerar maior circulação de renda.

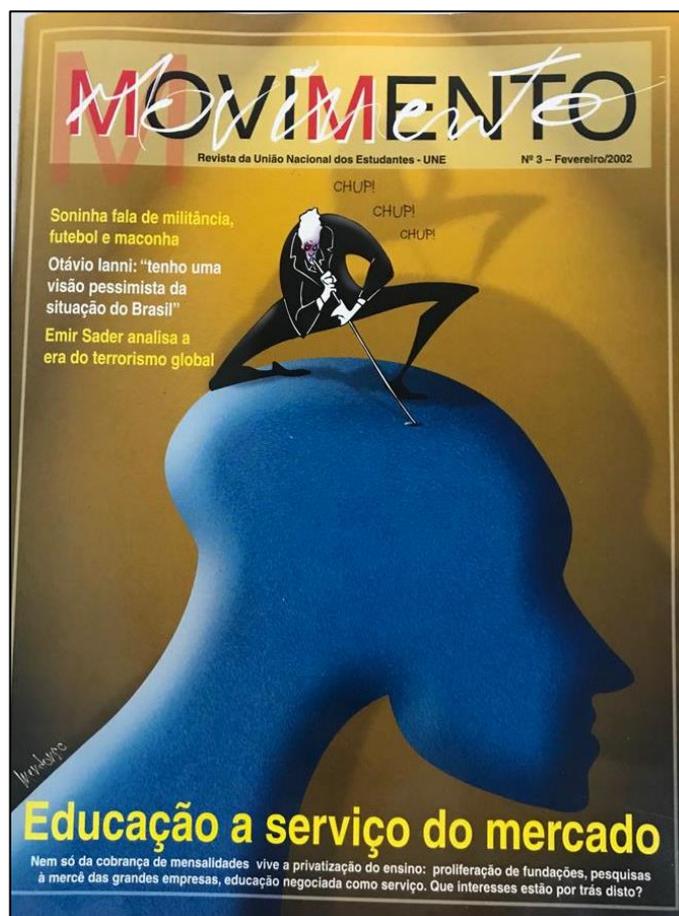
[...] Fernando Henrique Cardoso foi marcado por duas agendas principais: a *estabilização monetária* e as *reformas constitucionais*. Outras ações importantes levadas a cabo pelo Executivo articularam-se e entrelaçaram-se a essas duas agendas. É o caso das privatizações, da reforma do sistema financeiro e do acordo da dívida dos estados (Couto; Abrucio, 200, p. 4).

No primeiro mandato, as cinco primeiras emendas do período FHC eram todos referentes à desestatização e à abertura econômica. No que tange a educação, os dois mandatos destacaram-se pela reforma do Estado promovida, administrativa que provocou profundas mudanças na vida econômica bem como a reforma educativa (Hermida, 2012, p. 2). Empregou-se de articular no âmbito da educação a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9.394, de 1996, e a reforma teve início de tramitação a partir do ano de 1998. A aprovação da LDB em 1996, demonstrou uma manutenção tradicional e da composição de universidades como escolas profissionais sem comprometimento. Uma das marcantes modificações foi a abertura para o mercado inserir o ensino privado, retirando do Estado a intensa responsabilidade de oferecer o ensino público de qualidade, e a versão “mínima” de projeto educativo que possibilitava uma série de emendas deixando para outras discussões a continuidade norteadora da lei que deveria nortear as etapas do ensino.

⁸⁵ Foi um dos planos de estabilização econômica e por meio dele foi lançada a moeda em vigência atualmente: o real. O Plano Real foi lançado durante o governo de Itamar Franco.

Os setores estratégicos da economia ficam imunes a qualquer perspectiva democrática, numa verdadeira privatização do aparelho de Estado e de suas funções públicas, conforme David Maciel (2007, p. 3). Esse modo de funcionamento e seus desdobramentos se reverteram em todas as áreas da sociedade com aumento do individualismo, a competição e a busca desenfreada pela inclusão naquilo que intitularam globalização, características de uma sociedade que quanto mais tem melhor se enquadra, uma sociedade capitalista onde tudo vira objeto de consumo descartável: as concepções acerca das relações sociais pela lógica da produção. Esse modo de funcionamento reverberou na educação, no perfil dos estudantes universitários de modo a despertar concorrência e a busca pela eficiência individual. A política educacional, manifestou-se com a priorização dos recursos da União para o ensino fundamental, reduzindo os investimentos para a educação superior, que se dispõe aos investimentos privados, transformando o saber em mercadoria (Chavez, 2006, p. 60). Esse investimento é característico de países capitalistas, que investem na base, mas sucateiam o ensino superior no direcionamento que o foco é a mão de obra qualificada em tempo hábil.

Acervo 4 – Revista *Movimento*. UNE nº 3



Fonte: CAHIS-UFMA, 2002.

No início do governo Fernando Henrique, havia uma consciência da queda de qualidade do ensino superior, especialmente daquele oferecido por instituições privadas. Com a baixa nos recursos destinados às universidades públicas, ocorreu um sucateamento com a privatização dos serviços básicos e cortes nas verbas que ocasionavam baixa infraestrutura nas universidades. A defesa da educação pública brasileira, em específico as universidades, foi a principal bandeira de luta durante os dois mandatos de FHC. No primeiro mandato de FHC, a *Defesa da Universidade Pública*; segundo mandato de FHC com o movimento *CHEGA DE FHC!*, direcionados pela UNE. O acervo do CAHIS *Lagoa Amarela* possui uma revista da UNE que contém a representação do desgosto e o abandono dos estudantes ao ver a verba do ensino superior público diminuir ao passo que muitas fundações privadas são criadas. A diminuição de verbas resultou em baixo orçamento para compras básicas como material de limpeza, energia, alimentação, que influenciava na necessidade estudantil de garantir concluir o curso de forma acelerada.

Acervo 5 - Revista *Movimento*, A universidade pública abandonada



Fonte: CAHIS-UFMA, 2001.

O recente sistema educacional foi veemente marcado na década de 1990 com aprovação da Lei de Bases e Diretrizes (LDB) em 1996 em que dividiu educação básica e superior sendo

a profissional e especial modalidades específicas, mas integradas aos níveis de ensino. De acordo com as principais problemáticas educacionais do país, a política educacional da década foi marcada pela expansão do ensino fundamental e do ensino superior privado, isso contribuiu para universalização do ensino fundamental, mas também para a baixa qualidade da educação básica e defasagem da educação superior. A dificuldade na educação básica interfere diretamente no acesso que, embora tenha investido na expansão de vagas, não foram preenchidas. Embora esta pesquisa se atenha à educação superior, será necessário tecer essas problemáticas da educação básica com suas políticas educacionais que lhes influenciam, já que o desenvolvimento se dá ao longo prazo e de forma cumulativa.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), baseada na Constituição de 1988, modificou o ensino e o meio universitário no país onde viabilizou abertura de iniciativas privadas no ensino, bem como a modificação do modelo de universidade: “A partir da década de 1990, contudo, as propostas de reforma para as universidades públicas têm conduzido a um processo crescente de privatização” (Bottoni; Sardano; Costa Filho, 2003, p. 40). Ocorreu a gradativa privatização de setores do ensino, as universidades brasileiras passaram por redução dos gastos, indicando uma deterioração no ensino cuja pesquisa e extensão ficaram comprometidas. Em contrapartida, houve a expansão do sistema privado de ensino superior que se mostrava como opção em meio ao sucateamento das universidades.

Mantida por recursos públicos, a UFMA sentiu o sucateamento na falta de materiais básicos para funcionamento, bem como de infraestrutura. Com prédios recém entregues como o Centro de Ciências Humanas (CCH)⁸⁶, carecia de incentivo ao desenvolvimento dos cursos que foram implantados no âmbito de pesquisas. Observa-se que houve modificação tanto no perfil de funcionamento da universidade como no universitário, um alinhamento à lógica de mercado, isto é, um espaço de discussão política, social e construção do conhecimento para espaços de produção voltado à formação de mão de obra. O autor Darcy Ribeiro (1997), relata que a ampliação da base social que pleiteavam as vagas das universidades da época, era uma das missões, e que seria uma problemática enquanto não fosse sanada tendo como foco a educação de base do país.

⁸⁶ O estudante Werlys de Jesus Cunha Santos em entrevista, concedida em 15 de fevereiro de 2024, rememorou os anos finais de 80 para iniciais de 90, o nome que chamavam o CCH e o motivo de sua construção. “Não lembro o nome agora, como era chamado. Tatuzão. Hein? Tatuzão. É o... CCH? [...] nós tínhamos aula no corredor desse do Castelão, que a gente ficava lá, sentado, ficava olhando a construção do prédio que ia funcionar o curso de História. Resta, nós saímos e o prédio, porque a obra ficou parada, caramba, nós não conseguimos. A gente conseguiu ter a inauguração do prédio do centro tecnológica, agora parece que é só das exatas. A gente conseguiu ainda assistir o uso dele na inauguração, mas o de lá, não. Ele foi entregue em 95, 96 para a SBPC”.

Assim como as demais universidades, vivenciou a falta de recursos financeiros, dentre eles, a qualificação de docentes, pois tinham dificuldades de liberação para o mestrado e doutorado. As condições de funcionamento que causavam desânimo em docentes e discentes na precária condição dos laboratórios, salas de aula, biblioteca central, que deveriam garantir o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. A resistência de docentes e discentes em manter o funcionamento foi essencial nessa fase. Segundo Aldy Araújo, a gestão do reitor Jerônimos Pinheiro no período de transição política foi favorável nos preceitos democráticos. A exemplo, em sua posse convidou o DCE para pontuar as prioridades do mandato. Dentre as reivindicações dos representantes do DCE estava abertura total do restaurante universitário, aumento de ônibus para o Campus Bacanga e revisão do contrato das cantinas sob responsabilidade da Fundação Sousem. Solicitavam que fossem feitas pelas entidades como DCE e D.A's/C.A's.

O Palácio Cristo Rei foi palco contra às emergentes ameaças de privatização, um abraço que envolveu docentes e discentes ao redor do prédio significativo da UFMA na segunda metade dos anos 1990. A luta era pela manutenção do orçamento que garantia o funcionamento das universidades públicas federais, pois a crise as submeteu ao sucateamento, inclusive para realização dos serviços básicos. O plano de carreira dos professores e técnicos foram comprometidos, bem como as políticas educacionais de incentivo à produção e extensão científica. Segundo Aldy Araújo (2011), a UFMA se posicionou contra a privatização.

Por tudo isso, as Universidades deveriam pôr em prática sua criatividade e seu trabalho para superar problemas, pouco a pouco, defendendo o ensino público gratuito como sempre fez a Universidade Federal do Maranhão. Nossa Universidade sempre foi contra qualquer tipo de privatização, dispondo-se a ser uma Universidade aberta para a cooperação, inclusive privada, como ocorreu em quase todas as administrações, assim fazendo mediante um considerável número de parcerias feitas e convênios assinados (Araújo, 2011, p. 29).

Com o sucateamento, as universidades eram avaliadas conforme os aspectos produtivistas, ao tempo que ocorria a expansão do setor privado. Para a concepção de educação neoliberal, o ensino público incluiu ideias como princípios, mérito, competitividade e força de trabalho. As universidades foram palcos de diálogo com relação a esses impasses contando com movimentação de professores, estudantes e servidores contra as posições do Governo FHC.

Pelo presente, vimos convidar todas as Entidades que compõem a Comunidade Universitária (DCE, CAS, ASSUMA, SINTEMA), professores, técnicos-administrativos e estudantes interessados, para participarem de uma reunião no dia **15 de julho (Quinta-feira), às 17:30**, que discutirá o desenvolvimento da **Campanha FORA FHC e o FMI**, tendo como ponto de partida a organização do **"Dia de Coleta de Assinaturas para o abaixo-assinado denunciando o Presidente FHC por crime de responsabilidade no processo de privatização da TELEBRAS"**.

Este abaixo-assinado está sendo encaminhado, em todo o país, pelo **Fórum Nacional de Luta Por Trabalho, Terra e Cidadania** e será entregue no dia 26 de agosto em Brasília.

A intenção do Fórum é utilizar o abaixo-assinado como instrumento de mobilização, tanto para mostrar FHC como o responsável pela crise, como para organizar a **Marcha dos 100 mil sobre Brasília, pelo FORA FHC E O FMI! EM DEFESA DO BRASIL, DO EMPREGO, SALÁRIOS, TERRA E DIREITOS SOCIAIS!** (DCE-UFMA, 1999).

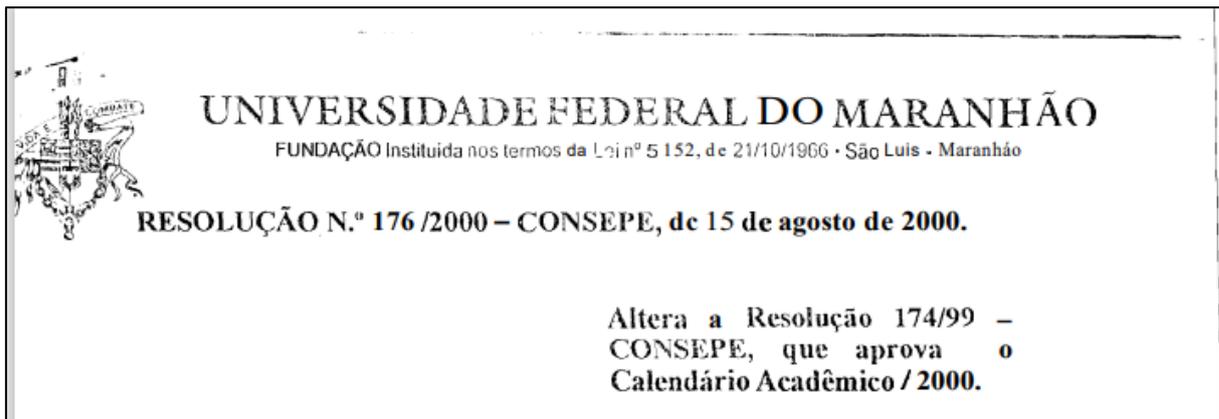
As entidades, movimento sociais de luta pela terra, de educadores e estudantes para realizar as Conferências Brasileiras de Educação, Conferência Nacional de Educação, construíram o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública bem como os estaduais e municipais. Foram às comissões, audiências, em Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores. Produziram material de texto, vídeos, panfletos e cartazes com campanhas em defesa da universidade pública. A luta pela defesa da educação pública e de qualidade estava em foco juntamente com outras frentes de luta.

No final do século XX, há um protesto pela tomada de consciência crítica na universidade diante da realidade educacional. Sobre isso, Darcy Ribeiro (1997) chama atenção dos docentes sobre conceder à juventude a orientação que traz a experiência para se empenhar nos desafios da luta pela permanência da universidade tendo em vista que já conhecem as deficiências que carregavam as estruturas das universidades. Entende-se que uma participação ativa dos estudantes nos debates contribua para reorganização da universidade para cumprimento de sua responsabilidade social.

E ilusório supor que os estudantes de hoje só possam contribuir para o debate da reforma universitária com a generosidade da sua adesão [...]. Sensíveis às mudanças de atitude e de mentalidade que o amadurecimento cultural da Nação vai operando, eles são os porta vozes naturais das aspirações emergentes, que exigem a integração da universidade no esforço nacional do desenvolvimento (Ribeiro, 1997, p.42).

Esse processo se intensificou até nos anos 2000 com a continuação do segundo mandato de FHC, em decorrência de ameaças sobre diminuição ou até mesmo extinção do ensino superior público. Para Darcy Ribeiro (1997), a questão principal estava no “peneiramento” de um sistema excludente, que possivelmente não possibilitava oportunidade de conduzir ao desenvolvimento, os saberes e talentos. Poucos jovens eram conduzidos ao ensino superior público e havia permanências da classe dominante, salvo raríssimas exceções, alimentando o discurso da meritocracia. Na UFMA, o calendário foi alterado tendo em vista a paralização ocorrida logo no início dos anos 2000 em meados do mês de abril.

Acervo 6 – Resolução N° 176/2000 – CONSEPE, 2000.



Fonte: CONSEPE 2000, site da UFMA.

Outros arquivos relacionados a movimentos de resistência são verificados no CAHIS *Lagoa Amarela*. A revista *Movimento* n° 2 publicada pela UNE retratou o contexto e posicionamento dos estudantes diante do que enfrentavam no Governo de FHC. A publicação se deu durante um movimento organizado pelos estudantes juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), deputados e senadores constituindo a *Frente em Defesa do Movimento Estudantil*. Vale ressaltar que houve participação das faculdades particulares que resistiam contra as mensalidades abusivas “Os estudantes não abrem mão de serem atores do mundo e do país. Não escrevemos essa história sozinha, mas queremos participar ativamente dela” (Revista Movimento UNE, CAHIS-UFMA, 2001). Segundo os estudantes, a reforma que sofria o país, trazia para esfera da educação, o descumprimento da universidade pública e o projeto de acesso democrático.

Há dois meses em greve, nada indicava disposição de negociar por parte do governo. A crise instalada pela paralisação é apenas a ponta do iceberg de um processo que o sistema federal de ensino superior vem sofrendo nos últimos anos, em particular nas duas gestões em que o sociólogo e o professor Fernando Henrique Cardoso permanecem no governo. A reforma do Estado, na esfera econômica, representou privatização das empresas estatais, suposta “racionalização” nos gastos públicos, proteção ao sistema financeiro e abertura indiscriminada do mercado a produtos estrangeiros (Revista Movimento UNE, CAHIS-UFMA, 2001).

As recorrentes manifestações estudantis condiziam com a crise que alcançava as classes menos favorecidas da sociedade maranhense. Firmados no discurso de investimento ser um gasto, o caminho de acesso ao ensino superior se estreitava. Nas universidades, ocorreram um incentivo ao efficientismo à competição a fim de mostrar serviços e evitar maiores cortes. Um processo de diminuição das verbas e incentivos, inclusive dos salários nas IFES.

Arquivo 8 – Revista *Movimento* UNE nº 2, 2001.

Fonte: CAHIS – UFMA, 2001.

A greve registrada em 2000 tinha como objetivo expor a crise vivida pelas universidades públicas, contou com adesão dos professores. A estudante Nila Michele ressaltou a transição de curso que vivenciou a UFMA em termo de estrutura por meio de sua passagem como estudante da graduação, logo depois mestrado.

A maioria é salário. Salário de professores, péssimas condições, é isso sempre. Salário de professores, péssimas condições de trabalho, falta de estrutura, e era verdade. Nós tínhamos estrutura assim, uma estrutura muito precária. Se eu for comparar o período que eu fiz minha graduação e o período que eu fiz mestrado na mesma instituição, no mesmo lugar, é gritante. Logo depois, no governo do Lula, você vê uma mudança no RU. Entendeu?⁸⁷

Os estudantes contestavam a aprovação do MEC com faculdades que em boa parte entregavam o mínimo de qualidade nos currículos. Questionavam o mercado que precisava ser alimentado com mão de obra que oferecia uma baixa qualidade de vida e intelectual aos estudantes. Naquela época ocorria o discurso de estreitar os laços com os Estados Unidos e

⁸⁷ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

abrir as fronteiras para relações de mercado. Os estudantes compreendiam que expandir as relações seria compartilhar do projeto nacional com foco neoliberal e cada vez mais intensificar a crise que vivia o ensino superior. A revista traz essa teia de problemáticas que embasa os movimentos da época, juntamente com a ideia de globalização.

A deflagração da greve, alarmava que os recursos humanos, era um dos problemas enfrentados pelas universidades federais com a falta de professores, servidores técnico-administrativos com a defasagem do salário, a infraestrutura inclusive dos hospitais. Segundo a estudante Nila Michele “É que dá dois meses, três meses, quatro meses, seis meses. Entendeu? Durante os meus quatro anos, eu peguei quatro greves. Só por aí, né?”⁸⁸ O sucateamento das universidades públicas acontecia ao tempo que o governo incentivava a expansão das redes de faculdades particulares. Apresentava-se como uma possibilidade de acesso ao ensino superior diante da estreita e frágil porta de acesso à universidade pública. Todavia, havia uma resistência de estudantes que reivindicavam as altas taxas cobradas por essas instituições.

Sem vagas nas universidades públicas, milhares de estudantes são empurrados anualmente para frequentar cursos de qualidade ao mínimo duvidosos, onde pode faltar tudo – até diploma. Sem fiscalização e controle sobre as mensalidades, as faculdades privadas vão se transformando, cada dia mais, em mercados de ilusões (Revista Movimento UNE CAHIS-UFMA, 2001).

O estudante Frederico Mecnas aponta as pressões que sentia a UNE. “Lá em 2000, o que é isso? Lá nos anos 2000, a UNE estava sendo sufocada pelo Fernando Henrique, que a ideia dele era exatamente isso, transformar uma voz morta para que ele pudesse experimentar a política dele, neoliberalismo”⁸⁹. Mas observa-se a movimentação, por exemplo, em outubro de 2000, quando a UNE participou da *Marcha Nacional de Defesa e Promoção da Educação Pública* na Esplanada dos Ministérios. No ato, Lula denunciou o sistema educacional brasileiro como “modelo da escuridão”, contou com apoio da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e artistas como Chico César (CAHIS-UFMA, 2000). As resistências contaram com a participação dos próprios discentes, por meio do movimento estudantil, que se reinventou naquela época, seguindo a bandeira em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, mas também com foco no acesso, permanência das universidades públicas, e a expansão do ensino superior no país.

⁸⁸ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

⁸⁹ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

Acervo 7 – Manifesto em defesa da democracia, UNE



Fonte: CAHIS-UFMA, 2000.

Os estudantes nutriram esperança de realização das bandeiras no governo prometido. Assim, o movimento estudantil vivenciou a linha tênue da posição/oposição dos governos e suas políticas educacionais voltadas ao ensino superior. Aos finais dos dois mandatos de FHC, vem a esperança de ruptura das políticas neoliberais bem como as privatizações e possibilidade de implantação de bandeiras históricas do movimento estudantil, como ampliação dos recursos público à educação, todavia para Gabriel Paiva (2011), a composição dos ministérios, já sinalizava que a utopia precisava vir à realidade política. Assim, foi necessário que movimento estudantil, organizassem suas pautas no intuito de pressionar o governo.

Em 2002 abre a primeira disputa política pela cadeira presidencial do século e do milênio no Brasil. Conforme Yan Caldeirão (2004) foi a primeira vez na história da política brasileira que venceu um candidato de um partido considerado de “esquerda”. Luís Inácio da Silva conhecido popularmente por “Lula”, iniciou essa disputa no final dos anos 80, em específico, 1989 que concorreu o segundo turno com Fernando Collor de Melo⁹⁰ “No segundo

⁹⁰ O primeiro Presidente da República em passar pelo processo de Impeachment por denúncias de corrupção em 1992. O mandato entrou em crise em virtude dessas medidas provocarem descontentamento e perda de

turno, a polarização político-ideológica da disputa eleitoral atingiu graus mais expressivos entre os dois candidatos concorrentes” (Martuscelli, 2005, p.12). A vitória de Collor, em seguida seu *Impeachment*, incluiu no cenário Fernando Henrique Cardoso que antes Ministro da Economia adquiriu credibilidade com o Plano Real. As eleições de 1994 e 1998 contou com FHC e Lula na disputa pelo segundo turno e vitória de FHC. A política neoliberal incentivada por Collor e vigorada nos dois mandatos de FHC trouxe muitos impasses para a população brasileira.

A agenda governamental baseada em cortes e privatizações, inclusive da educação, resultou em descontentamento à medida que Lula estava alinhado ao desejo do povo. O CAHIS *Lagoa Amarela* e o DCE *17 de setembro* com os demais movimento de estudantes se juntaram aos professores, uniram-se em diversas greves para pressionar sobre as problemáticas de estrutura, mas que também fortaleciam a candidatura de Lula.

Naquele momento específico, naquela geração nossa, vou te dizer que esse movimento que fizemos antes do governo Lula, em 2000 ou 2001, teve a greve de oito meses, porque a Faculdade Pública Federal passou oito meses fechada. A ANDES se organizou, o movimento estudantil entrou, a gente passou oito meses fechado. Todo mundo sabia que ia ser puxada essa relação, que ia ser extremamente... Mas todo mundo bancou, ninguém criticou as professores por causa disso, porque não vinha, não vinha. Segundo ponto, e aí é muito complexo, porque a Universidade Federal alimenta estudantes, né? Tem estudantes que vêm do interior, vêm de outras cidades, que eles vão comer no RU. Eu ainda tinha um emprego, tinha pouco dinheiro, às vezes comia no RU, mas tinha Sá Viana que salvava a gente. Foi Seu Helinho, Seu Nelson, então essa galera, eles baixavam o preço porque eles sabiam como que era, viu?⁹¹

Na plataforma política em 2002, o documento denunciou um quadro de redução do financiamento à educação superior federal traduzido na queda drástica dos gastos da União com suas instituições. Dentre os compromissos assumido, estavam de assegurar fluxo de investimentos estatais para o segmento federal, visando a melhoria da qualidade do ensino superior ofertado (Carvalho, 2014, p. 230). A desvalorização do real trouxe descrédito ao governo, o crescimento da taxa de desemprego e instabilidade com a dívida externa do país. Houve uma percepção de que o governo não supriu às necessidades. Conforme Yan Caldeirão (2014) ao comparar os dois mandatos de FHC, observa-se a diminuição na avaliação dos governos, os gráficos de pesquisa realizados com eleitores pela Datafolha, reproduzem essa

credibilidade dentro do Congresso Nacional, além da insatisfação de uma parte da população. Isso afetou sua popularidade e “Nesse sentido, Collor seria afastado do cargo de presidente da República, caso fosse responsabilizado pelo crime de agir contra a “probidade na administração” e o “cumprimento da lei e das decisões judiciais” (Martuscelli, 2005, p. 58).

⁹¹ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

situação, o percentual varia de 30% e 47% com média de 39%, enquanto no segundo mandato 31% positivo cai para 24%.

No primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2002 disputaram seis candidatos: Luís Inácio Lula da Silva (PT), apoiado pelo PL e pelo PCdoB, José Serra (PSDB), apoiado pelo (PMDB), Anthony Garotinho (PSB), Ciro Gomes (PPS), apoiado pelo PDT e pelo PTB, José Maria PSTU e Rui Pimenta (Partido da Causa Operária (PCO)). Dos partidos mais relevantes, o PPB e o PFL, a sétima seria Roseana Sarney que foi derrubada por apreensão pela Política Federal de um montante de dinheiro em sua propriedade. No segundo turno, Lula (46% dos votos válidos) e Serra (23% dos votos válidos). Após dois mandatos de FHC, Lula assume o cargo em 2003 prolongando em 2006 para mais um mandato.

Na campanha, José Serra estava bem avaliado com uma imagem competente de administrador, o problema residiu na credibilidade das propostas, cuja promessa era emprego e segurança. Os pontos focais de sua campanha, como atribuição do cargo de Ministro do Planejamento que ocupara no governo FHC e que não foi articulada. Sendo, assim Lula, sem apoio de Roseana Sarney e Ciro Gomes, superou aspectos centrais que o retirou das disputas das décadas anteriores: radicalismo de Lula e do PT, despreparo para governar, a escolha de um empresário a seu vice e a *Carta ao Povo Brasileiro*⁹².

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político [...]. Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle [...]. país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis (Lula, 2002).

Houve embates dos movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) por considerar uma carta que sinalizou parceria com setores econômicos, ficou apelidada de *Carta aos Banqueiros*. Consoante Matheus Cruz (2020), uma parte do movimento estudantil, também fez essa leitura “Lula em sua “carta ao povo brasileiro” deixava claro que o intuito de seu governo não era atrapalhar a acumulação de lucro da elite rentista,

⁹² Texto assinado pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva na campanha presidencial de 2002. A carta foi lida em 22 de junho durante encontro sobre projeto de governo do partido PT. Considerado um marco de conciliação da campanha com pontos considerados sensíveis à população brasileira naquele contexto. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaopovobrasileiro.pdf> . Acesso: 11/01/2024.

mas sim a efetivação de um desenvolvimento neodesenvolvimentista ligado à estrutura estatal e privada” (Cruz, 2020, p. 27).

Vale destacar que nessa eleição, a preferência partidária no que Yan Caldeirão (2014) destaca como “sentimento partidário” foi um preditor do voto nessa eleição. Portanto, os eleitores que avaliaram bem o governo de FHC se materializou na campanha de José Serra, outro ponto são os fatores político-ideológico tendo em vista que os dois apresentavam oposição de ideia “esquerda-direita” [...] além das debilidades próprias de suas candidaturas, esbarraram no fato de que Lula e o PT representavam de maneira muito mais nítida o núcleo duro da oposição a FHC” (Caldeirão, 2014, p. 193). O crescimento do PT governando estados e municípios do cenário político bem como moderação na formação da chapa contribuíram para sua chegada presidencial no ano 2003.

À medida que o governo Lula e o PT assumiam, os movimentos sociais julgavam os projetos do governo, que flertavam com o projeto neoliberal que pretendiam derrubar. A esperança do tipo de mudança que nutriam àqueles que efetivamente elegeram um trabalhador, diluía-se, “A corrupção venceu a esperança para o cargo de presidente da República [...] A classe trabalhadora aguardava uma melhor distribuição de renda, pois havia o compromisso de implementar mudanças no sistema tributário, tornando-o mais justo” (Carneiro, 2006, p. 9). Dentre as críticas, estava com ênfase o mercado financeiro com medidas neoliberais que segundo Maria Lúcia Carneiro (2006), como não tinham mais um partido para exercer oposição como no governo FHC, o ritmo do processo avançou no Congresso Nacional. “Destá forma, assim como FHC, acabou aderindo à proposta indicada pelo Banco Mundial e Consenso de Washington que propagam a privatização como solução para a América Latina” (Oliveira; Pereira, 2011, p. 85). As ramificações do movimento estudantil compreenderam que ao assumir o governo, tratou de inserir o privado no público, transferindo recursos e responsabilidades cada vez maiores para a iniciativa privada.

Essas rupturas e continuidades do projeto de governo pode ser compreendida a partir da das ocorrências que surgiram diante das políticas e programas educacionais entre os governos bem como, o projeto de expansão do ensino superior público. Os movimentos sociais se sentiram que não houve tanto espaço quanto prometido. Nesse sentido, é importante observar que a política é um campo de conflito e decisões. Os programas foram norteados pelo princípio de acesso e expansão que se deu tanto pelo setor público quanto privado, principal crítica dos estudantes e demais movimentos sociais envolvidos.

2.3 As políticas e programas educacionais em FHC e Lula (2000 - 2007): “Aquele coisa do imediatismo, né? Vai entrar e vai mudar”⁹³

As universidades públicas estavam em resistência com os movimentos, inclusive de estudantes, para que continuasse pública, gratuita e de qualidade apesar do sucateamento histórico incentivado pela iniciativa privada nos anos 90 baseado em preceitos neoliberais. O cenário político compreende o final do segundo mandato de FHC (1995-2002), as eleições presidenciais de 2002, em seguida dois mandatos do governo Lula (2003-2010). Tais governos tiveram por base epistemológica a reforma do Estado brasileiro, incluindo o ensino superior no conceito e ressignificação entre o público e privado.

Observar o cenário político é essencial para tecer a análise, segundo Eunice Durham (2010), a investigação das políticas educacionais precede entender que os sucessos e insucessos não dependem somente da implantação das políticas, mas partem delas. A consistência implica no reconhecimento da força que tem as tradições históricas na base da educação e que as amplas transformações são consequências das pressões sociais. Sendo assim, aqui cabe considerar as políticas e programas educacionais que resultam da transição política de FHC e Lula, paralelo às intervenções da sociedade civil com os movimentos sociais de resistência, principalmente do movimento estudantil universitário.

Importante explicitar que políticas educacionais são ações conduzidas pelo Estado, destinadas a garantir os direitos de educação, fazem parte: programas, projetos, fundo e planos. Por meio das políticas educacionais que as diretrizes da educação são executadas, são essenciais para garantir a universalização do acesso à educação, independentemente da região do país. Há um envolvimento transversal com pastas da saúde, esporte, economia, trabalho, entre outros. Devem suprir a formação dos estudantes de forma a preparar para uma vida autônoma e cidadã. Sendo assim, os programas educacionais surgem a partir das políticas voltadas à educação. A política educacional faz parte do projeto de políticas públicas que tem a função de amparar a sociedade a fim de resolver as problemáticas sociais que surge na vivência coletiva. Para Van Zanten (2008), as políticas educacionais podem ser definidas como programas de ação governamental, de valores e ideias que são implementadas pela administração e os profissionais da educação. Pode ser entendida como a resultante de uma relação de força que envolve disputa pelo controle da prática institucionalizada na educação em um determinado contexto histórico.

A formulação da política educacional consiste em etapas que envolvem elaboração e tomada de decisão. É necessário verificar a problemática e responder com decisão ou

⁹³ Entrevista realizada com Frederico Mecenas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

alternativas que as resolvam. A implementação depende da objetividade e das relações entre os que ocupam espaços de decisão, das estratégias e poder de persuasão nos acordos estabelecidos (Carvalho, 2014, p. 215). A partir disso, surgem os embates, resistências dos atores envolvidos e diretamente afetados, ou apoio para viabilizar a ação. Trata-se de uma relação de poder e como sobressair nesse jogo político. Em uma sociedade que zela pela democracia, o diálogo e flexibilização é a base da resolução de problemáticas.

As políticas públicas dependem da trajetória e o peso das políticas que foram herdadas, ou seja, o contexto que herdou determinada sociedade das políticas implantadas. Na transição e dinâmica que estão as transformações e permanências, possibilitam a análise histórica, “Se, por um lado, as instituições são produto do conflito político e das escolhas, por outro, estas modelam e restringem as estratégias políticas” (Carvalho, 2014, p. 213). As políticas públicas analisadas aqui, ingressam a instituição “universidade pública” e rodeia as privadas quando se trata do investimento público, algo recorrente no período proposto.

As instituições são centrais no estudo da política, não apenas pela importância do Estado como ator e autor de ações específicas, mas, acima de tudo, pela capacidade de interferir na cultura política, na estratégia dos atores e na produção da própria agenda de questões que serão objetos de políticas (*policies*) (Carvalho, 2014, p. 213).

A estrutura da política educacional compreende a tradição histórica dos anos que o antecedeu, as transformações bem como rupturas e permanências que estiveram na base institucional da educação. Nesse sentido, importante traçar um comparativo, pegar impulso nos anos anteriores ao início do novo século. Encontra-se na década de 1980 preocupação com acesso às séries iniciais do ensino fundamental já que a taxa de analfabetismo era considerada o maior problema, nos anos 90 vem ampliação do ensino médio. Esse engajamento deu devolutivas relevantes aos problemas apresentados, mas há outras questões que envolvem a educação superior nesse contexto. Vale ressaltar o papel dos movimentos sociais nas políticas governamentais voltadas à educação “as variações nas políticas governamentais decorrem de amplas transformações e pressões sociais. A principal delas é a reivindicação de ampliação de acesso a todos os níveis de ensino” (Durham, 2010, p. 154). O movimento estudantil tem responsabilidade tendo em visto a série de intervenções realizadas, com frente que foi além da UNE, envolveu outras instâncias.

A autora Eunice Durham (2010) avalia comparativamente as políticas educacionais do governo FHC a partir das mudanças que ocorreram no sistema de ensino com a promulgação da LDB e a realização do sistema de avaliação nacional, pois o credenciamento e

reconhecimento das instituições era feito pelo Conselho Federal de Educação e nas universidades estaduais pelo Conselho Estadual de Educação, mas não ocorria o acompanhamento de eficiência, para observar a problemática central: qualidade do ensino. Evidencia a responsabilidade do Governo Federal com a educação tendo em vista o desempenho diferencial entre estados, municípios e regiões do país diante das mesmas políticas educacionais, pois há diferença na disponibilidade, recursos e uma ampla desigualdade social, assim fica a função de equiparar a educação pública.

A LDB foi promulgada no governo de Fernando Henrique Cardoso e a atuação MEC foi essencial para sua aprovação. Fortaleceu a descentralização financeira, ou seja, ampliou a responsabilidade de fornecer educação às iniciativas privadas e dividiu a obrigatoriedade dos níveis de ensino às demais esferas administrativas como os Estados e Municípios. Um projeto de mínima intervenção da instância federal na educação pública. A autonomia universitária nos moldes tratados teve impacto no setor público, pois liberou as universidades particulares do controle que tinham vindo do Conselho Federal de Educação concedendo atuação reconhecida pela União desde que seguissem com as regras do Ministério da Educação. Nesse sentido, as iniciativas privadas que emergiam no país, recebeu liberdade de adequação ao novo sistema.

A União permaneceu como o principal responsável pelo desenvolvimento do ensino superior público e pelo controle sobre todo o ensino superior privado, mantendo suas antigas funções de coordenar o conjunto do sistema. Também lhe coube a função redistributiva e supletiva com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais e suprir deficiências dos sistemas de ensino. As mudanças promovidas pela LDB no ensino superior foram profundas (Durham, 2010, 156-157).

No ensino superior, a LDB ampliou a autonomia das universidades sobre a organização interna que antes estavam em departamento e institutos, flexibilizou a estrutura dos currículos em definição das disciplinas ministradas em cada curso inserindo as diretrizes curriculares como norteadora priorizando os objetivos dos cursos e perfil profissional dos formandos com foco na formação para o mercado de trabalho do educando. Houve criação dos cursos sequenciais⁹⁴, que diferente da graduação, foram criados por área de conhecimento para atender às demandas específicas regionais e locais, possuem menos tempo de duração servindo para otimizar o mercado, além das licenciaturas e bacharelados que já existiam.

⁹⁴ Ver Parecer CNE/CES nº 968/98, aprovado em 17 de dezembro de 1998 - Cursos Sequenciais no Ensino Superior, p. 2. “Enquanto modalidade específica, distingue-se dos cursos de graduação e com estes não se confundem. Os cursos sequenciais não são de graduação. Os primeiros estão contemplados no inciso I do art. 44, anterior ao inciso II, que trata dos cursos de graduação. Ambos, sequenciais e de graduação, são pós-médios e, portanto, de nível superior. Mas distinguem-se entre si na medida em que os de graduação requerem formação mais longa, acadêmica ou profissionalmente mais densa do que os sequenciais” (Brasil, 1998).

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização e aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino (Brasil, 1998).

No setor privado, o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) criado em 2001 com a Lei nº 10.260 destinado a financiar a graduação de forma gratuita a partir de métodos avaliativos realizados pelo MEC, cuja estrutura do ensino superior propiciada pela LDB, viabilizou ao ensino privado tirou maiores proveitos. Entende-se que o modelo reorganizado pela LDB não se alinhou inteiramente à função das universidades públicas, por isso o “estranhamento” à adesão na íntegra do decreto, ocasionou sucateamento de serviços básicos e essenciais para o perfil do ensino superior público.

As repercussões sobre os setores públicos foram menores, uma vez que a autonomia financeira foi restringida pelas leis orçamentárias e a gestão de seu pessoal foi engessada pelo Regime Único do Funcionalismo Público, publicado logo depois. Além dessas medidas, a Constituição incluiu e aumentou a vinculação de percentuais mínimos dos orçamentos públicos destinados à educação: 18% para a União e 25% para estados e municípios (Durham, 2010, p. 156).

Ocorreu diminuição de recursos direcionados ao ensino superior público ao tempo que regulação das leis que regiam o funcionalismo público. Outro ponto decorrente na educação básica que mudou o perfil do universitário, foi a proibição do exercício docente na educação básica sem prévia formação superior na área, promulgada em 1998. Assim, decorreu a reformulação dos cursos de formação dos professores com a tentativa de criar o Normal Superior⁹⁵, sua implantação encontrou resistência vindas do curso de Pedagogia da universidade pública, por docentes e discentes inclusive o movimento estudantil e os sindicatos,

Art. 1º A formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, observando o disposto nos Arts. 61 e 63 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, far-se-á conforme o disposto neste Decreto.

[...]

⁹⁵ Ver Dermeval Saviani (2009, p. 143). “A primeira instituição com o nome de Escola Normal foi proposta pela convenção, em 1794 e instalada em Paris em 1795. Já a partir desse momento se introduziu a distinção entre Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e Escola Normal simplesmente, também chamada Escola Normal Primária, para preparar os professores do ensino primário.

Art. 3º A organização curricular dos cursos deverá permitir ao graduando opções que favorecem a escolha da etapa da educação básica para a qual se habilitará e a complementação de estudos que viabilize sua habilitação para outra etapa da educação básica (Brasil, 1998).

Segundo Dermeval Saviani (2008), a LDB sinalizou uma política educacional nivelando por baixo a proposta de formação dos professores tendo em vista a promoção “aligeirada” e “barata” de curta duração à serviço do mercado com preceitos de meritocracia e competitividade. Ressalta-se que tais características entraram na diretriz curricular de 2006, dificultando o padrão mínimo de preparação para reparação dos problemas enfrentados pela educação no país. Discutir a formação de professores para o exercício na educação básica é essencial, pois o ingresso no ensino superior das classes subalternas depende do funcionamento de todo percurso de formação básica do infantil até o ensino médio.

A exigência do sistema de avaliação para validar a existência do curso superior foi decorrente da LDB em todos os níveis. No ensino básico o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) enquanto ensino superior o Exame Nacional de Curso (ENC), conhecido inclusive pelos estudantes como *Provão*, para validar a renovação e credenciamento dos cursos pelas instituições que recebeu crítica vindas dos estudantes, além das disputas políticas, expressaram campanhas contra o sistema de avaliação de FHC. No primeiro ano, foram avaliados cinco cursos, ao atingir 75% de matrículas no ensino superior foi ampliado. Os exames abrangiam todos os discentes concluintes dos cursos avaliados e permitiu ter um panorama de comparação da qualidade de formação nas instituições.

A UNE e outras organizações estudantis como as federações de cursos iam contra os indicadores que produzia o exame no risco de justificar a existência de cursos ou envio de verbas voltadas as universidades, para Arthur Poerner (2004) “[...] desempenharam uma forte propaganda contra o chamado *Provão*, incentivando a elaboração de um novo sistema que avaliasse as condições de ensino, e não o ranqueamento de notas que o exame propunha” (Poerner, 2004, p. 302). Como resistência, a UNE distribuiu panfletos e um “contra-provão” com perguntas sobre o *Provão*. Mesmo com mobilização da juventude, esse método foi mantido e realizado pelos estudantes já que era um dos requisitos para conclusão do curso.

Mais de 91% dos que responderam ao questionário reprovaram não só a política educacional, que está sendo implementada, como também o Ministro Paulo Renato. Mais do que isso, disseram que fazem o *Provão*, porque se sentem coagidos pelo governo, que os obriga a fazer a prova para retirar o diploma (Barcellos, 1997, p. 83).

Apesar da intensa oposição, foi divulgado o resultado do *Provão* tanto pelo site do MEC quanto na imprensa suscitando a discussão pública sobre a qualidade do ensino superior. Segundo o *Informativo do Governo* “Participar do Provão é muito mais que um dever seu, é um ato de cidadania. Fazendo o exame, você está contribuindo para melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil” (Informativo Provão, 1999). Os discentes foram à prova, mas deram a diretiva de deixar em branco. No acervo do Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* contém um jornal da FEMEH representando o posicionamento proposto pela entidade diante do sistema de avaliação visto metaforicamente como um “fantasma” e que consideravam tratar da confirmação da educação como um “negócio”, visão de mercado.

Acervo 8 – Jornal da FEMEH. *Provão, eu não faço!*



Fonte: CAHIS-UFMA, 2001.

Para FHC, a LDB foi modernizante e descentralizadora, todavia cabe ressaltar as complicações que trouxe um sistema único de avaliação do ensino superior naquele contexto de mínimo acesso, principalmente de classes mais pobres às universidades com uma educação básica que estava em processo de crescimento. Nos anos de 1985 a 1995 o ensino superior ficou estagnado, mas o movimento de acesso à educação básica possibilitou aumento de matrículas no governo FHC e uma forte ascensão no governo Lula. Os dados anuais da taxa de matrícula

feito pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) apresenta indicadores desse aumento no Brasil desde o governo de Itamar Franco até Lula.

Os dados mostram que o governo de FHC colheu uma estabilidade no ensino básico, principalmente no fundamental, que conseqüentemente gerou aumento de matrículas no nível superior no governo Lula. Diante disso, houve a necessidade de políticas educacionais voltadas à organização do ensino superior para suprir as demandas, uma bandeira de reivindicação do movimento estudantil universitário desde décadas anteriores, qualidade e expansão. Com a abertura e crescimento das iniciativas privadas, esse período é marcado pela corrida das iniciativas privadas e sobrevivência das universidades públicas com políticas de programas que ocasionaram divergências entre docentes e discentes, sindicatos e movimentos sociais da época.

Em anos anteriores ao da tabela há predominância do setor público, mas isso se modifica a partir dos governos militares, e intensifica com uma expansão demarcada do setor privado durante o governo de FHC que continua até o governo Lula embora em menor ritmo.

Tabela 3 - Evolução das matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro, por períodos de crescimento (1990-2008)

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
1990	578.625	961.455	1.540.080
1995	7000.540	1.059.163	1.759.703
2002	1.014.540	2.422.194	3.436.734
2008	1.273.965	3.806.091	5.080.056

Fonte: Durham, Eunice apud Censo e Sinopses Estatísticas MEC/INEP.

A estatística evidencia que o aumento do número de matrículas no setor privado, que tem como foco o incentivo aos cursos nas instituições particulares com a isenção de impostos ao reconhecer o caráter lucrativo, tornando-o mais rentável, como também o *Provão* que aumentou o número de candidatos aos cursos que eram mais bem avaliados. Outro ponto que destaca é que quanto maior o número de egressos do ensino médio e desenvolvimento econômico maior o crescimento das instituições particulares. Entende-se que essa diferença também se deve ao incentivo do governo federal ao disponibilizar vagas nas instituições particulares por meio de programas educacionais como PROUNI, e ao sucateamento das universidades públicas com o limite de repasse de verbas ao se ausentar dessa responsabilidade

de sustentar o ensino superior público, isso condiciona o resultado do *Provão*, e ocasiona a baixa credibilidade na procura por vagas em cursos públicos.

A passagem de FHC para Lula implicou em reformulações das políticas educacionais, bem como o abandono, ampliação e criação de programas tanto da educação básica quanto superior. No que diz respeito aos recursos públicos direcionados ao segmento federal, observa-se as despesas com pessoal, manutenção e investimento das IFES ao longo da gestão de Lula (2003 -2010) comparando-se com a gestão de seu antecessor (1995- 2002). Os gastos foram destinados ao pagamento do pessoal ativo, a máquina pública como consumo, serviços de terceirizados, pagamento de água, luz, telefone, conserto de equipamentos e manutenção em prédios, e os investimentos à realização de obras, equipamentos, material permanente, livros (Carvalho, 2014, p. 231). As eleições de 2002 foram vislumbradas, por boa parte da população brasileira, com ênfase dos movimentos sociais e sujeitos à frente da resistência, como uma real possibilidade de mudança, todavia com a chegada à presidência, em 2003, a política educacional neoliberal que foi consolidada por FHC continuou. Mesmo se tendo um discurso contra a mercantilização da educação.

A política pública direcionada para a expansão da educação superior no governo Lula teve o diagnóstico como parte inicial das reformas. Essa identificação foi feita no programa de governo cujo indicadores apontaram baixa taxa de escolaridade da educação superior no Brasil. Entende-se que a educação básica foi prioridade no governo FHC tendo em vista os indicadores da época, restando a educação superior para o governo Lula como ponto de investimento e ampliação. Verificou-se que a taxa estava distante da meta de 30% do PNE.

A privatização da educação superior sem planejamento, paralelo ao crescimento acelerado da rede privada acelerada pela intensa diferenciação institucional e transformação dos Institutos de Ensino Superior (IES) em universidades, mas também a dificuldade das camadas sociais de acessar e permanecer no nível educacional de universidades particulares com elevada evasão, foi um impasse diante dessa ação. Diante do sucateamento e da pressão do movimento estudantil, os acordos de campanha do candidato Lula, houve priorização do modelo universitário público por contemplar princípios fundamentais da autonomia universitária, o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a política educacional focou em, “[...] manter o crescimento absoluto do sistema educacional de nível superior, cujo predomínio esmagador concentrava-se no segmento particular, e, simultaneamente, redirecionar parcialmente os instrumentos existentes em prol do segmento federal” (Carvalho, 2014, p. 216). A agenda governamental consistiu em ampliar de modo significativo as vagas nas universidades públicas.

No primeiro mandato do presidente Lula (2003 - 2006), houve ocupação de três ministros na pasta da educação: Cristóvão Buarque (até 2004), Tarso Genro (até 2005) e Fernando Haddad (até final do mandato). Devido à instabilidades no governo com denúncias de corrupção, o Ministério da Educação (MEC) sofreu efeitos de estabilidade na pasta, e apesar disso apresentou importantes textos que deram origem legal ao Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), programa Brasil Alfabetizado em 2003 e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que pressionou às universidades privadas a disponibilizar bolsas de estudo integral ou parcial prevendo a redução da evasão, ao troco de isenção fiscal que elas eram beneficiadas. Assim, construiu-se a base para atuação do ministério nos níveis de ensino e modalidade profissional. Na educação superior ocorreu a regulação da expansão da rede privada incentivada nos anos 90 com a verificação de qualidade com avaliações periódicas.

No segundo mandato do governo Lula (2007 - 2010), a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com trinta ações que marcou o campo da educação. Interessante observar a concepção política, o alcance e os indicadores a partir da ação, mas também as críticas tecidas. Conforme Maria Abreu (2010), inicialmente foi bem recebido por colocar em pauta a priorização da educação que estava vindo do processo de resistência com relação às políticas, bem como, programas implementados por FHC, mas despertou divergências à medida que foi sendo efetivada.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo MEC em 24 de abril de 2007, teve recepção favorável pela opinião pública e contou com ampla divulgação na imprensa. O aspecto que teria sido o principal responsável pela repercussão positiva refere-se à questão da qualidade do ensino: o PDE foi saudado como um plano que, finalmente, estaria disposto a enfrentar esse problema, focando prioritariamente os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país. Mas o “Plano” se mostra bem mais ambicioso, agregando 30 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades (Saviani, 2007, p. 1232).

Os principais pontos questionados foi a insuficiência das ações diante do improvável aumento de recurso que visa a política econômica adotada pelo governo, ausência de abertura ao diálogo com os envolvidos nas ações do PDE, o que ocasionou uma baixa recepção tanto dos setores ligados à educação, dentre eles, os estudantes.

O receio com relação ao Plano, conforme Dermeval Saviani (2007), foi a materialidade de sua ação na direção da possibilidade de manipulação dos dados para garantia dos recursos, não traziam garantias que surtiria o efeito pretendido, mas é necessário compreender, pensar sua lógica e suas bases de sustentação. O PDE surgiu como o amparador dos programas

desenvolvidos no governo Lula, dentre eles o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A palavra “Plano” remete ao contexto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁹⁶ em 1932 que se fez presente nos trabalhos da Constituinte de 1934 estabelecido como competência de a União fixar o plano nacional de educação e coordenar em todo país. Comparando o Plano Nacional de Educação (PNE) ao PDE, observa-se que este último, receita um conjunto de ações que se constitui em estratégias para cumprimento de objetivos e metas.

É, antes, um programa de ação. Assim sendo, o nome “plano” evoca, aí, mais alguma coisa como o “Plano de Metas” de Juscelino Kubitschek do que a idéia dos planos educacionais como instrumentos de introdução da racionalidade na ação educativa, entendida esta como um processo global que articula a multiplicidade dos seus aspectos constitutivos num todo orgânico (Saviani, 2007, p. 1242).

O segundo ponto de crítica foi no decreto intitulado “Compromisso Todos pela Educação”. Conforme Maria Abreu (2010), publicado junto com o PDE, recebeu o mesmo nome de uma organização civil regida por fundações empresariais, o que faz referência possibilidade de acordos alinhados às demandas e necessidades do mercado, todavia a autora reitera que as leis votadas envolveram legítimos representantes da sociedade brasileira, no caso dos estudantes, a UNE “[...] embora efetivamente pareça não ter havido a consulta direta a setores da área de educação, suas ações são resultado das demandas e das necessidades que já vinham sendo apontadas em diversos fóruns e pelo próprio debate público da área” (Abreu, 2010, p. 135). A concepção que rege a política educacional do PDE foi a intervenção da União como agente democratizador que tem a responsabilidade de intervir nas desigualdades regionais a fim de produzir oportunidades de acesso e serviços públicos, isto é, defender o acesso e permanência do aluno na instituição de ensino com base na autonomia do indivíduo.

Das trinta ações do PDE, cinco são voltadas ao ensino superior. Na educação superior, ao fixar a meta em dobrar o número de vagas até 2017 se contradiz com o PNE que colocou com meta até 2017. O PNE foi contemplado no programa “Pós-Doutorado”, as demais não dialogaram tanto conforme Dermeval Saviani (2007), “O PDE é lançado num momento em que se encontra formalmente em plena vigência o PNE, ainda que, de fato, este permaneça, de modo geral, solenemente ignorado” (Saviani, 2007, p. 1241). Nas modalidades de curso sequencial vinda da proposta do governo FHC, a agenda governamental de Lula se mostrou contrária pois a condução era feita pelo segmento particular, observou que ingressavam um grupo de pessoas

⁹⁶ Ver *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Refere-se a reivindicação de uma base política e de modernidade que alicerça a educação e a sociedade brasileira até a atualidade. Os documentos “saltam” do papel a primazia da administração escolar estabelecida como fator fundamental para a solução dos problemas educacionais agravados no regime republicano.

interessadas e que era rentável para as novas instituições especializadas em tais cursos, e entendeu que possivelmente encontraria resistência em modificar a proposta. Assim, reformulou a proposta concentrando essa força nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Passou-se a exigir do candidato a cursos sequenciais a conclusão do ensino médio ou equivalente. Essa mudança tardia foi relevante, uma vez que a brecha legal permitia o acesso indiscriminado de estudantes sem escolaridade formal a essa modalidade de ensino. Ainda no âmbito dos cursos de curta duração, os cursos tecnológicos receberam um tratamento especial, delineado a partir de um novo olhar (Carvalho, 2014, p. 216).

A política pública do governo Lula priorizou dois quesitos: expansão e financiamento às demandas da educação superior, como exemplo as bolsas de estudos. Assim que assumiu em 2003, organizou-se um grupo de trabalho com doze membros que envolviam Ministério da Educação, Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Fazenda para analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação que visa a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A estudante Nila Michele relembra sobre a melhora com iniciativa de bolsas estudantis para fomento de pesquisa.

Quando o primeiro governo Lula sobe, começa a fazer umas estruturas. Eu acho que é a Haddad que é o... Então, começa a aparecer uma ideia de pesquisa. Então, começam a aparecer as primeiras bolsas. Tanto é que a turma depois de mim, uma turma depois, os professores já conseguem colocar projetos. Então, já começam bolsistas. Mas a minha geração não viu. Houve uma melhora instantânea. Só o fato de não ter mais greve. Não teve mais greve.⁹⁷

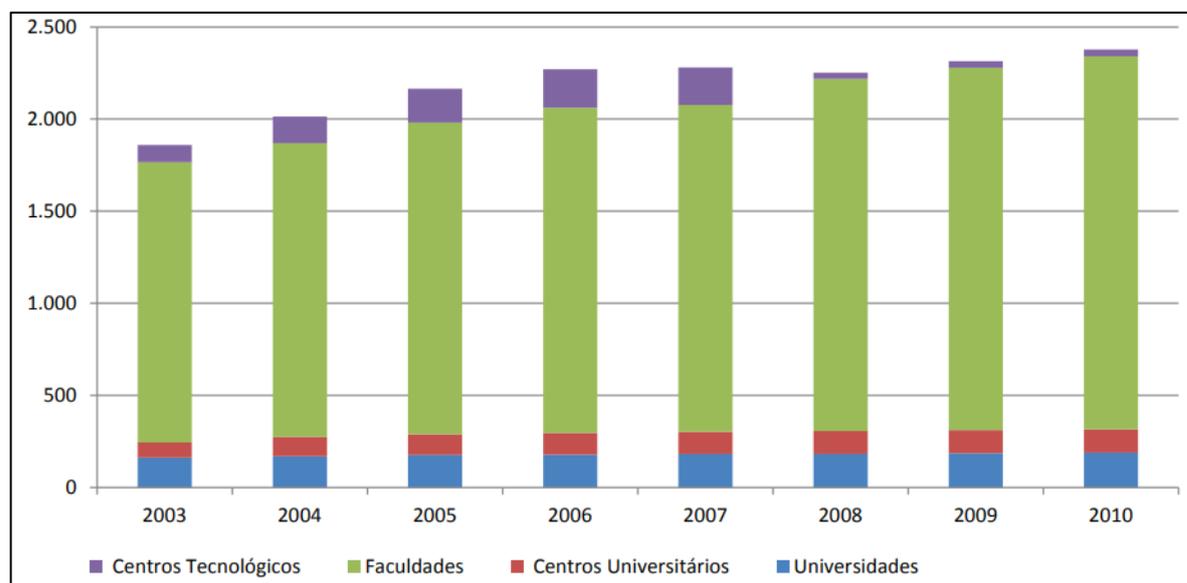
A política pública no governo Lula é entendida como um conjunto considerados essenciais para reformulação das políticas educacionais: ampliação das vagas para estudantes, educação à distância, autonomia, centralização do poder decisório, avaliação, formação de professores, flexibilização curricular, expansão e financiamento em prol da expansão da educação superior (Carneiro, 2006) e (Carvalho, 2014). Cada elemento possui relações de poder bem como conexões políticas e sociais para administração. Tais elementos são destacados no PROUNI e no Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional⁹⁸ por meio da Lei nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005 com objetivo de ampliar a distribuição e acesso

⁹⁷ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

⁹⁸ Ver no portal do MEC sobre a expansão da oferta profissional através da Lei nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005, <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>. Acesso: 09/01/2024.

da população à Educação Profissional no país. Primeiramente cobriu instalação nas periferias e unidades federativas que não possuíam.

Gráfico 1 - Evolução das instituições de educação superior (2003-2010)



Fonte: Carvalho, Cristina (2014) apud Censos da Educação Superior, MEC/INEP. Elaboração própria. (*) A partir de 2008, os dados para Centros de Educação Tecnológicos excluem aqueles não federais, por esse motivo, não foram reportados no gráfico.

Consoante Cristina Carvalho (2014), foram realizados concursos públicos para provimento de 7.668 vagas para docentes e 4.717 para técnicos administrativos durante a administração do ministro da educação Fernando Haddad incentivado com o crescimento econômico e disponibilidade de recursos custeados pela União. A expansão do ensino superior se deu em 73% no formato presencial. A graduação presencial possui a maioria das matrículas em 2003 com 97,5%, enquanto o contingente de matrículas ampliou 40% em oito anos, o sequencial sentiu a queda de 43%. Essas medidas foram consagradas com a Emenda Constitucional nº59⁹⁹ que ampliou tanto o envolvimento parlamentar quanto social e concentrou que o sistema de ensino fosse colaborativo com programas que previsse acesso e permanência do educando, mas também que estabelecesse metas para investimento do recurso conforme o Produto Interno Bruto (PIB). Assim, compreende-se que embora não tenha um diálogo direto com as audiências públicas, não foi contrário às demandas educacionais e anseios sociais. A educação foi tratada de forma integrada em vez de fragmentada.

⁹⁹ Ver Emenda Constitucional nº59 de 11 de novembro de 2009 sobre Disposições Constitucionais Transitórias. Tratou de acrescentar recursos para manutenção e desenvolvimento do que trata o Art.212 sobre a garantia de qualidade e equidade sinalizada no PNE.

A fim de organizar uma estrutura que atendesse à demanda da procura pelo ensino superior no país, o governo Lula inseriu uma série de programas. “Agora, como, como posso dizer, como admiradora do Lula, né, e dos programas, eu posso te dizer isso. Eu lembro que a faculdade, que a universidade lá recebeu nessa época a biblioteca”.¹⁰⁰ A educação superior pública foi estruturada em torno do programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em fins de 2006 para começo de 2007 com o Decreto 6.096 de 2007, apresentou-se como uma das ações parte do PDE com objetivo de ampliar oferta de vagas no ensino superior. A elevação de cursos presenciais foi de 90%, previa-se a diminuição na taxa de evasão e ocupação de vagas ociosas ao tempo que acrescentou 30% de vagas noturnas, sobretudo, para o discente trabalhador. As universidades deveriam elaborar planos de reestruturação democratizantes que deveriam incluir o aumento em dobro de discentes em dez anos.

[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (Brasil, 2007).

Na rede privada do ensino superior, o governo Lula criou em 2004, o PROUNI, por meio da Lei nº 11.096/2005, a fim de definir regras mais viáveis para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), uma medida de regulamentação e viabilização do acesso estudantil ao ensino superior iniciadas no governo FHC. Para agilizar os trâmites de legalização, bem como, edição de textos normativos, surgiu o *E-MEC*¹⁰¹ que se tornou plenamente digital. “Foram realizadas também várias ações de supervisão de cursos e instituições, resultando em medidas cautelares, redução de vagas e até mesmo encerramento de alguns cursos” (Abreu, 2010, p. 138). Com isso, a política de avaliações internas implementadas no governo FHC tornou-se superada, pois já possuíam indicadores de avaliação dos cursos para credenciamento e recredenciamento.

O programa foi alvo de críticas pois se avaliou o benefício do setor privado por meio da isenção de impostos em troca do fornecimento de bolsas parciais e integrais de estudos a

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

¹⁰¹ O E-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente. Disponível no portal do MEC <http://portal.mec.gov.br/e-mec>. Acesso: 09/01/2024.

estudantes provenientes de escolas públicas no ensino médio. Essa medida isentou instituições lucrativas e não lucrativas ao aceitar alunos, uma estratégia do governo que visava maior inserção de estudantes de classe média baixa no ensino superior tendo em vista a alta demanda e fragilidade das universidades públicas nesse sentido, consequência de anos anteriores. Consoante Maria Abreu (2010), embora tenha sido comemorada por muitos, o programa foi alvo de críticas tanto das instituições privadas quanto das universidades públicas, pois defendiam que a prioridade do governo fosse a ampliação e a qualificação da rede pública de educação superior, e aqueles criticavam a excessiva ingerência do Estado.

A reforma universitária também foi lançada pelo governo, que também aprovou o chamado “Pró-Uni”, privilegiando as universidades privadas por meio da isenção de tributos importantes: Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS. Em troca, exige que as faculdades privadas ofereçam bolsas de estudo no valor de apenas 8,5% de sua receita. Ora, em vez de investir no ensino superior público, recuperando as instalações, investindo em pesquisas, aumentando o número de vagas e remunerando os professores com dignidade, o governo promove uma “compra de vagas” junto às faculdades privadas, que agora podem mais facilmente resolver seus maiores problemas: a ociosidade decorrente de sobra de vagas e a inadimplência, fruto da queda da renda dos brasileiros nos últimos anos (Carneiro, 2006, p. 11).

Tais propostas ocasionaram divergência por parte de docentes e discentes que exigiam mais envolvimento da comunidade acadêmica na discussão. Consoante Dermeval Saviani (2007), a ascensão do PT ao poder federal realizou uma aproximação com o empresariado paralelo ao distanciamento de suas bases majoritárias como os movimentos sociais, inclusive estudantil. “Talvez isso explique, de certo modo, por que o MEC, ao formular o PDE, o tenha feito em interlocução com a referida parcela da sociedade e não com os movimentos dos educadores” (Saviani, 2007, p. 1243).

O acesso às vagas disponíveis que envolvia o vestibular, as políticas afirmativas em sensibilidade às diversidades e a permanência foi repensada com a modificação do sistema de ingresso. Durante o governo FHC, o vestibular foi facultado como alternativa completa ou parcial para ingresso, isso prosseguiu ao colocar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como um instrumento de acesso por considerar “mais democrático e confiável” para universidades públicas, ainda mais os particulares no primeiro mandato, “Apesar do caráter não obrigatório aos concluintes do ensino médio, a prova nacional consolidou-se mediante à crescente adesão das IES” (Carvalho, 2014, p. 224). No segundo mandato, a adesão do mecanismo de acesso, principalmente com o Prouni se fortaleceu, sendo transformado como principal forma de ingresso nas públicas federais e particulares por meio do Sistema de Informações Unificado (SISU).

Entre 2003 e 2010, os estudantes interessados em realizar o exame passaram de menos de 2 milhões para mais de 4,5 milhões, com crescimento de 145% em oito anos. Tais informações revelam o interesse em usá-lo como porta de entrada à educação superior. No caso das IFES, a preparação prévia exaustiva por parte dos pleiteantes para enfrentar a concorrência acirrada por vagas em cursos reconhecidos pela sociedade e pelo mercado de trabalho leva a uma taxa de ocupação de 96% em 2008 (Carvalho, 2014, p. 226).

Uma problemática que surgiu foi a ociosidade das vagas, a taxa de ocupação era 57,8% em 2003 decaindo para 45,4% em 2008. O que pode ser entendido pela circulação dos discentes pelos cursos, dificuldade de identificação com o curso escolhido, e o alto número de vagas disponíveis, o sistema de ingresso viabilizava a transição de cursos e áreas. Isso foi motivo de reivindicação para resolução do problema. As vagas não preenchidas nas instituições particulares se transformaram em bolsa de estudo pelo PROUNI, todavia a longo prazo não deu resultados e a ociosidade continuou crescente.

Além dessas medidas de expansão e qualificação da educação superior, coube ao nível superior a responsabilidade na formação inicial de professores, debate tido como o ponto principal para melhoria da educação no país. Para isso, a Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, responsabilizou a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para estabelecer juntamente com os estados e municípios formação inicial e continuada de profissionais do magistério (Abreu, 2010, p. 87). Compreende-se que apesar dos programas federais, a estrutura da formação inicial no ensino superior precisa corresponder à realidade que irão atuar profissionalmente para que haja modificação no cenário educacional do país. Assim, em 2005, com intuito de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, o governo incluiu no PDE, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB)¹⁰² como programa “Pró-Licenciatura”, cursos de formação inicial e continuada a docentes da educação básica que exigia ao menos um ano de exercício sem habilitação legal solicitada pelo Decreto nº 3.276 de 1999. Tais reformulações reintegraram ao ensino público equilíbrio e responsabilidade, uma “visão sistêmica” como indicou no PDE.

É preciso, pois, lembrá-los de que a formação de professores é, e deve ser cada vez mais, atribuição da educação superior. E, sem professores bem formados, as metas da educação básica não poderão ser atingidas. Portanto, sem uma forte ampliação do financiamento público ao ensino superior, a busca de melhoria da qualidade da educação básica terá dificuldades de chegar a resultados significativos (Saviani, 2007, p. 1252).

¹⁰² Ver *Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento*. Esses cursos seriam ofertados, em regime de colaboração da União com os entes federativos (Estados e Municípios), por instituições públicas de educação superior, em articulação com polos de apoio presencial (Carvalho, 2014, p. 2017).

A estratégia de ampliação das vagas mostrou resultado tanto no público quando no privado. Essas medidas ampliaram o número de vagas da rede pública federal em 2003. Por meio do PROUNI, foram concedidas 596 mil bolsas até final de 2009 e 351 mil contratos de financiamento firmados com o FIES” (Abreu, 2010, p. 140). As medidas tomadas certamente contribuíram para transformar a educação em prioridade ainda mais com a Emenda Constitucional nº59 que retomou a responsabilidade dos envolvidos. O PDE inscreveu cinco ações do FIES-PROUNI a fim de facilitar o acesso ao crédito e aumentar o prazo de pagamento, além de oferecer negociação dos impostos previdenciários às instituições que aderiram ao PROUNI.

Durante o governo Lula houve outra tentativa de criação do modelo universitário inspirado no acordo feito com países da União Europeia, o Protocolo de Bologna¹⁰³, propostos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC) onde, a intenção era viabilizar a mobilidade estudantil, pela circulação estudantil entre cursos, incluindo a mudança de curso na instituição com aproveitamento de créditos, ou pela circulação estudantil em outras instituições de educação superior. Outro programa que fez parte do PDE foi o “pós-doutorado” a fim de concentrar qualificação em nível de doutorado e evitar a necessidade de ir para outro país, o que Demerval Saviani coloca como a chamada “fuga de cérebros”. Além desse, o programa “Professor Equivalente” para facilitar a contratação de professores nas universidades federais e o “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior” para ampliação do acesso de pessoas com deficiência a todos os espaços de instituições federais do ensino superior. Em 2007, o ministro da educação Fernando Haddad lançou a edição do “Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT)” que foi criado em 2003 e teve como objetivo apoiar as instituições públicas no desenvolvimento de programas e projetos de extensão das políticas públicas.

Conforme Dermeval Saviani (2007), cabe avaliar a capitalização do MEC como positiva, no viés de que a receptividade de influentes mídias pela qualidade de ensino, é necessário aproveitar o momento favorável “em que a sensibilidade em torno da importância e prioridade da educação se espraiou pela sociedade e parece exigir que se ultrapasse o consenso

¹⁰³ Um documento conjunto assinado pelos Ministros da Educação de 29 países europeus, reunidos na cidade italiana de Bolonha. A declaração marca uma mudança em relação às políticas para a educação superior dos países envolvidos e estabeleceu um Espaço Europeu de Ensino Superior em comum, a partir do comprometimento dos países em promover reformas de seus sistemas de ensino a fim de promover mobilidade estudantil. A reforma foi dada tendo como base valores-chave, como liberdade de expressão, autonomia para as instituições, grupos independentes de estudantes, liberdade acadêmica e livre movimentação de universitários e funcionários.

das proclamações discursivas, e se traduza em ações efetivas” (Saviani, 2007, p. 1251). Todavia, cabe cautela para não cair na ingenuidade de acreditar “nas boas intenções” das elites econômicas e políticas.

Não deixa de ser positivo que um grupo de empresários defenda a necessidade de ampliação dos recursos investidos na educação. Ao que consta, eles foram levados a essa posição em decorrência de desafio lançado pelo ministro da Educação, ao mostrar que o empresariado tem sido muito ágil para ir a Brasília pedir isenção fiscal, redução de impostos, perdão de dívidas, incentivos à produção, sem jamais incluir na pauta o aumento de recursos para a educação. Ao contrário, ao criticar os gastos públicos, propor o enxugamento das contas governamentais, exigir a redução do tamanho do Estado, eles estão inviabilizando qualquer possibilidade de ampliação dos investimentos públicos em educação (Saviani, 2007, p. 1251).

Em reposta a esse cuidado, a quinta meta consistia em ampliar o percentual de investimento do PIB na educação, todavia continuou a relutância sobre a educação superior, o que demonstra o interesse da iniciativa privada em dominar completamente e afastar as universidades da esfera financeira do poder público. Uma lógica de mercado que se mede pela competência e qualidade onde quem ensina são os prestadores de serviço quase que voluntário, enquanto os clientes são os estudantes e a educação pode ser instável de qualidade duvidosa.

Tendo em vista as críticas, inclusive do PT ao sistema de avaliação de FHC, na passagem para o governo Lula, criou-se um o sistema de avaliação externa; o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que reúne informações tanto do desempenho de egressos quanto dos que estavam concluindo para embasar a reformulação de políticas públicas.

A crítica ao PROUNI se intensificou com a aprovação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES como atualização do sistema de avaliação da educação superior no país e reforçou com a publicação do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Por um ciclo de três anos, alunos, cursos e instituições passaram a ser avaliados pela União. Os alunos passaram a ser examinados pelo Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil (ENADE). Além disso, avaliação *in loco*, internas visando autorização, credenciamento e credenciamento dos cursos superiores, “Com isso, a educação superior passou a ser avaliada pelo desempenho dos estudantes, pelo projeto pedagógico dos cursos e pela qualidade docente e de infraestrutura das instituições” (Abreu, 2010, p. 134).

Ademais, as críticas que se voltam aos SINAES consistiram em entender que a política de controle continuava assim como no governo FHC com instrumentos que favoreciam a regulação e ajustes de ações que desenvolvem as políticas públicas e privadas. O *Provão* precisava de revisões e a complexidade do SINAES e seus resultados não foram amplamente

divulgados, mantendo posteriormente somente uma avaliação aos moldes do que seria o *Provão*.

As políticas afirmativas foi uma demanda dos programas do governo buscando contemplar estudantes pobres, de escola pública e negros, algo necessário uma vez que o histórico de exclusão, como também a luta dos movimentos sociais com o movimento negro, sobretudo o estudantil pelo acesso de estudantes marginalizados. Essa luta foi intensa nos anos 90 que resultou na elaboração de um Projeto de Lei (PL) para criar o sistema de cotas.

A despeito do incremento de ambas, em 2003, a taxa de escolaridade líquida dos brancos era de 16,6% e dos negros e pardos de 4,4%. Diante dessa constatação e da pressão dos movimentos sociais em defesa do acesso à educação superior de negros e indígenas, o Poder Executivo elaborou um Projeto de Lei (PL) encaminhado ao Congresso Nacional em regime de tramitação de urgência, com o intuito de criar um sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições federais de educação superior (Carvalho, 2014, p. 229).

Esse período de ausência da regulamentação dos critérios adotados pelos institutos federais foram a questão de renda e étnico-raciais. A proposta da expansão não modificou os critérios de acesso o que dificultou a diversidade dos egressos que vinham do ensino médio. Assim, a “polêmica” no Congresso Nacional e no meio acadêmico sobre o projeto do sistema de cotas prolongou o tempo de aprovação, virando lei somente em 2012 no governo de Dilma Rouseff, o que dificultou esse primeiro momento a concretização das políticas afirmativas nas universidades. As políticas afirmativas nas instituições federais não se concretizaram como política pública durante a gestão de Lula tendo em vista os intensos impasses e divergências de ideias para aplicabilidade. Segundo a estudante Leide Ana Caldas, a discussão sobre o sistema de cota estava aparecendo na UFMA e onde as opiniões se tencionavam em quem era a favor e quem era contra. Ela mesma destaca que como era algo muito novo para o contexto, por vezes confundia seu posicionamento, mas que ao observar a baixa quantidade de discentes negros na turma, percebeu que era necessário algum tipo de intervenção.

Cara, tava começando as discussões sobre cota. Eu lembro que no começo, olha só, no começo eu não tinha uma opinião, depois eu era contra, e depois eu passei a ser a favor, porque isso era muito novo. Cara, é uma coisa que a gente, uma vez eu até conversando com o Nila, eu disse, cara, a nossa turma, qual era o preto da nossa turma? Não tinha. Não tinha. Você tinha uns pretos em turmas anteriores. Hérites é um preto emblemático. Tinha alguns depois também, mas eram poucos, cara. Então, no começo, quando estava começando o debate, eu ainda não tinha essa concepção da questão histórica da reparação. Por isso que a discussão tem que ser feita. Por isso que

o debate tem que ser feito. Você não sabe. Tem que dar tempo. Tem que dar tempo de discutir. As pessoas têm que discutir.¹⁰⁴

O REUNI, por exemplo, previa que adotassem as ações afirmativas sem um amparo específico, o que não foi suficiente para gerar mudanças. Conforme, Gabriel Paiva (2011), em 2007 e 2008, em diversas regiões do país, os estudantes ocuparam as reitorias das universidades em protestos e paralisações com a bandeira contra o REUNI sendo o primeiro caso a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). As universidades pioneiras em 2003 foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de Brasília (UnB). No PROUNI, como o critério de acesso era renda, estudantes de escola pública, portadores de deficiência e candidatos autodeclarados negros e indígenas, as políticas afirmativas se tornaram uma realidade. A administração financeira utilizou da racionalização para promover verbas federais e custear os programas educacionais, o PROEXT Fase I e o REUNI foram focais nesse sentido prevendo redução de gastos para construção, infraestrutura, equipamentos e despesas gerais associadas à expansão das universidades até 2007. Sobre investimento nas IFES, houve materialização da política pública com os novos *campis* nas universidades já existentes. Houve uma ruptura no perfil de investimento na educação superior na transição dos dois governos onde a utilização do recurso público supriu o mínimo necessário para funcionamento da IFES no governo Lula enquanto no governo FHC era mínima intervenção de tais recursos.

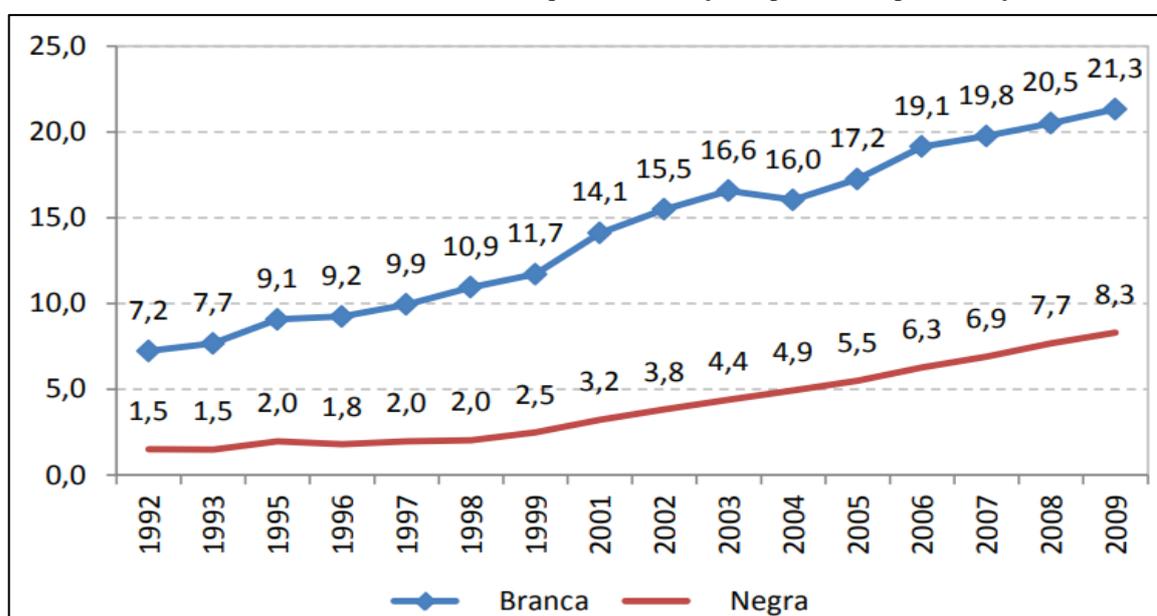
Em outras palavras, a queda sistemática de recursos na gestão de FHC poderia ter sido agravada se os recursos próprios não desempenhassem papel fundamental de suprirem o mínimo necessário para funcionamento do aparato institucional das IFES. Por sua vez, o governo Lula não apenas recuperou a capacidade de investimento do segmento federal, mas também restabeleceu o protagonismo do Tesouro Nacional como indutor da política pública (Carvalho, 2014, p. 234).

Entretanto, mesmo com severas críticas relacionadas ao investimento de recurso público nas IES privadas, a agenda governamental deu continuidade à renúncia fiscal e a Reforma Universitária de 1968. Como contrapartida, os estudantes reivindicaram que ela não condiz com o ideal defendido historicamente por estudantes, professores e técnicos-administrativos, somente fortalece a ideia de uma universidade voltada para as demandas do mercado, quando poderia estar voltada a contemplar as necessidades humanas (Oliveira; Pereira, 2020, p. 85). Diante do considerável progresso nas políticas educacionais voltadas para expansão e acesso às universidades públicas e particulares, houve reivindicação sobre as condições de permanência, sobretudo das camadas mais pobres que não tinham condições de se manter nos cursos.

¹⁰⁴ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

As ações afirmativas adotadas nas IFES a partir de 2003, a adoção do Prouni a partir de 2005, associada à modificação introduzida no FIES a partir de 2004¹⁰⁵, viabiliza o acesso ao ensino superior. Importante enfatizar que os critérios afirmativos foram mais aderidos nas instituições particulares, sendo um obstáculo no setor público superior. Compreende-se que isso se deve a alta concorrência de classes favorecidas às vagas das universidades públicas que colocavam a política de cotas como um impasse a fim de dificultar que ocorresse a reparação a histórica de exclusão nas universidades públicas brasileiras, mas também a inserção no plano do PROUNI em convênio com o governo federal.

Gráfico 2 - Taxa de escolaridade líquida na educação superior (%), por cor/raça.



Fonte: Carvalho, Cristina (2014) apud Ipea. Obs.: Não constam os dados de 2000 e 2010 por se tratar de anos de Censo Populacional.

O mecanismo de resolução foi a criação da assistência estudantil, concessão das bolsas de estudos e crédito educativo para discentes de instituições particulares. Conforme a estudante Nila Michele no ambiente do Governo Lula, considerava que havia possibilidade de reivindicar as ausências. Todavia, destaca que só há possibilidade de reivindicar, se tiver o entendimento da política de funcionamento, os impactos efetivos na vida dos estudantes. Por isso, a importância da consciência política entre os estudantes.

A primeira vez, nas primeiras eleições que foram as três chapas, foi uma confusão. Já no final, teve três chapas novamente, mas eu já tava saindo. Aí já o ambiente, que já

¹⁰⁵ A legislação sobre o FIES foi alterada para incluir o critério raça/cor entre as variáveis que compõem o cálculo do índice de classificação. Ver INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise, Brasília, n. 13, 2007. (Edição especial).

era o ambiente do governo Lula, já havia uma consciência política melhor de entender e de reivindicar mais verbas, porque a gente não podia reivindicar algo que a gente nunca teve, que a gente não sabia. Então assim, se nesse momento, lógico, era o típico da juventude, se eu soubesse. As políticas que eu conheço hoje, os processos que eu conheço hoje, eu sabia que lá, naquele momento, a gente podia pressionar para exigir bolsa. Mas nunca teve bolsa. Nunca houve projeto de pesquisa. Não havia projeto de pesquisa, não havia bolsa. Ninguém sabia que podia existir. Tu sabes essa ideia?¹⁰⁶

Necessário destacar a importância, pois ao tempo que estimulava à expansão pública promovia acesso e permanência das camadas sociais mais pobres em especial dos que adentraram pelas ações afirmativas. Assim, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), imprescindível após a aprovação da lei de cotas para garantia da permanência dos estudantes. As IFES participantes poderiam usar as verbas orçamentárias para alimentação, transporte, moradia, apoio pedagógico, inclusão digital, assistência à saúde, cultura, esportes e creches. Dessa forma, tornou-se uma política pública, que diante das críticas sobre a falta de recurso para se manter na universidade, o MEC concedeu bolsa permanência no valor de R\$ 300,00 em 2006, sendo oficial a partir de 2008.

Outra forma, foi o sistema de bolsas pelo PROUNI que obteve evolução entre 2005 e 2010 sendo 2006 o ano de maior procura, tendo em vista que o FIES vigente era insuficiente e inadequado tendo em vista que a maioria dos financiamentos era de pessoas com baixa renda e o período de devolução do recurso ao terminar os cursos tornava-se curto, instável e difícil. O governo Lula retomou o crédito educativo priorizando o PROUNI em detrimento do FIES que teve um decréscimo na procura em 2005 ficando como coadjuvante. O PROUNI se tornou mais viável com bolsa integral já que aos estudantes que aderiam vinha maioria de classe baixa.

Os programas educacionais foram alvo de manifestações dos estudantes que exigiam maior envolvimento da comunidade acadêmica na discussão. Segundo Maria Lúcia Carneiro (2006, p. 28) o discurso de que existe mais disposição ao diálogo e negociação, para que as decisões possam caminhar por um viés mais democrático foi insuficiente. Nesse sentido, o movimento estudantil esteve em uma linha tênue onde as expectativas nutridas não foram integralmente supridas, tomaram um rumo diferente, entre debates e embates com a UNE, que foi acusada de ser convivente com o governo Lula em muitas discussões. A reforma universitária foi reivindicada de forma democrática, de forma que não fosse vista como um gasto aos cofres públicos, mas um investimento da sociedade para a sociedade, um bem político que precisa ser preservado por meio das políticas públicas de manutenção desse bem.

¹⁰⁶ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

O acervo do DCE *17 de setembro* e do CAHIS *Lagoa Amarela* apresenta um panfleto de movimentação na Universidade Federal do Maranhão em parceria com a Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA) em que pautam as “Universidades Novas” como discussão e proposta do governo para as IFES.

Acervo 9 – Plenária conjunta DCE/APRUMA



Fonte: CAHIS-UFMA, 2007.

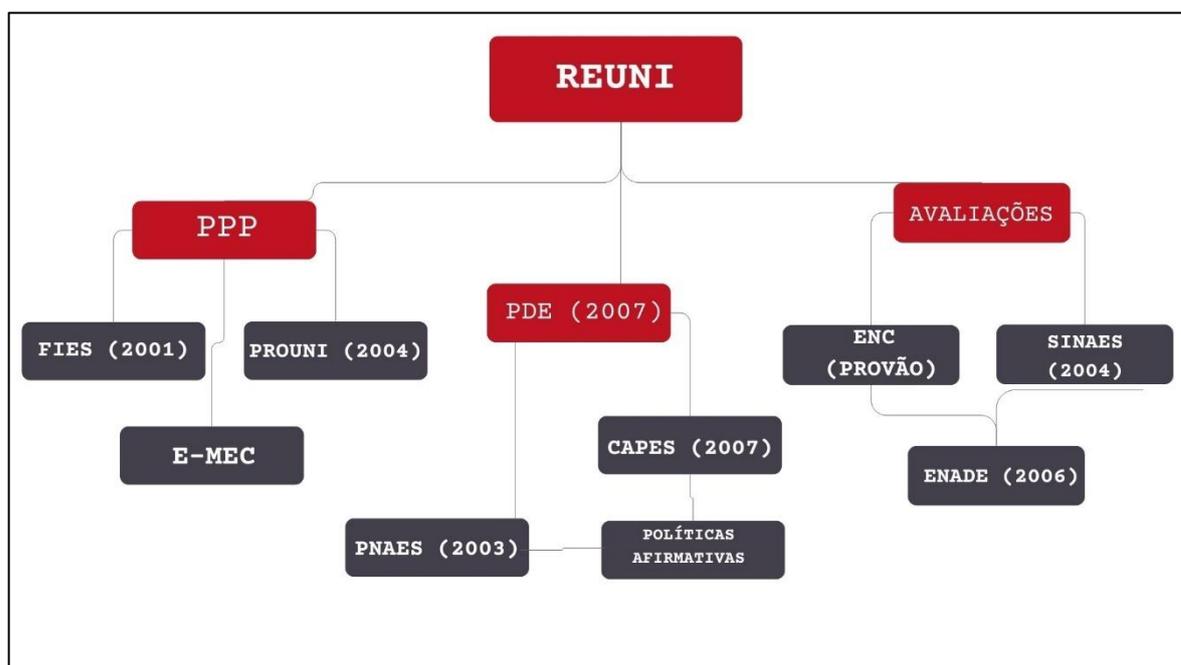
O Projeto Universidade Nova criado para UFBA tinha como objetivo criar cursos de Bacharelados Interdisciplinares (BI), por meio de currículos flexíveis como complemento de formação profissional e acadêmica conforme Viviane Martins (2012). Encontra semelhanças ao “Processo Bolonha”, que iniciou na Europa em 1999 e tinha como meta estabelecer até 2010 um Sistema Europeu de Ensino Superior como espaço de mobilidade acadêmica e de emprego. O projeto tem relação com o REUNI.

A agenda governamental destinada à expansão da educação superior do governo Lula não foi implementada em sua totalidade. Houve inúmeras resistências, sobretudo do Ministério da Fazenda na direção de contenção de gastos públicos, e dos atores sociais que não viam nas medidas, a fidelidade que pretendiam os apoiadores de sua candidatura. O processo de expansão da educação superior pelo segmento privado foi acompanhado da continuidade e reforçado com

o Prouni. A política pública da marca do governo Lula foi ampliar a diversidade dos instrumentos financeiros, de modo a contemplar os interesses do segmento federal e particular, tanto da comunidade acadêmica das IFES como dos donos dos estabelecimentos particulares, e da mesma forma o alunado que estuda nas IES e nas IFES.

Assim, com base nas discussões, o REUNI se desenvolveu com os seguintes segmentos: Parceria Público-Privado, Plano de Desenvolvimento da Educação e Sistema de Avaliação.

Imagem 2 - REUNI



Fonte: A autora, 2024.

As políticas educacionais implementadas por Lula foram relevantes para atendimento da alta demanda de procura do ensino superior em questão tendo em vista que também era uma bandeira de luta das frentes de resistência da área educacional, todavia o processo que decorreu o cumprimento de tais demandas envolveu problemáticas necessárias quando se pensa em movimentos sociais. É necessário que independente do aspecto partidário, a luta, principalmente estudantil, esteja habilitada a articular, argumentar, manifestar um posicionamento condizente com os interesses da categoria. O neoliberalismo embricado na sociedade é real de tal forma que condensou no modo de vida até daqueles que resistem, portanto, a crítica deve ser a base para que haja um movimento estudantil de enfrentamento independente do contexto político que se reverbera. A categoria estudantil em liberdade de atuação a fim de que não se abra brechas nas frentes que defendem a democracia no mundo. De

toda forma, superar esse desafio será realidade somente quando houver uma transformação significativa para equacionar as desigualdades sociais, geográficas e étnico/raciais.

2.4 REUNI na UFMA: “a gente tinha que lutar por tudo¹⁰⁷... começa a fazer umas estruturas¹⁰⁸”

O programa faz parte das políticas educacionais do governo Lula. Como meta, a ampliação, acesso e permanência no nível de graduação. Conforme Maria Abreu (2010), todas as 55 universidades federais aderiram, “O programa tornou o investimento em reestruturação atrativo para as universidades, o que em si apresenta uma vantagem institucional relevante. Além disso, outras novas universidades foram criadas” (Abreu, 2010, p. 138). A organização acadêmica direcionou frentes: critérios rigorosos para as universidades e centros universitários para fortalecer a importância das universidades públicas, desprestigiadas no governo de FHC bem como expansão e ocupação das vagas ociosas inclusive no período noturno, currículos flexíveis, sistema de títulos e mobilidade acadêmica interinstitucional, diversidade na modalidade e uso de tecnologias tanto Educação à Distância (EAD) quanto presencial. Assim, a agenda estatal encaminhou para criação de novas universidades federais e construção de novos *campis* como metas globais do programa.

Entre os anos de 2003 e 2006, a legislação ficou mais rigorosa com relação a criação de novos centros universitários, exceto aqueles que já estavam em processo de credenciamento ou que atendessem as necessidades sociais segundo os critérios já definidos. Determinou que o reconhecimento seria concedido para o status de universidade se cumprisse três requisitos: produção intelectual institucionalizada, um terço de docentes mestres ou doutores e um quinto de forma integral. Cabe ressaltar que nas instituições privadas de modelo institucional isolado não ocorreu tal exigência mínima de titulação dos docentes, compreende-se que há comprometimento de tais instituições em detrimento das públicas.

A redução histórica e geográfica das desigualdades existentes em termos regionais de acesso foi outro ponto que as políticas educacionais do governo Lula colocaram como meta. Em 2007 criou-se *campis* no interior dos estados, algo que ficou restrito ao setor público no viés da baixa objetividade de atingir essas regiões por parte do setor privado, em específico as regiões Norte e Nordeste. O método promoveu uma queda das desigualdades regionais e, ao passo que aumentou a procura nas universidades públicas no interior, aumentou o segmento privado nas capitais. Segundo Valdenice Prazeres (2016), os docentes conselheiros se

¹⁰⁷ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁰⁸ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

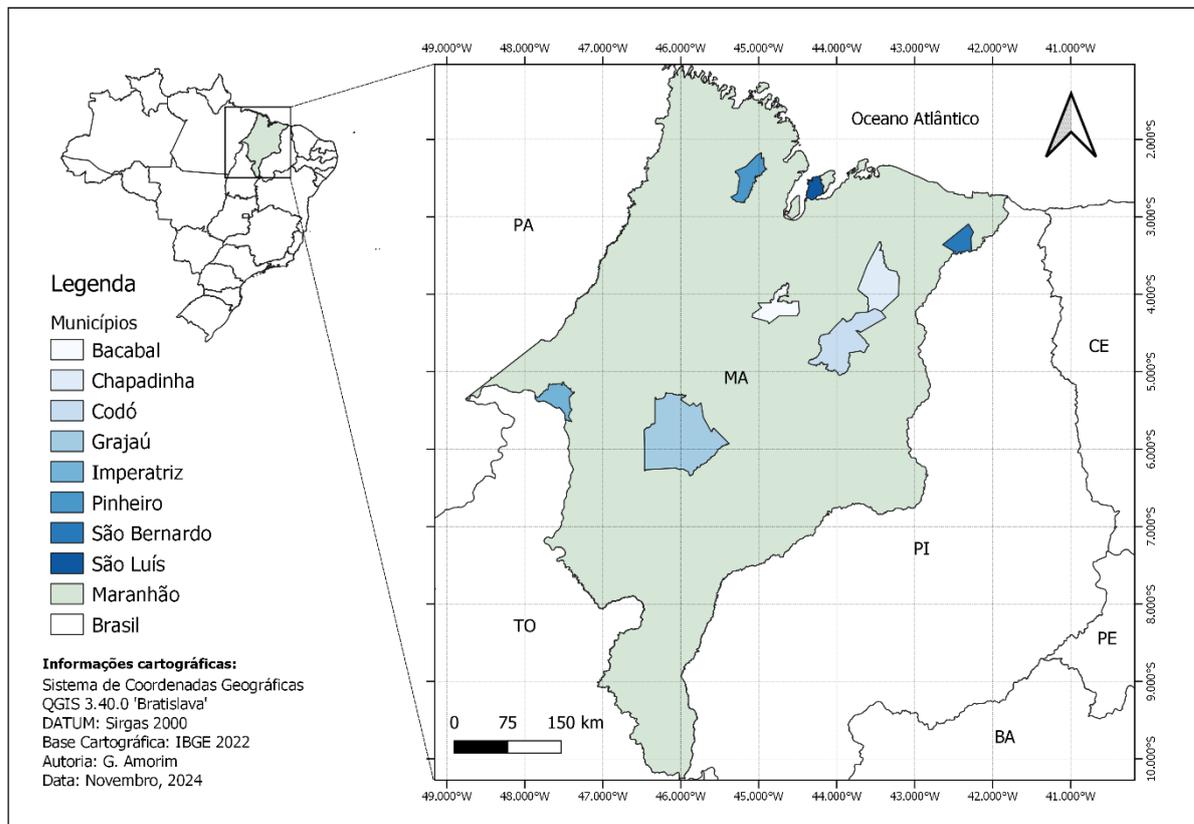
manifestaram contrários na UFMA argumentando que a proposta era uma síntese e que não seria a mesma enviada ao MEC. Apesar da resistência da comunidade acadêmica, em específico, dos estudantes, o programa se consolidou de forma significativa, considerada um fato histórico para a Universidade cuja verba seria destinada a ampliação e expansão, infraestrutura como segurança e tecnologia digit/al.

UFMA aprova REUNI

Por maioria esmagadora, foi aprovada, nesta manhã, a inclusão da UFMA no Projeto do REUNI. Foram 42 votos a favor, dois contras e 12 abstenções. O REUNI é um Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Brasileira, e que garante condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior. A votação foi realizada dentro do Regimento da Universidade, pelo Conselho Universitário (CONSU), composto de 56 membros, com representação de todas as instâncias da Universidade. O auditório do Palácio Cristo Rei estava lotado (PORTAL UFMA, 2007).

Um das consequências do REUNI foi a interiorização da UFMA. O ensino superior no Maranhão foi tardio comparado às outras regiões do país, do mesmo modo o processo de interiorização dos *campi*. Localizam-se pelo Estado do Maranhão conforme o mapa abaixo.

Mapa 1 – Campi da UFMA



Fonte: IBGE. Elaborado por: Gabriela Amorim, 2024.

Implementado na missão de suprir e resolver as sérias problemáticas nos índices de educação do Estado, a expansão foi de 125%, todavia ocorreu de forma mais acentuada com ensino superior de iniciativas privadas. O estudante Frederico Mecnas enfatiza ao dizer que paralelo aos avanços estruturais do Campus Bacanga, as entidades estudantis participaram da organização de verbas com divisão entre os cursos. Citou também que no governo de Roseana Sarney, no processo de interiorização dos cursos ao promover curso de formação de professores com aulas ministradas pelos discentes do curso de História que estavam em períodos finais. “Foi quando a Roseana começou a fazer a extensão com os interiores, de formação de professores. Então, muito professor amigo meu, que estava no último semestre, foi dar aula no interior, com bolsa paga pelo Estado. A gente montou um projeto”¹⁰⁹.

Conforme os registros de documentos oficiais da UFMA, em 2000 os *campis* nas cidades do Maranhão contavam com São Luís, Imperatriz (Centro de Ciências da Saúde, Sociais e Tecnológicas - CCSST) e Codó criado em 1987. Na Resolução N° 369 – CONSEPE de 2004 encontra-se referência a outros campi como Pinheiro e Bacabal como também Chapadinha (Centro de Ciências Agrárias e Ambientais - CCAA) em 2005. Os campi de Grajaú e São Bernardo somente em 2013. A problemática que trouxe a interiorização dos *campis* da UFMA era a falta de estrutura para funcionamento de qualidade como a grave carência de professores, técnicos-administrativos e infraestrutura. Os currículos dos cursos também não correspondem às realidades, ainda muito relacionados ao campus da capital. Segundo Valdenice Prazeres (2016), nem todos possuíam terreno próprio para construção, ou mesmo curso de graduação ofertado.

Os reitores atuantes nos anos 2000 a 2007 na UFMA com os respectivos lemas de gestão, foram: Othon de Carvalho Bastos (2000-2003), *A caminho da excelência*; interino o vice-reitor assumiu Jose Americo da Costa Barroqueiro (2003-2003), *Compromisso com Excelência*; e Fernando Antonio Guimaraes Ramos (2003-2007), *A vida é Combate* seguido de Natalino Salgado Filho que assumiu no último trimestre de 2007. Por meio de documentos administrativos da UFMA e do CAHIS *Lagoa Amarela*, foi possível ter acesso a resoluções que informam sobre o funcionamento da universidade. Para melhor compreensão, é importante visualizar o funcionamento administrativo da UFMA. Segundo Carla Ribeiro (2011, p. 30), a

¹⁰⁹ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

estrutura organizacional é exercida pelos órgãos deliberativos e operacionais. Baseada nessa estrutura que ocorre a circularidade de ações.

Tabela 4 – Administração da UFMA

ORGÃOS DELIBERATIVOS	<u>Colegiados Superiores:</u> Conselho Diretor (CD), Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), Conselho Administração (CONSAD), que formam o Conselho Universitário (CONSUN), assessorados por suas respectivas Câmaras;	<u>Colegiados da Administração Acadêmica:</u> Conselhos de Centro, Assembleias Departamentais e Colegiados de Cursos.
ORGÃOS EXECUTIVOS	<u>Centrais:</u> Reitoria e Vice-Reitoria, coadjuvados pelo Núcleo de Assuntos Disciplinares, pelo Apoio ao Gabinete, pela Procuradoria Jurídica e pelas Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas, de Comunicação e de Interiorização;	<u>Auxiliares:</u> Pró-Reitorias: de Ensino (PROEN), de Pesquisa e de Pós-Graduação (PPPG), de Extensão (PROEX), de Recursos Humanos (PRH) e de Gestão e Finanças (PROGF); Hospital Universitário; Prefeitura de Campus (PRECAM), Restaurante Universitário e Colégio Universitário (COLUN).
	<u>Acadêmicos:</u> Diretorias de Unidades Acadêmicas, Centro de Ciências Sociais, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Humanas, Centro de Ciências Sociais Saúde e Tecnologia e o Centro de Ciências Agrárias e Ambientais; as Chefias de Departamento e as Coordenadorias de Cursos.	<u>Núcleos Operacionais:</u> de Eventos e Concursos, de Assuntos Estudantis, de Tecnologia da Informação de Rede e Educação à Distância, de Biblioteca e de Comunicação.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No período de 2003 a 2007, assume a gestão do reitor Fernando Antonio Guimaraes Ramos que segundo Lucinete Lima (2017), foi eleito com uma votação expressiva pela comunidade universitária, com representatividade e legitimidade para implementar o projeto acadêmico planejado. No início do mandato dialogou com as unidades acadêmicas e com as entidades representativas, dentre elas, o movimento estudantil por meio do DCE que nutriu expectativa de mudanças sólidas tendo em vista a resistência travada nos últimos anos contra a

privatização das universidades. No entanto, ao decorrer do processo de reitorado, conviveu com conflitos gerados em sua própria equipe. Formalizou mudanças na estrutura administrativa da UFMA com aprovação da Resolução Nº 73 – CONSUN em 2004, um caso que provocou reações no sindicato e nos estudantes que reivindicavam por maior participação na deliberação das mudanças institucionais. Ao citar os feitos da gestão, enfatizou a expansão dos *campi* de Codó, Imperatriz e Chapadinha conforme publicação¹¹⁰ sobre a cerimônia de posse do sucessor Natalino Salgado em 2007.

Sobre isso, indicou Frederico Mecnas em sua memória sobre envolvimento do CAHIS *Lagoa Amarela*, mas também nas eleições de coordenação do curso de História “A gente apoiou a reitoria do 2003. A gente apoia o candidato a reitor, que era o professor de filosofia. Pela primeira vez, e o ‘Manuelzinho’ sai como um dos coordenadores, né, do escritório, acho que era esse o nome que se dava, alguma coisa”¹¹¹.

Outra ação foi a constituição de uma Comissão com representação da Administração Superior (Assessoria de Planejamento e Pró-Reitoria de Ensino), de Unidades Acadêmicas e de entidades das categorias universitárias, para rever o Estatuto da Universidade, todavia não cumpriu êxito por divergências políticas entre os membros. “Alguns reivindicavam a estatuinte, outros a participação ampla da comunidade universitária por meio de debates ou apenas a produção do trabalho com envolvimento limitado das lideranças formais” (Lima, 2017, p. 203). Ocorreu contato com a bancada maranhense em busca de recursos para infraestrutura da UFMA, que estava sucateada decorrente da política neoliberal de privatização e os cortes orçamentários nos anos anteriores, todavia houve receio por parte da comunidade universitária pelo perigo de resultar em subordinação ou dívidas com os interesses dos partidos políticos.

Dentre os avanços que partiram da iniciativa do REUNI, verifica-se a construção e recuperação de prédios bem como equipamentos e materiais administrativos. O estudante Frederico Mecnas relatou sobre as obras de reforma da estrutura ainda em 2003 no governo Lula, como a biblioteca.

Quando entra o governo Lula em 2003, a coisa dá uma virada em tudo que é jeito. É a primeira vez que a UFMA vai receber verba grande. A gente não tinha verba grande. A Federal do Maranhão não tinha verba grande. É a primeira vez que as universidades recebem verba grande em 2004. Em 2005, entendeu? Então, durante a biblioteca... A biblioteca estava reformando, assim nós... Quando eu saio em 2004, a biblioteca termina de reformar. Quer dizer, você começa a ter uma série de coisas.¹¹²

¹¹⁰ Verificar sessão Fontes Utilizadas.

¹¹¹ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹¹² Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

Ocorreu ampliação de servidores para modernização de tecnologias assim com aquisição de rede de computadores com internet. A UFMA, que ainda dependia da autorização do Governo Federal, recebeu autonomia por meio de portaria para ampliar o quadro de professores conforme o teto financeiro. Para além disso, a instituição do banco especial de professores, permitiu liberação por tempo determinado do corpo docente efetivo para qualificação profissional como títulos. Conforme o acervo do CAHIS *Lagoa Amarela* foi um período de liberações dos docentes para mestrado e doutorado, e reivindicação do Departamento de História (DEHIS) por concurso público tendo em vista os profissionais qualificados que tinham ainda fora do quadro de professores, e principalmente a necessidade.

Nos últimos anos, o Departamento de História (que reúne professores dos cursos de História e Turismo) realizou um grande esforço coletivo no sentido da qualificação de seu corpo docente, composto em sua maioria por professores graduados na própria UFMA (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA CAHIS-UFMA, 2002).

Nesse processo de ampliação, ocorreu movimentação para implantação de um Programa de Pós-Graduação em História em 2003, sendo a primeira etapa com as atividades do Curso de Especialização em História do Maranhão em 2004 e com previsão para 2008, implantação do Curso de Mestrado em História com linhas e grupos de pesquisa até 2007, por outro lado a Política de Qualificação Docente adotada pelo Departamento de História com doutores até 2008. O estudante Frederico Mecnas rememorou em sua fala que estava quase egresso do curso quando saiu a aprovação da especialização em 2004 “Aí vai ser quando, por exemplo, sai a primeira licença pra aprovação da especialização de História, aí eu já tô fora, já tinha feito minha monografia em 2004, né, eu não tava mais dentro”¹¹³.

No quadro de professores do curso de História, por exemplo, em 2004, contava-se 12 professores efetivos, 18 aposentados, 8 professores substitutos e somente 3 na casa conforme arquivo CAHIS *Lagoa Amarela* de justificativa para solicitação de docentes. No concurso público abriu 9 vagas. Somente 50% para manter funcionando. Para CAHIS *Lagoa Amarela*, fazia parte da política de desmonte com a defasagem de funcionamento.

O governo de FHC foi absurdo. Não existia bolsa. Os professores, a maioria dos nossos professores foram professores substitutos, porque os professores estavam... E a minha turma em si, ela consegue uma proeza porque os professores estavam vindo do mestrado, porque eles tinham que voltar, inclusive voltavam meio chateados porque não tinham terminado o mestrado ainda, mas tiveram que voltar porque não dava licença. O governo não dava uma licença completa. Então, tinha essa tensão

¹¹³ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, com cedida em 16 de fevereiro de 2024.

política nesse sentido. Quando o primeiro governo Lula sobe, começa a fazer umas estruturações.¹¹⁴

Houve ampliação das vagas conforme previa o plano de metas das políticas nacionais do REUNI. A expansão da pós-graduação tanto *lato sensu* quanto *stricto sensu* e a criação do primeiro curso de doutorado em 2005 contemplavam o plano de metas. Como parte de reorganização dos centros, em 2003, foi aprovada um “Quadro de Afinidades dos Cursos de Graduação da UFMA” reorganizando a estrutura de funcionamento dos cursos no campus: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnológica (CCET), Centro de Ciências Humanas (CCH) e Centro de Ciências Sociais (CCSO). Em zelo pela inclusão e democratização do acesso à educação superior, ocorreu ampliação de vagas e cursos ofertados pela graduação assim como criação de cursos em turno noturno. Muitos dos cursos não contaram com condições favoráveis para funcionamentos, todavia, criaram-se 1.168 vagas distribuídas pelos centros.

Tabela 5 – Vagas anuais da graduação UFMA (2003-2007)

UNIDADES ACADÊMICAS	2003	2004	2005	2006	2007	2007 – 2003
Centro de Ciências Sociais	760	760	760	760	977	217
Centro de Ciências Humanas	460	460	488	500	642	182
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia	452	452	510	510	655	203
Centro de Ciências da Saúde	418	448	448	448	500	82
Centro de Ciências Agrárias e Ambientais	-	-	-	120	240	240
Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia	116	116	116	236	360	244
TOTAL	2.206	2.236	2.322	2.574	3.374	1.168

Fonte: Lucinete Lima (2017) apud Proen, 2007.

¹¹⁴ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

A UFMA investiu no projeto para criação de cursos durante o governo de Fernando Ramos como: Teatro, Música, Administração, Engenharia Química, Zootecnia, Engenharia de Alimentos, Licenciatura de Informática, Agronomia, Oceanografia, Interdisciplinares como Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências Naturais e Bacharelados.

Nesse período consistiu na interiorização e expansão do ensino público federal, incentivados pela adesão da UFMA ao REUNI e à política de expansão em 2007 aprovado pela Resolução Nº 104 – CONSUN com implementação de diretrizes reestruturantes e alcance de metas. Observa-se que houve uma movimentação na formação de cursos, inclusive de pós-graduação, mas também as contradições existentes entre o discurso de expansão e qualidade paralela à precarização do ensino superior público em decorrência da lógica neoliberal.

Na imagem do acervo da APRUMA, demonstra o embate que tiveram os estudantes na reunião do CONSUN em 2007 em frente ao reitor da época. A expansão da universidade pública era uma proposta que visava ensino, pesquisa e extensão, todavia por insistir em um projeto de implantação acelerada, os estudantes compreendiam que não permitiria um plano concreto de realização com qualidade por se tratar de uma medida urgente.

Acervo 10 – CONSUN REUNI, 2007.



Fonte: APRUMA – UFMA, 2007.

Embora o site da UFMA¹¹⁵ sinalize que os estudantes se posicionaram a favor, existem registros de embates e resistências ao REUNI no acervo da APRUMA. O perfil neoliberal onde atingir metas significa repasse de verbas, e a concepção do profissional que pretendiam formar para o mercado de trabalho.

Essa base de preocupação com relação à infraestrutura. Um embate que, embora estivesse funcionando o plano de expansão, era válido pois as condições para funcionamento são necessárias. Uma vez que instalado o programa, as verbas eram direcionadas para aplicação.

Os cursos funcionavam na modalidade presencial. Em 2004 foi criado o Núcleo de Tecnologias de Informação, Redes e Educação à Distância (NTIREad) pela Resolução Nº 74 – CONSUN, subdivididas em Núcleo de Tecnologias da Informação (NTI) e o Núcleo de Educação a Distância (NEAD). O NEAD, mantido pelos recursos da Capes. “[...] ocorreu um crescimento de 27,5% das universidades e de 144,8% do número de faculdades, escolas e instituições” (Bastos, 2018, p. 120). Há uma expansão e fortalecimento das ações na modalidade presencial e à distância tendo em vista a flexibilização e as diversas formas de acesso tanto pela rede pública quanto privada que ocorreu em 1996 a 2005. A modalidade EAD foi regulamentada e firmada no país em 2005. No ano posterior, foi criado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e na UFMA é credenciada a adesão ao programa. Assim, ampliou-se a oferta pela modalidade pelos campi do Maranhão. Em 2007 encontra-se a modalidade de Educação à Distância no curso de Licenciatura em Artes Visuais citada na Resolução Nº 553 – CONSEPE.

O ingresso na UFMA ocorria pelo Processo Seletivo (Vestibular Tradicional) com 50% das vagas, realizado uma vez por ano com ingresso no primeiro e segundo semestre. Para participar deveria ter concluído ou concluindo o Ensino Médio até o prazo estabelecido para assumir a vaga, ou equivalente e aceitavam quem possuía um diploma de graduação. Na primeira etapa, a prova consistia em avaliar o conhecimento básico e por área como “Área Tecnológica”, “Área de Ciências da Saúde” e “Área Humanística”. Na segunda etapa, as disciplinas específicas com questões discursivas e provas de redação. Outra forma de ingresso consistia no Processo de Seleção Gradual (PSG) que contava com 50% das vagas para candidatos divididos em três etapas anuais para candidatos que estivessem cursando ou concluído o Ensino Médio. Em 2002, a quantidade de vagas destinadas para PSG foi alterada, diminuindo para 30% das vagas e as 70% para o Vestibular Tradicional. Sobre isso, o estudante Marlon Bruno lembrou sobre o modelo de vestibular explicando como que funcionava,

¹¹⁵ Verificar a sessão Fontes Utilizadas.

Na época, existia o famoso PSG, que era o vestibular seriado, que você fazia uma prova no final de cada ano, uma prova no final do primeiro ano, no ensino médio, no segundo, no terceiro, e tinha um vestibular tradicional. E aí, como eu te falei lá atrás, eu não tinha uma segunda opção, eu queria fazer ciência da computação, que era o auge do momento. E eu acabei colocando tanto no vestibular, que a gente chamava antigamente de o vestibular normal, que não existia como hoje tem o ENEM, era o vestibular tradicional, como a gente falava. Então tinha o PSG na UFMA, tinha o PASES na UEMA também, que era seriado.¹¹⁶

As entidades representativas tanto de docentes quanto discentes compunham a Comissão Permanente de Vestibular, sendo APRUMA, SINTEMA e DCE com duração de um mandato designado por portaria pelo reitor da UFMA. Por intermédio desta comissão, as normas referentes ao processo seletivo eram debatidas e consolidadas, inclusive referente à isenção do pagamento da taxa de inscrição, tendo que ser comprovada em três etapas. Segundo Lucinete Lima (2017), a UFMA ampliou o número de isenções de taxas e valorizou programas de assistência aos estudantes, como bolsas, e auxílios estudantes. Para além das questões de ensino, houve política de permanência do campus como transporte e alimentação no RU, frutos de luta do movimento estudantil.

Não sei, depois teve. Então, a alimentação modifica, há um número maior de pessoas para se alimentar, já comendo. Os ônibus já conseguem rodar mais ali, porque você só podia, hoje você pode, não sei se antes, eu percebi depois, você podia pegar um ônibus para ir de um lugar para outro dentro do campo sem pagar. Não podia antes. Entendeu?¹¹⁷

Dentre as políticas educacionais de acesso e permanência, encontra-se o início do seletivo para funcionamento do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) como incentivo à pesquisa orientada durante os cursos de graduação. O Programa de Mobilidade Estudantil, um intercâmbio realizado entre os campi da UFMA desde que tivesse um rendimento escolar igual ou superior a sete, tivesse aprovação ou no máximo uma reprovação nas disciplinas do primeiro e segundo semestre do curso. O programa visava incentivar as experiências acadêmicas para formação profissional com vivências em diferentes contextos universitários pelo Maranhão. Ao final, o discente deveria realizar o aproveitamento das disciplinas feitas durante o intercâmbio. O estudante Marlon Bruno (2004) lembrou sobre a escassez de bolsas para graduação. Observa-se que os programas de bolsas estavam iniciando naquela época.

¹¹⁶ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

¹¹⁷ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

Não, naquela época, não. Lá em 2005, 2006, eu não me recordo de nenhuma participação e nenhuma discussão em relação a essas questões, não tinha. Eu lembro já de minha mãe já estar no mestrado na época e ela sempre falar, olha, no mestrado tem bolsa e tal, tem grupo de pesquisa com bolsa, mas na graduação, infelizmente, a gente não tinha¹¹⁸.

A pretensão do programa era atingir aumento de ingressantes, da taxa de conclusão e aumento da relação aluno/professor. Conforme Ana Paula Sousa e Leonardo Coimbra (2015, p. 07), a resolução aderiu “um aporte de recursos na ordem de 121 milhões até 2012, sendo R\$ 44,7 milhões investidos em obras de infraestrutura e R\$ 76,5 milhões para custeio de bolsas e contratação de novos funcionários”. Dentre as metas estavam: ampliação de 1.580 novas vagas, sendo 1.100 com criação de outros cursos e 480 novos cursos existentes; contratação de novos professores; servidores técnicos-administrativos; elevação progressiva. O plano consistia em reduzir a evasão e ampliar a conclusão do curso em 90%; ocupação de vagas com regras mais flexíveis à realidade dos estudantes como avaliação de ingresso à universidade.

Houve uma expressiva expansão que influenciou a infraestrutura da UFMA, “[...] em 2007, a Instituição contava somente com 1 polo, 1 professor efetivo, 25 docentes colaboradores e 35 tutores” (Ribeiro, 2011, p. 94-95). O retorno dos docentes com mestrado e doutorado engajou as práticas no curso de História da UFMA, como cita o estudante Frederico Mecenas, “Porque nós tínhamos muitos professores que eram da UFMA, que voltaram dos seus mestrados e doutorados e que queriam ver a coisa funcionando”.¹¹⁹ A partir de 2007 há uma consolidação no quadro de técnicos, docentes e discentes aperfeiçoado.

No que tange as ações afirmativas¹²⁰, fruto de luta dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, as universidades tiveram suas primeiras experiências nos anos 2000 com debates que divergiam e que continham implicações sobre a necessidade e os critérios que deveriam seguir para criação de cotas. Em questão, estavam a raça como critério para políticas sociais que vinham sendo travadas. Na UFMA, os debates iniciaram no ano de 2003. Antônio Camargo (2016) relata que o reitor Fernando Antônio Guimarães Ramos, demandou que fosse elaborado um projeto com reserva de vagas, e o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal do Maranhão (NEAB) assumiu realizando assembleias departamentais e estudantis com a discussão da “Universidade como espaço de diversidade”.

¹¹⁸ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

¹¹⁹ Entrevista realizada com Frederico Mecenas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹²⁰ Entende-se ações afirmativas como um programa que tem como objetivo direitos para membros de grupos que sejam historicamente desfavorecidos, atribuindo oportunidades de participação e acesso a direitos fundamentais. Ver *Ação afirmativa: conceito, história e debates* de João Feres Júnior (2018).

O arquivo do CAHIS *Lagoa Amarela*, trouxe informações sobre um evento realizado na UFMA. A carta convite enviada pelo DCE *17 de setembro*, gestão “Vamos à Luta” traz a Semana da Consciência Negra, seminário “Negritude, Cidadania e Inclusão Social” realizado pelo NEAB no Campus Bacanga. O texto direciona que “Enfatizamos que será de extrema importância sua participação na conferência de abertura que terá como tema Negritude e Cidadania” (DCE - UFMA, 2003). Esse movimento também recorrente na Lei 10.639/03 aprovada no decorrente ano sobre o ensino de História e Cultura Afrobrasileira nos currículos da educação, um esforço de ampliar a discussão entre os estudiosos das temáticas, mas também os movimentos, principalmente negro.

Segundo Igor Santos (2022), o III CONEPE – Congresso Nacional de Pesquisadores Negros e Negras com tema “Pesquisa Social e Políticas de Ação Afirmativa para Afrodescendentes” pelo NEAB/UFMA em 2004 e o evento “Ações Afirmativas para além das cotas: seminário para implantação de ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão” em 2006 foram essenciais para impulsionar os debates pela construção de uma proposta de ações afirmativas na UFMA.

[...] o Núcleo de Estudos AfroBrasileiros da Universidade Federal do Maranhão (NEAB/UFMA) promoveu em diversas instâncias da Universidade, nos departamentos, nos conselhos, nas entidades estudantis, na Pró-Reitoria de Ensino, e junto a própria Administração Superior, debates que possibilitaram a implementação do programa de ações afirmativas na UFMA. Além de estender o processo de diálogo, a instâncias externas, envolvendo alguns grupos do movimento social negro maranhense e da Federação dos Estudantes Secundaristas (Santos, 2022, p. 14).

A participação de estudantes da educação básica envolvidos na discussão que ocorria na universidade. A proposta tinha como objetivo discutir, mas também apresentar ações afirmativas que atendessem à realidade do Maranhão e da UFMA. Para isso, era necessário considerar as desigualdades do Estado, em detrimento de uma ampla população negra. Não havia critério de seleção com base em cotas até o ano de 2006, onde consistia no modelo de seleção tradicional do Vestibular com a liberação de 70% das vagas no primeiro semestre e 30% no segundo semestre.

Ao comparar e interseccionar as questões de raça, gênero e classe, sobre o acesso ao ensino superior, o gráfico acima apresenta que a quantidade de acesso no Maranhão rural, principalmente pretos e pardos, ainda é mínima comparado ao urbano. Há uma diferença entre os dados do Brasil e do Maranhão no quesito racial. Em questão de gênero, o de homens comparado ao de mulheres com acesso mostra um equilíbrio ainda que homens seja maior. Mulheres pretas ou pardas, são a minoria com acesso e isso implica questão econômica, as

oportunidades que chegam a mulheres e meninas, as condições de acesso à educação, ao processo seletivo e de permanência nesse espaço.

Em partir de 2007 que ocorre reserva de vagas como critérios de raça e sociais. A Resolução N° 501- CONSEPE, de 31 de outubro de 2006 traz em seu segundo artigo sobre “Cotas e Universal” correspondendo 50% para cada uma, paralela a condição social de ser estudante de escola pública.

As vagas destinadas no Processo Seletivo Vestibular para a categoria cotas no ingresso em 2007 serão assim distribuídas por curso: I - 25 % (vinte e cinco por cento) para candidatas que fizerem opção em concorrer nessa categoria e se auto-declararem negros ou pardos, passíveis de sofrerem discriminação; II - 25% (vinte e cinco por cento) para candidatas que fizerem opção em concorrer nessa categoria e comprovarem ter cursado ou estar concluindo os três anos de Ensino Médio em escola pública (federal, estadual e/ou municipal) (UFMA, 2006).

Na categoria cotas, ocorreu também a inclusão de candidatas “Portadores de deficiência”¹²¹, e candidatas que se autodeclaravam “índios”¹²². Para Viviane Martins (2012), o REUNI ampliou o número de vagas e de acesso ao ensino superior por meio da reserva de vagas para pessoas com deficiência, e o Núcleo de Acessibilidade em 2009 foi uma das medidas, mas até 2007 ainda não constava vagas suficientes na UFMA. Na questão étnico-racial era necessária uma certidão de nascimento expedida pela atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Caso essas vagas não fossem preenchidas, retornariam para as destinadas “Categoria Universal”. No documento, essas ações estavam firmadas nas políticas de inclusão que reconheciam a necessidade de superar as desigualdades étnico-raciais na UFMA, “[...] metas das políticas nacionais e da UFMA relacionadas a expansão da Educação Superior, ampliando a inclusão de jovens de 18 a 24 anos em cursos de graduação nas instituições públicas” (UFMA, 2006).

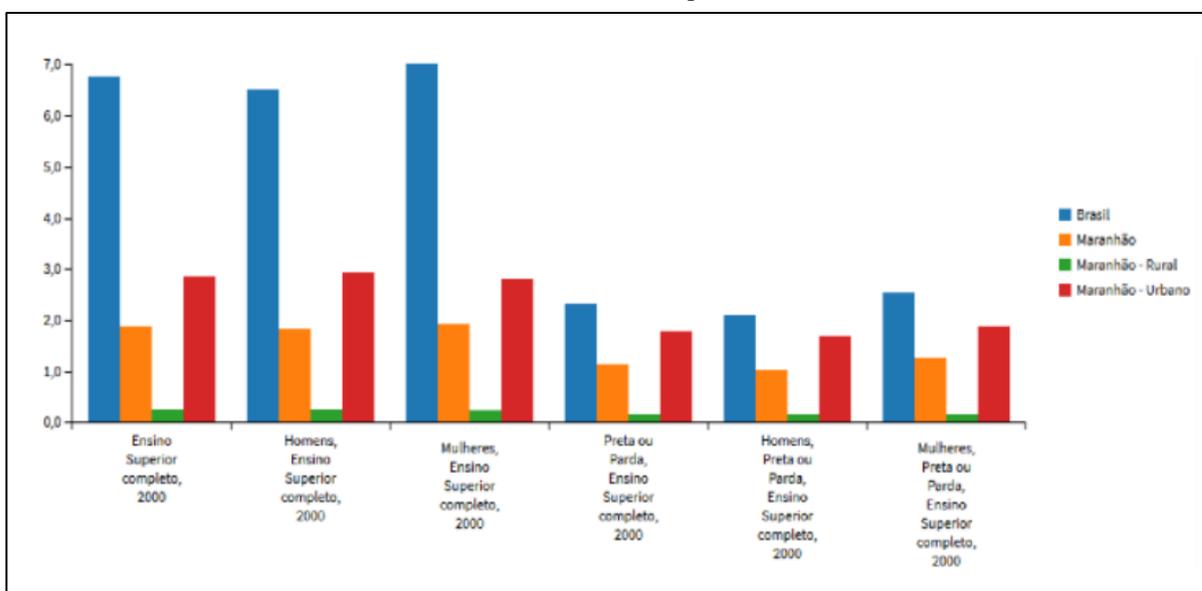
Os dados apresentados pelo NEAB traziam 73,36% de população negra no estado do Maranhão e o percentual de estudantes negros 42,8% enquanto de brancos 47% do total de universitários. Apresenta-se como uma problemática em um território onde a maioria da população é negra. Segundo Antônio Camargo (2016), o assunto foi considerado polêmico na instituição, todavia o NEAB, a partir de sugestões dadas pelo conselho do Centro de Ciências Humanas (CCH) juntamente com a Assembleia do Departamento de História (DEHIS) seguiu a orientação de reservar 50% das vagas para cotas, sendo 25% para estudantes negros e 25%

¹²¹ Termo utilizado na Resolução N° 501 - CONSEPE. Atualmente, Pessoa com Deficiência (PCD) para se referir a um conjunto de características que podem ser físicas, sensoriais ou intelectuais.

¹²² Atualmente, povos indígenas.

para estudantes de escola pública, juntamente com o critério de renda. Após muitas discussões, foi aprovado na UFMA.

Gráfico 3 – Acesso ao ensino superior no Maranhão (2000)



Fonte: Luciana Silva e Arnaldo Sousa (2019).

Para além do documento, as discussões sobre a implementação dessas políticas encontravam impasses na ideia do mito da democracia racial, ou que tais ações afirmavam a falta de capacidade de concorrer a vaga na universidade. Esse debate antecedeu a Lei Nº 12.711 que instituiu que as instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação reservassem no mínimo 50% de suas vagas para estudantes de escola pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos, candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas em proporção aos dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

Ações afirmativas para pessoas com deficiência, Josenilde Pereira (2017), afirma que não havia obrigatoriedade por parte do MEC, as universidades tinham autonomia para aderir ou não a essa política afirmativa. Dentre 63 existentes no país, 13 aderiram, e a UFMA foi uma delas. Em 2005 o MEC apresenta o “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior” em cumprimento ao Decreto nº 5296 de 2004. Com o REUNI há ampliação das ações voltadas a essa demanda. As instituições deveriam apresentar documentos que comprovasse a efetivação do programa, por meio das atividades realizadas bem como as dificuldades enfrentadas e as intervenções.

O sistema de avaliação da UFMA seguiu a orientação no âmbito nacional do SINAES, criado no Governo Lula, com a finalidade de rever a prática do *Provão* tendo no direcionamento

da insatisfação dos estudantes com relação ao método de avaliação, instituído em 2004 como avaliação formativa interna, externa e de regulação. Para o MEC, a avaliação era considerada uma prática social com fins formativos para gerar aperfeiçoamento acadêmico das instituições e do sistema de ensino superior, mas Lucinete Lima (2011, p. 158) reforça que “a proposta assimilava a avaliação com funções de controle e regulação pelo mercado de serviços educacionais e pelo poder público”. Assume um discurso contraditório que intensificava a função da universidade como um treinamento profissional com intenções alinhadas ao sistema de trabalho.

Com fins de ajustar a proposta do SINAES, criou-se o ENADE, mas houve resistência do movimento estudantil na representação da UNE, pois entendeu que esse modelo instigava à competitividade com semelhança ao *Provão*, e não era favorável às pessoas que traziam esses instrumentos no processo de avaliação das universidades. Desconfiava da avaliação institucional e dos cursos, como também do modo de divulgação. Reafirmavam a ideia de maior intervenção do Estado na melhoria das universidades. Todavia, em virtude da obrigatoriedade de realizar autoavaliação, foi criada, em caráter permanente pela Resolução N° 74 – CONSUN de 2004, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsáveis em organizar essa demanda na UFMA. A CPA tinha por função,

Promover o envolvimento permanente da comunidade acadêmica com o processo de auto-avaliação da UFMA; - Sistematizar o projeto de auto-avaliação Institucional; - Definir a composição das subcomissões internas de avaliação; - Identificar necessidades temáticas de pesquisa avaliativa; - Coordenar, acompanhar, subsidiar e implementar o projeto de auto-avaliação; - Elaborar relatórios parciais e final; - Integrar as demais experiências avaliativas ao processo de Avaliação Institucional; - Divulgar para a comunidade acadêmica e para a sociedade os resultados alcançados; - Prestar informações pertinentes ao processo avaliativo, comparecendo a convocações, quando solicitado; - Estabelecer parcerias para realizar eventos sobre auto-avaliação; - Coordenar o processo de meta-avaliação no âmbito da Instituição; - Acompanhar os processos externos de avaliação (UFMA, 2005).

A composição da CPA contou com três representantes da Pró-Reitoria de Ensino, um representante da Pró-Reitoria de Extensão, um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, um representante da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, um representante da Pró-Reitoria de Gestão e Finanças, dois representantes de cada um dos centros, sendo um professor e um técnico, representante da APRUMA, um representante técnico-administrativo indicado pelo sindicato e quatro representantes estudantis. Ademais, houve representantes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), Secretaria de Estado de Educação. A Pró-Reitoria de Ensino entendia que a autoavaliação, por sua vez, poderia resguardar a

instituição e os seus cursos de interpretações ambíguas dos resultados das avaliações externas propostas pelo Governo Federal.

Num processo contraditório, a Pró-Reitoria de Ensino desenvolvia a expectativa da construção coletiva não só do projeto universitário, mas de projetos acadêmicos para os cursos de graduação, aperfeiçoando o planejamento por meio da auto-regulação de políticas e práticas universitárias, iniciando-se um novo diálogo entre setores institucionais, com a participação efetiva da comunidade universitária, numa abertura de espaços democráticos (Lima, 2011, p. 210).

Os servidores teciam crítica à postura de subordinação por parte da UFMA em aceitar tudo que era proposto pelo Governo Federal. A PROEN demonstrou interesse em mediar a vontade do governo com os interesses da universidade, pois acreditava que a autoavaliação poderia funcionar para firmar a identidade e gerar um movimento de participação coletiva. Todavia, ocorreu dificuldade em reunir a CPA, pois não cobria dispensa e nem era remunerado, e os servidores entendiam o processo avaliativo como uma demanda de controle a mais na instituição. Segundo Lucinete Lima (2017), a resistência por parte dos servidores vem como herança das políticas educacionais do governo anterior que exercia um controle sobre prestação de serviços, mas também veio pelos estudantes.

O processo e elaboração foi paralelo ao de sensibilização da comunidade universitária e inspirava-se nas orientações das Diretrizes e Roteiro de Autoavaliação. Uma cópia foi enviada aos setores inclusive do DCE para análise e contribuições na perspectiva de aperfeiçoamento. No debate do projeto houve manifestação organizada pela APRUMA e o DCE reafirmando que rejeitavam a proposta do SINAES com críticas à administração da UFMA. O documento foi debatido também pelos Conselho de Entidades de Base (CEB) e os Centros Acadêmicos. No movimento estudantil, a demanda era o peso do estudante nos processos deliberativos, mas também a reforma universitária.

O canal de comunicação de rádio da UFMA sintonizada na FM 106.9 *UNIVERSIDADE*, foi um espaço de debate sobre a Reforma Universitária para professores, técnicos e estudantes conforme o Ofício Radiun N° 469 de 2005. Outros centros acadêmicos como de Educação Artística realizaram atividades com mesas redondas, palestras e apresentações culturais com finalidade de discutir “O papel da Academia dentro da proposta da Reforma Universitária” (DCE - UFMA, 2005). O movimento estudantil entendia que a proposta da reforma universitária era marcada de forma ambígua, pois ao tempo que propagava inovações e avanços para universidade em forma de pesquisa e ensino, além do impulso na pós-graduação, fomentou a ampliação do setor privado voltado para um mercado profissionalizante. “Acredita-se que o REUNI, é resultado de um conjunto amplo de ações que corporificam a reforma universitária

desde o governo Lula da Silva” (Martins, 2012, 0. 59). Nesse contexto, as universidades privadas se expandiam como um negócio lucrativo que não acompanha o nível de excelência pretendido. O DCE participou do debate, mas rompeu com o compromisso por entender que a proposta não possuía características democráticas, pois do mesmo modo que as eleições internas da instituição, os estudantes tinham peso menor em voto. Assim, as práticas avaliativas nesse período, tanto nacionais quanto locais gerou disputas, desmobilização da comunidade. Contou com contradições, adesões, resistências desde o CPA.

Acervo 11 – *InformativANDES*, nº 8.



Fonte: CAHIS – UFMA, 2007.

A autoavaliação, parte desse projeto, um instrumento para instituição do governo que não tinha participação dos segmentos da comunidade universitária. Essa organização estudantil fazia parte do Conlutas, representantes que tinham sindicatos e estudantes que não eram vinculados ao Governo Lula. Em suma, o projeto da UFMA (2004 - 2006) se vinculou ao SINAES como uma política burocrática de regulação da avaliação. Embora tivesse uma intenção coletiva, o processo alarmou que não ocorria interesses compartilhados entre os segmentos as universidades, foi marcado por conflitos existentes na política neoliberal do país.

No âmbito nacional, os conflitos internos da base normativa, orientações e instrumentos, incluindo aqueles com outras legislações, as oposições ou aproximações entre o ideário neoliberal. [...]. Além disso, reproduziam-se no âmbito local as lutas organizadas no cenário nacional do Andes-SN e Conlutas, mas com menor intensidade e poder de construir um conformismo sobre o seu ideário (Lima, 2017, p. 257-258).

A prática da autoavaliação não se encontra desconectada dos projetos nacionais, mas se contextualizam nos limites e diálogos das relações internas e externas. Entende-se que o processo de autoavaliação da UFMA ocorreu sob influência dos acontecimentos internacionais, e que os avanços da instituição possuem uma tendência a adesão de programas oficiais, nisso

consiste as conexões que tramitam na tensão. O debate sobre autoavaliação possibilitou espaço para a comunidade universitária ocupar com seus posicionamentos políticos. Os estudantes posicionaram-se contra o Plano de Crescimento Acelerado (PAC) que pretendiam com essas medidas vindas do REUNI. O Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), por meio de um informativo do nº 08 em 2007 traz sobre a perspectiva. Em entrevista com o Prof. José Gomes de Menezes ele advertiu que era um produto de propaganda do governo que visava convencer a população de que as reformas neoliberais eram essenciais para o crescimento econômico do país.

O movimento indagava sobre as semelhanças da proposta do Governo Lula às de FHC.

Para ele, o momento é de construção de uma grande mobilização dos trabalhadores do setor público e privado. Precisamos combater essas reformas que tirarão direitos para impulsionar a acumulação de capital, adverte.

Há similaridades entre as medidas anunciadas com o PAC e medidas adotadas pelo governo FHC...

O PAC é uma continuidade do projeto Avança Brasil, lançado por FHC em 1999, após a mudança da política cambial e a desvalorização do Real. As obras anunciadas em seis rodovias eram previstas no Avança Brasil

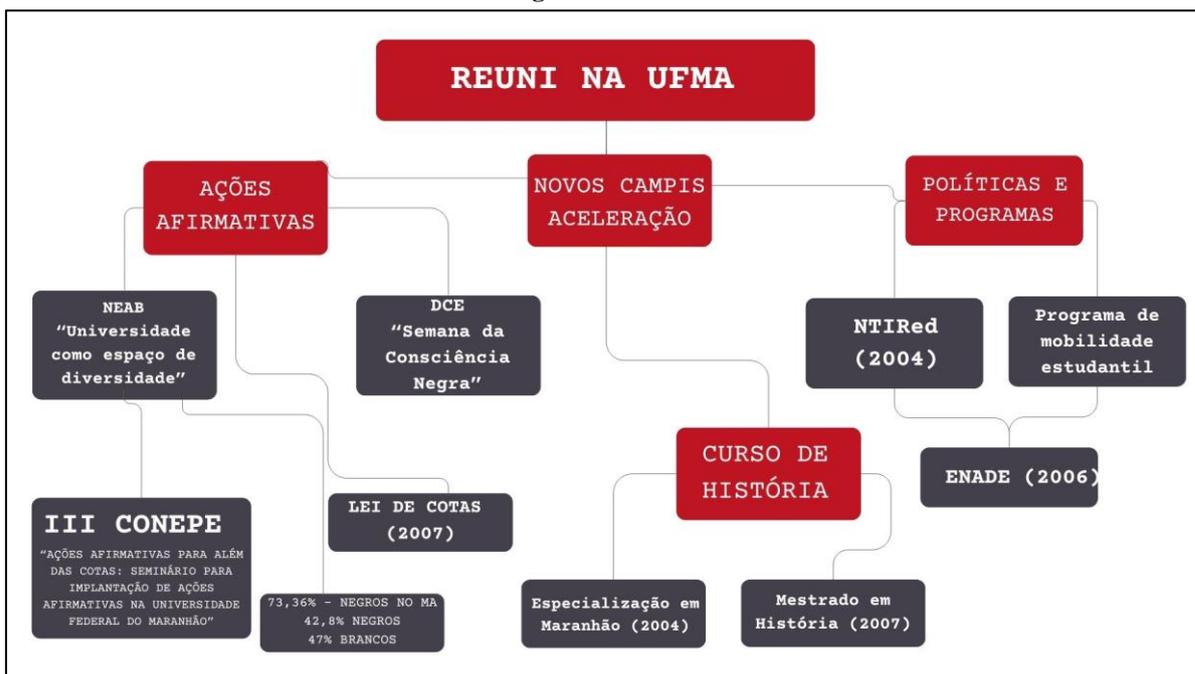
É o momento de construir uma grande mobilização dos trabalhadores. (ANDES, CAHIS-UFMA, 2007).

Observa-se que as medidas de Lula foram acontecendo de forma gradativa, e mesmo com resistências dos sindicatos, movimentos sociais, inclusive estudantes, houve mais acolhimento do que com FHC e o forte enfrentamento a sua política para o ensino superior. Diante das afirmações e contradições, cabe destacar que esse movimento apresentou um avanço na luta pela universalização da educação superior pública no Estado do Maranhão.

A interiorização trouxe possibilidade de acesso a grupos sociais que a pouco tempo estava bem distante da realidade de ocupar vaga no ensino superior pela estruturação de espaços físicos da universidade em outras cidades. Todavia, as fragilidades dos programas alarmaram a necessidade de continuar a luta em firmar melhor a infraestrutura desses campi que foram criados, com laboratórios, bibliotecas, restaurantes e transporte público. Um outro desafio é debater currículos de acordo com a realidade, e políticas mais acessíveis de ingresso e permanências dos estudantes de cada *campi*. Em São Luís, recorreu a necessidade de olhar para políticas inclusivas, ações afirmativas com maior aprofundamento, um contexto de formação das frentes.

Assim, com base na discussão que reverberou o REUNI na UFMA, observa-se tal sistematização:

Imagem 3 – REUNI na UFMA.



Fonte: A autora, 2024.

O histórico de (re) existências da UFMA evidencia a conexão global com movimentos tanto internacionais, quando nacionais e locais. Essa teia social que gere seu funcionamento desde os primeiros movimentos de fundação, envolve-a em tramas com apropriações específicas, inclui rupturas, tensões e conflitos. Fazem parte dessa relação de forças a comunidade acadêmica que aponta, posiciona, reage e se manifesta de acordo com suas concepções materiais, culturais e políticas de intersecção no meio acadêmico. A expansão com garantia de acesso e permanência na qualidade da educação pública, gratuita e laica bem como a democratização de sua gestão e políticas educacionais de valorização do magistério tanto de formação inicial quanto continuada, são frutos de reivindicações tanto de professores quanto de estudantes, técnicos, movimentos sociais e demais entidades representativas. Nesse cenário de tramas e debates, a UFMA se movimentou. Assim, criada para poucos, a (re) existência amplia sua ocupação ao longo de seus 57 anos.

3 SAUDAÇÕES ESTUDANTIS: VOZES DE ATUAÇÕES HISTÓRICAS

“Tive as melhores memórias, e eu entendo que a gente realmente precisa ocupar os espaços” (Amanda Dutra - DCE, 2024)

A atuação no movimento estudantil universitário materializa o vigor da juventude que realizou o sonho de ingressar em uma universidade federal que tem histórico de resistência, e também idealizava vivenciar a discussão política, o embate, as manifestações, as relações em um espaço que amplia possibilidades. Em cada *Saudações Estudantis* ou *Saudações Históricas*, os estudantes se conectavam por cartas, manifestações públicas, ligações ou mesmo e-mails. Estavam atentos ao que alarmava o contexto da universidade ao passo que construíam uma identidade pessoal e profissional. Sobre suas vozes, memórias, traumas e saudosismos que tratam as narrativas em análise de seis ex-discentes da Universidade Federal do Maranhão.

A transição política na passagem do governo FHC para Lula ocasiona divergência de posicionamentos entre os estudantes envolvidos no movimento, e proporciona perceber as conexões que possuíam bem como as principais bandeiras. Um movimento transitório, mas intenso e necessário para formação daqueles que estavam em um espaço regido por relação de forças políticas, sociais, econômicas e que procuravam como fonte de melhoria das condições, nos estudos. Assim, lutar deixa de ser apenas uma idealização para ser ação necessária.

As vozes ecoaram nos dois capítulos, nesse capítulo essas vozes serão latentes. Por meio de arquivos do CAHIS *Lagoa Amarela* e DCE *17 de setembro*, as entrevistas serão analisadas em forma de complementação, comparação, subversão das narrativas sobre a universidade e a relação com o movimento estudantil bem como os partidos políticos, formação acadêmica e profissional, eventos, gestões que atuaram em uma perspectiva conectada ao avanço do neoliberalismo, refletidas nas políticas educacionais, nos eventos, nos ponches e calouradas. Afinal, quais saudações trouxeram os estudantes ao rememorar essas passagens? Cada fala: memórias, efervescências, saudosismos, lágrimas, alegrias, raivas, resquícius dos estudantes que foram/são ao seu tempo presente.

3.1 CAHIS *Lagoa Amarela* e DCE *17 de setembro*: presente na UFMA!

O movimento estudantil universitário possui uma estrutura organizacional representativa e institucionalizada que os conectam em seus diversos espaços de atuação, principalmente na base de formação cujo descende, estimula e se consolida suas reivindicações: a universidade. Como rememorou a estudante Leide Ana Caldas sobre sua trajetória vida,

“Então, muita coisa eu aprendi, por exemplo, na universidade, várias coisas mesmo, questão de como ser humano, questão de ética, questão de respeito. Muitas coisas eu já vinha, mas lá, umas eu desconstruí, outras eu reforcei, outras eu construí”.¹²³ O Centro Acadêmico (CA) ou em alguns casos, Diretório Acadêmico (DA) representa os estudantes de seus respectivos cursos em assuntos internos, mas conectados às demais escalas do movimento. Como representante máxima nesse espaço, encontra-se o Diretório Central dos Estudantes (DCE), com a função de representar todos os estudantes em frentes de decisão tanto nacional quanto local, como a hierarquia administrativa da universidade. Um espaço de acolhida e também de inserção no movimento, como retratou o estudante Frederico Mecnas, “Então, a galera do primeiro semestre fazia parte desse movimento estudantil. Quem nunca fez parte do movimento estudantil era acolhido. Quem já fazia, ele normalmente ia buscar o seu lado, entendeu?”.¹²⁴

Na UFMA, tanto o DCE quanto o CAHIS em análise, localizam-se no Campus Bacanga, em São Luís. A princípio com um caráter recreativo, tais entidades estudantis alarmaram sua existência enquanto sujeitos históricos da educação e demonstraram sua relevância nas passagens de luta pelo ensino superior no Brasil, ademais no Maranhão. Assim, assumiu um caráter político de movimento.

Em sua história, os efeitos do movimento estudantil (ME) caracterizam-se pela efervescência política e por constantes mobilizações na história do nosso país, cujas universidades, escolas, ruas e praças tornaram-se palcos privilegiados de expressão de inúmeras manifestações públicas. Seu forte conteúdo crítico, sua permanência e sua capacidade de estar sincronizado aos principais acontecimentos nacionais marcados pelas lutas em defesa da democracia, dos interesses populares e da educação ocupam no país um importante lugar de memória (Costa, 2014, p.16).

Nos anos 90, o movimento estudantil assumiu um engajamento mais diversificado, com lutas individuais, e em prol da defesa do ensino público como maior bandeira estudantil. No contexto da redemocratização, marcou na luta pelo *Impeachment* do Presidente Collor em 1992, impulsionando esse processo, como também se percebe que o vigor em prol da educação mais inclusiva continuava sendo a bandeira oficial, ainda mais enfatizada diante das ameaças de privatização do ensino público no Governo FHC. A estudante Nila Michele retratou um reflexo do contexto social da época ao retratar que, “Então, a época, e isso já nos finais de 90, né? Na época, o filho do pobre, ele precisava trabalhar”.¹²⁵ Instalou-se nas universidades

¹²³Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹²⁴Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹²⁵ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

processo de privatização interna, dos setores que gerem o funcionamento como vendas de projetos, cursos pagos.

Essas fundações agridem frontalmente o caráter público da universidade, desvirtuando as suas atividades-fim: de ensino, pesquisa e extensão, que passam a ser dirigidas cada vez mais pelas necessidades do chamado mercado do que pela lógica da produção de saber e do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural (InformANDES CAHIS-UFMA, 2006).

Por meio do acervo do CAHIS *Lagoa Amarela* foi possível observar repercussão sobre o *Provão* onde os estudantes discutiam os impactos da efetivação do modelo de avaliação, e nas demandas sobre a luta pela terra agravada com a Lei de Terras¹²⁶ do Governo de José Sarney onde o DCE convocou para organização de campanha com manifestação de Santa Rita à São Luís. A carteirinha da UNE com direito à meia entrada em estabelecimentos também se fez presente. Em suas movimentações costumavam encerrar com *Saudações Estudantis*.

O estudante Frederico Mecnas rememorou o tempo de transição dos anos 90 para 2000 destacando que conviveu com turma que vinham de 97, 98 e 99 na UFMA. Ao destacar como realizavam a organização das chapas, priorizando colocar estudantes dos primeiros períodos. Esse movimento no CAHIS *Lagoa Amarela* também era de acolhida aos estudantes que chegavam no curso de História e de permanência do contato entre os períodos.

Esse período, como ele foi um período muito... Você criou uma onda de pessoas. Colocando uma pessoa sempre do primeiro semestre. Então, todo mundo que entrava, o centro acadêmico que entrava, fazia questão de estar com a galera do primeiro semestre [...]. Então, a galera do primeiro semestre fazia parte desse movimento estudantil. Então, a gente pegou, dois, vamos botar aí, dois anos antes da gente, de 97 até 99, a galera colou muito. E até 2005, que foi o ano que eu saí, esses anos, entenda né, 99 a 2005, mas eu tô falando assim, era um pouco uma galera que ainda tava no curso 97, que era de 97, esse 97 a 2005, todo mundo se fala.¹²⁷

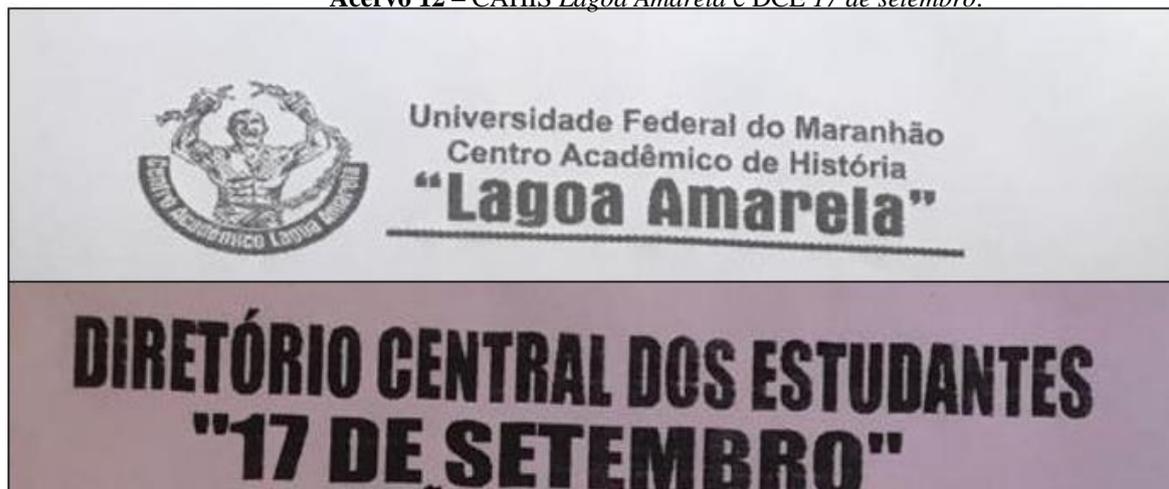
Na passagem para os anos 2000, tanto o DCE *17 de setembro* quanto o CAHIS *Lagoa Amarela* apresentam em seus acervos, memórias de pautas conjuntas que refletem o contexto

¹²⁶ Ver Neto, R. A. (2022). A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO: A “LEI SARNEY DE TERRAS” E A RESISTÊNCIA CAMPONESA. *Entropia*, 5(9), 147–164. Recuperado de <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/332>. “Em 17 de junho de 1969, o então governador do Maranhão José Sarney aprovou na Assembleia Legislativa do Maranhão a Lei Nº 2.979, conhecida como “Lei Sarney de Terras”. A justificativa para a sua aprovação era a modernização do estado, que vivia o mito político do *Maranhão Novo*. Assim, as terras devolutas do estado, ocupadas há séculos por posseiros e povos tradicionais, foram mapeadas e postas à venda pelo governo, visando tanto permitir o avanço dos capitalistas quanto desmobilizar os movimentos sociais. Isso provocou a invasão de terras camponesas, assassinatos de posseiros e pistoleiros, a insurgência de organizações sociais e sindicais, prisão de lideranças populares e forte repressão do governo. Os camponeses resistiram de várias maneiras...! Nessa arena, dois maranhenses lideraram projetos opostos: José Sarney e Manuel da Conceição”.

¹²⁷ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

da época e se conectam em uma teia do movimento estudantil universitário. As entidades representativas como DCE e CAs transitam entre demandas internas e externas ainda que tenham seu território de atuação delimitados, há um envolvimento em outras esferas. Era retratada a circularidade das entidades pelas esferas de atuação tanto na UFMA com as nacionais quanto internacionais, em uma teia de relações. Assim, tais cabeçalhos,

Acervo 12 – CAHIS Lagoa Amarela e DCE 17 de setembro.



Fonte: CAHIS-UFMA, 2000.

Em entrevista, os estudantes Amanda Dutra e Marlon Bruno são as conexões de referências, enquanto a primeira participou do DCE, o segundo não foi institucionalizado, mas articulou com o CAHIS e com o DCE também de tal forma que ao serem questionados sobre as memórias,

A gente estava montando, a gente organizou a chapa mesmo depois do DCE, mas foi logo após, foi em 2006 também. E assim entrei no DCE, a convite dos que já faziam movimento há mais tempo.¹²⁸

Do diretório (Centro Acadêmico de História), eu lembro muito bem que as principais discussões... Eu lembro que a gente discutia muito a questão dos professores-substitutos [...]. Eu estava sempre lá, conversando com as pessoas. Eu estava sempre conversando com a galera do Jornalismo, que é lá onde eu conheci a Amanda (Dutra). *(grifo nosso)*.¹²⁹

Em 2004, o estudante Frederico Mecnas, destacou a parceria entre as entidades ao organizar que as verbas de curso alcançassem os diversos campus.

¹²⁸ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

¹²⁹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

O DCE, Centro Acadêmico de História e os outros centros acadêmicos, a gente conseguiu fazer com que a verba, com essa eleição em 2004, ela começasse a ir para os cursos. Entendeu? Porque a gente fez com que os professores, e aí não é só o Centro Acadêmico de História, se enrolou na UFMA toda. Educação Física, já tinha uma organização boa, melhorou muito, teve cursos de pró extensão, de extensão.¹³⁰

O processo eleitoral ocorria conforme o Regimento Eleitoral a cada ano com formação de comissão eleitoral que mediava a passagem da gestão para a chapa eleita. Conforme o regimento, deveria existir uma disputa eleitoral com obrigação de elevar e engrandecer o movimento estudantil com respeito entre os eleitores estudantis. A gestão eleita deveria zelar pela democracia, contribuir com a educação e o melhoramento do entendimento político dos estudantes. Ocorria com o voto secreto e direto. As eleições deveriam escolher tanto uma gestão quanto representante do Colegiado do curso e também representantes das Assembleias Departamentais. Com relação à eleição do DCE *17 de setembro*, a estudante Leide Ana Caldas contou que costumava se prolongar o tempo de eleição, muito pela tensão gerada pelos estudantes que tinham relação com partidos políticos, “Era muito forte a presença do PC do B, do PT e do PDT. Havia uma tensão. Inclusive no DCE, as eleições, meu Deus, eram até duas horas da madrugada. Sabe eleição? Eu nunca fiquei até duas horas, mas eu cheguei a ficar até onze. Eu e Fred”¹³¹. Embora as entidades, por meio da fala dos estudantes, tenham falado em “apartidarismo”, percebe-se que tinham tendências que de vez em quando se sobressaía.

Documentos e fichas de inscrição foram localizados, com existência mínima de 7 (sete) chapas de 2000 a 2007. Por meio das fontes escritas e orais, foi possível mapear algumas das gestões que estiveram à frente do CAHIS *Lagoa Amarela*. Dentre elas:

Tabela 6 – Gestão do CAHIS *Lagoa Amarela* 2000 a 2007

ANO	GESTÃO
2000	HistoriAção
2001	HistoriAção
2002	Bota pra Moer
2003	Lutando Por Uma Outra História
2004	Reação
2005	-
2006	Fazendo História
2007	Informação, Interação e Ação

Fonte: CAHIS-UFMA, 2000-2007.

¹³⁰ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹³¹ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

Conta a estudante Nila Michele que o motivo da “Bota pra Moer” foi uma confusão em uma movimentação estudantil onde um estudante se deparou com a polícia, pegou a bandeira e disse “Botapramuê”¹³². A partir das fichas de inscrição da comissão eleitoral, foi possível observar que os cargos eram divididos em dois coordenadores, representante de secretarias como: secretaria geral, secretaria de finanças, secretaria de esportes, secretaria de imprensa, secretaria de assuntos estudantis, secretaria de cultura, secretaria de formação política e secretaria de memória. Conforme a estudante Leide Ana Caldas, “[...] Na verdade, o Centro Acadêmico em si tinha essa organização, secretaria, presidência...”¹³³ Um representante para participar do colegiado de curso e outro para assembleia de curso. A estudante Nila Michele relembrou os cargos da gestão que fez parte bem como os estudantes que ocupavam,

Sim, cada um tinha um cargo. Cada um tinha um cargo. Eu sei que eu era coordenadora. A Irisnete era outra coordenadora. Tinha Tesouraria, era a Roger. Não sei dizer todo mundo. Eu sei que Assuntos Políticos era Renildo. Memória, ela era Luana. Secretaria de Assuntos Políticos, Renildo. Secretaria de Memória, ela era Luana. A secretaria de esportes era a Hélio, que também sempre organizou os times, havia um campeonato de futebol. Inclusive, outro dia, gente, olha como é que são as coisas [...]. Dois coordenadores, um secretário-geral, aí tesouraria. Memória, esportes e política.¹³⁴

Costumam organizar diversos eventos como encontros estudantis, jornadas, fóruns, chá histórico, cine história, ponche histórico, calouradas, feijoada histórica, entre outros. Produções como impressos estudantis, cartas de comunicação interna e externa, folders, ofícios, circulares, banners, uma diversidade de fontes, inclusive arquivadas no *CAHIS Lagoa Amarela*.

Segundo Frederico Mecnas, tanto ele quanto as estudantes Leide Ana Caldas e Nila Michele participaram da gestão “HistoriAção”. O estudante reafirma os cargos que possuíam na entidade,

Cara, Lúcia, que foi aquela que eu te falei que faz secretariado-geral, a Nila, que ela vai fazer parte, se eu não me engano, ela é a operadora do centro acadêmico seguinte. Luciano, Alisson... Vamos lá, vamos começar [...]. Ele põe um movimento que ele fez, como a gente fez a ideia de ter um centro acadêmico aberto, a gente tinha os cargos, tinha a galera, mas a gente reabriu plenária. Então, muitas vezes, a gente pegava as propostas das pessoas e botava pra rodar, entendeu? Não tinha muito, sabe, os nós decidimos por nós. Não, pelo contrário [...]. A Leide, eu acho que deve ter feito... A Leide, nós fizemos cadeiras juntas.¹³⁵

¹³² Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

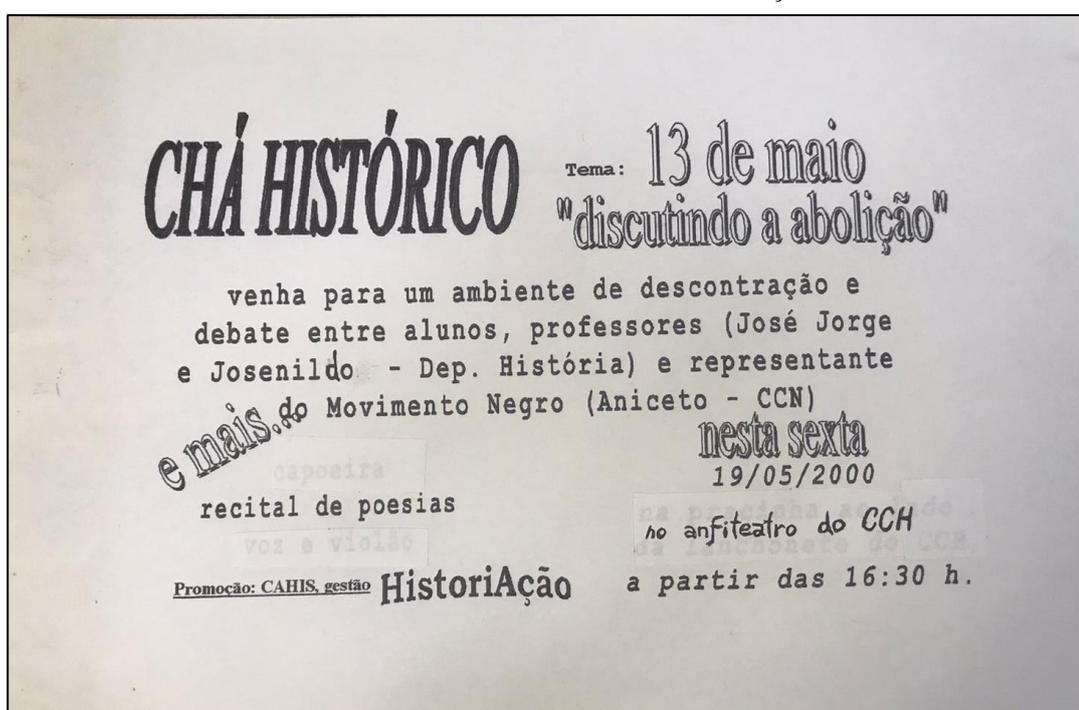
¹³³ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹³⁴ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹³⁵ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

A gestão “HistoriAção” teve como secretário de memória, o estudante Frederico Mecnas. Contou que foi o primeiro secretário de memória da corrente dos Verde. “A minha função primeira era a organização desses documentos. Porque tinha muita, cara, tinha muita coisa que estava solta, perdida”¹³⁶. Nos anos 2000 atendiam por e-mail, como exemplo da gestão “HistoriAção”: “cahis.ufma@zipmail.com.br”. Dentre os documentos estavam fotos da época, e o *Chá Histórico*, evento mapeado no arquivo e realizado pela gestão com intuito de fomentar a discussão sobre Abolição da Escravidão.

Acervo 13 – *Chá Histórico*, HistoriAção.



Fonte: CAHIS – UFMA, 2000.

Para além de partidos políticos, os três estudantes lembraram que existia uma outra forma de organização política, duas vertentes que concorriam ao cargo no CAHIS *Lagoa Amarela*: os Rosa e os Verde. Uma forma de reafirmar o apartidarismo que afirmam existir naquela época, mas também uma representação de ideologias no curso. Havia quem se identificava com uma cor ou outra. Segundo Leide Ana Caldas, os Verdes eram os mais radicais, aqueles que lutavam pelas questões enquanto os Rosa eram estudantes “pelegos”. Nila Michele confirma memória e conecta os Rosa aos partidos políticos. Frederico Mecnas associa os Rosa a estudantes alinhados às bandeiras LGBTs da época. Os três se identificavam com os Verdes.

¹³⁶ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

E aí, é interessante que tinham dois movimentos no Curso de História, acho que tu já ouviu isso, que eram os verdes e os rosas. Eu me identificava com os Verdes, que eram os mais radicais, os que brigavam. Aí o pessoal até tinha um estereótipo de preconceito, os Rosas com os verdes, que era de pelego, o que fosse. Uma galera mais desconstruída, mais radical, mas e Rosas? Os Rosas, eu diria. Classe média, os branquinhos, os que... Eu posso até estar sendo injusta, mas se tivesse uma oportunidade de dialogar com a reitoria, de não ir para o conflito.¹³⁷

Tinha dois grupos políticos no curso de História. Um que eles chamavam de verdes, que era a galera mais radical, ligada ao PSDU, ao PT. E uma galera que era ligada mais ao PSDB, ao PDT, que era chamada de rosas. Porque um dos líderes deles era gay. Então, ficava nessa briga de verdes. Isso era o papo que se dizia. Tu viu a briga, tu viu os conflitos? Não. Mas eu vi um grupo dizendo que tinha. E que eles vinham com uma terceira proposta.¹³⁸

O movimento Rosa era muito LGBT. Em termos de componente. Então, muita galera do LGBT que achava importante o que o Rosa estava fazendo, mas que achava que o Rosa estava levando para um lado que não era interessante, vieram apoiar a gente. Então, a gente ganhou a eleição porque, literalmente, a gente partiu do princípio de todo movimento de esquerda. Nós, por sermos movimentos de esquerda, representamos base. Nós não representamos só os ideais. Não adianta você só pensar naquilo que você defende enquanto ideal. De esquerda, você defende o ideal que traga resultado para os seus. Não adianta só você defender o ideal ou só defender os seus. Se você depende dos seus, é corporativismo.¹³⁹

Nota-se que havia uma aversão ao partidarismo quando ligado ao movimento estudantil, então ressaltam que faziam campanha de chapa que fosse contra a intervenção de partidos no movimento “Então, assim, eu acho, um olhar sobre o movimento estudantil, eu acho que eu posso dizer o seguinte, com esse discurso de apartidarismo, que eu acho que fez muito parte do contexto da época [...]. Nessa época de 99, 2000”¹⁴⁰. Formaram chapas com integrante que repudiavam questões partidárias priorizando as demandas do curso, segundo Nila Michele. “Sim, mas era um movimento estudantil ligado ao externo. O que esse papo vinha para mim, que eu estava chegando, eu estava ouvindo, era que querem os alunos do curso de História para discutir questões. Apoiar vereador fulano de tal [...]”¹⁴¹. De tal forma que venceram o pleito com esse discurso, como ressaltou Leide Ana Caldas que cumpriu um cargo de secretaria de imprensa. O ideal que pretendiam articular, segundo as narrativas, era uma gestão que se inteirasse e promovesse um funcionamento de qualidade do curso de História para os estudantes além de questões políticas externas. Então as narrativas pairam sobre as demandas internas embora reflitam questões externas.

¹³⁷ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹³⁸ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹³⁹ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹⁴⁰ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁴¹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

O estudante Frederico Mecenas destacou que muitos estudantes utilizavam o envolvimento no movimento estudantil como “trampolim” político tanto no CAHIS quanto no DCE. Esse ponto reitera o movimento como um espaço que promove a inserção de muitos estudantes na carreira política.

Uma galera dessa época se lançou candidato, o Diogo, que era de Geografia e de História, foi candidato a prefeito. O Diogo foi depois, posterior a gente. Ele era do Verde, foi do PSTU, foi candidato. Então, essa galera do DCE, eles tinham mais... com o por serem, do PCdoB, essa ligação mais partidária. Eles tinham essa ideia de usar os centros acadêmicos, o DCE, o Movimento estudantil, como trampolim eleitoral. Eles faziam muito isso.¹⁴²

Segundo Marlon Bruno, ao perceber que isso causava uma tensão nos movimentos, “Que, infelizmente [...] hoje nós entendemos que muita gente se aproveita politicamente desses movimentos, infelizmente, para poder aparecer, para poder crescer e uma série de outras coisas”¹⁴³. Então, embora tivessem vínculos, havia um discurso de afastamento dos ideais de partidos políticos, pretendiam pensar internamento, fazer a movimentação do curso. Com relação a essa organização identificada por cor, foi relatado que existia em diversos centros acadêmicos, inclusive também no DCE com suas individualidades. Para Frederico Mecenas, o DCE *17 de setembro* tinha uma tendência para os Rosa, enquanto os Verdes era mais um movimento espontâneo sem incentivos financeiros. As disputas políticas causavam tensões entre o DCE e demais centros acadêmicos que era oposição, mas reitera que isso não deveria influenciar nas práticas,

Você podia ser discordante, você tinha que ter essas relações, mas quando você falasse com o estudante, você estava lidando com o estudante, [...] Então, nesse período, que vai ser em 2001 até 2004, vamos colocar assim, 2001 até 2004, o centro acadêmico, eles continuaram ganhando eleições. Eu voltei para o Centro Acadêmico em 2000, 2002. Quando a gente voltou em 2002, por exemplo, a gente já apoiou a Chapa [...]. Foi um cara chamado Bruno. Ele teve a mesma ideia que a nossa [...]. le saiu de curso em curso perguntando quem queria participar do movimento estudantil. Ele não montou uma chapa só indicada. Ele foi de curso em curso, aí explicou, fez plenárias dentro do Centro Acadêmico. Então, quando ele fez esse movimento, aí a gente encontrou o Centro Acadêmico, puxamos uma plenária e decidimos que apoiaríamos, o curso [...] Então, você me perguntou naquela hora. Eu confundi o mandato, foi em 2001 ou foi em 2002? É, em 2002. Mas em 2001, eu não estava dentro do centro acadêmico, mas eu fazia parte dessa dessa galera que dava suporte para o centramento que acontecia, entendeu?”¹⁴⁴.

¹⁴² Entrevista realizada com Frederico Mecenas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹⁴³ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

¹⁴⁴ Entrevista realizada com Frederico Mecenas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

Com relação à estrutura do CAHIS *Lagoa Amarela*, o estudante Frederico Mecnas lembrou que compraram uma fotocópia para que funcionasse uma xerox na sala “Retomamos o espaço do Centro Acadêmico” como estratégia de obter verba tendo uma vez que não vinha recursos destinados ao funcionamento da entidade “[...] mas o fato da gente poder utilizar o espaço da forma que a gente achava interessante, os professores voltaram a colocar as pastas deles no curso de História”¹⁴⁵. Conta Leide Ana Caldas que possuíam uma sala e que funcionava a xerox com espaço de estudos, luta da gestão para consolidar, “Por exemplo, quando a gente entrou, não tinha ninguém, não tinha xerox de História. Nessa, na base”.¹⁴⁶As reuniões eram feitas na sala e em outras do CCH, “Então, porque os centros acadêmicos, na verdade, tinham essa... a conjuntura era essa, era uma característica da época, né? Não sei se ainda é assim. Mas o centro acadêmico era onde era a xerox. Que era uma forma da gente, né, ter acesso. O professor deixava lá o livro, a xerox e tal”¹⁴⁷. A estudante Nila Michele era coordenadora geral.

Então, assim, vamos arrumar um espaço, vamos botar uma mesa, fechar aqui, esses pedacinhos, essa salinha. Não é a sala da Xerox, é a sala do Centro Acadêmico, só que a gente tá partindo, possibilitando um pseudo aluguel, que era completamente informal, porque não era permitido, mas para que a gente garantisse aí uma xerox para os nossos alunos. Inclusive, a gente teve que fazer isso já na minha gestão, a gente teve que falar com o professor, professor, tira a pasta lá do CA de Filosofia para botar lá no de História e tal [...].¹⁴⁸

A gente usava muito a questão da criatividade. A gente fez fanzinhos para ser nossos panfletinhos. Eu até costume guardar, porque eu tinha essa preocupação com a memória”. Segundo a estudante Nila Michele, remodelaram a sala do centro acadêmico, compraram as pastas, pois estava “tudo bagunçado”, fizeram certificados, declaração para quem participou do centro acadêmico. Assim, seguiam articulando com assembleias e reuniões com tensão e reivindicação “Então, não necessariamente você tava lá o seu nome, burocraticamente, na gestão, mas tinha um apoio. “As assembleias eram maravilhosas. Muita tensão, muita briga [...], A gente brigou quando colocaram o sexto período lá no sexto bloco. Pô, ficou longe...”. Defendiam a proximidade para evitar dispersão”¹⁴⁹. Ainda com resistência de alguns professores, conseguiram dar continuidade à ideia. Essa composição de ideia teve continuidade em três gestões que eram compostas de estudantes efetivos na gestão e outros de apoio.

¹⁴⁵ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

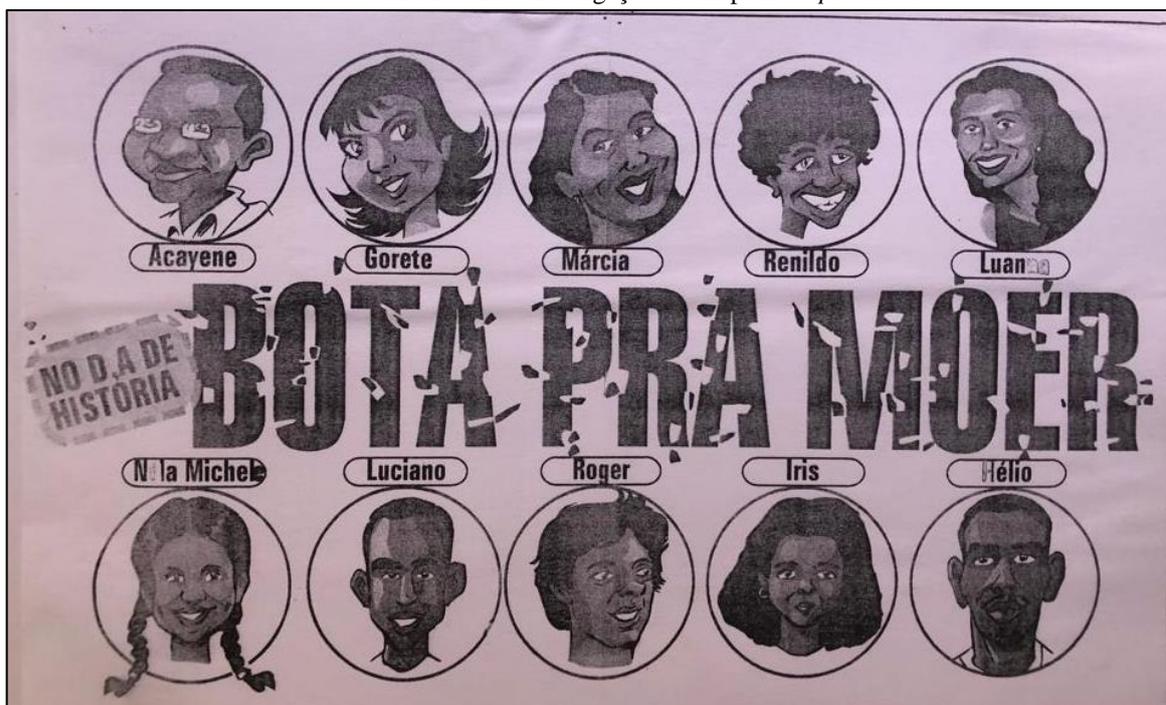
¹⁴⁶ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁴⁷ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁴⁸ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

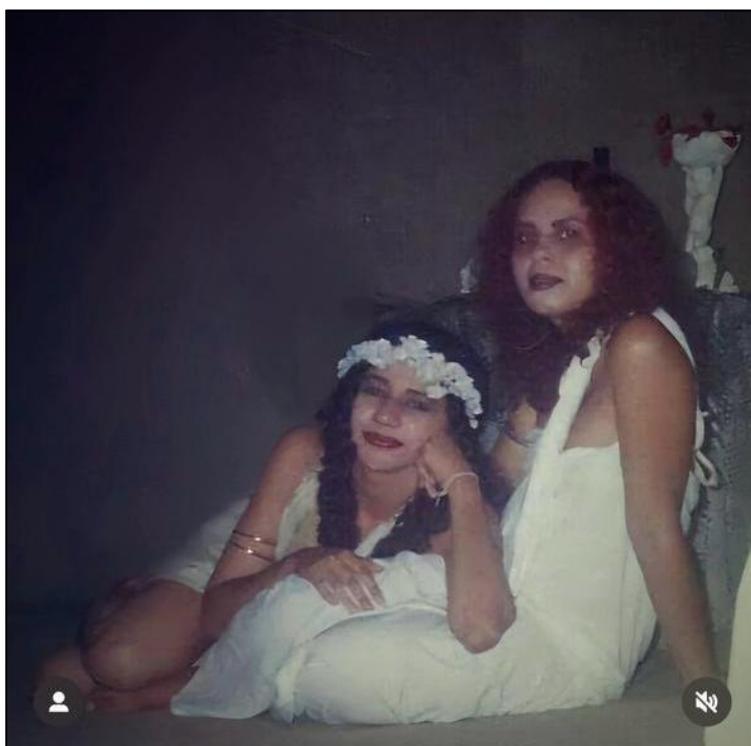
¹⁴⁹ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

Acervo 14 – Divulgação da chapa *Bota pra Moer*



Fonte: CAHIS-UFMA, 2002.

Acervo 15 – Peça Teatral, gestão *Bota pra Moer*.



Fonte: Arquivo pessoal de Leide Ana Caldas.

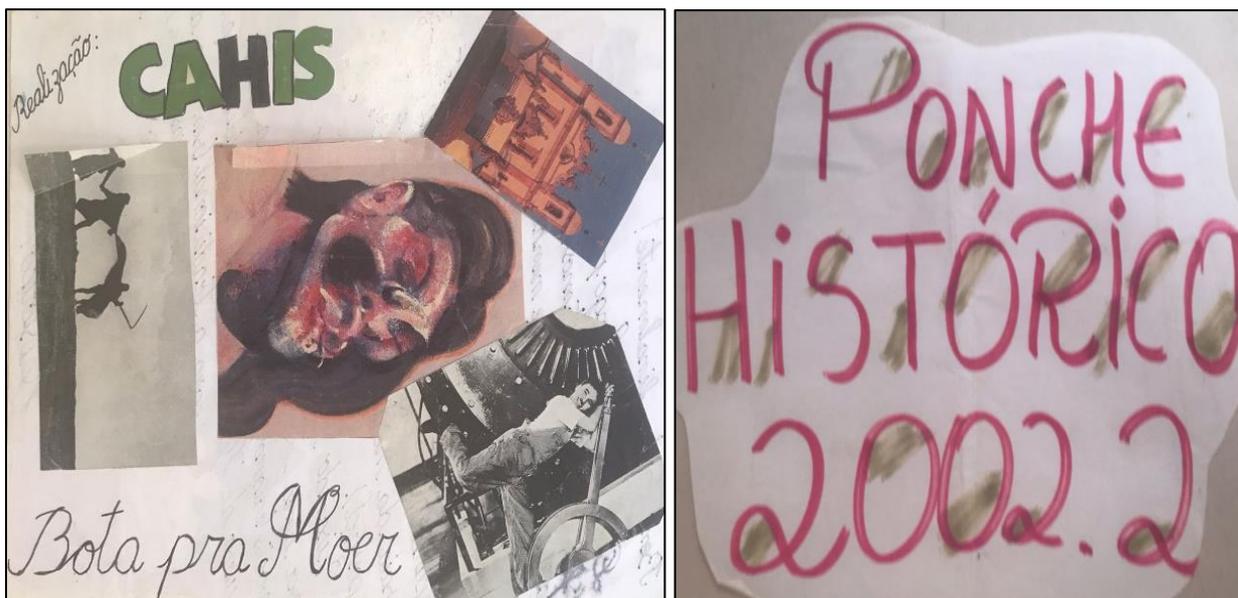
Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C8-eS9Vp940/?igsh=Znd0djRvdmNrZnQ=> . Acesso: 24/10/2024.

A gestão *Bota pra Moer* foi uma continuidade tendo o mandato prolongado por conta da greve. Organizou boa parte do acervo do CAHIS *Lagoa Amarela* “A gente fez lá, inclusive,

um cartazinho de caricatura. Em 2002, sob gestão da *Bota pra Moer*, o CAHIS *Lagoa Amarela* realizou uma série de eventos. Realizavam cantoria, tinha peça teatral. A estudante Leide Ana Caldas relembra uma peça chamada *O elogio da loucura* que retratava a deusa do fogo, onde receberam convite para apresentar no Auditório Central, mas desistiram da ideia. Sobre isso, registro do acervo pessoal da estudante Nila Michele à direita e Leide Ana Caldas à esquerda, “[...] essa aqui foi uma peça que a gente fez para a Semana dos Calouros. Esse aqui eu acho que foi em 2000, 2001, uma coisa assim. A gente fez o *Elogio à Loucura*”.

O *Ponche Histórico* também era uma prática recorrente nas gestões com objetivo de revitalizar e promover a integração entre veteranos e calouros. Era uma espécie de ritual com vinho, segundo Leide Ana Caldas, eram bastante famosos os do curso de História. Fazia parte das festas promovidas pelas entidades estudantis desde sua fundação, uma forma de ajuntamento com uma bebida preparada pelos próprios discentes, mas também de engajar os estudantes à movimentação política.

Acervo 16 – Ponche Histórico, gestão *Bota pra Moer*.



Fonte: CAHIS-UFMA, 2002.

Relembra Leide Ana Caldas e Nila Michele, “Os ponches, né, de história eram muito famosos, todas de História. E aí, a coisa do ponche, o ritual, né, de fazer o vinho¹⁵⁰. O que a gente fazia era um ponche de história, o famoso ponche de história. Então a gente juntava

¹⁵⁰ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

dinheiro, saía o dinheiro da própria gestão, que fora o dinheiro que saía da gestão”¹⁵¹. Realizavam em toda semana de calouro como forma de receber, aconteciam como encerramento da semana do calouro. Chamavam os estudantes que tocavam e cantava, realizavam as festas. O convite, nesse período, foi feito manualmente com colagens.

Adquiriram um balde para produzir os ponches históricos.

Acervo 17 – O ponche, estudantes.



Fonte: CAHIS-UFMA, 2002.

Como programação de recepção dos calouros, após cinco meses de paralização da UFMA, realizaram o ponche. Pela chamada foi possível observar que a universidade estava densa “Estamos retornando e esperamos que nenhum clima de apatia nos contagie (Tá difícil né?). Mas é necessário que cada um cumpra o seu papel de apoio, vontade para que a universidade reviva. Aos calouros, a chamada “Participe! Não é mentira” (Convite CAHIS-UFMA, 2002). Outras festas como calouradas também eram recorrentes.

A gente começou a ter, por exemplo... A gente retomou, porque sempre teve as calouradas e as festas, né? A gente retomou a discussão de que os dinheiros das barracas tinham que ser destinados aos centros acadêmicos, não ficar tudo com o

¹⁵¹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

DCE. Tinha que ser, vai ter festa junina, então que cada centro acadêmico se disponha a fazer parte. Eles não queriam, pra eles, eles definiam quem iria trazer. Não, se é DCE, a Central Estudante, se essa verba vai pro DCE, ela tem que ser repartida também pros outros.¹⁵²

A receita, lembra que era uma mistura de frutas e tudo que diziam ser secreta regada a vinho. “Compramos um balde. O famoso balde. Foi na minha gestão que a gente comprou o balde. Por que comprou o balde? Porque o curso de história não fazia calourada”.¹⁵³ Explica a estudante Nila Michele que foram em uma tarde comprar uma panela, mas estavam muito caras, então indicou que fosse um balde, afinal não iriam cozinhar, e ele vinha com tampa.

[...] era vinho, vinho... aqueles garrafões de vinho *São Brás*, o *Psiu Teen*, fruta, abacaxi, uns sucos, misturava e dava o dia. E não havia a dança como acontecia nas calouradas, mas era realmente um momento muito gostoso das pessoas conversando, ouvindo, brincando, rindo, atrapalhando as aulas dos outros. E aí o ponche era dado. Era onde comprava os copos e saía distribuindo. A gente fazia lá, no espaçozinho da cozinha do CCH, que é onde tem ali, hoje eles entregam o *Data Show*, tem um carrinho. A gente botava esse balde nesse carrinho, enchia, botava várias bebidas. Vou dar um segredo aqui, botava *Psiu Teen* pra poder dar mais sustância, dar mais volume, né? [...] era vinho, vinho... aqueles garrafões de vinho *São Brás*, o *Psiu Teen*, fruta, abacaxi, uns sucos, misturava e dava o dia.¹⁵⁴

Nesse sentido, as festas acadêmicas historicamente estabelecidas faziam parte da rotina estudantil, entre aulas, ocupavam os espaços para momentos de descontração. O CCH era palco das atividades que ocorriam logo após as aulas na UFMA, no espaço próximo à cantina. Abaixo, a produção da bebida que era distribuída gratuitamente, com participação de diversos cursos. Para além dos ponches, havia a extensão da boemia no *Bambu Bar*, um bar que fica às adjacências do campus da UFMA. Conta que antes mesmo de estudar na UFMA, já queria conhecer o bar, pois ouvia pela rádio universidade. Relembra que a principal bebida era *São Brás*, acessível e que fazia parte das festas acadêmicas.

Cara, uma das melhores coisas que eu fiz na universidade foi conhecer o Bambu. Eu quis ir lá. Eu disse, eu quero conhecer o Bambu, e fui. Depois eu virei, assim, prata da casa. É interessante porque tinha a sinuca, cerveja, e quando a gente não tinha dinheiro, comprava uma cachaçinha que tinha do lado, de cravinho. Aí comprava, comecei a fumar também, o cigarrinho, o retalho. Geralmente a gente não tinha dinheiro, então comprava vinho, *São Braz*, [...] No bambu, tinha essas tretas, assim, o pessoal de química, de exatas eram muito, eles lá, humanas aqui.¹⁵⁵

¹⁵² Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹⁵³ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁵⁴ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁵⁵ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

Nesse espaço acontecia as festividades dos cursos, era caminho dos restaurantes, mas também as tensões entre as ciências.

Acervo 18 – Ponche Histórico no CCH.



Fonte: CAHIS – UFMA, 2002.

Como socialização e comunicação, o CAHIS *Lagoa Amarela* produziu impressos, dentre eles: *Sobre História* e *Papyrus*, outro como *Risoleta News* circulava textos de sátira, crítica e exposição tanto dos estudantes quanto dos professores. Além de informativos sobre funcionamento do curso, como departamento, e textos produzidos pelos estudantes, o impresso veiculava de forma anônima sobre situações extremas e íntimas da comunidade acadêmica do curso. Nesse, constava as *Saudações Históricas* sobre a revitalização do Núcleo de História, que conforme o estudante Frederico Mecenias, sua fundação foi por volta de 2002 com apoio da Profa. Marize de Campos¹⁵⁶, em meio a discordâncias, ele enfatiza que houve extrema participação da professora.

Mas o Núcleo de História sai, se não me engano, em 2002. Quem apoia muito o núcleo de história, a montagem do Núcleo de História, é a professora Marize. Apesar de, na época, a gente não concordar muito com o jeito com que ela lidou com a... Quando eu

¹⁵⁶ Profa. Dra. Marize Helena de Campos, professora efetiva do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória - UFMA) Área de concentração: Ensino de História - Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1121119695020091>.

falo a gente, a gente é essa galera, né? Com o que ela lidou com a convocação dos estudantes que fariam parte do núcleo, independente disso, ela foi uma pessoa que botou muito quente para que aquilo funcionasse, entendeu?¹⁵⁷

Os impressos estudantis bem como cartas abertas ou materiais de circulação escritas são fontes de comunicação entre os acadêmicos, veiculam assuntos internos, textos científicos e trazem movimentação do curso. Havia um estereótipo da estudante de Humanas, em forma de cartas abertas. “Sandália de couro, mina de humanas, bolsa de crochê, não sei o quê. Cara, interessante. Até hoje a gente não sabe quem fazia isso. Não, eu desconfio pelo menino de Filosofia”. Em 2004 existia o informativo *Papyrus*, assinado pelo CAHIS *Lagoa Amarela*, comprometido em ser a voz dos estudantes de História.

Acervo 19 – Impressos: *Sobre História* e *Papyrus*.

Sobre HISTÓRIA
Publicação do CAHIS
São Luís, novembro 2002
número 01

Revitalizar o Núcleo de História

Prof. Msc. Marize de Campos DEHIS UFMA

No decorrer das discussões que antecederam as eleições para chefia de departamento e coordenação do curso de História, um assunto mereceu atenção especial: o Núcleo de História. Coloquei então meu nome à disposição para que pudéssemos, eu, Prof. Wagner Cabral e Prof. Manoel Barros e todos os alunos que assim desejarem, em trabalho conjunto revitalizar o Núcleo e fazer valer as propostas contidas em seu estatuto.

Infelizmente não sabemos mais o que é o Núcleo, para que exatamente ele serve, em que horário funciona, o que oferece em termos de acervo etc... etc... Agora, é chegado o momento de mudar essa situação. O Núcleo, penso eu, deve ser nosso espaço de estudos, de pesquisas, de debates de monografias, de debates científicos enfim de tudo o que possa nos ajudar a crescer academicamente falando. Para isso será necessário de imediato uma reunião, que em breve será marcada, aberta com a participação de todos que pretendem colaborar nessa tarefa de arrumar esse que é nosso local. Conto com vocês!

“O outro Brasil que vem aí”

Gostaria de iniciar esta análise refletindo sobre um poema de Gilberto Freyre curiosamente intitulado “O outro Brasil que vem aí”, escrito em 1926. Isso por dois motivos. O primeiro é mostrar quais eram as sensações e sentimentos que estimulavam esse e outros mestres como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e posteriormente Darcy Ribeiro, que aliados à corrente democrática burguesa e esperanças na constituição de um novo Brasil muito contribuíram para que grandes e importantes mudanças acontecessem. O segundo motivo é pelo presente, hoje 27 de outubro de 2002, dia em que o povo brasileiro elegu um Homem do Povo, operário, ecumênico, como Presidente do país: Luís Inácio da Silva, o Lula. E... o tempo das mudanças é algumas vezes um tempo lento mas hoje acredito que esse outro Brasil descrito no poema de Freyre pouco a pouco, com seus ramos, preconceitos e amarguras mais íntimas e também suas enormes deficiências históricas e comportamentos de algumas de suas líderes elitistas, vem mudando. E como Darcy Ribeiro, que tinha uma enorme fé no povo, ou ainda o mestre Sérgio, que acreditava que as mudanças só se dariam com a entrada do povo no processo político, creio hoje que um grande parte eles se sentem realizados. Viva essa brava gente brasileira! Viva a esperança, a fé e a enorme criatividade dessa miscigenada, sim, nação que constitui o Brasil! Transcrevo agora algumas das partes mais significativas do poema de Gilberto Freyre. “*Eu vejo as cores / Eu sinto os passos do outro Brasil que vem aí / Mais tropical, mais fraternal, mais Brasileiro... / Qualquer brasileiro poderá governar esse Brasil, lenhador, lavrador, pescador, sapateiro, marceneiro, jardineiro, carpinteiro. / Para isso a condição é: contanto que seja algum do governo, que tenha sabido para ser pelo Brasil, coragem de morrer pelo Brasil, desejo de viver pelo Brasil, mas para agir pelo Brasil, mãos sem anéis (que os anéis não deturpem o homem criar nem trabalhar)... mas todas de trabalhadores, pretas, brancas, pardas, ruixas, de artistas, de escritores, de operários, de lavadeiras, pastores, etc., de “mãos brasileiras” tropicais, sindicais, fraternais,...*”

Cláudia Emanuela Fernandez, 5^a per 6^odo graduação do curso de História da UFMA

INFORMATIVO DOS ALUNOS DE HISTÓRIA

PAPYRUS

EDITORIAL

CHARGE O ESTADO DO PLANTÃO

Depois do grande sucesso da edição nº 0 do nosso jornal, voltamos com um passquin bem mais contido para vocês terem uma noção essa edição passou por uma bancada de grandes gramáticos, entre eles: Aurélio, Silveira Bueno e o internacional Michael e para uma melhor e mais gostosa leitura.

Nessa edição o C.A. gostaria de deixar bem claro a nossa fidelidade com relação às brincadeiras de mau gosto, que voltaram a estar presente no Papyrus, para com os alunos evangélicos do curso (como a tira Risolleta não gosta dos palavrões), está participando até uma nova INQUISIÇÃO). Além de estarmos discutindo os mau costumes da tira Risolleta, contaremos à vocês o que de mais interessante aconteceu no ENEH.

E para não perdemos o bom humor, aguardem a charge!!

Então conseguiremos realizar a especialização

SÓ SE VÊ NO CURSO DE HISTÓRIA

PARA REFLETIR

“Passará o céu e a terra, porém as minhas palavras não passarão” (Is 55:11)

Após 50 anos de existência do curso, creve-se falar em uma biblioteca setorial. Se bem que é um projeto para o futuro, nada realizado, segundo o chefe do DEHIS, Wagner Cabral, o fato é que por causa da nossa preguiça de lutar por uma biblioteca setorial para o Curso e pelo pouco apoio o curso (seu salário não que vimos e aceitamos o que não vimos) não se conseguiu, e por o pouco que disse que era impossível uma biblioteca setorial. Depois um aluno assinado em nome para o departamento de História e não conseguiu a biblioteca setorial, além disso é impossível que exista!!

Em um mês de manifestações em defesa da UFMA o curso de História teve mais uma lacuna na história de atos e manifestações que aconteceram no campus e no C.A. temos que é tudo o momento lá escutando que o curso era... eu escrevi ERA uma singela em direção e sites política dentro da universidade. Discutimos forma feitas sobre a reforma universitária, atos foram realizados em defesa e a precariedade da UFMA, se paralisou o CCH, agredido aos professores que compreenderam e concordaram com as manifestações e uma das mais empolgantes em a professora Júlia que apena “até os ossos” o ato. Porém em alguns nada. Nada de alunos do curso, a não ser os calouros (1^o e 2^o períodos) e para não sei se alguns outros alunos do curso. Mas uma vez fica a desopção do C.A. pela falta de coragem dos alunos de lutarem por algo que é deles. Alta o curso de História vai muito bem, tem um núcleo e um corredor para abrigar os arquivos das listas sociais. Como já comentamos no artigo desse mês, a viagem ao ENEH foi prevista para todos, tanto para os que ficaram alojados em apartamentos quanto para a turma do ninigim é de ninigim. Bom, com relação a parte mais burocráticas do encontro, as palestras, aulas, trabalhos e mini cursos o ENEH ficou um pouco a desajar, não nos temos escudados, mas na forma em que foram trabalhados, deixando as discussões muito restritas à cidade de Recife. Agora com relação as festas foi ótima (com a ajuda do altíssimo Bobem e bobem, vovôzinhos na roupa, no local, corremos bebados nas ladeiras de Cláudia e no alojamento, fomos para no hospital, e chamamos à todos de guábilis!!) Pelo menos a turma do ninigim é de ninigim (for tudo isso) É gente, a turma do alojamento, por o pessoal de mais gente que não lá mais com todo esse gás preferiu passar em aborrecida e se enfiar em apartamentos, afinal só quem tem...?

AGUARDEM NOS VAMOS PARA O EREH

CORRESPONDÊNCIA PAPYRUS

email: corahis@vivo.com.br

Fonte: CAHIS-UFMA, 2005.

Tinha um posicionamento de exposição direta, com certa ironia às problemáticas do curso e do cenário nacional, mas também da vida pública e privada com ironia tanto com

¹⁵⁷ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

discentes quanto com docentes, inclusive em forma de charge. Em sua primeira versão trouxe sobre a liberação dos docentes do quadro para continuidade dos estudos e sobre a construção da biblioteca setorial no CCH.

A gestão *Lutando Por Uma Outra História* em 2002, lança a 2ª edição do informativo intitulado “Sobre História”, um material de comunicação dos discentes do curso de História para externar as ideias e opiniões. Para a circulação contavam com a colaboração e mecanismos dos estudantes para se consolidar que aconteciam com os alunos ou mesmo professores em espaços de festas ou socialização em uma coluna misógina intitulada *A Senhora Tá Louca?*.

Saudações Históricas.

O curso de História da UFMA há tempos necessitava de um veículo de informação que atendesse ao interesse coletivo do curso, por isso, o CAHIS *Lagoa Amarela* resolveu criar um jornal intitulado “Sobre História”, pois um dos motivos principais deste veículo é estimular a produção acadêmica, assim como uma maior integração do curso. Desde já, o CAHIS *Lutando por outra História* saúda a todos os calouros (bichos) e que estes sintam-se muito bem-vindos e que possam desfrutar do melhor e mais completo curso da UFMA: História. Em seu primeiro exemplar o “Sobre História” traz uma variedade de assuntos desde artigos até piadas sem graça. Aproveitem e participem das próximas edições, não se esqueçam “o historiador quando morre são preciosos dois caixões, uma para o corpo e outro para a língua” (Sobre História nº1 CAHIS-UFMA, 2002).

O informativo *Sobre História* Nº 05 informou sobre os 50 anos do curso de História da UFMA em 2003. “Não percam o megaevento que será realizado pelo CAHIS *Lagoa Amarela* em conjunto com o Departamento e Coordenação em comemoração aos cinquentenário do curso de História”. (Sobre História CAHIS-UFMA, 2003). Dando continuidade ao projeto desenvolvido pela gestão anterior, ainda pelo descaso que consideravam ter o curso de História com História do Maranhão, foi promovida a II Jornada de História do Maranhão com o tema “50 anos do curso de História - UFMA”, para comemorar e discutir a participação na construção da memória do Estado do Maranhão, da UFMA bem como as contribuições e relações com a sociedade maranhense em um cenário que necessitava olhar para a educação, o evento visava desconstruir a ideia de marginalização e exclusão que pairava sobre o Estado. O CA apresentou também a relevância de formação com consciência crítica que traz a História, outra visão era a integração dos cursos de outros campi por meio de intercâmbio.

Na edição, em comemoração aos 50 anos do curso, o informativo *Sobre História* publicou *O Decálogo do Historiador*,

1 - Não cometerás anacronismo. Os historiadores caem com facilidade na suposição de que seu modo de pensar coincide com o das gerações passadas. O raciocínio

voltado para a cultura é perigoso em qualquer situação da vida, especialmente nesta era de mundialização.

2- Não confundirás fato com ficção. Jamais invente acontecimentos, incluindo atos, idéias e sentimentos, de que não existem provas. Não se deixe dissuadir da pesquisa rigorosa pelas teorias de que todo conhecimento envolve elaborações mentais e figuras de retórica.

3 - Não sucumbirás ao monografismo. Escreve monografias, se for o caso, mas escreve para o cidadão comum, de maneira que possam ser compreendidas.

4- Não esquecerás tua missão. Trata-se de dar sentido à condição humana, explicando as experiências vividas pelos seres humanos e não marcar pontos entre os colegas acadêmicos.

5 - Não te levarás muito a sério. Os historiadores são cidadãos como quaisquer outros e não devem subir em pedestais, O pedestalismo é uma doença diagnosticada pela primeira vez por James Thurber Ela se propaga com facilidade entre as gerações mais velhas, que costumam deplorar o rebaixamento dos padrões entre a juventude.

6 - Não serás "Moderno". Algumas novas modas são boas, mas a maioria encerra o perigo da preguiça intelectual. Desconfia especialmente de tendências ligadas a prefixos, como pós-modernismo e neococonservadorismo.

7 - Não esquecerás o nome de teus alunos. Todos nós já fomos estudantes e sabemos o que é sentir-se perdido na multidão.

8 - Não usarás mesóclise, voz passiva e orações subordinadas subjetivas, nem abusarás do verbo "ser!" de alterações (exceto em casos extremos), trocadilhos, expressões estrangeiras, substantivos terminados em "ção": tampouco pensarás que o leitor é menos inteligente que tu.

9 - Não invejaras teu colega, nem o talento de teu colega, sua fama, influência ou rendimento. É melhor escrever mais uma monografia.

10 - Não cederás à tentação de escrever com frequência textos de opinião geral, como este.

Autor: Robert Darton

(Sobre História Nº05 CAHIS-UFMA, 2003).

Em crítica ao positivismo, em sátira com o perfil do historiador em vigor na época, o texto traz elementos para compreensão de funcionamento do curso. Além do informativo *Sobre História*, houve publicação de crítica ao *Risoleta News* no *Papyrus*, “Nessa edição o C.A gostaria de eixar bem claro a nossa tristeza com relação as brincadeiras de mau gosto, que voltaram a estar presente no *Risoleta News*, para com os alunos evangélicos” (PAPYRUS CAHIS-UFMA, 2004). O texto sinaliza ironia, críticas aos estudantes e professores, falas misóginas, entre outras.

Esse é o curso de História que eu conheço, como diria meu finado amigo Araújo Júnior: "este curso é um circol". Com problemas, doidices, viadagens e confusões. São alunos que vão para lançamento de livro na Academia Maranhense de Letras e entram no banheiro feminino achando que a letra M na porta é de MACHO, aprendam a ler seus MARICAS. São alunas que dão piti por causa de um simples camaleão no Bloco VI (*Risoleta CAHIS – UFMA*, 2004).

O *Risoleta News* era uma espécie de fofoca, que segundo a estudantes Leide Ana Caldas não tinham um teor político. “O *Risoleta News* era uma espécie de fofoca. Não tinha nada a ver

com política dela. Era fofoca no grupo de História”¹⁵⁸. Compreende-se que veiculava informações dos estudantes e professores do curso. Essas circulações de informação movimentavam os estudantes, o curso. São registros que refletem as relações sociais, forma de pensar dos estudantes e a relação que tinham inclusive com os professores. Espaços de expressão dos estudantes no início dos anos 2000, sem filtros e nem ressentimentos. As colunas eram mescladas de informações sobre funcionamento do curso ao lado de outras sobre o cotidiano de veteranos e calouros.



Fonte: Acervo pessoal de Paulo Henrique¹⁵⁹, 2004.

As movimentações giravam em torno de eventos acadêmicos, impressos, mas principalmente de articulações internas do curso de História em diálogo com o DCE. Segundo Frederico Mercenas relatou que o primeiro movimento foi a destinação de verbas que não chegaram, uma ausência de colegiado, além o espaço do CAHIS *Lagoa Amarela*. A estudante Nila Michele que participava das reuniões do Departamento de História,

Os professores estavam querendo muito. O CCH sentia falta de um centro acadêmico de História que comunicasse com todo mundo. A gente passou a ser exemplo para outros cursos fazerem esses movimentos independentes. A gente bateu muito de frente com o DCE, que era na época liderança do PC do B, porque, por causa disso, as verbas iam para o DCE e ele determinava não [...]”¹⁶⁰

Foi uma gestão que se preocupou em criar formas do nosso aluno ter certificados, que isso não tinha, porque a gente tinha que ir para outros lugares para fazer. Então, assim, vamos fazer semana do calor, tem certificado. Curso tal, tem certificado. Então, a

¹⁵⁸ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁵⁹ Professor, atualmente doutorando em História pelo PPGHis –UFMA.

¹⁶⁰ Entrevista realizada com Frederico Mecenas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

gente foi em duas gestões, acho que até a terceira gestão desse grupo, que aí saiu o meu grupo, entrou a base, virou também diretoria. Então, foi mais ou menos assim.¹⁶¹

Participaram de movimentos grevistas tendo em vista que vivenciaram esse contexto no início dos anos 2000, boa parte sobre questão de salário dos professores, mas também sobre o transporte público da cidade. “[...] o que eu posso dizer é que de entre 1999 a 2004, a gente forma [...] O movimento político ali, a gente tinha uma grande ação com o DCE. Então, era questão de passagem, era questão de um ônibus”. A estudante Amanda Dutra também relembrou das greves e como os estudantes somavam ao movimento, conta que além de reforçar sobre os direitos deles, também lutavam pelos estudantes.

A I Jornada de História do Maranhão, foi um evento local pela necessidade que observavam com relação discussão sobre História do Maranhão no curso de História na intenção de promover um resgate da memória cultural, política e econômica. Embora o curso tivesse disciplinas voltadas para o regional, consideravam a necessidade. Então o centro acadêmico fomentou o movimento na UFMA.

E hora de não permitir que na sombra dos velhos sobrados, a história do Maranhão se destrua diante do simples desprezo e desrespeito a nossa memória. Pensar a realidade maranhense é sugerir, discutir, debater e refletir. É o ponto inicial para acordar deste sono profundo que a História do Maranhão tem vivido. Maranhão, terra da Mentira? E apenas uma temática dentre tantas outras que nos tem sido legado, enquanto povo (I JORNADA DE HISTÓRIA DO MARANHÃO CAHIS-UFMA, 2002).

O estudante Marlon Bruno lembrou que em 2005 e 2006, não tinham tantas bolsas de estudo fomentadas pela CAPES, sobretudo o curso de História “Eu lembro de ter, principalmente no curso de História, eu não posso dizer pelos outros cursos, de eu sofrer muito de ter essa questão de não ter oportunidade de estagiar, de ter bolsa de iniciação científica, não tem nada”. Em 2006, a estudante Amanda Dutra destacou que ia todos os dias para UFMA, contribuir com os Centros Acadêmicos, com o DCE até formar a chapa *Amanhecer na Luta* onde exerceu a função de secretária de imprensa e também se envolveu com grupos de pesquisa e de bolsas visando um direcionamento acadêmico. Assim, os CAHIS *Lagoa Amarela* e as gestões entre relações, intervenções e saudações, manifestavam-se enquanto entidade em conexão com o DCE *17 de setembro* diante das demandas recorrentes.

Um movimento onde ocorreu a relação entre CAHIS *Lagoa Amarela* e DCE *17 de setembro* foi na pauta do transporte público, como relatou o estudante Frederico Mecenaz. Um

¹⁶¹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

movimento contra o aumento de passagem em São Luís. Sentados na porta do Terminal de Integração da Praia Grande, pressionaram contra o aumento em 2000, até que a governadora Roseana Sarney, ao pensar ser um movimento de estudantes, chamou para dialogar.

A gente foi no DCE. O DCE entrou com um pedido do Ministério Público. O Ministério Público chamou a gente pra uma audiência pública. E a gente sabia que se a gente não fizesse pressão, ia passar independente do Ministério Público. A gente voltou, saiu do Ministério Público, foi na UFMA. A gente ligou para todos os secretários-gerais do centro acadêmico, os coordenadores, os diretores. Chamamos uma assembleia rápida, uma plenária rápida no DCE. Reunimos e combinamos que... No dia seguinte, 10 horas da manhã, nós estaríamos em frente ao terminal da... Para que meio dia a gente impedisse dos ônibus entrarem.¹⁶²

Reitera a estudante Nila Michele que, “O movimento político ali, a gente tinha uma grande ação com o DCE. Então, era questão de passagem, era questão de um ônibus. Então, assim, eu lembro que o Renildo, que era da nossa gestão, ele participava de todas essas reuniões. E a gente estava lá”. A relação entre as duas entidades representativas da UFMA, em seus encargos, reflete no acervo tanto do CAHIS *Lagoa Amarela* quanto do DCE *17 de setembro*. Ocorrem disputas relacionadas a partidos políticos, palestras e eventos sobre pautas raciais, a recorrente defesa da autonomia universitária, regulamentação da profissão de historiador, dívida externa e relações com a FEMEH. Por meio de suas comunicações finalizadas a cada *Saudações históricas* e *Saudações Estudantis*. As demandas tinham conexão com o local, nacional e internacional, de acordo com o contexto e movimentação feita a partir das particularidades que tem o movimento estudantil universitário, em seus posicionamentos, vozes e atuação na UFMA. Os estudantes se posicionaram contra o Governo Lula em diversas propostas, embates com a UNE foram recorrentes. Um jogo de poder e articulação política que envolvem o movimento estudantil. Os sujeitos do movimento estudantil, e suas vozes precisam ser escutadas tendo em vista que fazem parte da memória das universidades, da UFMA.

3.2 “Como é que era essa UFMA, o curso de História, como é que ele funcionava?”¹⁶³

Para os estudantes, ingressar na UFMA foi realização de uma meta na vida acadêmica. Ambos externaram o leque de possibilidades que trazia o espaço acadêmico e as vivências de suas diversas esferas. A estudante Leide Ana Caldas reafirma que, “Então... na minha concepção, pelo contrário! Fazer História, fazer licenciatura, ser professora, pra mim, é uma

¹⁶² Entrevista realizada com Frederico Mecenaz, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹⁶³ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

honra. Foi uma grande conquista na minha vida. Então, é isso. Basicamente, é isso”¹⁶⁴. Reiterou que as questões de disciplina, do curso eram de extrema prioridade, pois tinham que lutar pela qualidade diante das adversidades. A estudante Nila Michele declarou que “[...] gente não enxergava como o movimento político de fora poderia nos ajudar internamente, imediatamente. Eu lembro que o povo falava assim, primeiro, antes de a gente querer arrumar a rua, a gente tem que tirar o lixo de casa. E era uma confusão”¹⁶⁵. As demandas internas ao curso e à universidade foi a prioridade no tempo que a ocuparam. Por exemplo, o funcionamento básico do curso na UFMA,

Assim, a defasagem da Universidade Pública era muito grande. Muito defasado. Ó, por exemplo, a gente de humanas, bolsa, PIBIC, menina. Tanto que era muito comum a gente começar logo a dar aula em colégio, ainda estudante de graduação. Eu fiz isso, Nila, várias pessoas fizeram. Então, na verdade, era muito comum a minha geração não era ter incentivo à pesquisa, era de ir pra trincheira na sala de aula¹⁶⁶

A falta de recurso gerava uma mobilização profissional ainda nos primeiros períodos do curso nos anos 2000, isso de certa forma retirava a possibilidade de vivenciar outros espaços da universidade que não fosse somente a sala de aula. “As pessoas basicamente, como eu te falei, iam assistir a aula e iam embora. Então, vivenciar a universidade, não era todo mundo que fazia isso. Eu fiz muito bem, mas não era todo mundo. Tinha muita gente que trabalhava. Assim, trabalhava, tipo, à noite. Aí tinha que ir embora”¹⁶⁷. Da mesma forma, lembrou Nila Michele ao afirmar que costumava chegar duas horas mais cedo, e assim que conseguia articular as movimentações, mas muitos tinham que trabalhar e não tiveram essas experiências.

Porque foi o que possibilitou a gente se entrosar, conhecer outras pessoas, conversar, fazer atuação no centro acadêmico, fazer essas movimentações. Porque a gente acabava ficando o dia todo ali na UFMA. Mas, por outra, é muito difícil para quem era o estudante que trabalhava. Então, às vezes, eu tinha que me escolher qual a disciplina que eu ia fazer¹⁶⁸

A ausência de recurso para xerox, falta de livro era uma dificuldade, muitos tiravam xerox fiado no Centro Acadêmico. O campus tinha transporte e restaurante, todavia carecia de manutenção. O transporte rodava, mas tinha que pagar para rodar até mesmo dentro do campus, e não gostavam muito do cardápio, a melhoria do Restaurante Universitário que consideravam

¹⁶⁴ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁶⁵ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁶⁶ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁶⁷ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁶⁸ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

bem ruim. “A alimentação, por exemplo. Era muito complicado a alimentação lá no RU. A comida era ruim, era de baixa qualidade, não era bem estruturada”.¹⁶⁹ A estudante Nila Michele relembrou que a vitória do transporte foi com participação do movimento estudantil de Educação Física que brigou para que o ônibus chegasse até o centro de esportes. Considera que essas tensões que reduziram quando iniciou o Governo Lula e a geração dela estava saindo da UFMA. Reiteram insistência para que o curso continuasse em blocos próximos no CCH, e não tão isolado porque dificultaria a comunicação e união dos estudantes,

A gente tinha que brigar muito por disciplina, por turma... Ah gente não quer ser jogado lá pro sexto bloco, bora botar aqui, separar uma vez o primeiro e o segundo período, do terceiro e o quarto a gente achava que tinha que ser no mesmo bloco, então a gente brigou pra ficar naquele primeiro bloco, então assim, as faltas eram basicamente isso.¹⁷⁰

Sobre o espaço de funcionamento, em entrevista a estudante Nila Michele rememorou sobre o lugar que funcionava o curso de História nos anos 2000, enquanto, respectivamente.

Era. O curso de História funcionava no CCH, que eles chamavam de Tatzão. E só que não havia um corredor de História. Estava muito mais claro. Tanto é que a gente não chegou... Quando chegava do 5º ao 7º período, você tinha que ir onde hoje está o programa de pós-graduação, aquele corredor embaixo, que eles chamavam Bloco 1, corredor térreo. Então, esse bloco com o corredor térreo, todas as salas eram de história. Só que não dava pra todo, do primeiro até o oitavo período, né? E, funcionava lá embaixo do quinto até o quinto, até o sétimo, porque o oitavo não tinha turma, basicamente, né? Só que aí jogaram a gente para o 1, mas no corredor de psicologia, no último andar. Então, a gente assistia 1º, 2º e 3º período, assistia no último andar. Então, a gente não tinha essa...¹⁷¹

As estudantes Leide Ana Caldas e Nila Michele declaram que o diálogo girava em torno do ofício de historiador, perfil, atuação e se preocupavam em gerar certificado, experiências formativas para que os estudantes saíssem com as experiências. “A gente se preocupava muito com minicurso, né, de formação. Gerar certificados, também”¹⁷². Para o contexto era importante ressaltar, tendo em vista a discussão sobre a Regulamentação do ofício de historiador.

Ah, o ofício do historiador. Eu digo, é. Tipo assim, ele disse, ah, eu não me importo muito com isso não. Eu digo, a gente se importa. Sabe? É importante pra mim. É importante ocupar o lugar... é importante dizer. É importante olhar. É afirmar. Exatamente. Então, embora a gente, a nossa geração, nessa época aí, a gente não teve, assim, os encontros pra discutir a conjuntura, mas a gente conversava entre a gente.¹⁷³

¹⁶⁹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁷⁰ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁷¹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁷² Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁷³ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

A Regulamentação da Profissão de História, umas das bandeiras da FEMEH desde 1980, ano do I ENEH. Inicialmente pretendia assegurar ao professor a capacidade de realizar as atribuições de bacharelado, mas outros espaços foram surgindo como acessórias culturais e políticas, preservação do patrimônio histórico e dos meios de comunicação.

Acervo 21 – Regulamentação do Profissional de História, FEMEH.



Fonte: FEMEH CAHIS-UFMA, 2001.

Os estudantes engajados compreendiam a necessidade de se reafirmar como ciência, uma vez que se trata de identidade profissional, mas também de incentivo financeiro vindo da universidade, uma dificuldade, a destinação de verbas para ciências humanas.

E é muito, é um perfil muito, assim, né? De conquista mesmo, né? Do ofício, assim... Eu sou historiadora. Eu sou historiadora e sou professora. Eu sou professora e historiadora. Eu tenho minha carteirinha lá, quando regulamentou, a nossa condição de historiadores e historiadoras. Eu tenho meu número, meu registro. É isso. Eu acho... É isso.¹⁷⁴

Nesse sentido, a pauta ganhou força de reivindicação aos profissionais da história que temiam perder os espaços e serem substituídos por outros cargos. Todavia, essa pauta causava divergências com relação a manutenção enquanto pauta tendo em vista os 20 anos que

¹⁷⁴ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

completava de luta pela demanda. A desregulamentação de licenciaturas que ocorria nas leis trabalhistas implantadas pela política de FHC, firmava ainda mais a necessidade da regulamentação, pois além de referenciados juntos à sociedade, ampliaria e delimitaria no mercado de trabalho.

Alguns estudantes defendiam ser um debate necessário à função do historiador, outros que a identidade do historiador não pode ser vinculada a uma lei e votavam contra a manutenção de luta pelo projeto. A FEMEH, em sua maioria, optou em continuar com a bandeira de fiscalização junto às instituições de ensino. Aos favoráveis, compreendiam a importância para avançar, inclusive adicionar a Reforma Curricular Democrática.

- a. A regulamentação não pretende restringir o mercado da função do historiador. Pretende, sim, criar uma profissão que atenderiam a demanda de vários setores cujo conhecimento específico do historiador é fundamental;
- b. A história é um ramo de conhecimento que atende a especificidades e que atende a demandas, por conseguinte, específicas;
- c. O discurso neo-liberal, e isto bem denotado no Consenso de Washigton e nos documentos que o complementa, propõe a desregulamentação das profissões, apoiando a competência e não a formação;
- d. O projeto neo-liberal reforça as áreas de conhecimento em detrimento das áreas de saber, e a regulamentação tenta manter com área de saber a construção histórica;
- e. A discussão da Regulamentação vem no bojo de uma discussão muito maior, não se encerra em si, pois através desta bandeira específica podemos alcançar discussões de grande importância social; (Ata XX ENEH CAHIS-UFMA, 2000).

Outras discussões como questão de gênero, lembra sobre História das Mulheres, que tinha a professora Marize de Campos como pesquisadora da área e que impulsionava a discussão no curso. Pairavam entre as discussões da conjuntura quanto também pela vida boemia. O curso funcionava no turno vespertino e noturno, como exemplo a disciplina de Paleografia, do professor “Manuelzinho”. Havia um corredor de História e quando chegava no 5^a ao 7^a período ia para a primeira sala ¹⁷⁵do corredor no Bloco 1. O curso de Licenciatura e de Bacharelado, sendo o primeiro com seis meses a mais porque precisava cumprir com as disciplinas pedagógicas, equivalente a quatro disciplinas a mais. Em 2002 todos os professores em sala de aula deveriam ter formação superior para atuar. Nesse sentido cita a estudante Nila Michele que “[...] a UEMA, a UFMA saíram fazendo PROCAD, PROED, um monte desses programas que já era pra poder pegar as professoras que estavam em sala de aula, pra eles não perderem seus empregos. Então, foi nesse sentido”.¹⁷⁶Essa iniciativa amenizou o esvaziamento

¹⁷⁵ Atualmente funciona o Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS)

¹⁷⁶ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

de estudantes dos primeiros períodos para sala de aula já que era obrigatória a formação acadêmica para atuação.

O CAHIS *Lagoa Amarela* possuía um alinhamento com o Departamento de História em reuniões conforme estabelecido no edital de representantes discentes do curso. Na época a discussão latente era a regulamentação do curso, sendo a proposta a fusão de bacharelado e licenciatura tendo em vista a dificuldade de os bacharéis encontrarem campo de atuação ao colar grau. Ocorreu a unificação do curso e o centro acadêmico participou das discussões sobre o currículo.

Em questões de perfil do curso, em sua turma de 2000, a estudante Nila Michele ressaltou em sua fala que a quantidade de mulheres sobressaía a de homens matriculados, contou que tinha especificidade, porque não ingressavam tantas mulheres. Pensava o curso de História ainda com maioria homens, “Porque a gente, apesar de ter visto a ideia das mulheres na licenciatura, mas essas disciplinas específicas ainda eram dominadas por homens”.¹⁷⁷ As memórias de Amanda Dutra destacam uma sala diversa no curso de comunicação, a maioria trabalhava “Não, a nossa sala era uma sala bem, bem diversa, né? A gente tinha gente lá banqueiro, bancário, tinha bancário, tinha... A maioria da minha sala era gente jovem, muito jovem. Como era uma turma que entrou no meio do ano, aconteceu de que muitos alunos do terceiro ano passaram”¹⁷⁸.

Dentre as dificuldades, os estudantes Nila Michele, Marlon Bruno e Frederico Mecenas destacaram em suas falas com relação à UFMA, que era o quadro de professores, pois a maioria eram substitutos. Para além das discussões nacionais, isso era latente nas demandas locais. Marlon Bruno participou de reuniões e manifestações que chamou de “mini greves” pela qualidade dos profissionais especialistas na área para lecionar as disciplinas.

[...] que a gente via era um curso depredado, a gente via era um curso que faltava professor, era um curso que estava cheio de professor substituto, porque as vezes que demorava a chegar porque os professores estavam de licença, e é um curso que não se movimentava academicamente.¹⁷⁹

Do diretório eu lembro muito bem que as principais discussões... Eu lembro que a gente discutia muito a questão dos professores-substitutos. Então, eu acho que... Eu participei de algumas reuniões do diretório que a principal discussão era da qualidade dos professores-substitutos que estavam sendo destinados ao curso de História. Eu lembro especificamente de alguns professores que não tinham nem formação em História, estavam dando algumas aulas e, inclusive, a gente fez, podemos colocar entre parênteses, “mini greves” para alguns professores serem substituídos. Na época,

¹⁷⁷ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁷⁸ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

¹⁷⁹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

especificamente, lembro que o diretório brigou muito por essa questão da qualidade dos professores.¹⁸⁰

Enquanto a estudante Leide Ana Caldas, em sua memória, lembra que sua turma, que ingressou em 99.2, não destacou essa dificuldade, pois os professores de licença estavam retornando “Então, né? Tanto que o pessoal fazia medo. Eita, Josenildo, a História do 2º período, tá chegando a hora. Que venha, né?”¹⁸¹. Compreende-se que foi um momento em que muitos professores saíram para se especializar ao tempo que cursos de especialização, mestrado e doutorado não era recorrente no Maranhão. Assim, os professores substitutos iam com graduação e lecionavam disciplinas que não era de suas áreas de pesquisa, ou mesmo nem da área de História como relatou o estudante Marlon Bruno que docentes do curso de Administração assumiam as disciplinas, “Na época, especificamente, lembro que o diretório brigou muito por essa questão da qualidade dos professores. Lembro que tinha um professor de Administração que dava aula de História, que era substituto”¹⁸². Ao mesmo tempo, conheciam o currículo e as práticas dos professores que estavam de licença.

Então, vários professores de história, por exemplo, a professor Marize, que eu acredito que ainda esteja lá até hoje. Foram professores... O professor Josenildo, por exemplo, foram professores que eu não tive aula. Ou seja, os melhores, podemos dizer assim, os que tinham mais nome dentro do curso de História, a gente praticamente não teve aula, porque eram momentos em que eles estavam afastados. Então, acho que a principal discussão que tinha nesse momento era justamente essa.¹⁸³

Segundo o estudante Frederico Mecnas, não pretendiam mais aguardar posicionamentos do reitor com visão igual ao dos estudantes para articulações na UFMA.

O estudante tinha que dar uma rebolada e ver como chegar nessa reitoria. Então, nós fomos, fizemos tudo [...] Fomos pro debate, enquanto todo mundotava nas mesmas pegadas, a gente falava, não, a gente quer verba pro curso pra abrir.¹⁸⁴

Exigiram ao DCE *17 de setembro* que as plenárias descentralizassem, pois defendiam que precisava ir onde estava os estudantes tendo em vista que as plenárias costumavam ser esvaziadas. Entendiam que era necessário mostrar que as entidades estudantis queriam se movimentar e movimentar os estudantes. Assim, em suas memórias sobre alinhamento com o movimento na UFMA, destaca que por terem experiência nesses espaços políticos, engajaram

¹⁸⁰ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

¹⁸¹ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁸² Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

¹⁸³ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

¹⁸⁴ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

o DCE, “Quando ele chamou a primeira plenária do ano, que a gente foi História, foi centro acadêmico inteiro de História, peso. E a gente levou estudantes de História, aí ele tomou um baque, porque ele não tinha levado ninguém dele, porque até aquelas coisas do... Não tem coro”.¹⁸⁵O CAHIS *Lagoa Amarela* incluiu mais de quarenta alunos do curso de História nas plenárias, assim entendiam como um “movimento de base”.

Para tanto, essa conexão do CAHIS com o DCE resultou em rodas de capoeira, embora fossem oposição entre o ano de 2001 a 2004. No ano de 2003, rememorou que o CAHIS *Lagoa Amarela* apoiou um candidato a reitor, professor do curso de Filosofia, e o professor “Manuelzinho” saiu pela primeira vez como coordenador do curso de História.

Acervo 22 – Capoeira na ágora do CCH.



Fonte: CAHIS-UFMA, 2003.

Em 2001, os estudantes analisaram sobre a força do movimento em resistência à mercantilização da educação tendo em vista a mobilização que durou vários meses envolvendo professores, estudantes e funcionários. A postura do governo foi de acatar as reivindicações frente as atitudes de privatização. Os estudantes compreendiam que as universidades públicas estavam “abandonadas”, pois à medida que aumentava as verbas destinadas ao ensino superior, despencavam as fundações privadas. “Na era que um professor universitário ocupa a

¹⁸⁵ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

presidência [...]. Na era em que a tecnologia e o pensamento independente são estratégicos para o país, o lugar onde mais se faz pesquisa perde professores e cientistas” (Revista Movimento UNE CAHIS, 2001). Como indicativo de luta para o ano, enfatizaram,

- ENSINO PÚBLICO GRATUITO E DE QUALIDADE!
- PELA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DO HISTORIADOR!
- REFORMA AGRÁRIA JÁ!
- FORA FHC E FMI!
- 500 ANOS DE RESISTÊNCIA NEGRA, INÍGENA E POPULAR!
(FEMEH CAHIS-UFMA, 2000).

Os estudantes resistiram ao *Provão* por entender como um projeto de Avaliação Institucional instrumento do Governo Federal para implementar sua política educacional. A proposta de resistência era criar um banco de dados que justificasse o posicionamento e realizar um boicote ao *Provão*. Além disso, discutir com a ANPUH, mas também construir um documento envolvendo os cursos atingidos, e uma semana unificada para discutir juntamente com os C.A's nas universidades. O movimento dos estudantes de História estava conectado à demanda que a UNE propôs sobre o *Provão*.

- b. A FEMEH é contra o *Provão*;
- c. Construir um Comando Nacional e Comandos Regionais contra o *Provão*;
- d. Criar um banco de dados sobre o *Provão*;
- e. Criar material de divulgação, distribuindo matrizes para reprodução nos C.A's;
- f. Indicativo: Incluir o *Provão* como tema nos Encontros
(Ata XX ENEH CAHIS-UFMA, 2000).

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelo modelo de avaliação adotado na UFMA, as universidades públicas continuavam tirando as maiores notas no obtida no Exame Nacional de Cursos, o *Provão*. Sobre isso, no início de 2002 o curso de História foi avaliado. Em 2003 o CAHIS *Lagoa Amarela* publicou no informativo a nota de avaliação.

Saudações Históricas! [...] vem através deste pequeno espaço [...] parabenizar os alunos e professores que contribuíram para a excelente nota tirada pelo curso de História no exame nacional de curso, realizado pelo MEC. É GALERA, SOMOS “A”!
(Sobre História nº03 CAHIS-UFMA, 2003).

O CAHIS possuía comunicação com o Departamento de História e o relatório do departamento destacou que a dinamização e melhoria da qualidade de atividades de ensino que envolveu a participação de docentes recém-qualificados e de professores convidados refletiu de

forma positiva “A” por dois anos consecutivos, atingindo o sexto lugar em nível nacional em 2003.

Acervo 23 – 50 anos Curso de História UFMA.



Fonte: CAHIS-UFMA, 2003.

Os 50 anos do curso de História se movimentou para a I Jornada de História do Maranhão em evento com discentes e docentes com o tema “(Des)Construindo a memória: os 50 anos do curso de História no Maranhão”, um evento que foi aberto a toda comunidade, organizada pelo CAHIS *Lagoa Amarela*.

Sobre a qualificação docente, “[...] uma consciente política adotada nos últimos anos houve uma significativa elevação da qualificação docente do Departamento de História” (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, 2004). Para suprir a expansão de atividades em pesquisa que ocorria naquele período no curso de História, mas também a implantação de um Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) DEHIS solicitava vagas para concurso público inclusive para suprir as vagas de docentes que tinham aposentado. Dentre os desafios estava a conclusão da reforma curricular e a implantação da pós-graduação de mestrado. O historiador Mário Meirelles foi homenageado, deu nome ao auditório A do CCH na ocasião.

Em 2006, os estudantes formaram uma comissão provisória de estudantes para ocupação da Reitoria, formada por representantes das entidades que compõe o movimento para receber o reitor com documento de reivindicação. Rememora Amanda Dutra que tiveram muitos enfrentamentos enquanto DCE e centros acadêmicos, apoiavam os professores em suas

paralizações ao tempo que indicavam as necessidades dos estudantes. O DCE *17 de setembro* na gestão *Amanhecer na Luta*, que fez parte, foi um dos primeiros a ocupar a reitoria. Sobre a diversidade na composição da gestão que participou, a estudante Amanda Dutra relatou que a turma era bem jovem, maioria na faixa dos 20, tinham negros, classe média e classe média baixa. Sofreu um processo, mas encarou como um ato revolucionário enquanto estudante de Jornalismo.

Greve, né? Estávamos na greve. Então, a gente, ao mesmo tempo que a gente queria somar aos professores, né? Aquele movimento, né? De reforço aos direitos deles, a gente também lutava pelos nossos, que eram moradia estudantil, o restaurante universitário sempre foi uma pauta, né? Tanto é que essa, esse DCE foi um dos primeiros a ocupar a reitoria, né? Eu recebi, também o mandato de segurança, a intimada depor, que eu achei chiquérrimo. Eu falava: gente, jornalista, tenta um processo! Aí eu, meu Deus, recebi um processo assim, um período de gente que emocionada, emocionada¹⁸⁶.

Aguardavam um retorno do Reitor Fernando Ramos como pronunciamento. O objetivo era pressionar um retorno das demandas estudantis que não estavam sendo atendidas. O estopim para a ação foi impulsionado pela aprovação da resolução 66/06 do CONSAD que previa a regulamentação dos espaços da universidade incluindo cobrança de taxa para uso. Segundo os estudantes, resolução partiu do processo de privatização como parte da Reforma Universitária do governo Lula. Para além dessa demanda, reivindicavam a solução para problema de moradia estudantil que estavam em obra sem previsão de conclusão enquanto os estudantes viviam de aluguel pago pela universidade em alto valor, a alimentação, água e a infraestrutura. Solicitavam que a vaga da casa de estudantes tivessem um sistema de cotas. Houve embate entre polícia e estudantes, mandatos de apreensão.

NOTA SOBRE OCUPAÇÃO ESTUDANTIL DA REITORIA DA UFMA

Em meio à farsa eleitoral da "Consulta Prévia" para reitor e vice-reitor, o Diretório Central dos Estudantes e os CA's e DA's da UFMA; a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (CONLUTE) e o Movimento de Casas de Estudantes do Maranhão (MOCEM) reforçaram as ocupações nacionais em curso, como as da USP, UNICAMP, UFRGS, UFPE, UFPR etc., na defesa do ensino público e gratuito e contra o processo de privatização das instituições de ensino superior no país. O movimento estudantil combativo empunha em suas bandeiras o programa mínimo que expressa parte das inúmeras debilidades da UFMA, articulando-as sempre com o processo mais amplo de desmonte do estado brasileiro.

O processo de privatização das IFES que está sendo implementado pelo Governo Lula por meio da Reforma Universitária, bem como o desmonte que tem se desenvolvido durante as últimas décadas na Universidade Estadual do Maranhão, apenas simbolizam o compromisso cada vez menor dos governos da ordem para com a educação pública gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

¹⁸⁶ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

Nesse contexto de radicalização da juventude em todo o país e diante da contínua e progressiva precarização da UFMA, torna-se mais que legítima a ocupação da reitoria, cujo intuito seria garantir os direitos que estão sendo arrancados pelo Governo Lula. Enquanto Lula volta sua política econômica para alimentar a fome insaciável dos banqueiros, sobra à juventude e aos trabalhadores o PROUNI (compra de vagas ociosas nas instituições privadas), que aprofunda o processo de desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação pública e gratuita.

Portanto, considerando os amplos impeditivos que, cada vez mais, inviabilizam o acesso à educação de qualidade à maior parte da juventude, e pelos ataques repressivos sofridos pelos movimentos sociais por meio da utilização da segurança armada e privada nos Campus (e agora também pela Polícia Federal a mando da reitoria), respondemos com as nossas armas: intransigentemente, **NÃO DESOCUPAREMOS A REITORIA**, até que nossas reivindicações sejam efetivamente atendidas (DCE-UFMA,2006).

Na UFMA, consideravam que a precarização eminente era fruto da Reforma Universitária. Foi contínua também a insatisfação estudantil com o PROUNI, pois atribuíam que era um plano para atender os interesses dos banqueiros. Essa sintonia do público e privado não foi acolhida pelos estudantes, houve reivindicação. Esse posicionamento esteve conectado às ações das demais universidades do país. Solicitavam a revogação imediata da Resolução 66/06 do Consad; revisão e conclusão das obras da Casa de Estudante no Campus; ampliação e gratuidade do Restaurante Universitário; por Teatro do Campus; ampliação dos laboratórios de informática CCBS, CCET, CCH e CCSO; o passe escolar, segurança concursada e desarmada na UFMA; políticas afirmativas para além das Cotas; bebedouros na Área de Vivência; apoio de material para o Núcleo de Esportes; estrutura física e didático-pedagógica para atender pessoas com deficiência. Para o movimento houve direcionamento do DCE *17 de setembro* juntamente com o CAHIS *Lagoa Amarela* e conexão com outros CA's da UFMA, núcleo de pesquisas e movimentos sindicais e sociais do Maranhão.

Estudantes em OCUPAÇÃO na Reitoria da UFMA

Diretório Central dos Estudantes - DCE/UFMA

Movimento de Casas de Estudante do Maranhão - MOCEM

Centro Acadêmico I de Maio - CAIM (Direito/UFMA)

Centro Acadêmico Ciências Sociais - CACS

Centro Acadêmico de Economia - CAFCO

Centro Acadêmico de Filosofia - CAFIL

Centro Acadêmico Biologia - CABIO

Centro Acadêmico de História - CAHIS

Centro Acadêmico de Pedagogia - CAPED

Centro Acadêmico Serviço Social - CASS

Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes - CONLUTE

Núcleo de Assessoria Jurídica - "Negro Cosme" (NAJUP/UFMA)

Diretório Acadêmico de Comunicação Social - DACOM

Diretório Acadêmico de Farmácia - DAFAR

Fórum de Estudantes de Origem Popular

Frente de Oposição de Esquerda da UNF - FOF

Movimento Quilombo Urbano (DCE-UFMA, 2007).

A estudante Amanda Dutra, em suas memórias, destacou que em termos de programas voltados à UFMA, houve o recebimento da biblioteca, auxílios de alimentação e moradia pelos anos de 2006. Para além, o Passe Livre Estudantil, bandeira de luta em São Luís. O restaurante universitário que conta não ser “tão bom, mas atendia aos estudantes [...] eu já não me recordo se ele tinha verba do Governo Federal, talvez fosse só mesmo do Maranhão. Aí eu tenho que confirmar [...] que aí a memória já falha, são 18 anos São 18 anos”.¹⁸⁷ De certa forma, os estudantes, em suas mediações realizaram projetos para UFMA, conta o estudante Frederico Mecenaz.

[...] em 2002, quando a gente voltou. Tinha um aluno chamado Gabriel Nava, ele e a professora Regina, que era a galera que trabalhava, fazia História Bacharelado na época e trabalhava nos arquivos. E mais alguns estudantes montaram um projeto que era de reinserção dos cursos de Ciências Humanas no Centro Histórico. Então, a ideia... era todos os casarões que fossem reformados com verba federal se tornarem prédios da UFMA, da área de ciências sociais, aplicados e não aplicados. E todos que eram reformados com dinheiro estadual serem utilizados pela Universidade Estadual. Aí esse projeto, a gente montou esse projeto, estabelecemos, entregamos na mão de um cara chamado Filipe Camarão. Conhece?¹⁸⁸

O prédio que se referiu o estudante foi concretizado no projeto da Casa do Maranhão, no centro histórico de São Luís. Dessa forma, entende-se que a Universidade Federal do Maranhão, foi espaço que sentiu os avanços e retrocessos, vividos e rememorados com relação ao campus e ao curso de História em específico. Dentre embates, houve avanços e resistências que proporcionaram formação acadêmica, política e profissional para os estudantes, mas também professores, e memórias que se reverberaram em outras gerações.

3.3 “A gente pode dizer de política externa foi participar dos eventos”¹⁸⁹

Os encontros estudantis tinham como objetivo um intercâmbio de ideias com o movimento político, cultural e científico. Dentre eles, uma escala de encontros internacionais, nacionais, regionais e locais. Realizados pelas entidades estudantis, tem-se UNE, DCE, FEMEH e CAHIS. Trazem temáticas pertinentes ao contexto, ocasionam aprendizagens sobre organização de eventos, luta para conseguir participar e troca de saberes, muitas vezes os primeiros contatos fora dos muros das universidades e territoriais que vivenciam os estudantes. Algumas fotografias foram apresentadas referentes a esses encontros.

¹⁸⁷ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

¹⁸⁸ Entrevista realizada com Frederico Mecenaz, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹⁸⁹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

Acervo 24 – Marcha no XX Encontro Nacional de Estudantes.

Fonte: Arquivo pessoal da estudante Nila Michele, 2000.

O XX Encontro Nacional dos Estudantes de História realizado em 2000 na cidade de Vitória no Espírito Santo, que participou a UFMA, contou com a composição de grupos de discussão onde estabeleceram metas para o diálogo sobre o movimento estudantil de História. Os estudantes entendiam que a principal tarefa era discutir temáticas sobre a identidade do movimento estudantil nas universidades pelo viés de congressos, sobre avaliação institucional como o *Provão*, discussão de gênero nas escolas, o plebiscito da dívida externa, a relação dos partidos políticos nas entidades estudantis, uma proposta recorrente no meio do movimento e que causava instabilidade com as bandeiras. A estudante Nila Michele se refere aos encontros estudantis como “política externa”, ou seja, um momento/espço que tinha contato com as demandas regionais, nacionais e internacionais em sua materialidade. “Então, assim, teve em 2000, eu ainda não era centro acadêmico, ainda não era coordenadora, mas fazia parte lá. A gente foi para o Nacional, em Vitória, e a gente fez uma marcha com o pessoal do Movimento Sem Terra e invadiu o INCRA, por exemplo”¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

Acervo 25 – Marcha no XX Encontro Nacional de Estudantes e o MST.



Fonte: Arquivo pessoal da estudante Nila Michele, 2000.

Ela relembrou e apresentou os registros que guarda com zelo, “Essa é a marcha, em coluna, junto com o Movimento Sem Terra. Aqui a gente invadindo o INCRA”¹⁹¹. Os encontros de História em sintonia com os movimentos.

Para ocupar esses espaços era necessário lutar para conseguir transporte, a principal forma de conseguir era apresentando a carta de aceite com trabalhos submetidos. Esse registro foi indo para o Goiás. “E aí a ideia de apresentar trabalhos, conseguir um ônibus pra ir pra apresentar trabalho. Esse aqui, mas eu tô... Ai, gente. Vai mexendo. Ó, isso aqui. Dois mil, ó. Nossa. Aqui foi no ônibus que a gente foi, que o ônibus que a gente foi foi precário, foi conseguido pelo... Aqui foi a delegação da gente”.¹⁹² Mesmo em péssimas condições seguiam caminho para outros lugares. No registro alguns estudantes como Milena Galdez¹⁹³ à direita da fotografia,

¹⁹¹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁹² Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁹³ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, e professora da Universidade Estadual do Maranhão vinculada ao Programa de Pós-graduação em História.

Acervo 26 – Ônibus “Pássaro Grande” em viagem com estudantes.



Fonte: Arquivo pessoal da estudante Nila Michele, 2000.

Como forma de custear, tinha o que chamavam de “bolsinha”, onde o CAHIS *Lagoa Amarela* pagava uma parte e o estudantes outra parte. “Aí a gente ficava em alojamento na universidade¹⁹⁴”. Contou que a professora Marize de Campos costumava auxiliar nessas buscas.

A gente juntava com dinheiro de arrecadação. Então, por exemplo, teve estudante que precisou ir para um congresso. Uma parte do dinheiro do Centro Acadêmico a gente tirou, fez a prestação de conta e entregou na mão do moleque. Se tem problema na alimentação, você não vai ficar aqui procurando isso.¹⁹⁵

Os estudantes que se mobilizavam para realizar as atividades, como exemplo, a feijoada. Conseguiram ônibus para irem aos eventos, mas também feijoada para custear gastos “Aí a gente não tinha verba assim, um pouco se lixando”.¹⁹⁶ Os embates correspondem ao contexto da época, passam por demandas internas à realidade da UFMA como também nacionais e internacionais em conexão. A exemplo, a *I Feijoada Histórica*. Havia algumas formas de conseguir inscrição gratuita: levando uma atração cultural. Geralmente ensaiavam um cacuriá.

¹⁹⁴ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

¹⁹⁵ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

¹⁹⁶ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

Acervo 27 – I Feijoada Histórica.

I Feijoada Histórica

NÃO PERCA!!!



Realização: C.A de História UFMA

Apolo:

Animação : **Grupo Magia**

Local:
AFISM (Associação dos Fiscais Municipais)
 End.: Av. dos Holandeses, 800 Ponta d' areia
 ao lado do Picanha Chopp
 Horário: A partir das 12:30hs

Dia: 17 / 06 / 00 Ingressos: **R\$ 3,00**

Maiores Informações: ☎ 232-2947



Tel.: (0xx98) 232 2947



☎ 222-8781 / 222-6186

Fonte: CAHIS-UFMA, 2000.

Acervo 28 – ENEH GAY, ENEH SAPA.



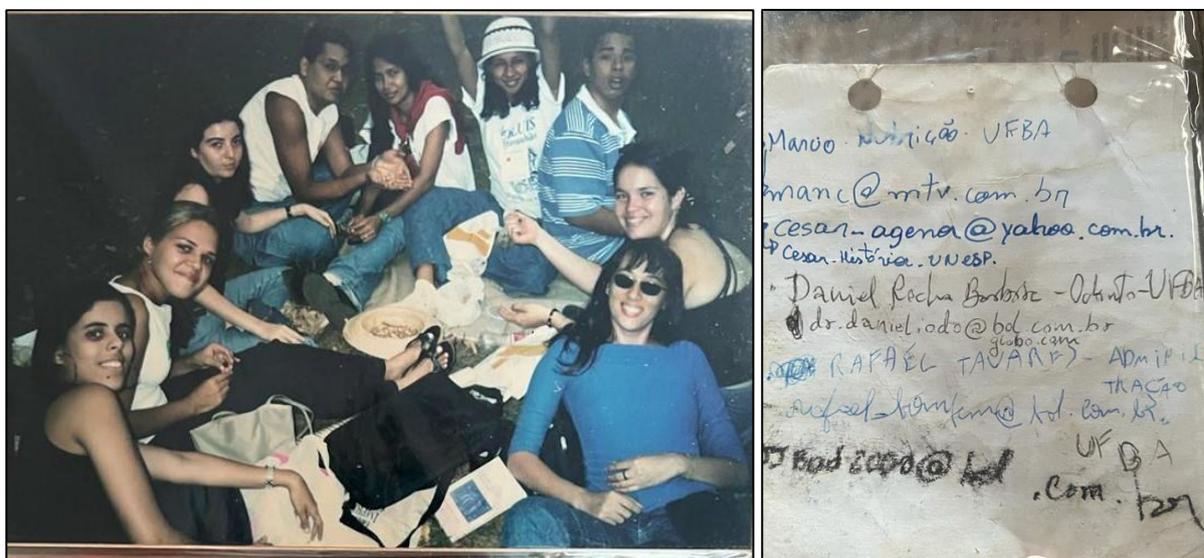
Fonte: Arquivo pessoal da estudante Nila Michele, 2000.

Nos encontros estudantis, a estudante Leide Ana Caldas destacou que tinha os rituais históricos como a *Babilônia*, onde ocorria o batismo de calouros do evento. “E aí tinha as

assembleias... tinha também a FUMEH... Babibônia! Que era a diamba desse tamanho, que era passada, tinha os rituais, tinha o ENEH GAY, o ENER SAPA, eu fui ENER SAPA¹⁹⁷. Lembrou que tinha o estudante Alexander Methanol, considerada a estrela LGBTQ do curso, e quando tinha esses eventos já tinha tudo para se performar. Essa era a história dele.

No encontro de Natal, por ser uma cidade que considerava mais turística, e não ser a coordenadora do CAHIS *Lagoa Amarela*, houve tempo para passear. Para continuar a comunicação, costumavam anotar atrás dos crachás, e-mail e contatos dos contatos estabelecidos no evento.

Acervo 29 – Conexões estudantis.



Fonte: Arquivo pessoal da estudante Nila Michele, 2000.

Observa-se o encontro estudantil como espaço de reconhecimento e arte. Um outro encontro ainda no ano 2000 foi o Encontro Nacional, os 20 anos, o tema foi *20 anos do movimento estudantil de História* em 2000. Segundo Leide Ana Caldas, não tinha recursos para a viagem, todavia houve apoio das companheiras do movimento, “Eu não ia. Não, o Leide tem que ir, bora se juntar. Aí uma amiga da turma, Nila, a galera pegou e não, Leide não pode deixar de ir não. E aí eu fui, mas geralmente eu sempre tive ajuda de pessoas assim, de me ajudar com grana”¹⁹⁸. Nos eventos regionais, houve encontros que conectaram o CAHIS *Lagoa Amarela* e o CAHIS *Negro Cosme*, da UEMA conforme o estudante Frederico Mecenas,

Então, a gente começou lá em 2002, ainda sob o governo Fernando Henrique. Na verdade, 2000 e 2001, em 2002. Nesses três anos, a gente vai conseguir participar de

¹⁹⁷ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

¹⁹⁸ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

congressos de História, o que não vinha acontecendo antes. Então, a gente participou dos ENEH's, dos Encontros Nacionais. A gente fez o Encontro Maranhense junto com a galera da UEMA. A gente fez em 2000. Foi o primeiro... Só pra você ter noção. Foi a primeira vez que UEMA e UFMA fizeram um evento conjunto.¹⁹⁹

Essa ação partia da necessidade de dialogar, pois existiam uma certa “competição” e distanciamento “Como você tem um curso de história aqui estadual, tem o curso federal e vocês não se comunicam. É, nós somos... Enquanto maranhense, em conjunto, até então, era tipo um faz e depois o outro faz, um faz e o outro faz”²⁰⁰. Os encontros também realizam comunicação entre as universidades.

A gente participou da manifestação, a gente foi, ajudou o curso da UEMA, que foi lá o evento regional, a gente fez marcha, o nacional foi no Maranhão, a gente fez marcha para derrubar o relógio dos 500 anos, entendeu? Então, assim, apesar de você entrar e ser eleito com um grupo acadêmico, apesar de não ter o dito nome acadêmico, mas era isso que estava fazendo. Então, esse grupo, ele se voltou para mais questões acadêmicas.²⁰¹

Nessa época, ocorreu a implementação de campanha do Governo FHC para o ano 2000 sobre os 500 anos do Brasil que tinha como objetivo reafirmar a ideia da harmoniosa miscigenação do indígena, negro e branco. Todavia, o movimento estudantil de História, reunidos em São Luís, lançaram nota de questionamento sobre qual seria a comemoração tendo em vista que ocorreu a dizimação de comunidades indígenas, exploração e acumulação de riquezas onde mulheres indígenas e negras foram violentadas como mercadoria sexual. Reafirmaram que essa campanha evidenciava a cumplicidade no projeto de exploração e exclusão dos povos. Por isso, “O Brasil que a gente quer, são outros 500” com inclusão.

Nós, estudantes de História do Norte e Nordeste, reunidos aqui em São Luís do Maranhão vimos reiterar, que precisamos acabar com a lógica imposta pelos ricos, e fazer desses 500 anos de invasão européia, um momento de reflexão sobre nossa História, enaltecendo a resistência negra, indígena e popular, contribuindo para desmascarmos a História mal contada, escrita e reproduzida pelas elites dominantes. O ano 2000, é um ano símbolo de retomada de valores e sonhos que nos estimule para construção de uma OUTRA HISTÓRIA!!!
VAMOS PROTESTAR MOSTRANDO NOSSA FACE E NOSSA FORÇA!
TODOS AO ATO PÚBLICO! (FEME H CAHIS-UFMA, 2000).

A exemplo, o evento a *História na S.B.P.C* com exposição dos trabalhos apresentados na 54ª SBPC ocorreu com engajamento dos estudantes de História da UFMA, o Fórum de

¹⁹⁹ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

²⁰⁰ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

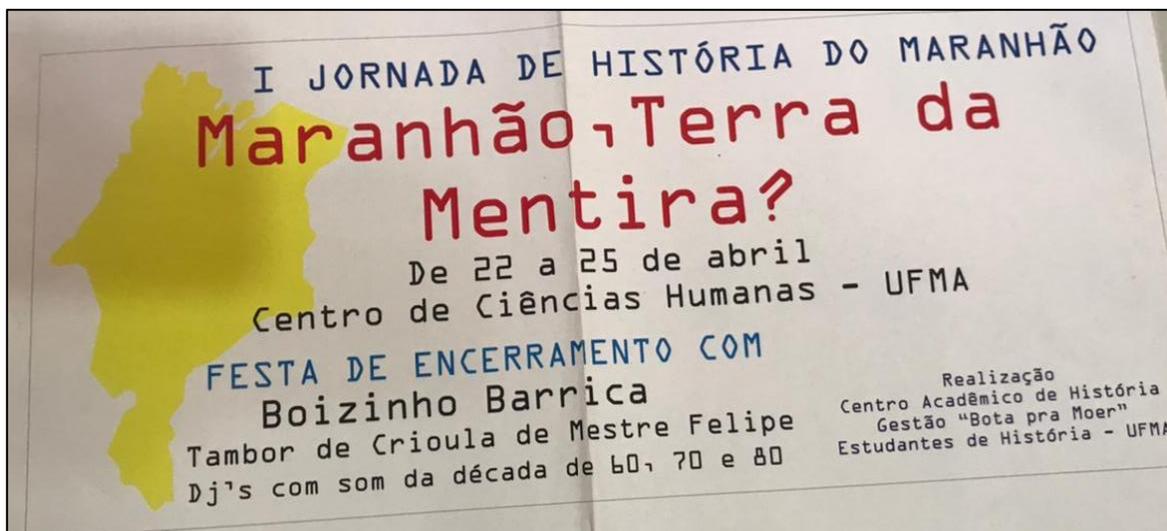
²⁰¹ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

História em 2007 contou com discussão sobre o tema História e Pesquisa com mesas e comunicações sobre o ofício do historiador, a formação do profissional, o movimento estudantil e as abordagens metodológicas. A realização da SBPC, uma articulação dos estudantes para conseguir bolsas e aprovação, pois a maioria ia para outras ciências, quase nenhuma para ciências humanas. Então esse processo de inserir as humanas como pesquisa científica foi uma luta para se concretizar. Nisso, o movimento estudantil fez suas intervenções, com apoio e incentivo de alguns professores do Departamento de História.

Então, a gente conseguiu fazer com que os professores, o Reitor, que no caso era o Maranhãozinho, conseguisse destinar as verbas pra SBPC. Começou a sair bolsa de SBPC pra gente. As primeiras bolsas de SBPC, há anos não saíam pra História. História, filosofia, geografia. Saíam pra ciências sociais, porque ciências sociais tem aquela coisa do... Ah, eles conseguem ter uma comprovação prática. CNPQ, quem buscou o CNPQ pra gente foi esse professor Wagner, Marize, Manuel, Washington, Glorinha, Regina, Josenildo, sacou? Essa galera é que falou assim, velho, se eles estão comprando essa ideia, então vamos comprar junto. Então era uma verba enxuta.²⁰²

Um outro evento foi “Maranhão, Terra da Mentira”, um evento que problematizava, por exemplo, a ideia de São Luís fundada por franceses e contava com atrações culturais como Tambor de Crioula do Mestre Felipe, vindo do bairro da Vila Conceição Coroadinho.

Acervo 30 – I Jornada de História do Maranhão. *Maranhão, Terra da Mentira?*



Fonte: CAHIS – UFMA, 2001.

²⁰² Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

Nesse ponto também levantaram a questão da oligarquia²⁰³ Sarney e as promessas desenvolvimentistas.

Acervo 31 – Casa de Estudantes.



Fonte: CAHIS-UFMA, 2003.

Para tratar da Casa de Estudante, fruto de luta do movimento estudantil no Brasil, realizava encontros nacionais para discutir o funcionamento, manutenção e políticas que assegurassem a permanência das casas. A casa dos estudantes em condições insalubres de moradia, reflete o destrato que vivenciava as universidades públicas. Essa política na universidade, era necessária para permanência dos estudantes que vinham estudar, principalmente nas capitais. Em 2003 foi realizado na UFMA com o tema “NÃO DEIXE A CASA CAIR”, discutiam em mesas redondas sobre “Residência estudantil: um retrato sem retoques” e uma diretoria para administração. Os embates sobre as políticas educacionais voltadas para pesquisa e extensão avançaram ao passo que as temáticas sociais eram pautadas pois o movimento estudantil intersecciona as frentes.

²⁰³ Ver Wagner Cabral (2019) em “*Pelo sapato fundo*”: bipolarização e reestruturação oligárquica da política maranhense. “Essas crises giravam em torno do próprio núcleo do que constitui a política oligárquica e patrimonialista: o controle do aparelho de Estado em benefício de grupos privados visando sua ascensão, reprodução e perpetuação no poder” (Costa, 2009, p. 95).

Acervo 32 – XXVII ENEH, *Terra de Ninguém*.



Fonte: Site da FEMEH, 2007. Disponível em:

<https://photos.google.com/share/AF1QipORrJtdbOc9qSEk9F1Y4fpDJzUnms8ADoChwr15cvENxJ5SQNQHI5ZMhoiTHNTtRw?key=d1czU1Nwa0JJUGVIcmMwbWE4QIJ5MvVHQU1xdIZB> . Acesso: 15/08.2024.

Em 2005, o XVII EREH Norte e Nordeste retomou a discussão sobre “A Formação do Profissional de História: desafios e perspectivas” a fim de discutir o perfil do profissional de História assim como analisar como os cursos de História estavam instrumentalizando os estudantes na produção do conhecimento historiográfico e na formação de professores. O currículo da formação inicial também foi pauta para analisar a dinamicidade e o distanciamento com a realidade do mercado do trabalho. Os estudantes estavam na articulação de alinhar a FEMEH com a ANPUH para fortalecer a luta pela regulamentação da profissão de historiador.

O XXVII Encontro Nacional dos Estudantes de História com o título “Terra de Ninguém?” em Cuiabá Mato Grosso, conhecida como “cidade verde”. A FEMEH esteve presente para discutir e sobre o cunho popular, intercultural e histórico, os eixos temáticos como: Território, fronteiras e resistências culturais; A organização dos movimentos sociais e as relações de poder no mundo contemporâneo; Universidade de ninguém: a atual conjuntura do

movimento estudantil e das universidades no Brasil com estudantes e professores. “[...] durante muitos anos fora visto como terra de ninguém, agora mediante a atual conjuntura multicultural, inserida em uma lógica global, faz coro com vozes que se levantam em solos latino-americanos” (XXVII ENEH CAHIS-UFMA, 2007). Esse diálogo na região centro-oeste do país é importantíssimo tendo em vista o bioma específico. Os saberes históricos de uma terra que concentra uma diversidade de etnias, era importante para rememorar. Então o questionamento “Terra de Ninguém” levanta problemáticas.

Como eventos nacionais relacionados à UNE, a estudante Amanda Dutra lembrou que participaram do 50º CONUNE que é o congresso da União Nacional dos Estudantes, considerou a melhor viagem da vida. O transporte foi uma articulação do DCE *17 de setembro*. Por meio desse envolvimento com o evento, a estudante foi convidada a integrar o Governo de Flávio Dino anos depois para coordenar a comunicação e construir o governo.

E aí, chegamos lá CONUNE acho que foi em 2007, a gente fez parte também do Fórum Estadual da Juventude, eu também fui para o Congresso Nacional da Juventude como delegada. Então, assim, o DCE, alguns movimentos estudantis, os CES, eles estiveram em esferas nacionais também. Então, essas pessoas atuavam também no movimento nacional²⁰⁴

Os estudantes rememoram com saudosismos os encontros, viagens e vivências em outros territórios. A discussão e as relações que são afirmadas nesse momento formativo são as memórias que destacam ao falar da época de graduação. Como exemplificou a estudante Amanda Dutra, muitos sujeitos passaram ali, e suas vidas foram construídas a partir dos conhecimentos e conexões feitos a partir desses espaços. Amizades, notas de repúdio, vozes, grupos de estudos se firmam por meio desses diálogos que somam com a vida profissional.

3.4“E aí você vê o governo Lula chegando, houve uma mudança drástica, mas não desejáveis”²⁰⁵

Na passagem para os anos 2000, o discurso sobre a globalização, projeto neoliberal e a mercantilização do ensino estava em alarme. Para além da cobrança de mensalidades que entrava gradativamente, a essência da universidade baseada no conhecimento, pesquisa e produção científica estava cada vez mais voltada para o mercado, distanciando da real função na sociedade como “A era das universidades mercantis” com envolvimento de empresas

²⁰⁴ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²⁰⁵ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

privadas internacionais no sistema de educação brasileiro, cobrança de mensalidades, comprometia o caráter público de acesso à pesquisa, ao ensino e aos serviços.

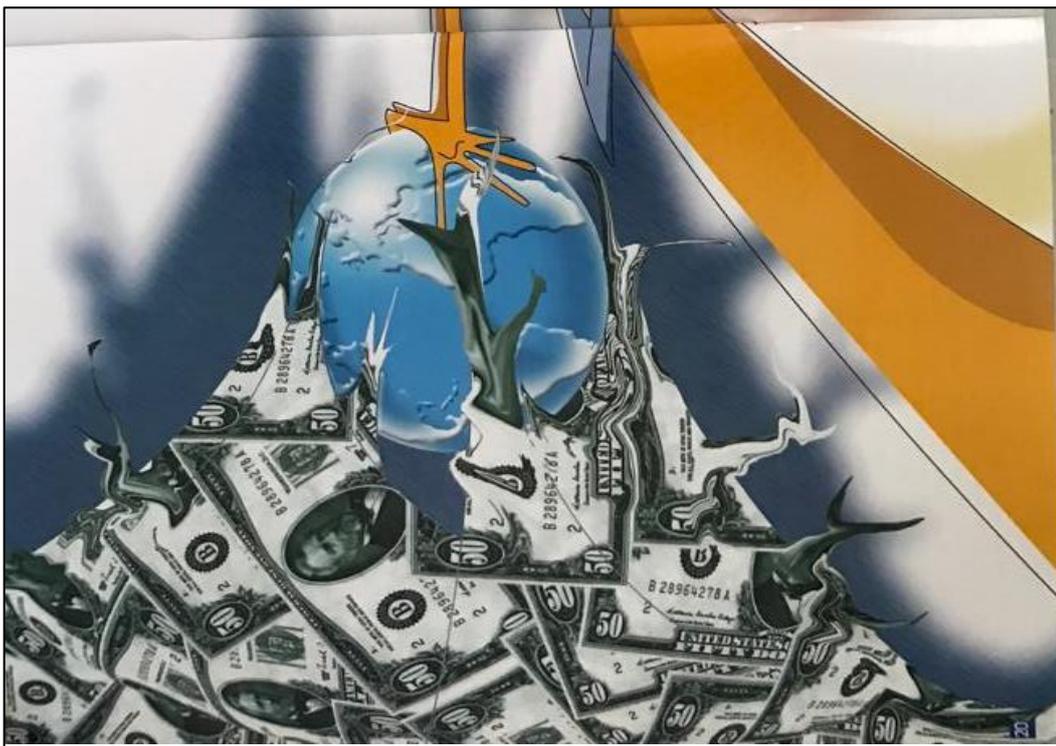
Isso faz parte da base de sustentação ao ataque contra a educação pública - ataque que se estende com força sobre as universidades. Nelas existe um movimento de abrir espaços para as corporações, que já apresenta efeitos claros. Esse fato pode ser observado no MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts), onde leciono, e em todas as instituições. A base fundamental deste movimento é criar, como na indústria, uma força de trabalho mais flexível. E isso significa debilitar a seguridade; ter um tipo de mão-de-obra barata e temporária composta de recém-formados, que são mal pagos e podem ser descartados, já que são temporários. Eles trabalham alguns anos, são demitidos, outros temporários são contratados, e assim por diante (UNE CAHIS-UFMA, 2001).

No aspecto global, os acontecimentos internos do país bem como o movimento dos estudantes estão conectados às demandas internacionais. Ao longo da década de 90, houve incentivo à exploração em favor do desenvolvimento econômico, na América Latina o Plano Colômbia e a expansão das bases militares norte-americanas com o discurso do combate ao narcotráfico e o plano de globalização reforçam o capitalismo como solução de organização. Todavia, ocorrem mobilizações tanto na Argentina quanto no Peru, quanto na Bolívia e Equador por meio de campanhas como Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A mobilização Encontro de Juventude Latino-americana contra a Mercantilização do Ensino ocorrida na Escócia durante da reunião dos países ricos G-8 em ato de repúdio a todo projeto de avanço. Como desdobramento, as condições nacionais foram bem acirradas, a entrega do patrimônio estatal, o aumento da fonte e da miséria, e elevadíssimos índices de desemprego foram as condições para que os lucros fossem os mais exorbitantes e a concentração de renda maior.

O projeto de globalização incentivava ainda mais as problemáticas anteriores como desigualdade, mas vista como o ideal de mundo do novo século. Os estudantes entendiam como um desafio, sobre incentivar ou não o projeto de aprofundamento das desigualdades que estava causando uma crise. Nisso consiste, o movimento estudantil universitário e suas conexões globais pelo viés da ideologia e o modo como as ações de desdobraram em seus territórios.

O Governo de FHC representou uma série de embates, dentre elas, muitas greves de professores. A instabilidade afetava o andamento das universidades públicas. A estudante Nila Michele retratou em suas memórias, e como um Centro Acadêmico que priorizou um bom funcionamento do curso e História, como retratado em discussões anteriores. Dentre as evidentes mudanças foi a diminuição de greve, justificada também pelo aceite que tinham com relação ao Governo.

Acervo 33 – Globalização, Revista UNE.



Fonte: CAHIS-UFMA, 2002.

A transição trouxe essa pausa de reivindicação, na espera das intervenções.

Quanto era a Fernando Henrique? Era greve. Todo ano tinha uma greve. Quanto tempo que durava a greve? É que dá dois meses, três meses, quatro meses, seis meses. Entendeu? Durante os meus quatro anos, eu peguei quatro greves. Só por aí, né? Depois disso, eu não vi história de greve de professores. Então, a mudança, até porque boa parte dos professores apoiavam realmente o governo.²⁰⁶

Na UFMA, em 2000 e 2001, conta o estudante Frederico Mecnas houve oito meses de greve. O ANDES articulou e organizou o movimento que ficou oito meses, e os estudantes apoiaram o movimento dos professores. Como disse a estudante Nila Michele, geralmente salário de professores e “Hoje, por exemplo, a gente está em um déficit de 44%, ou seja, quase a metade”²⁰⁷, como colocou o estudante Marlon Bruno. Um outro ponto de greves, era a estrutura da UFMA com relação ao restaurante universitário, e era uma problemática principalmente porque acolhia muitos estudantes que vinham de outras cidades. “Eu ainda tinha

²⁰⁶ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

²⁰⁷ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

um emprego, tinha pouco dinheiro, às vezes comia no RU, mas tinha Sá Viana²⁰⁸ que salvava a gente”.²⁰⁹ As greves também se referiam ao transporte, principalmente da cidade de São Luís.

Estudar na Federal do Maranhão foi mostrar pra quem era de São Luís e pra quem veio de fora como eu, quem foi de fora como eu, realidades, entendeu? Realidades mesmo. Realidades mesmo. Realidades de eu falar assim, velho, tem galera que não tem comida, não vai estar em São Luís, não tem emprego. São Luís só foi melhorar a questão de emprego depois de 2006.²¹⁰

Os estudantes nutriam expectativas no Governo Lula tendo uma vez que se posicionava contra, inclusive em resistência contra o projeto de privatizações da educação, mas também por ter sido um candidato que esteve ao lado desta luta. “Eu lembro que quando o Lula ganhou [...]. eu liguei pra Fred e disse, nós conseguimos”²¹¹. A fala do estudante Frederico Mecenaz reflete essa espera quando disse que “[...] o governo Lula tinha um ano de governo, então ele ainda estava naquela remissão. Quando eu venho embora, em 2004, 2005, é que a verba chega e explode uma série de outras coisas, que eu já falei, estruturadas”. Realizavam rodas de conversa no auditório para discutir a conjuntura. A estudante Amanda Dutra assume uma tendência ao PT, “Eu tinha essa ideia como usuária, como usuária do movimento estudantil, mas com contato com amigos do PT. Eu sempre votei no Lula, então eu era... Eu votava nele, acreditava nas políticas, vivenciei muita parte do Bolsa Família”.²¹²

Todavia, houve divergências entre os estudantes e os posicionamentos depois das eleições de 2002. Algumas memórias trazem as benfeitorias enquanto outras, críticas às ações de Lula.

Em 2002, "A esperança venceu o medo" foi a frase que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva presidente do Brasil. Ao contrário dessa expectativa, o que se vê nesses três anos de mandato é a continuidade da prevalência dos interesses privados sobre os públicos, dos banqueiros sobre os trabalhadores, do medo sobre a esperança. Mesmo antes de Lula assumir já se apresentavam alguns elementos de continuidade. Primeiro, com a escolha de José Alencar vice-presidente, baseada na tese de conciliação do inconciliável sob o apelido de "pacto social" entre trabalhadores e empresários. Depois, na composição ministerial: o banqueiro Henrique Meirelles para o Banco Central, indicando aos mercados o tom da política econômica e a manutenção dos acordos firmados com os organismos internacionais; o megaempresário Furlan, dono da Sadia, para ministro do Desenvolvimento, sinalizando o privilégio as exportações e não ao investimento no mercado interno; e Roberto Rodrigues, representante do agronegócio, para ministro da Agricultura, como parte de um projeto que baseia o

²⁰⁸ Um bairro que fica nas proximidades da UFMA e tem muitas relações sociais com a universidade. Antes do muro, era um com a cidade universitária. Os estudantes possuem uma relação com os restaurantes, e principalmente os bares como o *Bambu Bar*.

²⁰⁹ Entrevista realizada com Frederico Mecenaz, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

²¹⁰ Entrevista realizada com Frederico Mecenaz, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

²¹¹ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

²¹² Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

desenvolvimento na ampliação dos latifúndios e bem distante da tão esperada reforma agrária (CAHIS-UFMA, 2005).

A eleição que elegeu Lula retratou os interesses da classe trabalhadora e dos jovens, mas o que se considerou foi a manutenção do neoliberalismo, inclusive no ensino superior, segundo os estudantes. Sobre isso, no 49º Congresso da UNE, terceiro ano de governo, os estudantes criticam a posição da entidade ao considerar que se curvaram em relação às propostas do governo ainda que contra o projeto que esperavam para o país. No entanto, reafirmam que a classe trabalhadora e os estudantes permanecem vigilantes e atentos às reformas universitárias, e reivindicam a UNE que permaneça a favor dos interesses da categoria para cumprir o objetivo do movimento estudantil. Ocorreu um esvaziamento na UNE, segundo o estudante Frederico Mecenas, que critica o movimento feito na época sob justificativa de que havia discussão de pautas individualizadas que ele nomeou de “identitárias”, e os estudantes se isolavam nas discussões, não engajavam a coletividade. Desde a década de 1990 que o movimento estudantil se aprofundara em bandeiras visando desenvolver, mas não individualizar.

Lula, cuja eleição foi expressão da vontade dos trabalhadores e jovens de nosso país de mudar a realidade em que vivemos. No entanto, o que mudou foi a postura de Lula e de setores da esquerda que hoje se curvam ao discurso fácil da "correlação de forças" para tentar defender o aprofundamento da aplicação do neoliberalismo no país. Nesse contexto se insere a direção majoritária da União Nacional dos Estudantes (UJS-PCdoB), que vem transformando a entidade numa subsecretaria do Planalto. Mas, assim como setores amplos da classe trabalhadora seguem na luta por seus direitos e rejeitam a lógica do "banquete farto do poder", a juventude universitária também não se dobra. Por isso, nesse congresso, defendemos a UNE vermelha, autônoma frente a partidos e governos, democrática e de luta. Em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e de um movimento estudantil plural e transformador (PRÉ-TESE 49º CONUNE CAHIS-UFMA, 2005).

Segundo os estudantes, nos três anos de governo, a UNE “colaborava” e se gloriava de participar das articulações com o governo Lula “a direção majoritária da UNE vem colocando a entidade numa condição subserviente ao Governo Lula. Especialmente a ‘reforma’ universitária, a cada dia aprofunda esta relação” (CAHIS-UFMA, 2005). O país se tornou o maior pagador de juros do mundo com sacrifício de estudantes e trabalhadores. “Não, mas... Tanto é que essa greve de 2003, tem uma dissidência entre a UNE e a ANDES, porque a ANDES quer a greve, porque quer reposição, e a UNE fala, velho, você tá de sacanagem com a gente. Entendeu?”²¹³. O relatório “Tendências globais de emprego para jovens”, trouxe que em 2003 havia 88 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, desempregados, sendo que do total 3,5

²¹³ Entrevista realizada com Frederico Mecenas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

milhões estavam no Brasil com 4% do desemprego juvenil global. Como reafirmação das práticas, temiam o PPPs (Parceria Público-Privadas), a Reforma da Previdência e a Reforma Sindical e trabalhista, pois previa um controle das entidades representativas que interferia na autonomia sindical e extinção de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A origem das verbas que ingressam nas fundações privadas de apoio eram os cofres públicos, mesmo que de forma ilegal, as fundações geram um alto lucro. A mercantilização do conhecimento promovido pelas fundações compromete a liberdade acadêmica e o direcionamento dos currículos, pesquisa em prol dos interesses do mercado. O ANDES fez um levantamento das problemáticas entre as fundações privadas e a universidade pública, dentre elas: Contratos ou convênios como objetos não relacionados a pesquisa, ensino, extensão ou desenvolvimento institucional; desrespeito à Lei de Licitações; Utilização das infraestruturas físicas, equipamentos e equipamentos e pessoal das IES públicas.

As políticas assistencialistas como Fome Zero, Bolsa Família, Bolsa Escola, PROUNI geravam uma disputa entre os trabalhadores “[...] desempregados passam a ver os empregados como inimigos, estudantes que não conseguem entrar nas universidades ficam contra os que entraram” (CAHIS-UFMA, 2005). Uma divergência entre a entidade UNE e os demais estudantes. Na política educacional, observa-se a fragmentação das entidades ao criar a PROIFES paralela aos ANDES para trata do tema de Reforma Universitário que consideram ser “tão precioso ao Movimento Estudantil”. Ocorreu um debate sobre ir ou não contra o Governo Lula e a reforma que pretendia implementar, uns defendiam até o rompimento com a UNE, pois entendiam que apoiava os entraves da reforma.

Como parte desses rompimentos, houve a separação de uma corrente que depois se tornou o PSOL, lembra Nila Michele. “Teve lá aquele racha, aquela briga, surge o PSOL, porque antes não tinha o PSOL, então a galera era PT, era PDT, era União Socialista, era União Jovem Socialista”²¹⁴. Tais tensões foram destacadas na fala do estudante Frederico Mecenas ao demonstrar a mudança imediata que aguardava as organizações e entidades que apoiavam o governo Lula e a UNE como parceira do governo que questiona os estudantes ao se posicionarem nesse tom de pressão ao presidente. Para além, cita que os demais estudantes do curso de História estavam em movimento.

²¹⁴ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

Quando o Lula entrou, em 2003, então a gente passou esse primeiro ano, tanto é que tem uma greve em 2003, menor, mais de seis meses. Porque todo mundo se pensa assim, vai entrar e... Aquela coisa do imediatismo, né? Vai entrar e vai mudar.²¹⁵

No Maranhão, a educação básica em 2001, em virtude programa *Viva Educação* sob o Governo de Roseana Sarney nos últimos seis anos, foi assinado um contrato com a Rede Globo sobre o Tele-ensino intitulado Telecurso 2000 como forma de corrigir a defasagem do ensino pela idade/série na rede pública de ensino. Segundo Paulo Rios, escritor da reivindicação, o Censo Escolar 2000 possuía 206.623 alunos em toda a rede de ensino médio, mas possuía muitos que não estavam matriculados nas escolas. Na recém aprovada LDB 1996, o Estado tinha função de garantir o ensino médio, todavia meta não estava cumprida em boa parte no Maranhão,

Pela leitura dos dados, podemos concluir que nestes seis anos de governo da Sr^a Roseana Sarney, diferente do que tem afirmado a propaganda governamental, os jovens maranhenses ficaram reféns de políticas públicas que assegurassem a sua inclusão democrática na rede pública de ensino médio, segundo os princípios previstos no artigo 3, da LDB, quais sejam **igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, respeito à liberdade e apreço à tolerância, gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade** (CAHIS-UFMA, 2001).

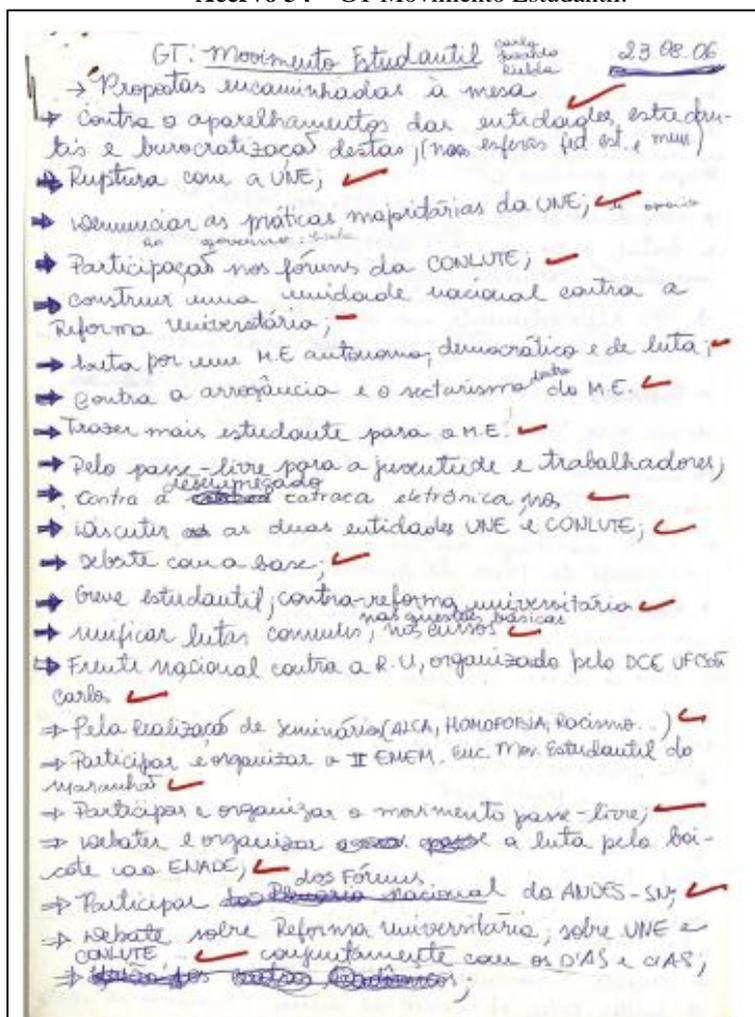
Nesse sentido, ocorreram as manifestações como “É hora de unir as lutas!”, e “Vamos barrar essa reforma universitária”, os estudantes organizaram uma plenária com 1.700 pessoas com as executivas de curso, DCEs e CAs contra a Reforma Universitária com ocupações urbanas e rurais por moradia, emprego e conflitos do campo como a Reforma Agrária, as reformas neoliberais. Na educação, a contrarreforma que foi apresentada pelo governo Lula contrariava as expectativas pois aprofunda a ideia a lógica de crescimento da rede privada como forma de ampliação do acesso. Para além, não havia infraestrutura que garantisse um bom funcionamento das teleaulas. Os profissionais eram contratados como orientadores de aprendizagem, precarizando assim a função dos professores. Reivindicavam pelo concurso público.

O DCE *17 de setembro* no GT de Movimento Estudantil pontuou sobre a ruptura com a UNE a fim de denunciar as práticas que julgava majoritárias. Esse alinhamento estava tanto na UFMA quanto outras universidades e entidades como ANDES que julgava condizente os posicionamentos da UNE. Dentre as pautas estavam: contra o aparelhamento das entidades estudantis e burocratização das esferas federais, estadual e municipal; participação nos fóruns

²¹⁵ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

da CONLUTE; construir uma unidade nacional contra a Reforma Universitária e a democracia da luta; contra a arrogância no meio do movimento; a luta pelo passe-livre para a juventude e trabalhadores.

Acervo 34 – GT Movimento Estudantil.



Fonte: DCE – UFMA, 2006.

A greve estudantil estava em debate contra a Reforma Universitária e o boicote do ENADE (Provão), contra a avaliação institucional do MEC, a especialização gratuita e também o pagamento da taxa do diploma. Resistiam à privatização da rádio universidade, pela comunicação livre e alinhada aos Direitos Humanos. A estrutura dos cursos do campus como também construção de um Teatro na UFMA, a área de vivência, creche e o reflorestamento. A crítica estava em colocar recurso público em iniciativa privada com a rede de televisão tendo em vista que as escolas particulares avançavam e a educação pública maranhense tinha recuada entre os piores índices de aprendizado.

A falta de recursos abatia as universidades públicas brasileiras, continuava o descaso e sucateamento eminente em anos anteriores, visíveis na estrutura como: laboratórios, bibliotecas e prédios que precisavam de manutenção, salas e concurso para professores, o que levava as universidades buscar financiamento para pesquisa, em setores privados, com projetos voltados ao interesse privado. Dentre os questionamentos, “Essa ‘reforma’ universitária que vem sendo implementada pelo governo melhorar este quadro ou aprofunda a privatização do ensino superior brasileiro. Nós achamos que esta ‘reforma’ aprofunda os problemas já existentes na educação superior?” (CAHIS-UFMA, 2004). Segue as pautas levantadas e justificadas pelos estudantes.

Veja abaixo alguns motivos para sermos contra o Anteprojeto:

Favorecimento à iniciativa privada - O ensino superior privado é colocado como "bem público", acabando com a distinção entre público e privado; e desmonta o papel do Estado como provedor da educação, transformando-o em mero regulador. Além disso, propõe a expansão de vagas via ensino à distância e centros universitários (que não produzem pesquisa e extensão) e cursos "de formação continuada", legalizando o ensino de má qualidade.

Redução do financiamento público - Em 2004, o custo da educação superior chegou a 78% do que está regulamentado na constituição. Agora, o governo quer reduzir esse percentual para 75% e fazer com que as instituições se viem para "gerarem recursos próprios" por meio de convênios, contratos, programas e projetos de cooperação ou receitas próprias"

Legalização das fundações privadas e dos cursos pagos - O projeto mantém as fundações privadas nas universidades públicas e abre brecha para que os projetos de extensão sejam transformados em cursos pagos, contrariando a constituição.

Descaso com a assistência estudantil - O projeto não obriga as universidades a oferecer bolsas, moradia, restaurantes, creches, etc. A assistência estudantil seria financiada por uma loteria ou pelo chamado "Primeiro Emprego Acadêmico", que vai utilizar mão-de-obra barata estudantil para substituir funcionários e professores. Ou seja, a permanência do estudante na universidade vai virar jogo de azar ou política assistencialista. E um escândalo!

Ataque à autonomia universitária - A proposta do governo é atrelar a autonomia aos chamados contratos de gestão propostos por FHC, e amarrar os estatutos das universidades a critérios estabelecidos pelo MEC e por conselhos comunitários, formados majoritariamente por representantes da "sociedade civil" (leia-se empresários).

Favorecimento da meritocracia - As eleições diretas de um pró-reitor nas universidades particulares e dos reitores nas públicas é a chamada "cereja no bolo" do projeto. Um avanço que pode gerar retrocessos em vários cantos do país, porque não está estabelecida a paridade nas eleições, mantendo um peso maior para os professores.

Abertura para o capital estrangeiro - Até hoje, a participação estrangeira na educação, embora acontecesse, era ilegal. Agora, o governo Lula regulamenta que, no mínimo, 30% do capital das instituições de ensino superior venha de fora do país. Um prato cheio para a Alca, que abre o mercado da educação em todo o continente para as empresas norte-americanas de ensino.

Liberdade para os tubarões - a proposta de 'reforma' não revisa a lei de mensalidades de FHC, que vem expulsando milhares de jovens das universidades em todo o país, e não impõe o efetivo controle social sobre as instituições privadas. Ou seja, os tubarões continuam com liberdade total para explorar os estudantes (CAHIS-UFMA, 2004).

O Ministério da Educação entregou uma versão preliminar da Reforma Universitária em que cita ter sido construída pela comunidade acadêmica, entidades da sociedade, movimentos sociais e políticas do campo da educação com objetivo de exercer as responsabilidades atribuídas pela Educação Superior e a autonomia disposta no Art. 207 da Constituição Federal para garantir o acesso e a permanência nas instituições, assim como ensino de qualidade, qualificação e o fortalecimento da universidade pública.

A Reforma da Educação Superior é um estímulo à inovação do pensamento brasileiro e ao fortalecimento de sua inserção no cenário internacional. As mudanças propiciadas por esta Lei certamente contribuirão para liberar energias criadoras contidas pela falta de condições adequadas ao pleno exercício das atividades científicas, culturais e intelectuais. A educação é a prática e a formação de valores. As atuais e futuras gerações transformadoras da história deste país devem poder encontrar, em todas e em cada instituição de ensino superior, ambientes propícios ao exercício da liberdade, solidariedade, diversidade e ética, para que possam se comprometer com o futuro do Brasil (CAHIS-UFMA, 2004).

Essa proposta do Governo Lula para contribuições e formulação visando um projeto definitivo conforme o Ministro da Educação Tarso Genro. Todavia, os estudantes acreditavam que diferente do que disse o ministro, esse documento não se tratava de um “marco zero”, mas o terceiro anteprojeto de continuidade do plano que estava em vigor, com o SINAES que mantinha no ENADE a lógica criticada pelo movimento estudantil, o Provão; Lei de Inovação Tecnológica com pesquisas voltadas ao mercado; PROUNI, a parceria entre o público e o privado por meio do regulamento às fundações de apoio que torna diversos setores como água, energia, telefone e professores espaço de lucro para empresários e a Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica. O primeiro em 2003 e o segundo elaborado pelo MEC reafirmando os princípios da Reforma Universitária. Entendiam o anteprojeto como um controlador que limitaria a autonomia universitária tanto nas públicas quanto nas privadas, pois apresenta uma concepção reduzida à formação instrumental com objetivo de formar para o mercado de trabalho. O documento solicitava o ponto de vista da comunidade universitária, mas iniciava dizendo que tinha sido construída pela mesma comunidade.

Os estudantes colocavam à prova os interesses da reforma, temendo que fosse a confirmação de um projeto neoliberal em desenvolvimento no país, pois desde o primeiro parágrafo já citava os as faculdades de iniciativa privada e também a manutenção de serviços privatizados nas IES públicas. Diante das possíveis pretensões, e contra a reforma universitária, em defesa da universidade pública e de qualidade para todos, onde defendiam:

- Investimento de 10% do PIB na educação pública.

- A expansão da rede pública de ensino em todos os níveis, dando especial atenção ao ensino noturno, com recursos garantia de qualidade Estado para o pleno aproveitamento da capacidade física instalada para o ensino, pesquisa e extensão.
- Fim das taxas e mensalidades e uma política séria de assistência estudantil, com rubrica própria, que possibilite ao estudante se manter na universidade.
- Eleições diretas e, no mínimo, paritárias para reitores e fim da lista tríplice.
- Mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação interna e extrema de suas atividades, levando em conta os fins da educação e não os do mercado, e com garantia estatal plena da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- Concursos públicos para docentes e técnico-administrativos (CAHIS-UFMA, 2005).

A publicação do Anteprojeto da Lei Orgânica de Reforma do Ensino Superior da Reforma Universitária gerou discussão e posicionamento dos estudantes com relação às políticas educacionais implementadas, mas também sobre a relação da UNE com o Governo Lula. Para eles, o governo que se elegeu criticando as propostas de FHC que intitularam como “Príncipe do neoliberalismo”, estava reforçando o modelo com atualizações a favor do mercado. Os estudantes criticavam a ausência de participação da comunidade acadêmica para reorganizar o sucateamento das universidades ao tempo que ocorria consulta aos bancos sobre os meios de intervenção nas universidades públicas. A posse de Lula marcou movimentação pela Reforma Universitária, questionada por ser alinhada aos interesses neoliberais. Nesse tempo, pontuaram a troca do Ministro da Educação Cristóvão Buarque pelo Tarso Genro, o que para os estudantes, representou a retirada daquele que tinha um vínculo com a universidade e receberia pressão.

POR QUE A REFORMA UNVIERSITÁRIA DO GOVERNO LULA É NEOLIBERAL

Bem diferente do que é falado por aí pelos setores governistas e simpatizante das políticas neoliberais, esta Reforma é sim privatizante [...]. Aqueles que se encontram na frente deste atual governo, e aí falo, por exemplo, do ministro Tarso Genro, passaram os anos do governo de FHC criticando as políticas neoliberais, inclusive aquelas que atingiam a educação. Neste Interim, Lula é eleito e empossado, e assim houve uma clara e evidente mobilização e direcionamento da Reforma Universitária, daquela que é necessária para uma que é desnecessária. Isto é, aquilo que era para superar todo o sucateamento e depredação que as Públicas atravessam para aquela que é de interesse do Capital. Em vez de pedir a contribuição do movimento docente e do movimento estudantil, por exemplo, este governo foi pedir ajuda ao Banco Mundial e suas Ong's, e isto há muito tempo já ocorria de maneira mais amena. Por exemplo, no governo neoliberal de Cristóvão Buarque, quando foi governador de Brasília. Lá ele implantou a Bolsa Escola, proposta esta que se apresenta como algo progressista, mas que está inserida naquela velha frase tão utilizada pelas elites econômicas em suas salas de reuniões: Preferível perder os anéis que os dedos. Neste processo de oficialização da degradação da Universidade. Cristóvão é demitido. Aqui é preciso dizer que a demissão se deu por que ele era diretamente ligado à academia para atender demandas do mercado (CAHIS-UFMA, 2005).

A Apresentação do Anteprojeto da Lei Orgânica de Reforma do Ensino Superior da Reforma Universitária, foi questionada pelos estudantes que reafirmaram contradição entre a publicação e a realidade, tanto sobre a participação do movimento estudantil, docentes e entidades sociais, quanto ao teor neoliberal da proposta. Ocorreu embates dos estudantes com a UNE que a acusavam de apoiar as propostas do Governo Lula, pois temiam que com a aprovação do anteprojeto, a participação de recurso estrangeiro em instituições universitárias conseguiria livre acesso. A análise feita sobre o Anteprojeto questiona a construção das Universidades no Brasil como o ABC sobre não possuir orçamento para manter. A submissão a bons indicadores de qualidade para justificar a destinação de verbas por meio do desempenho no SINAES, deixava os IFES subordinados ao sistema de avaliação. Embora trate os discentes como parte de decisão no colegiado, a predominância era dos docentes.

Como já foi dito aqui, a Assistência Estudantil passou por maus momentos no governo de Fernando Henrique, e aqui neste governo? Primeiramente, é devido à falta de uma política séria nesta área que percebemos as precárias condições das residências estudantis, a péssima qualidade e a terceirização dos restaurantes universitários, as bibliotecas sucateadas. E para solucionar isto, o anteprojeto apresenta a loteria esportiva. Isto não é brincadeira não (CAHIS-UFMA, 2005).

O SINAES estava inserido na Reforma Universitária, consequência do ENADE e do *Provão* criticado no Governo de FHC, os estudantes permaneciam resistentes ao tipo de avaliação ao destacar que embora seja no Governo Lula, permaneciam fiéis contra a proposta tendo em vista todo acúmulo de lutas e debates que fizeram quando o governo de oposição. Defendiam que a avaliação deveria ocorrer, mas sem ideais produtivistas e punitiva. O movimento “Pra Barrar esta Reforma Universitária”, realizado em 2004, pressionou o governo sobre os caminhos que estavam trilhando. Declarações que atribuíam à Universidade Pública, um grande custo, justificava a Reforma Universitária. A exclusão dos movimentos representativos sinalizava que a divergência entre os planos do MEC e o movimento estudantil. “É questão de lógica: um governo neoliberal vai fazer reformas... Quem adivinha ganha um presente (diferente, claro, daqueles que os banqueiros recebem do governo)” (CAHIS-UFMA, 2005). A Parceria Público-Privado alinhava os interesses onde a universidade seria o palco de “desvio”, conforme os estudantes. Diante dessa visão, o movimento estudantil, tinha como objetivo, analisar, posicionar e barrar a reforma que era apoiada pela UNE.

No recorrente ano acontecia o plebiscito da dívida externa promovida pelas entidades, entre elas: UNE, UBES, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, MST, Central de movimentos Populares, além do PT, Pcdob e PSTU para verificar se a população brasileira

deveria continuar “pagando suas dívidas aos banqueiros” enquanto a crise de miséria e fome como também desemprego, crescia no país.

Os questionamentos norteadores eram “O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição?” e “Os governos federais, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento para pagar a dívida interna aos especuladores?” (Plebiscito UNE CAHIS-UFMA, 2000).

Por meio do Simpósio sobre Dívida Externa que surgiu o debate público entre as entidades para realizar o plebiscito como forma de incluir e atualizar o povo sobre as questões que mexiam diretamente a vida de todos uma vez que o Governo FHC estava realizando as negociações. Para participar da votação, a UNE organizou a votação entre os estudantes nas universidades com uma comissão para cada universidade ou campus universitário. Os estudantes que eram responsáveis de montar a comissão e mediar o processo sendo os fiscais e mesários mediados pelo DCE e Centros Acadêmicos. Zelavam pelo alcance do objetivo geral da campanha e pela transparência no processo conforme a Constituição Federal. No término das eleições, o mapa de votação deveria ser enviado à Comissão Nacional Coordenadora para apuração dos votos.

Segundo os estudantes, o recurso da dívida interna poderia ter sido investido em universidades triplicando o número de universitários no país passando de 2 milhões para 7 milhões assim como investimento na ciência e tecnologia e crédito educativo. Ocorreram mobilizações populares em todo o país, com greves estudantis.

Há, porém, uma mudança significativa na cena política brasileira nos últimos tempos: o povo não aguenta mais tamanha injustiça. Já em março, as entidades estudantis realizaram manifestações em todos os cantos do Brasil. Em abril, o governo, que pensava que o protesto indígena, negro e popular [...]. No dia 31 de maio, sacudimos as capitais brasileiras com milhares de estudantes nas ruas pedindo o fim da política neoliberal de FHC, protestos que juntaram os funcionários públicos, há cinco anos sem aumento de salários. Nas universidades federais e nas universidades estaduais paulistas, a greve levou o debate para a sociedade com a realização de inúmeras aulas públicas. Em São Paulo, onde houve greve também dos professores estaduais, nem o uso da tropa de choque da polícia militar evitou que a adesão ao movimento crescesse e ganhasse a simpatia da população. O governo federal diz não ter dinheiro para atender nossas reivindicações. Isso é parcialmente verdadeiro. Já que boa parte dos recursos é dirigida para o pagamento das dívidas externa e interna (Plebiscito CAHIS-UFMA, 2000).

As bandeiras transversalizavam as lutas do movimento estudantil, pois o século XXI inicia com desastres em desmatamento e disputas norte-americanas, a fim de construir permanentemente uma educação pública, gratuita e de qualidade como direito de todos e todas,

mas que também atendesse a classe trabalhadora e ao mundo na perspectiva global de funcionamento associadas às bandeiras do movimento estudantil.

Tabela 7 – Bandeiras do movimento estudantil.

Abaixo a globalização capitalista.	Não às guerras imperialistas!
Todo apoio ao povo palestino. Pelo fim do Estado genocida de Israel.	Em defesa da autodeterminação dos povos. Fora Bush do Iraque!
Abaixo o Plano Colômbia!	Não à ALCA! Plebiscito já!
Um outro mundo, socialista, é possível!	Avançar em conquistas e derrotar o projeto neoliberal em curso.
Contra as reformas neoliberais do governo Lula.	Ruptura imediata com o FMI e não pagamento da dívida e(x)terna!
Não à autonomia do Banco Central!	Pela retirada imediata das tropas brasileiras no Haiti.
Em defesa da reforma agrária e urbana, todo apoio aos trabalhadores sem-terra e sem-teto.	Por salário e emprego.
Vamos pra rua em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade como direito de todos!	Por um M.E autônomo de partidos e governos, democrático e de luta!
Fortalecer o Fórum de Executivas e de DCEs!	Por uma Plenária Nacional de Estudantes de Universidades Públicas.
Racismo é crime e merece punição!	Em defesa das políticas afirmativas!
Defesa do feriado de 20 de novembro em todo o país!	Combater a Violência Capitalista
Combate ao Racismo	Em Defesa do Meio Ambiente
Democratização dos Meios de Comunicação	Combate ao Machismo
Combate à Homofobia	-

Fonte: Elaborado pela autora, CAHIS-UFMA, 2005.

Como retratado, havia esperança em governo que consideravam ser a solução dos diversos problemas. Conforme Frederico Mecnas, “o imediatismo”, tendo em vista as questões que urgiam ser resolvidas. As bandeiras de lutas deram uma continuidade entre defesa da educação pública, salário em emprego, mas também políticas afirmativas. Entre prós e contras, houve embate dos estudantes, até mesmo contra a UNE, diante do governo de Lula, pois defendiam que deveriam ter mais participação nas decisões do governo, principalmente relacionado à educação tanto professores quanto estudantes.

3.4.1 “O movimento estudantil, nessa época, deve muito à internet. No Maranhão, fui eu que criei a comunidade ‘Xô Rosengana’ no Orkut”²¹⁶

O movimento estudantil por meio das redes sociais vigorou nos anos 2000, sobretudo a partir de 2004. A juventude se apropriou do recurso das redes sociais para estender a socialização por vias das redes, e como consequência houve utilização dessa metodologia que mobilizou um movimento estudantil conectado. As redes sociais possuem sua importância no sentido de mobilização das ideias, e assim aconteceu nesse cenário em questão, um contexto efervescente onde as redes sociais estavam ampliando seu alcance e influenciando enquanto ferramenta de comunicação: *Xô Rosengana* em São Luís do Maranhão. Uma discussão em destaque, pois trata-se de uma época que sinalizava outras formas de mobilizações no tempo presente que pulverizou nos anos que sucederam como enfatizou o estudante Marlon Bruno “O que acho que é algo fundamental para a gente entender... Lá no passado, a participação dos estudantes nesses movimentos, de maneira geral, foi algo que é muito natural hoje, que são as redes sociais”.²¹⁷ Tal manifestação foi uma memória que se destacou ao entrevistar a estudante Amanda Dutra e o estudante Marlon Bruno. Havia uma proximidade entre os estudantes que também reflete o contato do CAHIS *Lagoa Amarela* e o DCE *17 de setembro*.

Essa questão é bem interessante, porque eu não participei de forma institucional do movimento da universidade. Porém, eu era muito participativo. Eu estava sempre lá, conversando com as pessoas. Eu estava sempre conversando com a galera do Jornalismo, que é lá onde eu conheci a Amanda. Tínhamos uns colegas lá, então a gente estava sempre nessa discussão.²¹⁸

Dentre as atuações relatadas, percebeu-se que foi a intervenção que marcou a passagem da estudante Amanda Dutra, e também do estudante Marlon Bruno releva não ter participado com ênfase no movimento institucionalizado, mas que agia por meio dele como estudante da UFMA. Sobretudo porque disse que conheceu este movimento por meio do *Orkut*, uma rede social criada em 2004, atualmente desativada, mas que foi um marco na era das redes sociais, principalmente para geração em análise. Elementos como: perfil pessoal com foto, e-mail e senha para acesso, depoimentos, scraps, sorte do dia, cores e tema de perfil, privacidade e a criação de comunidades com regras e objetivos como “Querida sorvete, mas era feijão” ou “Eu nunca terminei uma borracha” se tornaram populares. Esses dispositivos do *Orkut* foram

²¹⁶ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²¹⁷ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²¹⁸ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

responsáveis em popularizar o uso das redes sociais, sobretudo no Brasil. No cenário em questão foi essencial, como afirmam os estudantes.

Conheci mais esse movimento, mais precisamente o movimento estudantil voltado, para essa questão da política, para essa questão dessa quebra, foi justamente o Orkut. Em 2005, 2006, é o auge do Orkut, comunidades, uma série de coisas. Então, a gente ali era uma novidade. Era uma novidade para todo mundo. E ali foi uma loucura aquilo ali. Hoje eu analiso como algo assim... Eu lembro de sempre ter, desde o início, internet em casa, aquela velha internet discada.²¹⁹

Um outro parêntese que eu ainda não falei, o grupo Jovens Vigilantes, que era um grupo que eu coordenava, que ele tinha duas bandeiras principais: o Passe Livre, infelizmente até hoje não conseguimos, Passe Livre Estudantil, e o Xô Rosengana”, então a gente era muito atuante nisso. Essas eram as duas principais. E que 2006 também foi um ano emblemático, movimentos, passeatas, “Xô Rosengana”, então a gente era muito atuante nisso. Essas eram as duas principais.²²⁰

Segundo o estudante Marlon Bruno, o objetivo principal dessa mobilização era intervir na candidatura de Roseana Sarney nas eleições de 2006, que vinha pleiteando o cargo de Governadora do Estado tendo como oposição Jackson Lago (PDT), por meio da distribuição de alcance de informações que possibilitava a plataforma. Segundo o estudante Marlon Bruno, o objetivo principal dessa mobilização era intervir na candidatura de Roseana Sarney nas eleições de 2006, que vinha pleiteando o cargo de Governadora do Estado tendo como oposição Jackson Lago (PDT), por meio da distribuição de alcance de informações que possibilitava a plataforma.

As informações são conectadas e se desdobram de acordo com as necessidades do espaço. O movimento *Xô Rosengana* surgiu sob influência do que acontecia no Estado do Amapá em um movimento chamado *Xô Sarney*. Essa comunidade do Orkut tinha uma quantidade “expressiva” de pessoas, “milhares de pessoas”. “Eu entrei nessa comunidade do Orkut e começamos a dialogar sobre como era feito o movimento lá no Amapá”²²¹. Naquela época, era evidente às críticas ao sobrenome Sarney, essa insatisfação reverberava em diversas esferas, principalmente na universidade pública. Então surgiu a ideia de reproduzir a manifestação no Maranhão que estava em período de campanha eleitorais para governador, e Roseana Sarney era candidata.

A ideia de criar a comunidade para articulação do movimento em 2006 também foi incentivada pela personagem que se vestia de “Rosengana”. Wagner Cabral informou que ela era a estudante Rejane Galeno, do campo de arte-educação e atualmente professora. Muitas vezes fazia tal intervenção na Praça Deodoro, centro histórico de São Luís.

²¹⁹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²²⁰ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²²¹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

Imagem 4 – Estudante “Rosengana”



Fonte: Blog de Ricardo Santos²²²

<https://blogdoricardosantos.com.br/2017/08/atriz-do-rosengana-e-constrangida-pelos-agentes-do-governador-de-todos/> . Acesso: 23/10/2024.

Houve memórias de características da personagem. Outra vez um movimento estudantil político,

[...] que era uma menina, se não me engano, da universidade, que ela se vestia com a forma de Roseana, botava um bigodinho, e eles já estavam fazendo alguns movimentos de meios teatrais e tudo mais, e aí eu resolvi criar a comunidade. [...] Inclusive, existem algumas imagens dela na internet e ela na Deodoro vestida com palitozinho. Ela passava um pó de arroz no rosto para ficar mais branquinha.²²³

A conjuntura política defendia uma ruptura da oligarquia Sarney, do bloco de poder. A família possuía acusações na época, além de um longo período de poder sob o Estado do Maranhão. “E era na época daquele escândalo da Lunos, da Roseana Sarney, e a gente terminava falando dessa política, dessa mentira maranhense, dessa... da história lá do Sarneysmo, eu lembro que foi até o professor Wagner que deu essa última palestra”²²⁴. Como diz professor Wagner Cabral, o discurso da “Libertação do Maranhão”, é recorrente desde 1950, tendo como ponto central na Greve de 1951 e que reverberou na vitória de Jackson Lago em

²²² *Blogueiro* citado pela estudante Amanda Dutra que fazia parte dos Jovens Vigilantes, um grupo de articulação.

²²³ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²²⁴ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

2006. “[...] as eleições 2006 parecem indicar a emergência de uma nova tendência na política maranhense” (Costa, 2009, p. 96). A candidatura de Roseana Sarney tinha um clima de vitória juntamente com a imagem de mulher guerreira e da cultura popular, enquanto Jackson Lago, alinhado aos movimentos sociais, mas também oposição à ditadura militar e ao sarneísmo.

Arquivo 35 – Xô Rosengana no Maranhão.



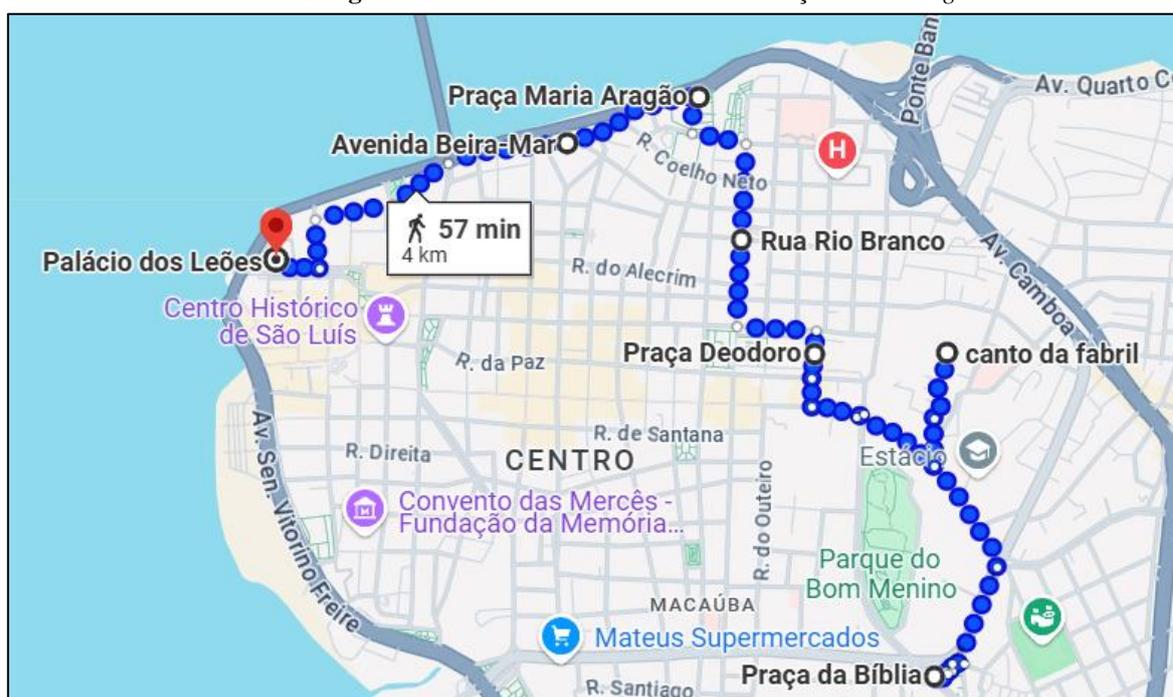
Fonte: Arquivo pessoal de Amanda Dutra e Marlon Bruno, 2006.

A comunidade do *Orkut* se tornou ainda maior do que a “Xô Sarney”, desdobrando criação de outras comunidades menores inspiradas nessa manifestação como a comunidade “Norcute”, “Xô Rosengana”. Um palco, ou melhor, rede de discussões entre estudantes, a sociedade civil. Como ressaltou o estudante Marlon Bruno, “O movimento estudantil, nesse período, deve muito a essa questão da internet. Ele deve muito a comunidades do *Orkut*, porque hoje você tem grupões do *WhatsApp*, uma série de coisas que você está dialogando ali em tempo real”²²⁵. Relembrou que por meio da comunidade de *Orkut* chamada “Xô Rosengana”, marcavam as reuniões na praça, “[...] e naquela época tudo era marcado no *Orkut*. Tinha uma comunidade no *Orkut* e a galera falava, ó, vamos ter uma reunião para discutir tal assunto, vai

²²⁵ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

ser 19 horas lá na praça do CCH”²²⁶. Importante perceber que não finalizava nas redes sociais, mas engajava os encontros presenciais pela universidade, e essa articulação foi importante para a efetividade. Os estudantes secundaristas também participaram das manifestações, muitos diretores liberaram as turmas. A primeira manifestação seguiu o trajeto Praça da Bíblia, subindo para o Canto da Fabril, sentido Praça Deodoro, Rua Rio Branco até o Palácio dos Leões, totalizando 4 km, com as devidas pausas e intervenções.

Imagem da autora 5 – Percurso da manifestação *Xô Rosengana*



Fonte: *Google Maps*, 2024.

Tanto Amanda Dutra quanto Marlon Bruno não imaginavam que tomaria à proporção que tomou “Eu lembro de várias falas de alguns colegas, da Amanda, do Ricardo, de outras pessoas que falavam que não imaginavam que ia tomar uma proporção como aquela. A gente não imaginava, sinceramente”²²⁷. Fazia parte das pautas do movimento estudantil a resistência ao governo do Grupo Sarney. Segundo a estudante Nila Michele, “[...] mas era do Grupo Sarney, acho que era a Roseana, que estava lá e era todo mundo contra a Roseana. Em termos de participação federal, acho que a minha geração a gente não teve nenhum benefício, era literalmente agro”²²⁸. Os centros acadêmicos estavam presentes na manifestação, como os

²²⁶ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²²⁷ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²²⁸ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

partidos políticos com suas bandeiras contrárias ao Governo da família Sarney. Não contaram com verbas para patrocínio do movimento, então perceberam atuação de outras vertentes quando surgiu carro de som, material de divulgação. A quantidade de pessoas ultrapassou, esperavam contar com 100 e 200 pessoas. “Quando a gente espantou, a Praça da Bíblia estava lotada, né? Estudantes de várias escolas, né? E algumas bandeiras, né?”²²⁹.

Acervo 36 – Manifestação Xô Rosengana.



Fonte: Arquivo pessoal dos estudantes Amanda Dutra e Marlon Bruno, 2006.

Houve participação de bandeiras dos partidos políticos como PSTU, PT, PC do B, e as bandeirinhas vermelhas que tomaram destaque, inclusive uma das inquietações com relação a partidos políticos no meio estudantil, foi intenção dos grupos políticos ao “ajudar”, relata.

Mas ao final do movimento, que talvez a gente já falasse um pouco sobre isso, a gente percebeu que tinha muita gente ali que entrou ali com outros objetivos, de fato. Que, infelizmente, hoje na política, nós somos adultos, hoje nós entendemos que muita gente se aproveita politicamente desses movimentos, infelizmente, para poder aparecer, para poder crescer e uma série de outras coisas.²³⁰

²²⁹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²³⁰ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

Os partidos políticos não participaram das articulações iniciais, então o interesse ao longo do processo incomodou, pois assumiram uma postura de articuladores principais do movimento. “Então, que... que se destacava o novo movimento, mas que não tinham participado, de fato, naquela discussão inicial”²³¹. Na segunda manifestação, aumentou a estrutura com trio elétrico “doados”. Então observa um caso de confusão com relação à inserção de partidos no movimento de estudantes que não era necessariamente alinhado a alguns dos que surgiram no movimento.

A análise que eu faço hoje é o seguinte, alguém, por exemplo, alguém ou alguns falaram assim, “olha, a galera da UFMA tá se organizando pra fazer isso, talvez seja algo interessante pra gente, politicamente falando. Vamos ver o que vai acontecer”. E aí, como foi algo que se destacou no cenário ali naquele momento? Porque parou o trânsito da cidade inteira. Eu lembro de a gente passar na frente das escolas ali no centro, e os diretores liberaram os alunos. Vamos lá, vamos lá, que isso é importante para vocês, isso aqui é uma aula pública. E aí os alunos daquelas escolas ali próximas iam entrando, iam entrando em movimento a galera do Liceu.²³²

Para o estudante, esse “interesse político” marcou e trouxe motivação com relação ao movimento estudantil, pois tem consciência de que o movimento *Xô Rosengana* foi catalisador para derrota de Roseana Sarney naquele ano, como diz “E a gente acredita muito que esse movimento foi importantíssimo para a queda da Roseana Sarney naquele momento”²³³.

Imagem da autora 6 – Roseana Sarney no Maranhão



Fonte: O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2006/roseana-sarney-derrotada-no-maranhao-5012097>. Acesso: 23/10/2024.

O professor Wagner Cabral (2009), trata que para além de impressionismos ou partidarismos, houve elementos que ocasionaram a ruptura do ex-governador José Reinaldo com o grupo Sarney, um velho grupo dominante sob interferência de um outro. Nesse sentido entende que tinham objetivos básico: a sustentação do governo e aliança com partidos de oposição como PTB e PSB, mas também controle do poder sucessório. “[...] foram utilizadas

²³¹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²³² Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²³³ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

as armas de que o ex-governador dispunha, ou seja, a utilização da máquina estadual e o controle dos cofres públicos, com o que se reforçou o padrão patrimonialista próprio de uma dissidência oligárquica” (Costa, 2009, p. 97). A intenção era uma “velha” alinhada ao PMDB, Demo e PTB para uma outra no eixo PSDB e PDT.

O discurso de Jackson Lago²³⁴ não citou os estudantes especificamente naquela noite como parte dessa articulação que culminou a vitória, somente uma pessoa que ele cita como umas das principais. Acredita que foi injusto com quem fomentou a discussão na base como ele tinha feito, isso gerou desmotivação com o movimento.

O discurso do Jackson Lago, ele cita os estudantes. Isso ali emociona muita gente ali, porque ele fala que aquilo ali foi crucial para a vitória dele em São Luís, que é algo que ele nunca tinha visto. Porém, quando ele cita os estudantes, ele faz uma ligação dos estudantes com o Márcio Jardim, que entrou de gaiato no segundo dia da manifestação. Ao meu ver, aquilo ali foi um balde de água fria. Por quê?²³⁵

Apesar das desilusões, analisou que atingiram o objetivo, o movimento gerou uma pressão na candidatura de Roseana Sarney, a insatisfação da sociedade. Ele entendeu a participação dos estudantes foi um marco na história da oligarquia Sarney no Maranhão.

Porque a principal luta que a gente teve naquele momento era pela mudança política. A gente estava ali vivenciando anos e anos ali daquele... de uma oligarquia Sarney, como a gente fala sobre isso ainda até hoje. E o grande anseio naquele momento era essa mudança. E a gente enxergava no Jackson Lago essa mudança. Ele era a pessoa ali que já tinha tentado e fracassado várias vezes. Às vezes a gente não lembra disso, mas ele tinha se candidatado e fracassado várias vezes contra a Roseana. E o movimento, ele contribuiu muito para a vitória dele. E ele deixou isso bem claro naquele discurso. Então, quando ele faz um discurso, em que ele agradece os estudantes e ele diz que esse movimento foi importante para a vitória dele, a gente sente realizado, sim. Então, a análise que eu faço da época é que a gente conseguiu atingir o objetivo.²³⁶

No discurso, o eleito Jackson Lago cita o então presidente Lula, ressalta a representatividade de sua eleição como governador ao disputar com Roseana Sarney, uma ruptura de uma era no Maranhão.

Durante muitos anos, coube ao povo maranhense participar da política como quem assiste a um espetáculo. E que triste espetáculo! Agora é hora do povo do Maranhão tornar-se o sujeito ativo da política. É hora de devolver o Maranhão para o povo maranhense. Graças à determinação de seu povo, o Maranhão manda hoje, em alto e bom som, um recado para todo o Brasil. O Maranhão não tem dono! Somos um estado

²³⁴ Discurso de Jackson Lago disponível na íntegra em: <https://vermelho.org.br/2007/01/03/leia-a-integra-do-discurso-de-posse-do-novo-governador-do-estado-do-maranhao-jackson-lago-do-pdt/>. Acesso: 24/10/2024.

²³⁵ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²³⁶ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

livre! O dono do Maranhão é o povo do Maranhão [...]. Quis também uma feliz circunstância política que o meu governo coincidissem com o segundo mandato do presidente Lula. Com ele palmilhei, há alguns anos, o chão do Maranhão. Conversamos com quebradeiras de coco, visitamos pescadores, trocamos idéias com lavradores, homens e mulheres do interior do Maranhão [...].²³⁷

Logo depois, a página foi *hackeada* e excluída, assumiu uma outra nomenclatura. O estudante comenta que a partir de 2007 se desligou do movimento. Sabe-se que dois anos depois o mandato de Jackson Lago foi cassado por acusação de captação ilícita de sufrágio (compra de votos). Observa-se estava em etapa final do curso de graduação, algo recorrente no movimento estudantil, a transitoriedade. “Eu costumo dizer que tive uma participação crucial no início desse movimento, porque fui o criador justamente dessa página”²³⁸. Então, nessa passagem relevante na história política do Estado do Maranhão houve reflexo nos movimentos, inclusive estudantil da universidade. Entre as relações tensionadas, política e as relações sociais, ocorreram vivências que serviram para formação acadêmica, mas também profissional. Como citado a exemplo, Felipe Camarão e Márcio Jardim vindos do movimento estudantil, seguiram na carreira política. Entre outros como a estudante Amanda Dutra que ocupou cargos que envolveu a política como consequência das experiências, inclusive com movimento estudantil.

3.5 “O movimento estudantil me enriqueceu muito intelectualmente”²³⁹

As vivências no movimento estudantil articulam saberes que influenciam na formação acadêmica e profissional. No decorrer da discussão, foi perceptível que a teia de relações norteou a vida na universidade como um leque de possibilidades refletidos em seus perfis profissionais. O movimento estudantil, como evidenciado, tem diversas frentes que também alarmam de acordo com o tempo e época de atuação. O perfil do estudante, consciência de suas realidades e bandeiras tanto pessoais quanto coletivas endereçam os lugares que ocupam no movimento. Essa participação traz um protagonismo ao estudante universitário. Diante das narrativas, observa-se que o *CAHIS Lagoa Amarela* e *DCE 17 de setembro* possibilitou aprendizados para sua formação acadêmica, política, social e profissional. A partir das afirmações, foi possível compreender que o movimento estudantil foi espaço de formação política e de consciência coletiva.

[...] uma vez que a participação do jovem na vida política estudantil e seu engajamento no movimento trazem aos estudantes protagonismo na vida civil do país que muitas

²³⁷ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²³⁸ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²³⁹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

vezes encontram-se inerte diante das problemáticas sofridas pelo povo (Monteiro, 2020, p. 100).

Ao serem questionados, “Sua participação no movimento estudantil contribuiu para formação acadêmica e profissional?”, prontamente responderam que com seu estilo de vida. Demonstraram relação afetiva que tem com a UFMA nesse campo de formação. A estudante Amanda Dutra ressaltou a experiência acadêmica paralelo ao movimento estudantil. “Às vezes a gente deixa ela passar pela gente, né?”²⁴⁰. O estudante Marlon Bruno sobre os questionamentos e afirmações que tomou consciência ao se envolver com o movimento político estudantil, “Não, participação teve totalmente. Eu não tenho como desvincular o que eu sou hoje do que aconteceu comigo lá naquele momento em que eu participei desses momentos”²⁴¹. A estudante Nila Michele lembrou que participou com intensidade do movimento paralelo com ênfase na formação acadêmica, “Das movimentações das universidades das movimentações da universidade. Participei todos os anos. Eu dizia que eu vivia a universidade”²⁴².

A estudante Leide Ana Caldas rememorou que a formação adquirida com o CAHIS *Lagoa Amarela* catalisou seu envolvimento com os movimentos sociais e a militância em sala de aula, isso reverberou “Bom... Eu, até hoje, eu sou militante, né? Eu sou militante do cinema na educação, eu sou militante da educação pública. Então, eu acho que a gente tem que se envolver em movimento social. Eu acho que a gente tem que se organizar como categoria”²⁴³. O estudante Frederico Mecnas relatou que a consciência da importância de engajar foi bem trabalhado durante o tempo de aproximação com o movimento, sua militância e a capoeira ainda são presentes em sua vida.

A estudante Amanda Dutra relatou que influenciou em contatos para aprofundar na área do curso de graduação, a Comunicação, por meio de acessórias coordenadas por grupos políticos, a lidar com o campo político inclusive oposto ao que ela seguiu a vida inteira. “Então, o movimento estudantil me ajudou a olhar ainda mais para o outro, ter essa parte social ainda mais forte dentro de mim, a fazer amizades que eu levei por muitos anos e que me ajudaram a construir coisas boas também”²⁴⁴. Para além, houve conexão com outros movimentos ligados à política. “Como eu te disse, vivenciei a universidade com um todo, tive acesso também a pessoas do movimento estudantil de antigamente, muitos deles ligados à política”²⁴⁵.

²⁴⁰ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²⁴¹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²⁴² Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

²⁴³ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

²⁴⁴ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²⁴⁵ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

Trabalhou, assim que saiu da UFMA, e foi morar em Brasília, em espaços com políticos diversos, e isso justifica por ter feito parte de um movimento estudantil frutífero, porém sem “extremismos”, como lembra. Apesar das frustrações ou avanços, houve ganho de conhecimento.

E avançar, eu entendo isso, avançar. Então, nós conseguimos avançar. Infelizmente, nós não conseguimos o Passe Livre Estudantil por muito pouco, mas tudo isso, todos esses contatos me fizeram, com certeza, ser uma profissional melhor, né? Na comunicação que permeia tudo, a comunicação e o social. Sim.²⁴⁶

Para a estudante, a universidade é ampla e trouxe oportunidade, quanto às “deficiências” como chamou, disse que existem em todos os espaços, e que como estudante, deveria lutar para que houvesse políticas educacionais efetivas. O campo de pesquisa e de extensão como congressos quando entrou na UFMA, foram crescentes com trabalhos, projetos que proporcionou o crescimento na área da comunicação. No mundo profissional foi norteador o envolvimento com o DCE *17 de setembro* e o centro acadêmico de comunicação.

[...] tão, acaba que quando você se permite conversar e conhecer as coisas e as pessoas, você também tem acesso a informações, né? De grupos de pesquisa ou de bolsa, então acaba que você é voltada ao social e acaba passo a passo também melhorando o seu acadêmico, se assim você direcionar”.²⁴⁷

A militância no movimento estudantil se alinhava à vida acadêmica e paralelo, ou depois como professores. A atuação no movimento estudantil influenciou na sala de aula, a estudante Leide Ana Caldas enfatizou que como militante da vida inteira, incentivada pela universidade também, continua em sala de aula a engajar os alunos a participar dos grêmios estudantis e centros acadêmicos. Da mesma forma, a estudante Nila Michele lembrou que a militância e a formação acadêmica eram entrelaçadas, uma luta pela educação, principal bandeira do movimento estudantil. “E como eu já tinha essa veia educacional, acabei muito pelas discussões pelo lado da educação e militando pela educação”²⁴⁸. O estudante Marlon Bruno disse que como professor do Instituto Federal já articulou alguns movimentos grevistas e passeatas em São Raimundo das Mangabeiras. Lembra que ao ver os alunos pintando o rosto e nas ruas, se remete ao tempo que era estudante e do movimento estudantil.

²⁴⁶ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²⁴⁷ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²⁴⁸ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

Quando eu digo que eu sou operária da educação, é uma fala política, né? No sentido mesmo. No sentido histórico da coisa. De operar, de ser operária, mas tipo, lá do Brasil, a operária que lê, né? Que tenta, né? Perceber, tenta... analisar, que se angustia, que se revolta, que tem dias que fica puto, que dá vontade de... Mas eu nunca digo assim, eu nunca disse até hoje... ah, eu vou largar, não.²⁴⁹

A experiência do espaço de disputa política do centro acadêmico estimula os questionamentos e a realização da juventude, relembra o estudante Marlon Bruno que a UFMA oportunizou vivenciar o que tinha vontade: participar de um movimento em defesa dos direitos sociais. “Eu lembro que, antes de entrar na universidade, eu sempre pensei assim, eu quero participar de algo, eu quero participar de algo que vai mudar algo social, mudar socialmente alguma coisa. Então eu fico feliz muito de ter participado desse movimento”²⁵⁰, e também “Eu fico feliz de ter feito algo significativo pela sociedade”²⁵¹. Contou que a criação da comunidade no *Orkut* com o alcance de pessoas e o desdobramento nas ruas foi algo que o deixa feliz em lembrar.

Os discursos extasiantes de estudantes e o pensamento quando está no movimento, envolve o estudante. “Mas, como eu relatei aqui pra ti, eu tive altos e baixos dentro do movimento e eu aprendi muito, socialmente falando, me enriqueceu muito intelectualmente”²⁵². Como lembrou Marlon Bruno, tem altos e baixos dentro do movimento, mas possibilitou contato com leituras, um acréscimo intelectual para além dos currículos da universidade, tratou como um ponto positivo,

Eu tive a oportunidade, eu não vou lembrar talvez os livros que eu tenha lido ou os autores que eu tenha lido, mas eu lembro de ter em discussões, por exemplo, a gente estar em uma reunião e alguém usar um autor para justificar uma fala, e aquilo ali me fez ler e ler aquele autor²⁵³.

Essas ações impulsionava a leitura e discussões de autores como um grupo de estudo alinhado à luta estudantil. Percebe-se que foi um marco na vida estudantil durante a universidade, somou ao intelectual que reverberou no acadêmico e profissional. O eixo entre educação, política e comunicação, diálogos que permeiam o campo do movimento estudantil. Assim, os estudantes dos casos apresentados, seguiram os rumos de vida por meio das afinidades e relações que tiveram contato durante a trajetória, principalmente durante a vivência na universidade. Possuem essa formação acadêmica e profissional atualmente:

²⁴⁹ Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

²⁵⁰ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024

²⁵¹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²⁵² Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²⁵³ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

Tabela 8 – Formação acadêmica e profissional dos estudantes entrevistados

NOME	ACADÊMICA	PROFISSIONAL
Amanda Dutra Ramos	Comunicação, com ênfase em Assessoria de Imprensa, Marketing político e Televisão. É bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão.	Atualmente coordena a assessoria de comunicação da Escola de Governo do Maranhão.
Frederico Mecenaz Benjamim	Graduado em Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão.	Atualmente desenvolve dois trabalhos distintos em preparação para concursos e vestibular: como Professor de História Geral e Brasil e coordenador. E, de forma extracurricular, trabalha com a Capoeira desde 2000.
Leide Ana Oliveira Caldas	Doutoranda pelo Programa Acadêmico de Pós-Graduação em História na UFMA. Mestra em História Social pela Universidade Federal do Maranhão.	Professora de História do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), no Campus Coelho Neto. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afrodscendentes e Indiodscendentes (NEABI) do IFMA-Campus Coelho Neto no Maranhão. Primeira Secretária da Associação Nacional de Profissionais de História (ANPUH) Seção Maranhão no biênio 2021/2022. Sócia da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual-SOCINE.
Marlon Bruno Cardozo	Mestre em Educação (PPGE-UFMA). Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (2009).	Atualmente é professor EBTT de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).
Nila Michele Santos	Doutoranda em História na Universidade Estadual do Maranhão. Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão (2016).	Professora EBTT da disciplina de História no Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Pedreiras, Maranhão. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero do campus Pedreiras - LEGIP. Foi Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e indígenas campus Pedreiras (NEABI) de 2017 a 2021. Premiada em 3 lugar no prêmio 15 anos de políticas públicas para Mulheres SEMU/FAPEMA (2022). Atuou como secretária geral da ANPUH-MA, gestão biênio 2021- 2022.
Werlys de Jesus Cunha Santos	Licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão.	Faz parte do movimento negro, tem um espaço de reggae e devoção às raízes africanas em São José de Ribamar.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Site *Escavador*.

“Tem gente que também só fica no movimento estudantil e esquece a sala de aula, né?”²⁵⁴. Conforme observado, o movimento estudantil para tais estudantes em questão foi catalizador para o meio acadêmico, profissional por meio da atuação em escolas, universidades, secretarias, partidos políticos, sociedade, entre outros. A linha tênue entre a vida estudantil e a militância com a compreensão que um não anula o outro, mas se complementam. Os saberes forjados no movimento, firmam bases de consciência crítica da sociedade. Essa postura, ao saírem da universidade, expande-se em seus campos de atuação enquanto profissionais. Este diálogo é necessário para quebrar os estereótipos generalizados com relação a tais sujeitos históricos. Esses vieram da universidade pública, da UFMA e estão pelo mundo multiplicando o aprendizado que trouxeram a partir de atuações abordadas ao longo dessa discussão sobre o movimento estudantil. Ao observar suas práticas, é perceptível o engajamento que refletem. “Então, é isso. Eu, como professora, é isso. Eu estou sempre buscando. Na verdade, eu me sinto uma eterna estudante que dá aula (gargalhada)”²⁵⁵.

²⁵⁴ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²⁵⁵ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “E é isso, então... circulava entre a academia, a boemia e o movimento... e o profissional”²⁵⁶

Assim, a universidade, o colégio, o ginásio, a escola, o corpo docente, os currículos, a pesquisa, a pós-graduação, serão ou não serão aquilo a que almejam na medida em que a sociedade como um todo poder se renovar para que aquelas funções preencham os fins desejados (Poerner, 1979, p. 23).

O movimento estudantil é um movimento social em que seus integrantes são transitórios, pois ocorre a mudança de suas condições enquanto sujeitos, mas essa passagem se faz intensa e necessária para os estudantes que se engajam nas problemáticas e tramas de sua época. Colabora para o funcionamento da universidade, e traz formação tanto acadêmica quanto de vida. Como retratou o estudante Marlon Bruno, “Acho que isso seria importantíssimo para todo adolescente: participar de algo dessa maneira, porque ele está ali no ápice da discussão social, no ápice do movimento, e isso tem uma grande contribuição”²⁵⁷. O histórico do ensino superior aponta que esse espaço é uma das principais ferramentas utilizadas pela classe dominante para manutenção do poder, e na contramão de todo o processo. A história do movimento estudantil no Brasil demonstra que uma parcela significativa dos estudantes do ensino superior, juntamente com movimento de secundaristas, de docentes e técnicos, sempre buscou fazer o enfrentamento necessário em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Compreender o movimento estudantil e observar as implicações dos anos 2000 permite adentrar nas políticas educacionais e programas que direcionam o funcionamento da universidade e o envolvimento do movimento estudantil nos anos de 2000 a 2007. Uma memória institucional tanto da universidade quanto da entidade, no caso DCE 17 de setembro e CAHIS Lagoa Amarela. Como citou Angélica Müller (2020, p. 37), “Assim como efêmero o tempo da militância estudantil, parece ser efêmero o tempo que o pesquisador se debruça sobre ele”. O objetivo ao se propor desenvolver a presente pesquisa, foi compreender o desafio e a responsabilidade. Ao se debruçar sobre esta pesquisa, tanto a bibliografia quanto às fontes, ampliaram as possibilidades de investigação, o que gerou outros questionamentos que nortearam o título, o recorte temporal e espacial, a estrutura, e lapidaram os objetivos.

Para além do contexto de transição política, ao analisar as fontes documentais e escritas, observou-se questionamentos sobre a UFMA, o funcionamento do curso de História, a trajetória

²⁵⁶ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

²⁵⁷ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

de vida acadêmica e profissional dos entrevistados, os encontros estudantis, manifestações como *Xô Rosengana* em São Luís e o movimento estudantil no meio dessas questões. Observa-se que há intersecção das lutas entre estudantes e professores, mapeados inclusive no arquivo do CAHIS *Lagoa Amarela*.

Compreende-se que a hipótese norteadora foi amadurecida no desenvolvimento da pesquisa. Afinal, o movimento estudantil nutria expectativa de mudanças, todavia nem tudo foi como esperavam como bem lembraram os estudantes entrevistados, houve divergências onde a crítica central foi a parceria público-privado. Para o movimento estudantil, o governo Lula deveria construir políticas e programas educacionais que dialogassem com os estudantes, com as classes que o apoiou em campanha. Observa-se que foi cumprido o objetivo do governo Lula ainda que diante de tais parcerias, mas gerou insatisfações em alguns setores do movimento estudantil ao tempo que indagavam a UNE sob causa de aparelhamento do Estado.

A parceria público-privado consolidada em 2004 por meio da Lei nº 11.079 incentivou o crescimento das iniciativas privadas, inclusive no ensino superior. Quais os limites disso? Por um lado, viabilizou acesso à educação superior com a continuidade do FIES e início do PROUNI, uma demanda da época, mas não deu condições de permanência a esses estudantes bolsistas, por exemplo. Muitos ao sair, ficaram endividados pelo FIES. Observa-se que o plano neoliberal de ampliação da iniciativa privada tomou força com uma visão de mercado para formar aceleradamente mão-de-obra ao tempo que a estrutura das universidades públicas saía a passos lentos do sucateamento.

Inserir recurso público na iniciativa privada ou terceirizar serviços colabora para o projeto de instabilidade nas universidades públicas, ao tempo que estudantes de classes favorecidas ingressaram nas federais e estaduais, e os estudantes vindos de escolas públicas, com baixa renda, com raízes étnico-raciais, em sua maioria, submetiam-se à faculdades particulares com alto teor burocrático para ocupar as vagas de bolsas de estudos, e não haviam políticas de assistência à permanência nos espaços, o que aumenta os casos de desistência. Uma linha tênue que não pode distanciar em zelar pela qualidade do ensino superior, principalmente o público.

A investigação levou em consideração a historiografia sobre o movimento estudantil como a influência dos partidos políticos e a Constituição Federal de 1988, o histórico da UFMA bem como o processo de resistência em sua fundação, transição do governo de FHC e Lula com as políticas e programas educacionais bem como o REUNI na UFMA, e as *Saudações Estudantis* por meio das vozes dos estudantes. Diante de suas atuações, seguiram a hipótese norteadora ao passo que também ocasionou muita modificação na percepção da pesquisa

durante o desenvolvimento. Como diz o Prof. Dr. Manuelzinho, “O Historiador é um profissional cujo trabalho consiste em costurar rostos em panos com agulha e linha novas. Por essa razão, sempre que pretende finalizar sua tarefa e tudo recomeçar, posto que o pano invariavelmente se rompe”. Nesse sentido, foi essencial tanto as continuidades quanto as rupturas para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados.

O primeiro capítulo evidenciou que o movimento estudantil tem fluidez, apresentando momentos de visualização e outras estagnações. A mobilização estudantil é de extrema importância para funcionamento da universidade, afinal são sujeitos ativos que vivenciam o espaço e observam as necessidades, isto é, os avanços e as tensões que circulam. Um estudante engajado nos movimentos se apropria do conhecimento político, sente que faz parte do sistema que rege, tem consciência que faz parte de um movimento histórico. Como lembrou o estudante Marlon Bruno,

Nós que somos da área sabemos que todo mundo é um ser histórico, mas, quando você participa de um movimento como esse, você se sente ativamente mesmo participando da mudança histórica, do movimento social. Acho que isso seria importantíssimo para todo adolescente: participar de algo dessa maneira²⁵⁸.

Faz parte da juventude a busca pela identidade, o vigor e a possibilidade de acompanhar as tramas do tempo presente. O movimento estudantil permite se envolver em relações, inclusive com partidos políticos, e pode ser um espaço propício à participação ativa na sociedade. Por meio da pesquisa, foi possível observar que muitos decidem pela filiação em partidos e segue essa carreira política, outros preferem continuar apartidários. Ambos seguem uma agenda ativa na discussão e ocupação dos espaços.

Como lembrou a estudante Amanda Dutra, que embora tivesse preferência por partidos com tendência da esquerda, não se filiou, mas atuou e fez contatos que proporcionaram ocupar diversos espaços políticos. Reforçando a ideia do apartidarismo evidente na época com os estudantes em questão, ela reforçou que não precisa estar ligado ao partido político para realizar as articulações. Sobre isso, o estudante Marlon Bruno citou que a atuação política no movimento estudantil trouxe satisfação ao lembrar, “Eu fico feliz de ter, por exemplo, através daquela comunidade do Orkut, tido a oportunidade de conhecer várias pessoas que contribuíram com aquele movimento naquele momento”²⁵⁹.

²⁵⁸ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²⁵⁹ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

Quando o estudante participa do processo educacional, a universidade trilha um caminho rumo à resolução das reais problemáticas como a condição do transporte, currículo do curso, extensão em pesquisa científica no âmbito local, por exemplo. A adequação de políticas educacionais e programas de assistência para permanência na universidade no sentido nacionais, ou mesmo se conecta aos acontecimentos globais que afetam o ensino superior. Ao contrário, a universidade fica morna, pois a educação também se move com estudantes e suas inquietações avançam. “Por este caminho é que a universidade se integrará efetivamente na sociedade e se tornará responsável pelas consequências sociais de sua atuação” (Ribeiro, 1997, p. 43). É necessário explorar e ocupar os espaços que a universidade proporciona. Até aqui, perceptível.

Nas bibliografias que envolveram discussão sobre a universidade, encontrou-se o movimento estudantil como protagonista ou mesmo de forma transversal na discussão, todavia presente. A Constituição Federal de 1988, por meio do reconhecimento dos estudantes enquanto representantes que agem em prol da educação, foi catalisador para que fossem reconhecidos como sujeitos históricos.

A universidade obsoleta, que só tem olhos para a cultura do passado e se transforma num culto à erudição, ainda que o faça no melhor padrão, de fato está morta e já não é universidade. Quando seus alunos são liderados por um pensamento que se elabora e se formula em outras instituições, estranhas às suas cátedras e que nelas não têm voz, a universidade, de fato, está fora da casa destinada a abrigá-la e se impõe uma reforma que a reconduza à realidade de seu tempo e à lealdade ao seu povo (Ribeiro, 1997, p. 46).

No segundo capítulo, o histórico da UFMA destaca que sua (re) existência vem com participação estudantil desde sua criação e federalização. As fontes sinalizam os estudantes como agentes que foram protagonistas na luta contra a Ditadura Militar, mas também estiveram na redemocratização contra a privatização em forma de sucateamento da UFMA. Juntos, professores e estudantes estiveram em linha de frente pelo *Fora FHC* e *FMI*. Nos anos 2000, a transição política criou uma expectativa nos estudantes da UFMA, anseio pela imediata mudança quando iniciou o governo Lula. As políticas e programas educacionais foram essenciais para expansão e acesso ao ensino superior, todavia a permanência e qualidade no caso das faculdades particulares era questionável por ir contra a proposta dos estudantes que seria inserir as verbas públicas para expansão da universidade pública.

A criação de bolsas de assistência e discussões, por exemplo, e espaço para discussões sobre o acesso de indígenas e pessoas negras ou pardas na universidade, culminou anos depois em políticas afirmativas como as cotas. No curso de História da UFMA, o estudante Frederico

Mecenas relembra que a turma tinha em sua maioria pessoas pretas, “Mas por que eu tô te falando isso pra falar sobre a sua pele? Quando eu vou pra UFMA e eu encontro aquilo que eu te falei, né? 95% de uma sala preta. Todas as tonalidades de pretos que a gente pode ter, aquilo, cara, foi libertador... porque até quem não era preto era antirracista, entendeu?”²⁶⁰. Os questionamentos levantados foram essenciais para o avanço da diversidade na universidade.

O REUNI proporcionou avanço em outros *campis* pelo Maranhão e a principal questão foi o modo de funcionamento desses cursos implantados, as condições de estrutura e profissionais para atender à demanda. Observa-se o anseio em atingir metas, mas descaso com a infraestrutura. As tensões entre estudantes e reitoria deram visualização a um movimento estudantil que acompanhava os ocorridos dentro e ao redor dos muros dos *campis* da UFMA.

No terceiro capítulo, como disse a estudante, atualmente professora Leide Caldas, “nada como a pesquisa. Se a gente idealiza uma coisa, né, pensar... não tinha acesso a... no sentido, na nossa época, o Centro Acadêmico era isso, resolver questões muito específicas do curso²⁶¹”. O contato com as narrativas dos entrevistados se conectou com as fontes ao tempo que trouxe outros questionamentos sobre a época. Uma possível compreensão foi que embora estivessem focados em questões locais de funcionamento do curso, do campus, organização de eventos, viagens e formação acadêmica, não excluiu os posicionamentos em torno do que estava acontecendo no movimento estudantil em outras esferas.

Esse interesse também os fez escolher a UFMA, o curso de História, por exemplo, como relembra o estudante Marlon Bruno, “Eu estava ali sendo bombardeado com uma série de questões sociais que me fizeram, de fato, entrar no curso de história. E aí eu entro no curso de História em 2005, e aí é um ano extremamente turbulento, politicamente falando”²⁶². Ao declarar sobre o movimento estudantil articulado por meio das redes sociais, trouxe uma outra perspectiva do movimento no início dos anos 2000. O *Xô Rosengana* foi resultado de uma conexão com o movimento em Amapá, possível pelas redes sociais, em especial a comunidade do *Orkut*, “Era lá que surgiram as ideias, eram lá que eram marcadas as reuniões, foram lá que foram marcados os movimentos de fato que aconteceram. Eu costumo dizer que tive uma participação crucial no início desse movimento, porque fui o criador justamente dessa página”²⁶³.

²⁶⁰ Entrevista realizada com Frederico Mecenas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

²⁶¹ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

²⁶² Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²⁶³ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

O movimento estudantil promove um sentimento de papel cumprido na vida daqueles que atuam. O estudante veio de uma família onde a mãe professora o levava à UFMA desde pequeno, e a atuação no movimento estudantil em seu tempo de estudante trouxe realização pessoal, pois almejava participar de algum movimento social, como bem citou, que trouxesse mudança. Portanto, relembrou com satisfação sobre as manifestações nas eleições de 2006 para governador do Estado do Maranhão.

Nas memórias estudantis, movimentos como estes marcaram aqueles que vivenciaram. Outros pontos são as relações afetivas que vivenciam, comum da juventude dos espaços como citado pelas estudantes Amanda Dutra e Leide Ana Caldas ao recordar “Eu namorei com ele depois. A gente tá no movimento estudantil, né? Já tem que fazer tudo por lá”.²⁶⁴ “Inclusive, eu até dei uma namoradinha [...], assim, de três meses”²⁶⁵. A atuação no movimento estudantil precisa ser de equilíbrio. As adjacências da UFMA possuem bares que fazem parte do cotidiano de muitos como o *Bambu Bar*, citado nas memórias de Leide Ana Caldas que era questionada sobre frequentar muito esses espaços, “Tu sempre tá no Bambu, eu digo, sim, meu amor, nas horas vagas eu estudo. Isso é uma forma de deboche, nas horas vagas, sabe? A gente sempre dá um tempo. Eu gosto muito de dizer isso, porque eu, de fato, fui a primeira da minha turma de 99.2 a defender a monografia”²⁶⁶.

A formação acadêmica e profissional, concomitante a de vida trouxe o movimento estudantil aos estudantes entrevistados. Como relatou o estudante Marlon Bruno sobre as leituras que fez para acompanhar as discussões, “Então, eu tive contato com autores, eu tive contato com pessoas que me fizeram crescer intelectualmente e eu acho que o grande lance, o grande ponto positivo é ter tido a oportunidade de viver a história”²⁶⁷.

No quesito eventos estudantis, por exemplo, a participação contava com apoio dos professores do Departamento de História, como relembrou o estudante Frederico Mecnas “Ele passou, ele teve o programa dele aprovado, ele vai. Entendeu? Então a gente tinha essa pegada junto com os professores”²⁶⁸. Ao recordar das greves comuns no início dos anos 2000 e também em 2005, 2006, a estudante Amanda Dutra trouxe que a greve não impedia que continuasse sua vida acadêmica, sobre o universo que existe para além da sala de aula como os eventos e viagens estudantis na qual arquivou as memórias.

²⁶⁴ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²⁶⁵ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

²⁶⁶ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

²⁶⁷ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²⁶⁸ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

Tem não sei o quê, eu participava o dia todo. Então, assim, eu realmente vivenciei a faculdade, né? Esse universo de informações, de simpósios, participava como voluntária, ajudava a organizar as coisas, então assim, me aprofundava, vivenciei mesmo. E também quando voltaram as aulas, também assim, né? ²⁶⁹

Os estudantes já se posicionavam desde aquela época diante de pautas que atualmente houve avanço, como a regulamentação da profissão de historiador. Manifestações, viagens à Brasília, diálogos existiram na UFMA, entre os atuantes no *CAHIS Lagoa Amarela*. Assim, para os estudantes que atuaram naquela época, enfatizaram que movimento estudantil é contribuição. “Complemente essa formação no sentido acadêmico que eu tô falando, né? Na parte do movimento estudantil, seja do bem, entendeu? Componha forças, não tenha preconceitos, não seja só de um lado, ou se contribua da melhor forma que você puder”²⁷⁰. A estudante Nila Michele possui um registro de manifestação em Vitória no Espírito Santo.

Acervo 37 – Manifestação de estudantes no XX ENEH.



Fonte: Acervo pessoal de Nila Michele, 2000.

A UFMA tem como ações norteadoras o ensino, pesquisa e universalidade do ensino para assegurar as modalidades de ensino, propiciar inclusão de discentes em projetos de

²⁶⁹ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²⁷⁰ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

iniciação científicas com as devidas bolsas de estudos, e programas que ultrapassem os muros da universidade e ocupem outros territórios sociais como escolas de educação básica, áreas periféricas, asilos, comunidades indígenas e quilombolas, pessoas em condição de rua, dentre outros. Na questão de memórias, destacaram que possuem as melhores e saudosas memórias. Em muitos sentidos, um divisor de águas na trajetória de vida. Foram protagonistas de seu tempo enquanto estudantes na UFMA. Tiveram contatos e envolvimento no DCE, CAHIS e outras vertentes do movimento estudantil universitário.

Então assim, a universidade eu entendo, tive as melhores memórias, e eu entendo que a gente tem que ocupar, né?²⁷¹

Particpei todos os anos. Eu dizia que eu vivia a universidade. Foi um dos momentos mais nostálgicos da minha vida. Eu sinto muito a saudade daquele período, porque eu vivia lá na universidade”²⁷².

Quando a gente vê as imagens, por exemplo, a gente tomou a ponte do São Francisco inteiro no primeiro movimento. Então foi algo que a gente, de fato, não imaginava. Viver aquele momento, para mim, foi... Foi algo, naquele momento, eu não consigo encontrar uma palavra, porque eu tinha um sonho de viver um movimento como esse, de participar de uma mudança política e tudo mais. Você viver aquele momento e ver tudo aquilo ali, você se emociona, você vê uma rua tomada com uma série de estudantes. E, lógico, houve uma articulação para que isso acontecesse, mas que foi se somando ao longo da passeata e as pessoas também apoiando nas ruas.²⁷³

Olha, é um divisor de águas na minha vida, em vários sentidos, né? Bem, quando você tem uma experiência de vida, a vida é uma grande trajetória, é uma caminhada”²⁷⁴

Mas como eu nunca acreditei nessa história de... Ah, uma andorinha só não faz nada. Uma andorinha, ela faz o que ela quiser. Principalmente voar. Vamos embora, vamos mais uma vez aí.²⁷⁵

Ela contribuiu, sim, nesse aspecto. De... aprofundar mais minha ânsia por conhecimento sobre os temas que eu gosto.²⁷⁶

A universidade, a UFMA, como citado, foi um marco na vida de estudantes que encontram na educação, formas de ter uma vida digna. O movimento estudantil preparou profissionais conscientes de suas realidades, “Você tem que ter consciência de uma coisa, você vai ser professor ou professora e tem que estar na trincheira, porque a gente sabe que direito não é dado!”²⁷⁷. Os estudantes que são professores, relatam que incentivam os alunos a

²⁷¹ Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida em 23 de março de 2024.

²⁷² Entrevista realizada com Nila Michele, concedida em 24 de julho de 2023.

²⁷³ Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida em 24 de abril de 2024.

²⁷⁴ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

²⁷⁵ Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida em 16 de fevereiro de 2024.

²⁷⁶ Entrevista realizada com Werlys Santos, concedida em 15 de fevereiro de 2024.

²⁷⁷ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

participarem de movimentos assim, muitas vezes, assumem frente nos movimentos grevistas de professores. Carregam o perfil de engajamento para seus espaços de atuação profissional.

Conhecer a história da universidade traz conhecimento do contexto, da relação de força que a sustenta. Cabe entender que a universidade deve ser analisada no contexto em que está inserida, pois a universidade compreende as expectativas de determinado tempo, é um produto das relações de força que a rege (Fávero, 2006, p. 17-18). Possibilita compreender os caminhos que levaram a sua criação, bem como sua existência e resistência em nome da ciência. A história da militância estudantil é a história de sujeitos atuantes na construção do mundo. Observa-se que possuem um longo histórico de atuação na política, inclusive do Brasil, interferindo no funcionamento das universidades.

Rememorar os direitos educacionais conquistados é necessário para que haja reconhecimento dos direitos que precisam ser reivindicados e evitar retrocesso na educação brasileira. São memórias de um tempo em que a universidade pública foi vista como um peso para a economia brasileira, sendo que esta é um instrumento de formação para o desenvolvimento social no país.

É necessário que cada vez mais este espaço seja ocupado de forma diversificada para que haja oportunidades para o povo brasileiro, uma universidade para todas e todos. Diante disto, houve diálogo sobre contexto político e educacional do Brasil que conectaram os movimentos estudantis universitários, em específico no Maranhão. A partir das discussões feitas por meio das articulações do CAHIS *Lagoa Amarela*, foi possível mapear os avanços para os estudantes. Encontra-se possibilidades de aprofundar, por exemplo, sobre as políticas de ações afirmativas na UFMA, as redes sociais nos movimentos estudantis, os avanços que tiveram o ensino superior a partir das políticas educacionais, entre outros.

A UFMA, bem como outras universidades, foi reflexo dessa expansão e transformação no período de 2000 a 2007. O DCE *17 de setembro* e o CAHIS *Lagoa Amarela* desempenharam posições atuantes nesse movimento pela garantia de acesso e permanência dos estudantes. Atuaram como mediadores das políticas educacionais implantadas, dentre elas, o REUNI. Além disso, o CAHIS *Lagoa Amarela* esteve conectado a debates acadêmicos de assistência estudantil, tais como moradia, alimentação e bolsas. Na ocasião, o movimento estudantil da UFMA, atuaram dentro e fora dos muros construídos da universidade. Assumiram posição de resistência, como também de protagonistas na busca por seus direitos.

Cabe destacar que a preservação tanto das fontes documentais quanto das escutas orais se torna de extrema importância para a memória institucional da UFMA e dos movimentos estudantis que a compõem. As *Saudações Históricas* e *Saudações Estudantis* amplificaram as

vozes que ecoaram durante todo diálogo discorrido. Contribuiu na compreensão dos desafios enfrentados para o fortalecimento da democracia na universidade pública.

A história reside no inconformismo, e no movimento estudantil universitário se baseia na perspectiva de reivindicar direitos, para isso é necessário compreender como funcionam as políticas e as sociabilidades que varia entre o movimento, a academia, a boemia e o profissional. Assim, acessar, permanecer na universidade e usufruir das oportunidades. “Tanto que eu lutei até quando eu consegui. Eu achava que era um direito meu, né? Ocupar o espaço da Universidade Federal, da Universidade Pública, e consegui”²⁷⁸.

Movimento Estudantil da UFMA, passado, presente!

²⁷⁸ Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida em 28 de outubro de 2023.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. **Educação: um novo patamar institucional**. Novos Estudos, jul.2010. p. 131-143.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80, p. 155.

ANÁLISE DO PROJETO DO MEC. **Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial**, p. 1231-1255, out. 2007 123. Disponível em <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso: 09/01/2024.

ARAÚJO, Alexandre Garcia. Ensaio sobre a Universidade e sua função social. **Filosofando: Revista de Filosofia da UESB**. Ano 1. n° 1, p. 38-47, jul-dez.2012.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, Carla Bassanezi Pinsk (org.) Fontes Históricas. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BARCELLOS, Jalusa. **Revista UNE: 60 anos a favor do Brasil**. Rio de Janeiro, 1997.

BARROS, José D'Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. *Secuencia* (103), enero-abril, 2019. p. 1-30.

BASTOS, Josie do Amaral. **A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL: uma avaliação do processo de implementação a partir da experiência da UFMA no Estado do Maranhão**. – 2018. 203 p.

BAZAGA, Rochelle Gutierrez. **As “diretas já”**: uma análise sobre o impacto da campanha no processo de transição política brasileira. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal – RN, 2013. p. 1-2.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história, 1940.

Bezerra, Harrison de Souza. O MOVIMENTO ESTUDANTIL E OS DESAFIOS DA TAFERA HISTÓRICA. IN: **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate**. Victor Fernando Ramos de Oliveira (org.). Curitiba CRV, 2020. p. 17- 25.

BONETI, Lindomar Wessler. Educação e Movimentos Sociais hoje. In: Jesine; Edneide e Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs) **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. Campinas-SP; Alínea, 2007.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edélcio de Jesus Sardano; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da Costa. **Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais**, .2003. p. 19-42.

BRAGA, Lucelma Silva. A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980- 1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história. *Lutas Anticapital*, 2020. 369 p.

BRASIL. Decreto nº 3.276. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, de 6 de dezembro de 1999. Seção 1, p. 1.

Brasil. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de maio de 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. [Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007](#). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de abril de 2007. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasil. Lei nº 10.260. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm . Acesso em: 12/01/2024.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de abril de 2004. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de janeiro de 2005. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de novembro de 2005. Seção 1, p. 1.

BRASIL. [Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007](#). Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho e 2007. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985. Dispõe sobre a organização e representação estudantil, especificamente a União Nacional dos Estudantes - UNE, as Uniões Estaduais dos Estudantes - UEEs, os Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs, e as entidades representativas dos estudantes de cada curso de nível superior, denominadas Centros Acadêmicos - CAs ou Diretórios Acadêmicos - DAs. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de outubro de 1985. Seção 1, p 1.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394 . Acesso em: 11/01/2024.

BRASIL. Ministério da educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni. Diretrizes Gerais. 2007, p. 10.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 968/98, de 17 de dezembro de 1998. Dispõe sobre os Cursos Sequenciais no Ensino Superior. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de dezembro de 1998. Seção 1, p. 1.

BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários; orientação Marília Pontes Spósito. São Paulo: s.n., 2011. p. 309.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *EccoS Revista Científica* [en linea]. 2009, 11(1), 97-121. ISSN: 1517-1949. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512097006>. Acesso: 12/12/2023.

CALDEIRÃO, Yan. A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2002: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO PROCESSO E DOS RESULTADOS ELEITORAIS. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 22, p. 179-194, jun. 2004.

CAMARGO, Amilton Carlos. AS COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: a trajetória do estranho. 2016. 205 p.

Cardoso, Morgana Tolentino. **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O DEBATE HISTÓRICO E A TEORIA CLÁSSICA DA ACUMULAÇÃO**. UFRJ, 2019.

CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli. A corrupção venceu a esperança. **UNIVERSIDADE E** Carvalho, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58.p.209-244>.

CHARTIER, Roger. A história, entre o relato e conhecimento. In: A história ou a leitura do tempo / Roger Chartier ; [tradução de Cristina Antunes]. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e privatização da universidade pública: de Fernando Henrique a Lula da Silva. **UNIVERSIDADE E SOCIEDADE**. DF, Ano XVI, Nº 38, junho de 2006. p. 61-77.

COHN, Amélia. **As políticas sociais no governo FHC**. Tempo Social; *Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, nº 11 (2): 183-197, out. 1999 (editado em fev. 2000).

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **Partidos Políticos e Educação**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2000.

Conceição, Marcus Vinícius. **Reflexões sobre o movimento estudantil e o maio de 1968**. In: Nildo Viana (org.). Movimento Estudantil em foco. Coleção Movimentos Sociais, v.2. NEMOS -Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, 2020.

CONVEM, Eliani. **A nova face do movimento estudantil no Brasil: Do enfretamento à gestão** autônoma. In: Nildo Viana (org.). Movimento Estudantil em foco. Coleção Movimentos Sociais, v.2. NEMOS -Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, 2020.

COSTA, Márcia Cordeiro. **Movimento Estudantil acadêmico e a imprensa estudantil no Maranhão (1930-1950):** uma contribuição à história da educação. São Luís, 2014.

COSTA, Wagner Cabral da. “Pelo sapato furado”: bipolarização e reestruturação oligárquica da política maranhense. IN: **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio** / Marcelo Sampaio Carneiro, Wagner Cabral da Costa, organizadores. – São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009.

COUTO, Cláudio G.; Abrucio, Fernando. **O segundo** v.15 n°2 São Paulo Nov. 2003.

CROSSLEY, Pamela Kyle. O que é História Global? Tradução de Vera Joscelyne. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 136 – 159.

CRUZ, Matheus Lorhan Rocha de Brito. MOVIMENTO ESTUDANTIL E A LUTA ANTICAPITALISTA. IN: **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate.** Victor Fernando Ramos de Oliveira (org.). Curitiba CRV, 2020. p. 20-35.

DARDOT, Pierre; Laval, Chistian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução: Mariana Echalar. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DINO, Sálvio. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941).** São Luís: EDUFMA, 1996.

DURHAM, Eunice. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso. **NOVOS ESTUDOS**, CEBRAP 88, novembro 2010. p. 153 – 179.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias** / Organizado por Regina Helena Martins Faria, Antonio Torres Montenegro. – São Luís: Universidade Federal do Maranhão / Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005. 610 p.

FARIA, Regina Helena Martins de. O Historiador Mário Meireles. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (Orgs.). **Historiografia Maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos.** São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014, p.219-235.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas.** Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro Jan./Abr.1999 n° 10. p. 16-32.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. p. 17-36.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. p. 17-36.

FERES JUNIOR, João et al. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p.

FEUER, L. The conflict of generations. The character and significance of students movements. Nova York/Londres: Basic Books Publishers, 1969.

FORACCHI, Marialice M. (1982) *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Editora Hucitec.

FRANCO, Juliana Oshima. A UNE e a Reforma Universitária no governo Lula. In: **SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**, 3. 2008, Londrina, Paraná. Anais [...]. Londrina: UEL, 2008.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: Chauveau, Agnès. **Questões para a história do presente**. Tradução Ilka Atern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 103-117.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado IN: Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006. Pág. 39-47.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e educação/ Maria da Glória Gohn. – 8.ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção questões da nossa época; v.37).

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 2.

HERMIDA, Fernando Jorge. A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções. IX Seminário Educacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – **Anais Eletrônicos**. UFPB. João Pessoa 2012.

LACERDA, Gislene Edwiges de. **Memória e história oral: o Movimento Estudantil em Juiz de Fora (MG) no processo de redemocratização brasileira**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009.

LIMA, Lucinete Marques. **O processo de auto-avaliação da UFMA (2004-2006) no contexto regulatório da educação superior**. Tese (doutorado - Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011. 283 p.

MACIEL, David. **Neoliberalismo e Autocracia Burguesa no Brasil**. Comunicação para colóquio Max & Engels. 2007.

MARINHO, Raimunda Ramos. **O SILENCIAMENTO DA UNIVERSIDADE NO REGIME DA DITADURA MILITAR**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA AMÉRICA LATINA. Texto publicado em francês na revista Les temps modernes, nº219, Paris, 1970, pp. 718-731.

MARTINS, Vivianne da Silva Braga Martins. **O REUNI NA UFMA E O FAVORECIMENTO DO ACESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR: questões para reflexão.** Dissertação de Mestrado em Educação. UFMA. São Luís, 2012.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A crise do Governo Collor e a tática do PT.** Campinas, SP. [s.n]. 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** Edição Loyola.2002.

MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil.* Editora brasiliense. São Paulo. p. 92.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **JUVENTUDE E MOVIMENTO ESTUDANTIL: O “velho” e o “novo” na militância.** Março de 2001. Pág 47- 117.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p.117-119,out.2003.

MONTEIRO, Fernanda Yully dos Santos. MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: nexos e determinações para inter-relação “formação política e intervenção na área”. IN: **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate.** Victor Fernando Ramos de Oliveira (org.). Curitiba CRV, 2020. p. 97-114

MÜLLER, Angélica. O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2016. 224p.

MÜLLER, Angélica; Iegelski, Francine. História do tempo presente: mutações e reflexões. In: História do tempo presente: mutações e reflexões (orgs.). – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. 272 p. 11-52.

MÜLLER, Angélica. História Oral e Movimento Estudantil IN: **História oral e historiografia: questões sensíveis** / Organizadora Angela de Castro Gomes. - São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020. - (História oral e dimensões do público)

OLIVEIRA, D.A. Política educacional. In: Oliveira, D.A.; Duarte, A.M.C.; Vieira, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OLIVEIRA, Victor Fernando Ramos; Ferreira, Marcelo Pereira de Almeida. A UNIVERSIDADE E O MOVIMENTO ESTUDANTIL. IN: **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate.** Victor Fernando Ramos de Oliveira (org.). Curitiba CRV, 2020. p. 83-95.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves. **A UNE E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO GOVERNO LULA (2003-2010).** Cascavel, PR: UNIOESTE, 2011. 176 f.

PANEBIANCO, Angelo (1995). *Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos.* Madrid: Alianza Editorial.

Partido Socialismo e Liberdade. **Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias**. Editora do Senado Federal, 2013-2014. p. 309 – 326.

PATRÍCIA, Teresa. **Revista Quitinete**. Edição n.5/2022.

PASE, Luiz Hemerson. **A Formação da Elite na Primeira República**. 2006.

PEIXOTO, Maria Angélica. Formação e Movimento Estudantil. Movimentos Sociais: Cultura, Discurso e Ideologia. *Revista Movimentos Sociais*. Vol. 01, num. 01, jul./dez. 2016. Pág. 161 – 182.

PEREIRA, Josenilde Oliveira. **POLÍTICAS INSITUACIONAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: percursos e desafios para inclusão de alunos com deficiência na UFMA**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2017. 215 f.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da participação Política dos Estudantes Brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1979.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5ª ed. Ilustrada, ver., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Broolink, 2004.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: História da participação Política dos Estudantes Brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

PRAZERES, Valdenice de Araújo. **Licenciaturas interdisciplinares em Ciências Naturais na UFMA: análise crítica de um modelo de formação docente no contexto de reestruturação da universidade brasileira**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação – Natal, RN, 2016.

PROTO, Leonardo Venicius Parreira. Juventude e o Maio de 1968. **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 129, fevereiro – 2012 – mensal – ANO XI. Dossiê: Juventude & Sociedade (Orgs.) Nildo Viana e Flávio Sofiati – ISSN 1519-6186. p. 32-37.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Revel, Jacques. Microanálise e construção do social Jogos de Escala: a experiência da microanálise. IN: **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Organizador; tradução Dora Rocha. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.15 - 38.

RODRIGUES, Alberto Tossi. Estudantes na política em Tempos de Mobilização e Crise IN: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12/08/92. p.138-144.

RIBEIRO, Abelcio Nazareno Santos. A PRIMAVERA ESTUDANTIL NA CIDADE DAS MANGUEIRAS NO LIMIAR DA DITADURA: a conquista da meia passagem. IN: **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate**. Victor Fernando Ramos de Oliveira (org.). Curitiba CRV, 2020. p. 55-67.

RIBEIRO, Cala Vaz dos Santos. **Trabalho técnico-administrativo em uma instituição federal de ensino superior: análise do trabalho e das condições de saúde**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia – 2011. 181 f.

RIBEIRO, Darcy. *A UNIVERSIDADE E A NAÇÃO*. Imprensa Nacional do Ceará. 46 p.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Políticas para a educação superior no Cone Sul: Do autoritarismo ao neoliberalismo**. *Pro-Posições* - v. ,11 n. 3 (33), novembro 2000. p. 55-65.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Políticas para a educação superior no Cone Sul: Do autoritarismo ao neoliberalismo**. *Pro-Posições* - v. ,11 n. 3 (33), novembro 2000. p. 55-65.
 RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o Esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Alberto Tossi. Estudantes na política em Tempos de Mobilização.
 SALIBA, Elias Thomé. *Pequena História do documento: Aventuras modernas e desventuras pós-modernas*. In: PINSKY, Carla Bassanezi, 2022.

SÁNCHEZ, José María Aranda. El Movimiento Estudiantil y la Teoría de los Movimientos Sociales. *Convergencia*, núm. 21, Jan/Abr. de 2000.

SÁNCHEZ, José María Aranda. El Movimiento Estudiantil y la Teoría de los Movimientos Sociales. *Convergencia*, núm. 21, jan/abr., 2000.

SANTOS FILHO, Durval Medeiros da Cunha. **Insurreição Urbana: a Greve de 17 de setembro de 1979**. São Luís, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A queda do Angelus Novus: o fim da equação moderna entre raízes e opções IN: *A gramática do tempo do tempo: para uma nova cultura política*. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção para um novo senso comum; v.4).

SANTOS, Igor Carvalho. **IMPACTOS DA LEI DE COTAS NA UFMA: analisando dados de ingresso, matrícula e conclusão**. 2022. 30p.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários: pensamento político**. Brasília, Rio de Janeiro: Editora UnB, 1982.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. jan./abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO:
 Schmitt, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945 - 2000)**. – 3.d. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerard. **Sociologia Política**. São Paulo: Ed. Difel, 1979.

SILVA, Luciana Gomes da; Sousa, Arnaldo Vieira. Políticas de ações afirmativas na UFMA sob aspectos de gênero e raça: uma discussão pautada na concepção de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 5, n. 11, p.24510-24521 nov. 2019.

SOCIEDADE. DF, Ano XVI, Nº 38, junho de 2006. p. 9-17.

Sousa, Janice Tirelli Ponte de Souza. **Reinvenções da utopia**: a militância política de jovens dos anos 90. São Paulo, Hacker/ Fapesp, 1999 p.197-198.

SOUZA, Reinaldo Antônio do Amor Divino de. KATO, Fabíola Bouth Grello. MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA E OS REFLEXOS EM SEU DECLÍNIO PELA LÓGICA MECADOLÓGICA DO GRUPO SER EDUCACIONAL: alguns resultados de pesquisa. IN: **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate**. Victor Fernando Ramos de Oliveira (org.). Curitiba CRV, 2020. p. 69-82.

STOPPINO, Mario. “Ditadura – Verbete”. In: Norberto Bobbio (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

TARAZONA, Álvaro Acevedo; ALONSO, Gabriel Samacá. **EL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL COMO OBJETO DE ESTUDIO EN LA HISTORIOGRAFÍA COLOMBIANA Y CONTINENTAL: NOTAS PARA UN BALANCE Y UNA AGENDA DE INVESTIGACIÓN**. Revista Historia Y MEMORIA, No. 3. Año 2011, pp. 45 – 78.

TELES, GABRIEL. (2022, 02, 13). Movimento Estudantil, luta de classes e hegemonia. A Terra é redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/movimento-estudantil-luta-de-classes-e-hegemonia/>. Acesso: 12/12/2023.

UNE MEMÓRIA. Disponível em: <https://une.org.br/memoria/historia> . Acesso: 24 jul. 2018.

VAN ZANTEN, A. Politiques éducatives. In: Van Zanten, A. (Dir.) **Dictionnaire de l'éducation**. Paris: Quadrige/PUF, 2008.

VARELA, Raquel; SANTA, Roberto Della. O Maio de 68 na Europa – Estado e Revolução. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9 N. 2, 2018, p. 969-991.

VENGOA, Hugo Fazio. La historia del tempo presente: composición, temporalidade y pertinencia. In: *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Müller, Angélica; Iegelski, Francine (orgs.). – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. 272 p.

VIANA, Nildo. **Movimento Estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicatório**. In: Nildo Viana (org.). *Movimento Estudantil em foco. Coleção Movimentos Sociais*, v.2. NEMOS -Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social Hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

ZAMORA, Randall Chaves. **El movimiento estudiantil en Centroamérica: historia, historiografías y memorias**. *Revista de Historia de América*. nº 164 ISSN (impresa): 0034-8325. enero-abril 2023: 169-193.

FONTES

1. *Carta ao povo brasileiro*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf> . Acesso: 11/01/2024.
2. <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf> . Acesso: 05/11/2024.
3. Informativo da UNE sobre o Provão, 1999. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enc/1999/informativos/admin_99.pdf . Acesso: 11/01/2024.
4. Portal UFMA, publicado em 30/11/2007. Disponível: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=2886> . Acesso: 07/11/2024.
5. Portal UFMA, publica em 19/10/2007. Disponível: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=2648> . Acesso: 07/04/2024.
6. Fotografia Leide Ana Caldas e Nila Michele. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C8-eS9Vp940/?igsh=Znd0djRvdmNrZnQ=>. Acesso: 24/10/2024.
7. Site da FEMEH, 2007. Disponível em: <https://photos.google.com/share/AF1QipORrJtdbOc9qSEk9F1Y4fpDJzUnms8ADoChwr15cvENxJ5SQNQHI5ZMhoiTHNTtRw?key=d1czU1Nwa0JJUGVlcmMwbWE4QlJ5MVVHQU1xdlZB> . Acesso: 15/08/2024.
8. *Xô Rosengana*. Disponível em: <https://blogdoricardosantos.com.br/2017/08/xo-rosengana/> e <https://blogdoricardosantos.com.br/2017/08/atriz-do-rosengana-e-constrangida-pelos-agentes-do-governador-de-todos/> . Acesso: 23/10/2024.
9. Discurso de Jackson Lago disponível na íntegra em: <https://vermelho.org.br/2007/01/03/leia-a-integra-do-discurso-de-posse-do-novo-governador-do-estado-do-maranhao-jackson-lago-do-pdt/>. Acesso: 24/10/2024.

ENTREVISTAS

Entrevista realizada com Marlon Bruno, concedida a Ana Beatriz Ferreira de Oliveira em 24 de abril de 2024.

Entrevista realizada com Amanda Dutra, concedida a Ana Beatriz Ferreira de Oliveira em 23 de março de 2024.

Entrevista realizada com Frederico Mecnas, concedida a Ana Beatriz Ferreira de Oliveira em 16 de fevereiro de 2024.

Entrevista realizada com o discente Werlys Santos, concedida a Ana Beatriz Ferreira de Oliveira em 15 de fevereiro de 2024.

Entrevista realizada com Leide Ana Caldas, concedida a Ana Beatriz Ferreira de Oliveira em 28 de outubro de 2023.

Entrevista realizada com Nila Michele, concedida a Ana Beatriz Ferreira de Oliveira em 24 de julho de 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE I: ESTUDANTES

NOME	NATURALIDADE	ENTIDADE	GESTÃO	ANO DE ATUAÇÃO
Amanda Dutra Ramos	ludovicense	DCE	<i>Amanhecer na Luta</i>	2006
Frederico Benjamin Mecnas	brasiliense	CAHIS	<i>Históriação</i>	2001
Leide Ana Oliveira Caldas	ludovicense	CAHIS	<i>Bota pra Moer</i>	2000
Marlon Bruno Cardozo	ludovicence	CAHIS	-	2005
Nila Michele Santos	ludovicence	CAHIS	<i>Bota pra Moer</i>	2000
Werlys de Jesus Cunha	ludovicense	CAHIS	-	1987

APÊNDICE II: CARTA DE SOLICITAÇÃO DE PESQUISA – CAHIS e DCE

Recomendado pela CAPES
Aprovado pela Resolução 1792/2018 CONSEPE-UFMA, de 30 nov. 2018
Cidade Universitária – Av. dos Portugueses s/nº, Centro de Ciências Humanas,
Bloco 1, Térreo, Sala B1-001.
CEP 65085-580 – São Luís – MA | Fone: (0XX98) 3272-8391 / 3272-8392
E-mail: ppghis@ufma.br | Site: www.ppghis.ufma.br



São Luís, 01 de setembro de 2021

CARTA DE SOLICITAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Ana Beatriz Ferreira de Oliveira, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História “História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes” – PPGHis/UFMA, sob a matrícula 2021109796, venho por meio desta solicitar ao Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela*, acesso às dependências do CAHIS para manuseio do corpo documental da respectiva entidade, durante o período de 2021 à 2024, com fins exclusivos de pesquisa para desenvolvimento da dissertação orientada pela docente Dra. Isabel Ibarra Cabrera.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Ferreira de Oliveira

Discente do PPGHis/UFMA

São Luís, 16 de fevereiro de 2024

CARTA DE SOLICITAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Ana Beatriz Ferreira de Oliveira, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História “História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes” – PPGHis/UFMA, sob a matrícula 2021109796, venho por meio desta solicitar Diretório Central dos Estudantes 17 de setembro da Universidade Federal do Maranhão, acesso às dependências do DCE para manuseio do corpo documental da respectiva entidade na data indicada, com fins exclusivos de pesquisa para desenvolvimento da dissertação orientada pela docente Dra. Isabel Ibarra Cabrera.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Ferreira de Oliveira

Discente do PPGHis/UFMA

APÊNDICE III: AUTORIZAÇÃO DE USO – documentos pessoais



Recomendado pela CAPES
 Aprovado pela Resolução 1792/2018 CONSEPE-UFMA, de 30 nov. 2018
 Cidade Universitária – Av. dos Portugueses s/nº, Centro de Ciências Humanas,
 Bloco 1, Térreo, Sala B1-001.
 CEP 65085-580 – São Luís – MA | Fone: (0XX98) 3272-8391 / 3272-8392
 E-mail: ppghis@ufma.br | Site: www.ppghis.ufma.br



AUTORIZAÇÃO DE USO

Eu, _____, estado civil _____, inscrita no CPF _____ e RG _____, declaro para os devidos fins que autorizo o uso das fontes documentais pessoais para a pesquisadora Ana Beatriz Ferreira de Oliveira (RG 032662592007-4 / CPF 054239013-24), a fim de que se utilize integralmente ou em partes, sem restrição, para fins científicos, ficando a documentação sob controle da pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em História, que tem a guarda desde a presente data.

Sem mais nada a declarar, subscrevo a presente.

São Luís, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE IV: ROTEIRO DE ENTREVISTA



Recomendado pela CAPES
 Aprovado pela Resolução 1792/2018 CONSEPE-UFMA, de 30 nov. 2018
 Cidade Universitária – Av. dos Portugueses s/nº, Centro de Ciências Humanas,
 Bloco 1, Térreo, Sala B1-001.
 CEP 65085-580 – São Luís – MA | Fone: (0XX98) 3272-8391 / 3272-8392
 E-mail: ppghis@ufma.br | Site: www.ppghis.ufma.br



Nome:	Horário de início:
Data:	Horário do término:
CPF:	Estado civil:
RG:	Observações:
Formação acadêmica e profissional:	Data:
<p>1. Trajetória - Onde você nasceu? - Onde você estudou? - Qual sua profissão?</p> <p>2. Sobre UFMA - Quando ingressou na Universidade Federal do Maranhão? - Por que escolheu essa universidade? - Qual sua lembrança sobre aquele momento na UFMA? Sobre curso de história</p> <ul style="list-style-type: none"> • Por que escolheu o curso de história? • Onde funcionava o curso de história? • Como era o perfil do curso de história? • Como era o corpo docente/ corpo discente? <p>3. Sobre movimento estudantil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Você participou de algum movimento dos estudantes? • Como se deu o seu envolvimento nos movimentos liderados por estudantes dentro da universidade? • Qual lembrança você tem sobre Diretório Central dos Estudantes 	<ul style="list-style-type: none"> • (DCE)? Como era a participação dentro da universidade? • Quais demandas você lembra que estiverem em pauta dentro da universidade? <p>4. Sobre as políticas educacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais memórias sobre o movimento estudantil diante do governo FHC e Lula? • Como visualiza as políticas educacionais daquela época na universidade? <p>5. Sobre a influência do movimento estudantil na vida acadêmica e profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Você considera que o engajamento no movimento estudantil universitário contribuiu para formação acadêmica e profissional? De qual forma você visualiza essa contribuição? • Quem é a profissional que veio do movimento estudantil da Universidade Federal do Maranhão? <p>6. Sobre fontes da época da universidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Você possui fotografias ou documentos de quando era discente da UFMA?

APÊNDICE IV: CARTA DE CESSÃO

Recomendado pela CAPES
Aprovado pela Resolução 1792/2018 CONSEPE-UFMA, de 30 nov. 2018
Cidade Universitária – Av. dos Portugueses s/nº, Centro de Ciências Humanas,
Bloco 1, Térreo, Sala B1-001.
CEP 65085-580 – São Luís – MA | Fone: (0XX98) 3272-8391 / 3272-8392
E-mail: ppghis@ufma.br | Site: www.ppghis.ufma.br

**DECLARAÇÃO DE CESSÃO**

Eu, _____, estado civil, inscrito no CPF _____ RG _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 22/04/2024 para Ana Beatriz Ferreira de Oliveira (RG 032662592007-4 / CPF 054239013-24), para a mesma usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros (instituições de arquivo em História Oral) ouvi-la e usar citações, ficando vinculado ao controle da pesquisadora Ana Beatriz Ferreira de Oliveira - mestranda em História, que tem a guarda da entrevista.

Sem mais nada a declarar, subscrevo a presente.

São Luís, ____ de _____ de _____.
